

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DAS SOCIEDADES IBERO-AMERICANAS**

**O IDEÁRIO NACIONALISTA NOS  
ESCRITOS DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS  
CHATEAUBRIAND/ (1929-1932)**

**Júlia Silveira Matos**

**orientadora  
Prof<sup>a</sup> Dr. Sandra L. Brancato**

**Porto Alegre  
2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Júlia Silveira Matos**

**O IDEÁRIO NACIONALISTA NOS ESCRITOS DE SÉRGIO BUARQUE DE  
HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND/ 1920-30**

Tese defendida no Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Ibero-americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para aprovação no doutorado em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr. Sandra L. Brancato. Linha de pesquisa: Sociedade, Política e Relações Internacionais.

**Porto Alegre  
2008**

M425s Matos, Júlia Silveira

O ideário nacionalista nos escritos de Sergio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932) / Júlia Silveira Matos – Porto Alegre: PUC/RS, 2007.

2 v. (388s)

1. História do pensamento intelectual político – Era Vargas – Análise de conteúdo

CDU 04(81) 082/083

**Catlogação na Fonte: Aline Herbstrith Batista – CRB 10/1737**

*Abrirei os lábios em parábolas e **publicarei enigmas** dos tempos antigos. **O que ouvimos e aprendemos** o que nos contaram nossos pais, **não encobriremos** a seus filhos; **contaremos a vindoura geração** os louvores do Senhor, e o seu poder, e as maravilhas que fez.*

(Salmos 78:2-4 – grifo nosso)

## AGRADECIMENTOS

Agradecer, neste momento, me parece um trabalho demasiadamente árduo diante do temor ao esquecimento. Inúmeras pessoas foram importantes em minha trajetória, mas, aqui nos restringimos a citar apenas as mais próximas, marcantes ou essenciais.

Portanto, transcendendo o medo, não me furtarei aos agradecimentos devidos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que fomentou esta pesquisa. Assim, como à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), local que me ofereceu suporte e apoio para a conclusão desse trabalho. Aos secretários, apoio fundamental nas horas de dúvida e nervosismo, atentos, competentes e dispostos: Carla e David. Também não posso esquecer professores importantíssimos para minha formação, como: prof. Dr. Moacyr Flores, parte dessa jornada por sua excelente orientação em nosso mestrado; prof. Dr. Helder Gordim da Silveira, com fundamentais questionamentos e estímulos, prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margaret M. Bakos, que na procura do tom nos afinou a melodia, o sempre atencioso e amigo prof. Dr. Luciano Aronne Abreu, entre outros professores, que, na PUCRS, estão sempre dispostos a nos atender e auxiliar nas pesquisas.

Agradeço, também, à colega e amiga Carla dos Santos Ferrer que no início dessa

trajetória de pesquisa muito contribuiu.

E claro, meus magistrais agradecimentos, aos quais não existem palavras suficientes, a minha orientadora, prof. Dr<sup>a</sup> Sandra Lubisco Brancato. Com força, coragem e profissionalismo, mesmo em momentos difíceis, não se esquivou do desafio de me orientar. Fugindo a todos os planos, me apoiou nas escolhas que fiz e foi muito além das leituras e correções solicitadas pela orientação, adentrou os espaços da amizade e do companheirismo. Se cheguei até aqui, isso devo ao seu comprometimento.

Portanto, avançando as fronteiras da amizade, agradeço infinitamente às irmãs de coração: Carla Xavier dos Santos e Daniela Garces Oliveira, pelo companheirismo, ombro cedido para as horas de lágrimas, ouvidos para os impasses da pesquisa e, não menos, por todo socorro entre as crises, além da atenta leitura dessa tese, me auxiliando a corrigir os inúmeros vícios de escrita. A primeira por sua dedicação, horas sem dormir, leituras, correrias e auxílios a todo o momento. Agradeço também, a segunda, pelos ouvidos disponibilizados para resolver as confusões teórico-metodológicas enfrentadas nessa trajetória, assim como os olhos para leituras. A vocês maninhas, meu muito obrigado!

Entre tantos nomes e braços que me ajudaram, reconheço os auxílios da minha irmã Deborah, que corrigiu minhas tabelas e me ajudou com muitos detalhes computacionais, emocionais e etc., e, principalmente, o fundamental apoio de minha

mãe Norma, que sempre esteve ao meu lado, me dando força, estímulo e agüentando meus estresses.



## RESUMO

Na presente tese objetivamos analisar os projetos políticos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, apresentados na imprensa entre os anos de 1929-1932. Examinamos seus olhares e diagnósticos sobre os problemas nacionais, críticas aos personalismos e autoritarismos no governo brasileiro, assim como, as bases de seu ideário nacionalista: as defesas das liberdades e da democracia. Não nos debruçamos apenas, sobre as obras histórico-sociológicas de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, antes, analisamos suas reflexões na imprensa, de forma a demonstrar que seus ideários tiveram, em um primeiro momento, outro suporte que não os dos livros.

Palavras-chaves: liberdade e democracia – ideários nacionalistas – Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand

## RÉSUMÉ

Cet thèse vise analysera les projets politiques de Assis Chateaubriand et Sergio Buarque de Holanda, dans la presse entre les années 1929-1932. Nous présenter leurs visions et leurs diagnostics sur les problèmes nationaux, la critique de la personnalité autoritaire et le gouvernement brésilien, ainsi que les fondations de leurs idéaux nationalistes: la défense des libertés et de la démocratie. Nous n'avons pas abordé, mais uniquement sur le contexte historique et sociologique des œuvres de Sergio Buarque et Assis Chateaubriand, avant, de discuter de leurs réflexions dans la presse afin de démontrer que leurs idées ont été, dans un premier moment, qu'il n'existe pas d'autres moyen des livres.

Mots-clés: liberté et démocratie - idéaux nationalistes – Sérgio Buarque de Holanda et Assis Chateaubriand

**SUMÁRIO**

<b><u>ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....</u></b>	<b><u>12</u></b>
<b><u>INTRODUÇÃO.....</u></b>	<b><u>13</u></b>
<b><u>1. “AS IDÉIAS EM SEU CONTEXTO: A GÊNESE DOS IDEAIS DE LIBERDADE E DEMOCRACIA EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND NAS DÉCADAS DE 1920-1930”.....</u></b>	<b><u>35</u></b>
<b><u>1.1 O NACIONALISMO BRASILEIRO E SUA PROPOSTA DE RENOVACÃO: DA LITERATURA À POLÍTICA....</u></b>	<b><u>41</u></b>
<b><u>1.2 ASSIS CHATEAUBRIAND, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E O O JORNAL: CAMINHOS ENTRECruzADOS....</u></b>	<b><u>83</u></b>
<b><u>2. “DIÁLOGOS COM O LIBERALISMO: O ESTADO BRASILEIRO E OS IDEAIS DE LIBERDADE E DEMOCRACIA NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND (1929-1932)”.....</u></b>	<b><u>110</u></b>
<b><u>2.1 LIBERDADE PARA O LIBERALISMO: DEBATES PARA UMA LIBERAL DEMOCRACIA NO PENSAMENTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.....</u></b>	<b><u>117</u></b>
<b><u>2.1.2 LIBERDADE E DEMOCRACIA: DIÁLOGOS NO PENSAMENTO CHATEAUBRIANO E BUARQUIANO.....</u></b>	<b><u>133</u></b>
<b><u>2.2 A REVOLUÇÃO E A EFETIVAÇÃO DA LIBERDADE CHATEAUBRIANA.....</u></b>	<b><u>185</u></b>
<b><u>PARTE II - SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND POR UMA POLÍTICA BRASILEIRA SEM VÍCIOS.....</u></b>	<b><u>214</u></b>
<b><u>3. DA GUILHOTINA AO VÍCIO: A ALIANÇA LIBERAL E AS CRÍTICAS AO PERSONALISMO POLÍTICO EM CHATEAUBRIAND E SÉRGIO BUARQUE....</u></b>	<b><u>215</u></b>
<b><u>3.1 CRÍTICAS AO PERSONALISMO DE TORRES À HOLANDA.....</u></b>	<b><u>219</u></b>
<b><u>3.2 A ALIANÇA LIBERAL, A REVOLUÇÃO E O PENSAMENTO BUARQUIANO/ CHATEAUBRIANO:.....</u></b>	<b><u>235</u></b>
<b><u>3.3 O PERSONALISMO DA POLÍTICA BRASILEIRA COMO OBSTÁCULO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS.....</u></b>	<b><u>246</u></b>
<b><u>4. INTELECTUAIS NA IMPRENSA: CRÍTICAS AO AUTORITARISMO NOS ARTIGOS DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND (1929-1932).....</u></b>	<b><u>281</u></b>
<b><u>4.1 DA PROTEÇÃO A ORDEM: O AUTORITARISMO E O CERCEAMENTO DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS</u></b>	<b><u>298</u></b>
<b><u>CONCLUSÃO.....</u></b>	<b><u>341</u></b>
<b><u>FONTES:.....</u></b>	<b><u>347</u></b>
<b><u>EDITORIAIS DE ASSIS CHATEAUBRIAND:.....</u></b>	<b><u>347</u></b>
<b><u>ARTIGOS DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA:.....</u></b>	<b><u>372</u></b>
<b><u>CORRESPONDÊNCIA ATIVA:.....</u></b>	<b><u>374</u></b>

CORRESPONDÊNCIA PASSIVA:.....374

**BIBLIOGRAFIA.....375**

## ÍNDICE DE ABREVIATURAS

O Jornal – OJ

Diário de São Paulo – DSP

Diário da Noite – DN

Correio Paulistano – CP

CM – Correio da Manhã

CP – POA – Correio do Povo/ de Porto Alegre

DN – POA – Diário de Notícias/ de Porto Alegre

RAC – Revista A Cigarra

Coletânea – CHATEAUBRIAND, Assis. *O pensamento de Assis*

*Chateaubriand*. Vol. 1-9. Brasília – DF: 1992.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Essa coletânea é composta pela organização e transcrição dos editoriais de Assis Chateaubriand, que foram guardados pelo arquivo da Rede dos Diários e Associados, que hoje se encontra parte no MASP e outra no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Durante nossa pesquisa estivemos no arquivo e digitalizamos os anos dos editoriais que se encontravam em bom estado, por serem fotocópias dos editoriais, em sua maioria, alguns estão apagados e por isso optamos pelo uso da transcrição publicada na Coletânea.

## INTRODUÇÃO

Em fins dos anos de 1960, Carlos Guilherme Mota ao lado de José Honório Rodrigues, Stanley Stein, Emília Viotti da Costa, Odilon Noqueira de Mattos, Amaral Lapa, Dante Moreira Leite e outros autores empenharam-se em realizar análises revisionistas e contestadoras sobre a produção historiográfica brasileira. O ambicioso projeto foi inspirado pelos trabalhos debatidos, segundo Carlos Guilherme Mota (2002), no I Seminário de Estudos Brasileiros. Nesse evento, Antônio Cândido apresentou seu estudo, realizado 1977, sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda que intitulou: “O Significado de Raízes do Brasil”. Na introdução dessa obra, Antônio Cândido citou: Gilberto Freyre, com *Casa-grande e Senzala* (1933); Sérgio Buarque com “Raízes do Brasil” (1936), e a obra de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1933). Canonizou não apenas esses nomes na historiografia brasileira, chamando-os de “intérpretes do Brasil”, como também forneceu a base do que seria o senso comum do conceito de intelectual e intérprete brasileiro, para os estudos posteriores.

Raros historiadores e estudiosos da historiografia brasileira, posteriormente, vieram a questionar tal classificação. No consagrado livro *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, Carlos Guilherme Mota apenas acrescentou mais um nome à tríade, o de Roberto Simonsen (1937), com o livro *História Econômica do Brasil*. Só mais recentemente, em 2004, Maria Stella Bresciane publicou o estudo, já considerado um clássico, *O Charme da Ciência e a sedução da subjetividade*, no qual não rompeu

totalmente com a proposta de Cândido, mas partiu dela para demonstrar suas limitações e apresentar o banido Oliveira Vianna como um intérprete do Brasil. Traçou diversos comparativos entre os escritos dele e os de Sérgio Buarque de Holanda de forma a evidenciar pontos de diálogo entre os dois e afirmou que pretendia devolver ao Vianna seu lugar de intérprete.

Os objetivos desses trabalhos eram, conforme apresentado por Mota, *“indicar os momentos decisivos do processo de conhecimento histórico no Brasil (...) apontando os temas predominantes em cada momento, bem como alguns traços metodológicos e os conteúdos ideológicos das principais produções”* (MOTA, 2002:22). Compreender como os intelectuais brasileiros, em sua maioria sem vivência acadêmica semelhante a que temos atualmente, pensaram o Brasil, suas gentes, política, sociedade e cultura até a metade do século XX e principalmente como construíram suas obras, direções ideológicas, influências e fontes não foi apenas o objetivo traçado por esse grupo indicado por Mota, mas, se estendeu a outros historiadores, sociólogos, cientistas políticos, como em Maria Stella Bresciane já referida.

Aqui podemos enumerar alguns trabalhos produzidos mais recentemente, mas que, nos apresentam a mesma inspiração daqueles iniciados na década de 1960, como: *“As formas do mesmo”* de Nilo Odália (1997), o já citado *“Ideologia da Cultura Brasileira 1933-1974”* de Carlos Guilherme Mota (1977), *“Ladrilheiros e semeadores”*, de Luís Guilherme Piva (2000), *“Introdução ao Brasil: um banquete no*

trópico”, de Lourenço Dantas Mota, publicado pela editora do Senac em 2000, “Intérpretes do Brasil”, organizado por Gunter Axt e Fernando Schüler em 2004, fruto do evento de mesmo nome realizado em Porto Alegre, na Casa Mário Quintana e, mais recentemente, o já referido “O charme da ciência e a sedução da objetividade”, de Maria Stella Martins Bresciane (2005), entre muitos outros. Na mesma direção podemos citar teses e dissertações como: “Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)”, defendida na Unicamp, em 2003, por Marcus Vinícios Corrêa Carvalho. Também, a dissertação defendida no Programa de pós-graduação em História da PUCRS, em 2005, por Júlia Silveira Matos, sob a orientação do professor Dr. Moacyr Flores, intitulada “Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, diálogos com a política e a História do Brasil”. Ainda integrando o rol de publicações, referenciamos a tese de Rodrigo Ruiz Sanches intitulada “Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente”, defendida em 2007 no doutorado em Sociologia da Universidade Federal de São Paulo, entre tantas outras pesquisas.

A partir dessa perspectiva, nessa tese não nos propomos, apenas, apresentar mais um estudo sobre a produção dos intérpretes do Brasil, de como viram a cultura nacional, suas falhas, problemas e etc. Contudo, objetivamos transcender os modelos impostos e trazer a cena seus projetos políticos. Consideramos a relevância das palavras de Mota, que afirmou a preocupação política de Sérgio Buarque de Holanda, o qual:



*“trazia em seu bojo a crítica (talvez demasiado erudita e metafórica para o incipiente e abafado ambiente cultural e político da época) ao **autoritarismo** e às vésperas hierárquicas sempre presentes nas explicações do Brasil”* (1994: 31 – grifo nosso). Assim, segundo Mota, a crítica de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil* se destinava, além da cultura, também ao cenário político e principalmente ao autoritarismo implantado no Brasil. Todavia, podemos acrescentar que a crítica de Sérgio Buarque não era nova em seus escritos de 1936 e muito menos foi fruto do contexto pós-revolução de 1930, ela apareceu nos artigos publicados entre 1929 e 1932 e faziam parte de seu ideário nacionalista, como procuramos demonstrar nessa tese.

Rodrigo Ruiz Sanches também afirmou, na tese de doutoramento, que Sérgio Buarque, *“sempre se posicionou contrário a qualquer forma de autoritarismo que cerceasse a liberdade das pessoas ou implicasse um retrocesso no fortalecimento das instituições republicanas”* (SACHES, 2007:119). A crítica de Sérgio Buarque de Holanda a todo tipo de autoritarismo foi amplamente apresentada em *Raízes do Brasil*, conforme continuou argumentando o pesquisador. Segundo Sanches, para o autor de *Raízes*, esse modelo autoritário de organização existente já em Portugal no tempo da colônia, foi simplesmente transportado para o Brasil e causou a confusão entre público e privado, contribuiu *“para a não-separação entre as coisas públicas e os negócios privados, dando origem a corrupção, uma das possíveis consequências desse problema”* (SANCHES, 2007:118). Certamente, conforme analisamos na presente tese,

essa foi uma das críticas centrais do pensamento buarquiano. No entanto, ela não se delineou apenas em sua primeira obra, mas, antecede a própria, foi largamente discutida na produção jornalística do intelectual durante os anos de 1929-32.

Como procuramos demonstrar, seu olhar e diagnósticos sobre os problemas nacionais antecederam em muito a Revolução e dialogaram diretamente com seu campo de relações e principalmente, com outro personagem nunca apresentado ou estudado a partir do conceito de intelectual<sup>2</sup> e de intérprete: Assis Chateaubriand. Em nosso trabalho visamos preencher essa lacuna. Não nos debruçamos, exclusivamente, sobre as obras histórico-sociológicas de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, mas procuramos demonstrar que suas reflexões tiveram, em um primeiro momento, outro suporte que o não os dos livros.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (2005:09), muitos intelectuais, no decorrer do século XIX e XX, escreviam para os jornais por considerarem esses meios os “ideais” de propagação de seu pensamento. Logo, importantes escritos apareceram primeiro na imprensa, para só depois ganharem o suporte de livro. *“Portanto, escrever*

---

<sup>2</sup> Classificamos Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand como intelectuais intérpretes políticos, por compreendermos na perspectiva de Norberto Bobbio que ambos se propuseram a fornecer princípios-guia, que elaboraram e apresentaram com base nos quais a ação política se afirmaria racional, por estar de acordo com os valores propostos como fins a perseguir, nesse caso a liberal-democracia (CF. BOBBIO, 1997:118-119). Também, na mesma direção proposta por Jean-François Sirinelli, consideramos Sérgio Buarque e Chateaubriand como intelectuais políticos porque apresentam em suas trajetórias um engajamento na vida política nacional, através da assinatura de seus artigos e editoriais (CF. SIRINELLI, 2003:243). Por fim, percebemos que suas atividades enquanto intelectuais políticos, em diálogo com Renato Janine Ribeiro, tiveram nos textos jornalísticos estratégias de ação, através dos quais procuraram produzir efeito sobre o cenário político nacional (CF. RIBEIRO, 1989:121). O texto foi para eles uma arma, e como argumentou André Botelho, os intelectuais dos anos de 1920-30, se consideravam portadores dos interesses “gerais da sociedade e seus mediadores junto ao Estado” (BOTELHO, 2005:45).

*para a imprensa e escrever cartas eram práticas culturais muito exercidas pelos intelectuais do século XIX e início do XX, constituindo-se em forma de expressão central para todos eles, tanto material como simbolicamente*". Como nos afirmou Castro, para os intelectuais, a imprensa era um importante instrumento para alcance das massas. Sendo assim, os jornais foram, tanto para Sérgio Buarque, quanto para Assis Chateaubriand, o primeiro suporte para divulgação de seu ideário nacionalista. Por essa razão chamamos seus conjuntos de idéias, diagnósticos e soluções propostas para o Brasil, entre 1929-1932, de ideário nacionalista.

Na presente pesquisa nos detivemos na análise da produção jornalística de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand,<sup>3</sup> durante os anos entre 1929 e 1932, devido aproximação profissional entre eles e também aos seus engajamentos nos movimentos aliancista<sup>4</sup> e constitucionalista<sup>5</sup>.

Chateaubriand, em 1924, comprou de Renato Toledo Lopes o OJ, veículo de imprensa no qual o historiador já prestava serviço.<sup>6</sup> A partir deste momento houve grande aproximação entre os dois, tendo Sérgio Buarque trabalhado como

---

<sup>3</sup> Assis Chateaubriand publicou seu primeiro livro em 1921, intitulado *Alemanha: (dias idos e vividos)* pela Almanak Laemmert. Esta obra possui mais de 500 páginas, é uma organização dos melhores artigos e entrevistas feitas no ano anterior, no qual Chateaubriand passou na Europa.

<sup>4</sup> Chamamos de aliancista o movimento em torno da Aliança Liberal, órgão que lançou Getúlio Vargas como candidato à presidência da República em oposição à candidatura situacionista de Júlio Prestes.

<sup>5</sup> Movimento que culminou com a Revolução Constitucionalista em São Paulo.

<sup>6</sup> Sérgio Buarque foi chamado para trabalhar no jovem O Jornal por seu amigo Renato Toledo Lopes, que "... formou uma equipe quase que só de amigos familiarizados com as letras – entre eles o jovem ensaísta Sérgio Buarque de Holanda (...)". MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994, p.136. Desta forma, sua aproximação com Assis Chateaubriand, não foi intencional, mas ocasional, pois quando o jornal foi comprado pelo jornalista Sérgio Buarque já era funcionário do mesmo.

correspondente do OJ e DSP, no final de 1929 até novembro de 1930, na Alemanha.

A enfática campanha pelas liberdades e pela democracia liderada por Chateaubriand, nesses anos, teve culminância com sua atuação junto à cúpula organizadora da Aliança Liberal, órgão que projetou Getúlio Vargas para candidato à presidência e que depois encabeçou a Revolução de 1930. Ele, além de um dos líderes da campanha aliancista em 1929-30, também desenvolveu um relacionamento com Getúlio Vargas que assumira características de uma amizade íntima.

Depois de todo o posicionamento ao lado de Vargas, com alvo na defesa das liberdades, no entanto, Chateaubriand ao perceber delineamentos autoritários negativos nas diretrizes governistas, conforme analisamos no último capítulo dessa tese, retirou seu apoio ao governo.

Considerando eventos como esses no contexto das vidas de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, nos propomos analisar seus projetos políticos, como ideários nacionalistas,<sup>7</sup> nos artigos e editoriais veiculados por eles na imprensa entre os anos de 1929-32. O primeiro autor possui uma quantidade numericamente superior de publicações em relação ao segundo, justamente por ter ao seu dispor uma rede de jornais, enquanto o segundo, apenas como correspondente internacional, publicou muito menos. Entretanto, nos foi muito importante perceber que os escritos de

---

<sup>7</sup> Na direção proposta por Bobbio, apresentamos o conceito de ideário nacionalista como o conjunto de ação e praxis, guiadas por idéias gerais a respeito dos princípios a perseguir, necessários para alcançar os fins estabelecidos, os quais ele chamou também de “valores”, “idealidade” e “visões de mundo” (CF. BOBBIO, 1997:118), que no caso de Sérgio Buarque e Chateaubriand eram a liberal-democracia.

Chateaubriand eram editoriais que transmitiam o posicionamento do jornal, enquanto que os de Sérgio Buarque eram artigos encomendados pelo veículo e por isso, também, de alguma forma, transmitiam a visão do mesmo. Além disso, o espaço central de primeira página concedido aos artigos buarquianos nos demonstrou a importância temática de seus textos e a partir da percepção das similaridades temáticas com os editoriais chateaubrianos, compreendemos que juntos eles defendiam uma causa maior do que a simples campanha eleitoral varguista.

Em nossa análise percebemos que desde o princípio de 1920, os textos de Sérgio Buarque seguiam temáticas semelhantes aos editoriais de Assis Chateaubriand. Um exemplo disso foi o entrecruzamento temático da campanha encabeçada por Assis Chateaubriand em protesto ao banimento da família real<sup>8</sup> com o artigo publicado por Sérgio Buarque, no mesmo ano de 1920, na revista RAC, intitulado “Viva o Imperador”, no qual ele criticou o decreto-lei que manteve na Constituição brasileira, o banimento imperial e conseqüente permanência dos restos mortais de D. Pedro II, fora do país.

Nesse texto, o historiador afirmou que, o imperador, no momento em que o Brasil passava por uma grande crise, “*deu-lhe o que de melhor podia dar, deu-lhe a liberdade*”. No entanto, em suas palavras, “*como sóe acontecer sempre, não tardou o*

---

<sup>8</sup> “Durante os anos em que trabalhara no Rio de Janeiro, ele encabeçara uma campanha, por meio de artigos no Correio da Manhã e no Jornal do Brasil, pela revogação do decreto que banira a família Imperial do território brasileiro”. MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo. Companhia das Letras, 1994, p.112.

*aparecimento de invejosos que tomaram a peito fazer uma campanha contra o homem a quem o Brasil tudo devia*” (RAC, 6/1920). O imperador apesar de deposto, em favor do nascimento da República, deveria ser reconhecido por seu caráter como “bom chefe” da nação, e por isso “*não se justifica mais a permanência em terra estranha dos restos mortais daquele que em vida foi a encarnação perfeita da bondade e da justiça*”(RAC, 6/1920). A partir da análise do texto podemos compreender que para Sérgio Buarque a liberdade conferida a nação pela monarquia era o símbolo da boa governança do imperador. Considerado por muitos, conforme argumentou Sérgio Buarque, como um representante da “Democracia coroadada”. A questão defendida nesse artigo pelo intelectual não era fundamentada na defesa da República ou da Monarquia, como regimes políticos, mas na democracia e nas liberdades. A partir das leituras dos textos jornalísticos dos intelectuais fomos aos poucos percebendo a centralidade das temáticas liberdade e democracia.

Quando refletimos sobre a proximidade do pensamento de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, percebemos que normalmente Sérgio Buarque de Holanda é comparado com Gilberto Freire, ou estudado a partir dos questionamentos da identidade brasileira, enquanto, Assis Chateaubriand, sem maiores comparações, é estudado<sup>9</sup> por sua atuação nos meios de comunicação nacionais em conjunto com seu papel como

---

<sup>9</sup> Vale salientar que sobre Assis Chateaubriand, fizemos pesquisa nos bancos de dados das universidades, inclusive nos arquivos on-line da Biblioteca do Congresso Norte Americano [www.loc.gov/index](http://www.loc.gov/index) e <http://catalogo.loc.gov/>, (considerada a maior biblioteca hoje no mundo), além do levantamento bibliográfico. Nesta pesquisa, encontramos pouquíssimos trabalhos na área de comunicação social e na área de história não encontramos nenhum específico sobre o jornalista, sendo a maioria de produção da própria Fundação Assis Chateaubriand, hoje localizada em Brasília.

empreendedor de uma das maiores redes jornalísticas do Brasil.

No entanto, ao estudá-los para a produção de nossa dissertação de mestrado, percebemos, o quanto foram semelhantes suas trajetórias intelectuais, ao mesmo tempo em que são profissionalmente antagônicas. Por outro lado, consideramos mais próprio na hora das seleções para produção de análises comparativas, a escolha de pensadores contemporâneos, de mesma formação e que tenham produzido seus escritos dentro da mesma década e em contextos semelhantes.

Precisamos perceber que a aproximação entre ambos não se deu apenas pelo conteúdo dos escritos, mas também por suas trajetórias. Sérgio Buarque e Chateaubriand formaram-se em Direito, cedo ingressaram na vida jornalística e envolveram-se com o modernismo paulista.<sup>10</sup> A princípio, vimos sua aproximação profissional<sup>11</sup> nos bastidores do OJ. No entanto, as similaridades temáticas de seus editoriais e artigos nos chamaram a atenção.

Sérgio Buarque entre final de 1929 e início de 30, publicou uma série de artigos

---

<sup>10</sup> Sérgio Buarque de Holanda esteve apoiando o movimento modernista desde sua gestação. Somente no final da década de 20 distanciou-se dele por divergências teóricas, enquanto Chateaubriand fez a trajetória contrária, no princípio não apoiou os modernos e em 1929 acabou por ceder espaço no Diário de São Paulo para publicação da segunda edição da Revista de Antropofagia.

<sup>11</sup> Assis Chateaubriand, assim como Sérgio Buarque, também passou algum tempo na Alemanha como correspondente jornalístico "... o Correio queria que ele passasse um ano na Alemanha, escrevendo artigos e fazendo entrevistas com os vencidos da Primeira Guerra. Chateaubriand quis saber por que ele tinha sido escolhido, e recebeu como resposta um rasgado elogio: - Escolhi o melhor. Eu não poderia mandar nessa missão um jornalista médio ou um sofrível. E o melhor que eu conheço é você. A Alemanha é um país central, de onde você poderá circular com desenvoltura pela Europa". MORAIS, Fernando. Chato: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo. Companhia das Letras, 1994, p.110. Esta citação, nos dá uma pista dos motivos que levaram Chateaubriand a escolher a Sérgio Buarque como correspondente no exterior do OJ e a Alemanha com destino.

sobre a política internacional no OJ e no DSP<sup>12</sup>, ambos veículos de imprensa pertencentes a Assis Chateaubriand. A democracia e a participação popular apareceram como temas contundentes, como é o exemplo do artigo intitulado *Nacionalismo e Monarquismo na Alemanha*, no qual relatou que na Alemanha “o povo elege representantes ao parlamento; homens de sua confiança são escolhidos para ministros, constituindo o governo do Reich” (OJ, 26/03/1930:01). Aqui vemos a denúncia e crítica do jovem historiador. Para ele, um país forte necessariamente tinha a participação popular, esse país era a Alemanha, que se reconstruía com rapidez apesar da constante intervenção americana. Em meio ao contexto pré-eleitoral brasileiro de 1929, não era difícil aos leitores do OJ compararem o sistema de voto alemão com o do Brasil.

Ao mesmo tempo, vemos que, no mesmo jornal, Chateaubriand abordava constantemente a temática do voto secreto. No editorial “O escravo de Minas” relatou: “*Minas fazia o voto secreto: Minas se empenhava em apresentar eleições livres*” (OJ, 20/08/1929:04). Nesse, o jornalista defendeu não somente o voto secreto, como principalmente a liberdade eleitoral, ou seja, a livre participação popular no governo. Em outro texto, “A moralidade do voto”, podemos ver novamente essa temática abordada:

---

<sup>12</sup> O Diário de São Paulo foi fundado em São Paulo por Assis Chateaubriand em 1929, para fazer frente ao Estado de São Paulo pertencente família Mesquita, o qual o jornalista tentou comprar e não conseguiu. Esse jornal como todos da rede, exceto o Diário de Notícias de Porto Alegre que ficou conhecido como o “rebelde” da rede, seguiam a linha editorial do O Jornal, inclusive com local cativo para publicação dos textos do “patrão”. Sendo assim, os textos de Sérgio Buarque foram publicados nesse jornal na mesma paginação e destaque que no O Jornal.



Vamos dizer em duas palavras. Em São Paulo, como em quase todos os estados do Brasil, o voto só nominalmente pode ser considerado secreto. Secreto na sua concepção e na sua natureza, ele se faz escandalosamente público a hora da votação, afim de tornar possível a fiscalização dos rebanhos eleitorais (OJ, 21/08/1929: 04).

Assis Chateaubriand, nesse texto, denunciou o sistema de voto de “cabresto” brasileiro. A defesa pelas liberdades e democracia pareceu dirigir seus escritos e posicionamentos, conforme constatamos em “A Democracia”: “*A democracia não é paul<sup>13</sup>, mas a correnteza; a escravidão e a vassalagem a homens, senão a liberdade e a independência, no meio dos princípios*” (OJ, 03/01/1937:04). Para o jornalista, a democracia era a única capaz de exterminar o poder dos personalismos impostos pelos grupos dirigentes e finalmente implantar a liberdade e a independência no país.

Diante das análises de seus escritos, assim como de suas trajetórias profissionais, surgiram inúmeros questionamentos. Três especificamente, dirigiram esta pesquisa, que visou, através dos textos jornalísticos, perceber o ideário nacionalista desses dois intelectuais. Assim, almejamos analisar: Que tipo de liberdade defendiam? Como o conceito de liberdade se relacionou com suas defesas da democracia? A defesa das liberdades e da democracia teriam sido propulsoras de suas críticas aos personalismos e autoritarismos da política brasileira?

Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar e reconstruir o ideário nacionalista e a proposta liberal-democrata de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand,

---

<sup>13</sup> Segundo o Dicionário Didático Brasileiro, Paul quer dizer Pântano, água estagnada, terra alagadiça, brejo, o mesmo que atoleiro. Desta forma, podemos compreender que nesse texto Chateaubriand afirmou que a Democracia não é um lugar no qual atolamos, ficamos presos ou estagnados.

retratados nos textos jornalísticos de ambos os autores, produzidos no mesmo contexto histórico. Visamos fazer um balanço do pensamento político de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, diluídos em seus textos jornalísticos.

Em princípio distinguimos no trabalho de leitura das fontes dois dispositivos: o teórico e o ideológico. No primeiro objetivamos reconhecer a materialidade dos fatos, ou seja, o funcionamento da língua para o discurso, seus efeitos metafóricos. Nosso primeiro passo no processo de decodificação das fontes foi a leitura detalhada dos textos de forma a analisar seus “atos simbólicos”. Através dessa primeira leitura procuramos compreender como o texto produz sentidos e desta forma, distinguirmos os sujeitos e suas posições no texto, ou seja, se apresentavam críticas ou defesas de idéias. Transposta a etapa da leitura das fontes e escolhida a Análise de Conteúdo como metodologia a ser seguida, passamos ao segundo dispositivo, o ideológico.

O segundo passo da interpretação foi analisar a injunção, o contexto no qual a documentação estava inserida. Isto porque, somos conscientes de que as condições históricas nas quais os editoriais e artigos estavam intrinsecamente ligados são singulares e as relações com a interpretação são diferentes.

Assim, a segunda etapa foi o levantamento e análise das relações entre o texto, seu autor e o contexto de produção. Entendemos importante estudar as trajetórias pessoais dos autores de forma comparativa. Após pensarmos estas relações contextuais e interpretativas passamos a outra parte do trabalho conforme nos é proposto por

Laurence Bardin (1977).

Para a autora, a Análise de Conteúdo organiza-se em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Primeiramente concluímos as duas primeiras etapas sugeridas pela autora e produzimos as tabelas quantitativas, que apresentamos em anexo.

A pré-análise foi a organização do material, sua escolha, as hipóteses que guiaram esse trabalho e os objetivos para sua elaboração. Fizemos o levantamento documental e partimos da hipótese de que tanto Sérgio Buarque, quanto Assis Chateaubriand, tinham não apenas críticas ao sistema político brasileiro, como uma proposta para a implantação de um novo governo sustentado pelos ideais da liberal-democracia, conceito que aparece nos textos jornalísticos que aqui analisamos.

Antes de seguir propriamente para a terceira etapa, foi preciso ainda realizar a preparação do material, a qual consistiu em reunir o material coletado e anotar em fichas os temas dos artigos, as questões sugeridas e a classificação por equivalência. Transposta estas fases, o tratamento dos resultados e a interpretação foi a forma de alcançarmos inferências e “... *adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas*”(BARDIN, 1977:101). Dessa forma, fizemos a codificação do material, ou seja, a transformação dos dados brutos do texto, por recorte, agregação em unidades e enumeração, as quais,

conforme Bardin, permitiram a descrição do conteúdo dos textos aqui estudados.

A etapa que nos pareceu central no processo de decodificação das fontes foi a eleição das Unidades de Registro e de Contexto. Primeiramente consistiu no levantamento de temas, núcleos de sentido, “... *que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo de análise*” (BARDIN, 1977:105). Essa etapa foi tratada a partir da compreensão que estava diretamente ligada à Unidade de Contexto que serviu para codificar a Unidade de Registro e corresponde a parte da mensagem.

Entendemos esta etapa como cerne do processo de interpretação das fontes, porque a partir dela categorizamos o conjunto documental. “*A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos*” (BARDIN, 1977:117). Assim, após dividirmos os textos em Unidades de Informação, os re-agrupamos em categorias e estas em temas e a seguir fizemos as inferências e interpretação das conclusões do processo de análise e decodificação dos documentos.

Depois de cumpridas todas essas etapas, verificamos o entrecruzamento e a complementaridade temática entre os textos jornalísticos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.

Portanto, conforme proposto por Quentin Skinner, a essência de nosso método e teoria “*consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam por sua vez, identificar o que seus autores estavam fazendo ao escrevê-los*” (SKINNER, 1999:22). Seus campos de relações, trabalho e diálogos intertextuais foram centrais em nossa análise para compreendermos as interpretações feitas sobre o cenário político brasileiro naqueles anos. Mais do que nunca, considerando as aproximações profissionais e percebendo os pontos de contatos em seus escritos, entendemos necessária e urgente a comparação entre as críticas e propostas apresentadas por ambos. Nessa perspectiva, no presente trabalho não tratamos a linguagem apenas como proposições, “*mas, como passos numa argumentação*” (SKINNER, 1999:23). Essa argumentação, para nós, visava à mudança, e, dessa forma, seus escritos transcenderam a simples reflexão e adentraram os campos da ação política. Mais do que intérpretes, Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand foram agentes da mudança entre os anos revolucionários de 1929-1932.

A aproximação entre os dois personagens, (tratados de maneira tão diferente na historiografia), situamos justamente no contexto da vida de Sérgio Buarque de Holanda, no ano de 1929, quando encontramos, em sua filiação ao OJ, a grande guinada e a direção de nossa análise.

Entre os anos de 1924 e julho de 1929, sua participação como articulista no OJ, veículo que alavancaria a rede dos Diários e Associados, era quase “nula”, apenas com

publicações esporádicas. Todavia, essa situação mudou radicalmente a partir de agosto de 1929: de crítico literário, Sérgio Buarque passou a ser correspondente na Alemanha e países vizinhos, enviando artigos sobre a política internacional e nacional para a redação do OJ e do DSP. Seus textos, que modestamente eram publicados nas quartas ou quintas páginas, logo ganharam a primeira página, com destaque central.

Em meio ao contexto pré-eleitoral e pré-revolucionário de 1929 – aqui chamamos de pré-revolucionário porque, conforme analisado e quantificado na dissertação “Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, diálogos com a política e a História do Brasil”, cerca de 10 % de todas as matérias publicadas no OJ desde janeiro de 1929 já se referiam a possível necessidade de uma revolução para se fazer valer a vontade nacional (2005: cap. 2. 45-48) –, vemos os escritos e destinos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand se entrecruzarem. Chateaubriand, que se destacara por seus embates políticos como jornalista, muito mais do que como advogado, “ladeou” os artigos do jovem historiador, com inflamadas críticas estampadas em sua coluna diária.

Sendo assim, na presente introdução, procuramos esclarecer o melhor possível a tese que guiou esse trabalho e oferecemos agora a estrutura e objetivos dos capítulos entregues.

Como colocado anteriormente, nessa tese nosso objetivo foi situar a teoria e a prática política de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, registradas em

seus editoriais e artigos jornalísticos no contexto intelectual dos anos de 1929-1932, de forma a demonstrar que suas posições e reflexões não foram simplesmente respostas àquele cenário, mas sim, frutos de elaboradas matrizes do pensamento político.

Estruturamos a presente tese em duas partes distintas, distribuídas em dois capítulos: na primeira parte, discutimos a base do pensamento político de ambos autores, fundamental para a formação de seus ideários nacionalistas e na segunda apresentamos as críticas e pontos de contatos em suas discussões sobre o cenário político nacional.

A primeira parte, intitula-se **“Liberdade e Democracia: modelos buarquianos e chateaubrianos para a política brasileira”**. No primeiro capítulo da mesma: ***“As idéias em seu contexto: a gênese dos ideais de liberdade e democracia em Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand nas décadas de 1920-1930”***, analisamos as relações entre as produções, jornalísticas e bibliográficas de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand e seu campo intelectual, diálogos com seus amigos e textos. Através da análise do contexto de 1920-1930, almejamos perceber as influências e as relações dos temas tratados nos editoriais de Chateaubriand e nos artigos de Sérgio Buarque com suas posteriores produções, assim como, os possíveis diálogos com os quadros mais amplos de discussão intelectual desse período. Sendo assim, analisamos a gênese de seus pensamentos a partir da análise das relações entre seus textos jornalísticos e escritos de literatos e políticos pertencentes ao seu campo de relações e com suas

próprias obras. No segundo capítulo, *“Diálogos com o liberalismo: O Estado brasileiro e os ideais de liberdade e democracia na produção jornalística de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932)”*, abordamos as discussões sobre as temáticas Liberdade e Democracia no pensamento buarquiano e chateaubriano, as repercussões destes temas na imprensa entre os anos de 1929-1932, e suas relações com a doutrina liberal democrata.

A segunda parte da tese: **“Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand por uma política brasileira sem vícios”**, foi centrada na análise das linhas de argumentação que os intelectuais, aqui estudados, adotaram para validar as críticas ao despotismo e personalismo e como as inter-relacionaram com suas discussões sobre os temas Liberdade e Democracia. No primeiro capítulo, dessa divisão e terceiro da tese, *“Da Guilhotina ao vício: A Aliança Liberal e as críticas ao personalismo político em Chateaubriand e Sérgio Buarque”*, trabalhamos as críticas de Sérgio Buarque e Chateaubriand aos vícios personalistas na política nacional, como obstáculos para a implementação da democracia no país. Antes, porém, procuramos situar suas idéias dentro do campo de discussão, ou seja, a relação com outros textos anteriores de matriz próxima e, da mesma forma, seus próprios livros. No segundo ou quarto capítulo, conforme enumeramos, versamos sobre as críticas aos autoritarismos, o enquadramento do governo brasileiro nesse conceito e os entendimentos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand do que seria um governo autoritário. Também apontamos as



diferenças que demarcaram entre as características despóticas e tirânicas do autoritarismo da República Velha, sua origem no personalismo e seus implicativos para as questões dos direitos individuais de liberdade, o que intitulamos *“Intelectuais na imprensa: críticas ao autoritarismo nos artigos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand (1929-1932)”*.

Almejamos com essa estrutura esclarecer a postura adotada por Sergio Buarque e Assis Chateaubriand perante o contexto político nacional entre os anos de 1929-1932. Um dos fatores primordiais para o entendimento da importância conferida à imprensa por ambos os autores, é que tanto um, quanto o outro, reconheciam no seu discurso um poder transformador. Para ambos a imprensa era um meio de atuação no contexto governamental da nação, através da qual poderiam contribuir para as necessárias mudanças político-institucionais no Brasil. Novamente concordando com Ângela de Castro Gomes, a imprensa era *“um recurso estratégico em um país onde o número de editoras ainda era pequeno”* (2005:09). Crentes no poder transformador da opinião pública, ou seja, das massas, Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand pretenderam, através da imprensa, não apenas pregar a transformação, como também, executar a Revolução política no Brasil.

**PARTE I - “LIBERDADE E DEMOCRACIA: MODELOS BUARQUIANOS E CHATEAUBRIANOS PARA A POLÍTICA BRASILEIRA”**

**1. “AS IDÉIAS EM SEU CONTEXTO: A GÊNESE DOS IDEAIS DE LIBERDADE E DEMOCRACIA EM SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND NAS DÉCADAS DE 1920-1930”**

*“a linguagem vai além dos signos”. Maurice Merleau-Ponty*

No presente capítulo discutiremos o contexto histórico e intelectual em que o ideário nacionalista de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda se formou e se fixou. Entendemos, nesse momento, importante compreendermos as relações entre as idéias de Liberdade e Democracia, assim como a democracia-liberal, e o universo de pensamentos e de ações do qual ambos os intelectuais fizeram parte e dialogaram em seus escritos.

Nessa direção, Quentin Skinner salientou que a fim de percebermos a produção intelectual como resposta a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade onde viveram os autores estudados, em nosso caso: Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda. Afinal, não podemos olhá-los como sujeitos a parte das estruturas mentais de sua sociedade, como se analisassem os eventos de fora, como se fossem meramente re-constituidores do passado ou observadores de seu tempo.

Na tese, em seu todo, temos como ponto de partida pensar os intelectuais dialogando e se referindo aos problemas de sua sociedade, tempo e cultura, como sujeitos ativos frente aos eventos, que em suas atividades, fossem jornalísticas, literárias ou historiográficas, buscavam articular respostas e soluções para a nação. Como

afirmou Michel de Certeau,

ainda que isso seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizaram em função de problemáticas impostas por uma situação”(2000:34).

Seja no campo do imediato do qual a imprensa é a rainha ou da análise histórica e sociológica, como nos afirmou Certeau em sua análise, toda a atividade intelectual, de alguma forma, é dirigida por inquietações e insatisfações relativas ao presente.

Em concordância com essa afirmação, Jean-François Sirinelli afirmou que o historiador ou pensador, seja de qualquer especialidade, *“bebe em seu presente e, longe de pensar que 'é de nenhum tempo e de país nenhum', ele sabe que está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade à qual pertence”* (1999:78). A comunidade referida por Sirinelli, quando refletimos em relação a Chateaubriand e Sérgio Buarque não é a sociedade brasileira como um todo, mas fundamentalmente seu campo de relações e amizades, suas leituras e escritos, antecessores da produção jornalística, contemporâneos ou não.

Sendo assim, nesse capítulo, almejamos situar os artigos<sup>14</sup> e editoriais<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> É um texto, normalmente escrito por um especialista e não por um jornalista, de opinião sobre assuntos determinados. Os escritos de Sérgio Buarque, que como um correspondente internacional tinha a função de observar o contexto sócio-político da Europa e comenta-lo a partir de sua constante comparação com as realidades brasileiras, se enquadra na definição de artigo. Ver mais: RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de Comunicação, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

<sup>15</sup> O editorial é um gênero de texto no qual o autor exprime o parecer do jornal acerca de determinado assunto. É por excelência um texto dissertativo, com finalidade de propagar o ideário da empresa. Apresenta idéias que evidenciam o ponto de vista escolhido pelo jornal a respeito da matéria em questão. No caso de Assis Chateaubriand, seus editoriais visavam propagar seu ideário nacionalista que tinha como base a reforma política da nação. Ver mais: RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de Comunicação, Rio de Janeiro: Campus, 2002.

jornalísticos de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, produzidos entre 1929-1932, em seus contextos de ação e de idéias, que não são propriamente os de produção imediata, mas o “local” no qual deitaram as raízes teóricas e doutrinárias de suas propostas de renovação política para o Brasil, da mesma forma que substanciou seus questionamentos sobre a realidade e projetos de mudanças futuras.

Portanto, algumas questões buscamos responder nesse capítulo: Como dois sujeitos de origens e trajetórias diferentes se aproximaram, não apenas profissionalmente, mas principalmente constituíram ideários político-nacionalistas tão próximos? Teriam sido os ideais de Liberdade e Democracia tratados exclusivamente nos escritos desses dois intelectuais, ou outros pensadores de seus círculos de contato também tiveram esses temas como preocupação em seus escritos? E ainda, os temas tratados em seus artigos jornalísticos entre 1929 e 1932 se encerraram nesse contexto, ou apareceram em seus textos anteriores, da mesma forma que posteriores? Por fim, as preocupações com a política brasileira, manifestas nesses artigos de alguma forma inspiraram seus livros, *Terra deshumana* e *Raízes do Brasil*?

Essas questões dirigiram esse capítulo, no qual objetivamos estabelecer um diálogo entre as produções literárias e políticas que marcaram as primeiras três décadas do século XX, de forma a clarearmos nosso debate, sobre os ideais de Liberdade e Democracia em Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda. Ao mesmo tempo buscamos relacionar seus quadros de idéias a aspectos pontuais do processo pelo qual

se formou a discussão sobre a liberal-democracia em fins de 1929. Dessa forma, ambicionamos demonstrar como os escritos de ambos os intelectuais se relacionam a um quadro mais amplo do ideário nacionalista brasileiro, o qual não se fecha nos anos de 1929 e 1932 – período ao qual centramos nossa discussão por considerarmos o momento ápice da formulação do pensamento político de Chateaubriand e Sérgio Buarque –, mas, se alarga entre os anos de 1900-1930 de acordo com suas produções e relações.

### **1.1 O nacionalismo brasileiro e sua proposta de renovação: da literatura à política**

Nesse trabalho chamamos de nacionalismo brasileiro os diversos movimentos literários, artísticos e políticos que de alguma forma buscaram se renovar sob outros cânones, originalmente voltados para a cultura e as realidades nacionais. Tais movimentos podem nos ser exemplificados pelo: modernismo, encabeçado na literatura por Mário de Andrade e Oswald de Andrade; nas artes por Tarsila do Amaral e Anita Malfati; ainda na literatura pela campanha “O petróleo é nosso” de Monteiro Lobato; na política pela democracia autoritária de Oliveira Vianna; pelo tenentismo marcado pela Coluna Prestes,<sup>16</sup> liderada por Luís Carlos Prestes, e até pelo integralismo de Plínio

---

<sup>16</sup> Em 1923, no Rio Grande do Sul, por causa da vitória eleitoral fraudulenta de Borges de Medeiros a oposição se levantou em armas com o apoio de diversos chefes militares que esperavam a intervenção federal. Os militares não haviam esquecido ainda o caso das cartas falsas e assim, rapidamente os ânimos entre os militares revoltosos se exaltaram novamente. eclodiu então em 5 de julho de 1924, em São Paulo, mais uma rebelião para depor o Presidente da República Arthur Bernardes. Diversas unidades militares aderiram a rebelião e os revoltosos Gaúchos levantaram-se, sob o comando do Capitão Luís Carlos Prestes, e reiniciaram o levante armado. Posteriormente, em dezembro de 1924, o grupo militar rio-grandense liderado por Prestes uniu-se aos paulistas em Foz de Iguaçu, pois, esta cidade era propícia para a fuga ao exílio, por estabelecer

Salgado; nas interpretações sócio-históricas pelas leituras do Iberismo colonial de Sérgio Buarque de Holanda, primeiramente analisado por autores como Oliveira Vianna conforme discutimos no terceiro capítulo dessa tese, e na imprensa pela liberal-democracia, desenvolvimentista<sup>17</sup> de Assis Chateaubriand, conceito que analisaremos em nosso segundo capítulo.

O universo ideológico que aproxima esses movimentos e seus pensadores possui em seu cerne a luta pelo desenvolvimento de uma cultura originalmente brasileira, de integração do Estado e sociedade, do estímulo e conhecimento das realidades da nação e principalmente o reconhecimento dos problemas nacionais, do abismo entre o povo, sua elite e governo.

Interessante nesse contexto é que ainda poderíamos evidenciar os movimentos romântico, barroco e outros que marcaram a literatura brasileira ainda no século XIX, também como expressões de uma ansiedade nacionalista, no entanto, nos fixaremos mais atentamente entre o modernismo e o tenentismo, acima referidos, por comporem o campo de relações político-sociais tanto de Sérgio Buarque, quanto de Chateaubriand.

---

fronteira entre três países, Brasil, Paraguai e Argentina. No entanto, Prestes e seu grupo optaram pela continuidade da luta armada, criando assim a Coluna Prestes. Prestes acreditava que era preciso "... organizar uma coluna que fosse dotada de capacidade de deslocamento rápido e que percorresse o interior do país, entrando por Mato Grosso e rumando para São Paulo quando adesões significativas ou novas condições o permitissem". Os homens que participaram da Coluna ao lado de seu líder Luís Carlos Prestes, partindo do Rio Grande do Sul, fizeram das fronteiras, com Uruguai e Argentina, muitas vezes sua liberdade. Ver mais: MATOS, Júlia Silveira. A inversão da imagem da Coluna Prestes na imprensa: de revoltosos para heróis. In: CLEMENTE, Elvo Ir. Integração. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2003.

<sup>17</sup> Chamamos a liberal-democracia de Chateaubriand de desenvolvimentista, pelo seu caráter de estímulo, apoio e afirmação da necessidade de desenvolvimento de uma indústria nacional, fundamentada na produção de bens a partir de matérias-primas brasileiras. O exemplo desse posicionamento pode ser encontrado em sua campanha à Tarde Brasileira, em 1929-30, feira de produtos industrializados nacionais que substituiriam os importados, como a seda, o linho e outros.

Quando nos referimos a personagens tão diferentes quanto os citados, precisamos ter em mente que talvez o maior ponto de contato entre eles tenha sido exatamente a ausência de uma vivência mais profícua no meio universitário e principalmente por seus ecletismos intelectuais. Justamente por não possuírem formação em suas áreas de atuação, jornalismo, história, literatura e outros, tiveram suas formações marcadas pelas mais diversas leituras e influências, muitos buscaram no exterior os instrumentos para ler e pensar o Brasil.

Diferentemente da América espanhola, conforme discorreu Sérgio Buarque de Holanda (1973), no Brasil foi tardia a criação de Universidades, principalmente na área de História (HOLANDA, 1973: 64). Os primeiros cursos Universitários trazidos para o país foram, Direito, Medicina e Agronomia. De acordo com Francisco Barbosa:

Eram poucas as opções para os filhos de boas famílias que terminavam o curso de preparatórios e ingressavam nas faculdades. Tinham que ser bacharéis, médicos ou engenheiros, estes, em número bem menor, dado o caráter mais ‘técnico’ dessas escolas. (...) As elites culturais, políticas e administrativas, constituídas em sua maior parte por bacharéis e doutores marcavam o estilo de nossa cultura, cujas tradições se condensavam, como em núcleos de resistência às idéias inovadoras, no patriciado rural e na burguesia urbana (BARBOSA, 1988:33).

Desta forma, em 25 de janeiro de 1935, ano da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo, quando professores franceses chegaram para ministrar suas aulas no curso de História recém criado, de acordo com Claude Lévi-Strauss, encontraram um grupo de alunos que “sabiam quase tudo”, verdadeiros autodidatas. Francisco Barbosa, a esse respeito afirmou:



Os alunos tinham colossal apetite de saber. E, aliás, em certo sentido, sabiam mais que nós, pois como autodidatas haviam lido tudo, devorado tudo, mas em obras de segunda e terceira mão. Nossa função era menos ensinar-lhes coisas que ignorassem que ensinar-lhes uma disciplina intelectual (BARBOSA, 1999:132).

Este apetite de saber, como se referiu Barbosa nessa citação, marcou enfaticamente o perfil da intelectualidade brasileira no florescer do século XX. Sem tradição universitária, os pensadores brasileiros não se desenvolveram sob a hegemonia teórica de nenhuma escola de pensamento, ao contrário, serviram-se de todas, positivismo, historicismo, marxismo, enfim, tudo que aos seus olhos auxiliasse na produção de uma história e artes nacionais; parece que a única, específica e grande influência era a Europa como um todo (CF. D'ALLÉSSIO, 1994).

O contexto no qual tais movimentos, como o modernismo e o tenentismo, se desenvolveram e floresceram vinha sofrendo fortes transformações sociais, políticas e econômicas desde a Proclamação da República. A falência da Monarquia em detrimento de uma nova forma de governo de tipo republicano foi algo que abalou as estruturas intelectuais do país.

A monarquia brasileira representada na figura do intelectual e monarca Dom Pedro II foi retirada do poder. Novamente, era preciso uma reafirmação da identidade nacional. A princípio tinha-se a identidade brasileira depositada na figura do Imperador, com a Proclamação da República isto se perdera. O movimento modernista se configurou como a reação dos intelectuais frente à auto-afirmação identitária nacional.

## Segundo Pedro Calmon:

Seria absurdo pretender que a confusão que se generalizara, com a crise das instituições, no seu tríplice aspecto, político, econômico, social, poupasse o terreno pacífico dos estilos: e os artistas continuassem a fantasiar a vida como os antecessores, do romantismo. Tinham de ser polêmicos, naturalistas, céticos: exatamente nessa dispersão de tendências está a fecundidade do período, o renascimento da literatura brasileira notado em 1896 por Rubem Dario (*Los Raros*). Não há forças concêntricas, senão linhas divergentes; uma luta simbólica de utopias, cujo denominador comum é, finalmente, a adivinhação dialética de um Brasil primordial, digno de ser interpretado pelos egressos do Parnaso, parisienses de convicção, que faziam da Livraria Garnier (escreveu Ferrero) o estatutário da cultura universal. Disse Olavo Bilac, em 1907, que a sua geração acabou com o isolamento desdenhoso dos homens de letras, para que sentissem o “problema social”, ou simplesmente a vida. Referia-se à boêmia, que jovialmente os unira em patrulha, contra tudo, o Estado, a sociedade, a tradição; aos seus dias de mocidade, quando os poetas formavam *república* à parte, na República policial da ditadura; e à perdição de tantos deles, crestados no seu incêndio interior, inúteis e luminosos... (CALMON, 1963:2386-2387).

As transformações sofridas no Brasil e no Mundo, conforme a citação, com as Guerras do século XIX e posteriormente em 1914, com a Primeira Grande Guerra, atingiram de forma profunda as mais fundamentais esferas da vida em sociedade: a política e a economia. A reformulação da literatura, das artes, da história brasileira e do pensamento político, deu-se a luz de várias correntes teórico-interpretativas, e esta parece ser a grande especificidade da produção intelectual deste país. Por isso a Literatura<sup>18</sup> nacional segundo Antônio Cândido foi construída sob, “inevitável dependência” em relação aos códigos europeus.

... a língua, os estilos, os esquemas ideológicos. Eles teriam dado, a partir das academias do século XVIII, a forma culta, transnacional, a que se teriam subordinado os conteúdos da paisagem e da sociedade colonial. A história

<sup>18</sup> Como literatura entende-se toda a produção intelectual do período. Isto porque a história e a literatura estiveram de alguma forma estritamente ligadas em suas trajetórias.

brasileira teria sido uma história de integrações, mais ou menos felizes, da nossa realidade aos padrões europeus (MOTA, 1994:XV).

Contra este estigma, os intelectuais modernistas rebelaram-se, o que culminou com a eclosão da Semana da Arte Moderna, em 1922. Uniram-se em torno de um objetivo comum, uma identidade nacional na literatura e na história, em seus estilos e pensamentos. A jovem intelectualidade que florescia no início dos anos 20 clamava por originalidade, por algo brasileiro, por um referencial nacional, davam basta ao estrangeirismo.

Aqueles anos entre 1920-1924 foram marcados não apenas por eventos nas artes e na literatura, como a Semana da Arte Moderna, mas também na política pelo Tenentismo e pela Coluna prestes, como já citado. Assim, enquanto Sérgio Buarque de Holanda se engajava no movimento modernista, como representante da Revista, intitulada Klaxon, através da qual os autores almejavam proclamar e renovar as bases da cultura e do pensamento brasileiro, Assis Chateaubriand entusiasmava-se com a luta dos tenentes e colocava seu jornal em campanha pela exaltação da figura dos representantes da Coluna.

Os líderes do movimento tenentista declaradamente lutavam por maior participação no Governo, voto secreto e o fim das oligarquias. Sua bandeira foi muito explorada pelos opositores do Governo de Arthur Bernardes. Segundo Boris Fausto “*os anos vinte, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente*” (FAUSTO,

1977: 409). Sua luta e oposição ao governo instaurado representavam a possibilidade de extermínio do sistema personalista e oligárquico dominante no Brasil, conforme discorreu Boris Fausto.

Portanto, apesar de não se concentrarem na propaganda política e sim na ação, sua imagem foi amplamente divulgada e seus ideais defendidos nas páginas do OJ, órgão que fora adquirido por Chateaubriand em 1924, já após a ascensão do movimento tenentista e durante a trajetória de Prestes.

Logo o jornalista se posicionou ao lado da causa dos tenentes e ideais. Estes temas tornaram-se comuns nos seus editoriais. Conforme veremos nos capítulos que se seguem a esse, a defesa do voto secreto, como base para a democracia e o fim das oligarquias, como instrumento de cerceamento das práticas personalistas e autoritárias, constituíram temáticas recorrentes no pensamento chateaubriano no decorrer das décadas de 1920 e 1930 e mais, acima de anseios tornaram-se pontos basilares de seu pensamento político.

Em 1925, Assis Chateaubriand, opositor do governo de Arthur Bernardes, em defesa declarada da “causa” tenentista, enviou seu primo Rafael Correa de Oliveira para seguir a Coluna Prestes. “... *pela primeira vez o público lê na grande imprensa algo que até então só aparecia em panfletos políticos: entrevistas em que os chefes rebeldes descrevem suas refregas contra as forças regulares do governo federal*” (MORAIS, 1994:150). Seu jornal colocado há muito em campanha contra o Presidente Bernardes

investiu na imagem romântica e aventureira da Coluna liderada por Luís Carlos Prestes, sempre exaltando os feitos do Capitão Gaúcho, “... *sabendo que a divulgação dos movimentos da Coluna era mais uma maneira de azucrinar o presidente da República (...)*”(MORAIS, 1994:150).

Se o intuito era ou não atrapalhar o governo Bernardes, como afirmou Morais, não sabemos, mas seu apoio foi declarado ao tenentismo, conforme imprimiu nas páginas do OJ. No ano de 1927, seu jornal foi protagonista de mais uma campanha, as quais eram a marca registrada da direção chateaubriana, em favor dos revolucionários da Coluna Prestes. O apoio conferido aos representantes do movimento foi registrado, em 1927, no agradecimento de Luís Carlos Prestes em carta ao OJ pela remessa de “*de mais uma importância a favor dos exilados e a sua posição pela anistia*” (CARNEIRO, 1999:99). Entretanto, como veremos em nossa análise do pensamento chateaubriano, a defesa das liberdades democráticas e sua insistência pela reforma política da nação foram constantemente o eixo central de sua ação e produção intelectual, ao mesmo tempo em que responsável pela aproximação com a causa tenentista. Também, a 16/06/1927, Juarez Távora publicou artigo no OJ intitulado “Pela Verdade da Representação” e pediu uma “*mudança estrutural do país*” (CARNEIRO, 1999:99). Sendo assim, mais do que um meio de atingir seu “arqui-inimigo”, o apoio conferido à Coluna Prestes, diante da similaridade dos ideais defendidos, pode ser visto por nós como o embrião de seu ideário político-nacionalista.

OJ de Assis Chateaubriand, já era um veículo de imprensa de grande sucesso em 1925, contava com uma venda de 40 mil exemplares dia e “... *certamente começava a cair no gosto da população*” (MORAIS, 1994:151). Desde outubro de 1924, quando assumiu definitivamente a direção do OJ, Chateaubriand empreendeu reformulações estruturais e no editorial “Pela reação conservadora”, delineou os direcionamentos que daria ao veículo:

Um grupo de homens de boa vontade, animados pelo desejo ardente de prestar serviço ao país (...) escolheu adrede este jornal para órgão e instrumento de ação que lhe ditam os seus sentimentos patrióticos (...) No entender desse grupo, atento à tradição conservadora do jornal, a situação social e política da nação brasileira exige uma ação mais enérgica e decidida, “um coup de barre” mais vigoroso para a direita, um combatente mais renhido contra os males e vícios que atacam o organismo nacional (Coletânea, 02/10/1924: 21).

Nessa declaração dos ideais do grupo que dirigiria o OJ vemos o cerne de toda a crítica chateaubriana, analisada no terceiro capítulo dessa tese, o combate aos “vícios” da política brasileira. Afirmou que, aos olhos daqueles que assumiam a direção deste jornal o Brasil precisava passar por uma reforma político-institucional, de forma a exterminar o sistema personalista da política brasileira, o qual considerava um vício, conforme a citação, convergente aos ideais promulgados pelos adeptos do movimento tenentista. Dessa forma, vemos que desde a aquisição do jornal já apresentava em seus escritos o anseio pela reforma política nacional, que teria como base a instauração de um novo sistema livre das relações de privilégios e personalistas. No primeiro editorial publicado em seu novo órgão de imprensa, Chateaubriand já declarava suas intenções como jornalista, que seriam influir nos rumos políticos da nação. Tal postura com o

passar dos anos, segundo Glauco Carneiro (1999), ficou cada vez mais clara. A linguagem utilizada pelo jornalista, ainda de acordo com o autor, aos poucos revelava sua “filosofia diferente”, conforme discorreu na citação a seguir:

Em pleno governo discricionário de Arthur Bernardes formulava-se um programa de ação que desde logo parecia exceder os limites de um simples órgão de imprensa. Com efeito, Chateaubriand pretendia bem mais do que a rotina e ali registrava a doutrina que haveria de caracterizar a maior cadeia brasileira de comunicação de todos os tempos. Linguagem diferente, ambiciosa, reivindicante, de quem chegava não somente para narrar histórias, mas **fazer história**; filosofia diferente, exigindo respeito e cotejo de idéias; enfim, **um homem diferente** (CARNEIRO, 1999:55).

Assíduo leitor de Friedrich Nietzsche e de Rui Barbosa – influência que trataremos nos próximos capítulos – sua administração no OJ apresentava um conjunto de características que não apenas delineavam sua doutrina, como também um ideário nacionalista, conforme analisamos na presente tese, ao qual Glauco Carneiro chamou de “filosofia” diferente. Entretanto, o mais marcante nesses primeiros passos como proprietário de um veículo que se tornaria o cerne de toda a rede dos Diários e Associados, foi sua preocupação em influir na história política do país. Ainda no ano de 1924, de acordo com o autor, “*aos trinta anos, tendo um Presidente da República como adversário e amigos em todas as ‘classes conservadoras’, Assis era citado inclusive nos informes dos diplomatas europeus como pessoa altamente influente e defensor do capital estrangeiro*” (CARNEIRO, 1999:87). A influência do jornalista, referida na citação, não só foi importante para o processo de expansão da rede de imprensa da qual era proprietário, como também, para a divulgação de seu ideário nacionalista, analisado no segundo capítulo dessa tese.

No decorrer da década de 1920, os embates entre Chateaubriand e a imprensa situacionista foram constantes. A imprensa oficial se esforçava por comparar as atividades da Coluna Prestes, amplamente defendidas nas páginas do OJ, com as do bandido cangaceiro Lampião, o que muito indignava Chateaubriand. Em editorial, publicado na capa do OJ, Chateaubriand revidou as acusações da imprensa oficial:

O ministro da Justiça, que tanto se preocupa em censurar, não devia permitir a ignomínia dessa comparação. Lampião é bandido, um salteador vulgar, um miserável que assassina para roubar, um degenerado que se fez cangaceiro a fim de dilapidar os bens e tirar a vida de seus semelhantes. O capitão Prestes é um revolucionário, e, enquanto não for julgado por um juiz civil ou um concelho de guerra, faz parte do Exército brasileiro. O *raid* do capitão Prestes valerá pela tenacidade e pelo arrojo do soldado-menino de 26 anos, bravo, ardente, pugnaz, como decerto o Brasil não tinha visto nada comparável (OJ, 1925:01).

Através dessa citação vemos a imagem de Prestes que OJ fazia questão de divulgar e defender. A comparação de Prestes ao cangaceiro Lampião foi radicalmente refutada por Chateaubriand que nesse editorial definiu o líder da Coluna: como bravo, ardente e pugnaz, um revolucionário, e podemos concluir, da causa nacional.

A campanha em prol da imagem heróica dos revoltosos da Coluna Prestes, liderada pelo OJ ganhou novos adeptos em fins de 1925, como os jornais *A Noite* e o *Correio da Manhã*. Estes, unidos lançaram uma subscrição pública destinada a coletar dinheiro dos leitores para ajudar os rebeldes. A importância em dinheiro levantada foi entregue a Prestes por Oswaldo Chateaubriand, irmão de Assis. A entrega do dinheiro e a quantia arrecada foram amplamente divulgadas pela imprensa, como forma de demonstração do apoio popular à causa revolucionária, “... porque foi uma



*manifestação inequívoca de que o povo brasileiro aplaudia a campanha que empreenderâmos na defesa de suas liberdades mais caras*".<sup>19</sup> Chateaubriand insistia em promover Prestes e defender com entusiasmo a anistia dos revoltosos.

A Coluna passou então a gozar de uma imagem positiva, inversa a imagem de guerrilheiros pilhadores divulgada pela imprensa oficial. A positividade da imagem da Coluna para com a população era tanta que o OJ, veículo que nos anos seguintes apoiou, declaradamente, a campanha da Aliança Liberal, continuou exaltando em inúmeros artigos, reportagens e entrevistas a ação da Coluna Prestes, realizando uma associação desta aos candidatos à presidência da República, Getúlio Vargas e João Pessoa em fins de 1929.

Mesmo com os revoltosos da Coluna exilados na Bolívia desde 1927, durante a campanha eleitoral de Getúlio Vargas o OJ entrevistou Luís Carlos Prestes. Esta entrevista, visto sua importância para o momento político eleitoral, ganhou destaque na primeira página do OJ, como podemos ver na manchete do dia 16/09/1929, intitulada "A palavra dos exilados". A frase destacada nesta manchete deu margem para a possibilidade de apoio dos revolucionários a campanha oposicionista de Getúlio Vargas: *"A atitude de absoluta independência em que se colocaram os revolucionários, poderá ser modificada, dependendo disso da sinceridade e desinteresse pessoal que demonstrem os actores dissidentes e do desassombro com que passem das*

---

<sup>19</sup> Anotação do diário do historiador oficial que acompanhou toda a trajetória da Coluna, Lourenço Moreira Lima.

*palavras a acção*” (OJ, 16/09/1929:01).

Devido a imensa popularidade dos revolucionários e sua imagem nacionalista criada na própria imprensa, o tema da anistia se tornou conhecido e explorado durante a campanha getulista. Neste período uma forte campanha em prol da anistia aos exilados políticos foi lançada pelo OJ. Podemos observar isto através da frequência de artigos, editoriais e reportagens que tratavam do assunto, como o editorial, de Chateaubriand, publicado no OJ, em 16/08/1929, intitulado “*A caricatura da amnistia*”.

Nesse editorial, o assunto foi tratado com ironia. Chateaubriand fez elogios irônicos ao então Presidente Sr. Washington Luís e satirizou dizendo “anistiá-lo” todas as manhãs ao acordar ou sempre ao saber de mais algum de seus “*atos descabidos*”. Por isso, mesmo sem o apoio de Luís Carlos Prestes, OJ não deixou de fazer associações dos revolucionários aos candidatos à Presidência, exaltando assim suas posturas nacionalistas. A anistia aos exilados, principalmente aos participantes das revoltas tenentistas, foi tema da campanha aliancista.

Vemos que as preocupações com o voto secreto e com a moralização do governo nos textos e ação chateaubriana perpassaram a década de 1920, balisadas pelos feitos da Coluna Prestes e pela esperança de renovação política acenadas pelo processo eleitoral de 1929.

Os embates políticos que marcaram sua atuação jornalística, no decorrer das

décadas de 1920-1930, em muito esclareceu no editorial, que citamos anteriormente, “Pela Reação Conservadora”, no qual, como um manifesto de abertura das atividades e embates políticos do OJ, o autor apresentou seu novo veículo de imprensa, como “... *instrumento da ação que lhe ditam os seus sentimentos patrióticos*” (Coletânea, 02/10/1924:21). O jornal, como afirmou, era mais do que um informativo, mas, um instrumento político, fruto de seu patriotismo.

Podemos observar que vício foi o termo utilizado por Chateaubriand para designar esse estado de corrupção da política nacional, o que para nós esclareceu sua visão da mesma. Isso porque o termo dá uma idéia de constante repetição, de impotência diante de um desejo maior de auto-satisfação e, segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1977), refere-se a um defeito que torna a pessoa ou o objeto incapaz de cumprir suas funções ou papel a que se destinava. Mais ainda, na definição de Ferreira, vício é desmoralização, corrupção, aquilo que é oposto a regras e preceitos, por fim, um hábito prejudicial (HOLANDA, 1977).

Portanto, os vícios que estariam atacando o “organismo nacional”, como se referiu, seriam a causa da ineficiência do governo, o que impediria que a República brasileira seguisse suas próprias regras e preceitos. A inexistência das estruturas democráticas e o desrespeito às regras liberais pregadas na Constituição de 1891 e que regia a nação eram conseqüência desse vício, ou seja, da constante necessidade dos grupos, ou oligarquias, que ocupavam o poder, de se auto-satisfazerem. O vício a que se

dirigiu como o mal desorganizador do país era o fundamento do Estado de exceção que se instalara desde tempos remotos, que excluía a maioria da população e governa apenas para o bem próprio, daqueles que ocupavam seus cargos.

Portanto, OJ reconhecera e prestigiaria as autoridades como responsáveis pela coisa pública, por uma orientação conservadora, sem, no entanto, permitir que “... *este respeito lhe talha a liberdade justa e necessária de assinalar os erros e desvios possíveis na direção dos negócios públicos*” (Coletânea, 02/10/1924:21). Muito além, nesse artigo, de reconhecer a autoridade do governo e sua responsabilidade na administração da República, declarou seu direito à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que, seu dever para com o processo de denúncia da má gerência do governo e da formação da opinião pública, fundamental para a instituição de um regime de tipo democrático.

A liberdade de expressão, para Chateaubriand, era o principal, e talvez único naquele momento, instrumento que permitiria uma oposição ao sistema instaurado. Por isso, o papel do jornalismo era imensamente central para a formação de uma consciência nacional e política no Brasil. Seu jornal, mais do que um veículo informativo era formativo, patriótico e engajado nas causas nacionais, como declarou no artigo citado “Pela reação conservadora”.

A partir desse delineamento de seu pensamento, em outro editorial, intitulado “O que é jornalismo no Brasil”, (Coletânea, 02/02/1925:24), o autor retornou com a

discussão da mesma temática. No entanto, ao invés de atacar diretamente as estruturas governamentais, criticou a profissão jornalística no Brasil, seu sensacionalismo fútil e personalismo. Para fundamentar sua crítica citou, “*Conheci uma vez certo diretor de um jornal, que dizia: isto aqui é dos amigos. Aos inimigos, boicoto-lhes até os nomes*” (Coletânea, 02/02/1925:24). Segundo Chateaubriand, este personalismo faltava com o respeito à opinião dos leitores e se configurava como um despotismo. Em tal afirmação, encontramos uma das bases do pensamento chateaubriano, conforme analisamos em nosso terceiro capítulo: o personalismo na política nacional substanciaria o exercício de um autoritarismo por nossos governantes.

O jornalismo em seu papel de formador de opinião e, portanto, um instrumento fundamental para o pleno exercício de um Estado democrático, não poderia se curvar aos vícios que assolavam a política nacional, conforme discorreu: “*A longínqua consciência de que o jornal tem uma personalidade à parte pertence ao patrimônio coletivo e inútil. Como **déspotas antigos**, quando alguém faz sentir a estes homens, que são depositários de uma força, **que não é sua**, eles gritam: ‘O jornal sou eu’*” (Coletânea, 02/02/1925: 24 – grifo nosso). Sendo assim, o jornalismo exercido no Brasil naquele momento servia-se de um despotismo que, desconsiderando a opinião pública, fazia uso da mesma como se fosse sua. No entanto, através desta crítica podemos perceber o ideal jornalístico apresentado pelo autor nas entrelinhas. Para ele o jornal seria uma extensão da força pública e o jornalista como aquele que respeitando

essa força, lutaria ao seu lado por suas necessidades e não por interesses particulares. Desta forma, o jornal no Brasil se apresentava como um bem particular e não como um instrumento de luta coletiva.

Seguindo a mesma linha de discussão, – (claro que procuramos aqui evidenciar os temas apenas por amostragem diante da quantidade que impossibilitaria tal análise) –, em outro artigo, “Os Políticos e a Imprensa”, (Coletânea, 11/01/1926:29), Chateaubriand concordou com a crítica à imprensa de Lord Beaverbrook, proprietário do jornal The Daily Express, que lançara um livro sobre “Os políticos e a imprensa”. Nesse, Lord Beaverbrook teria discorrido sobre as constantes querelas entre os políticos e a imprensa que dissecaria, em sua opinião, as mazelas dos partidos políticos conforme lhe melhor conviesse.

Para Chateaubriand, o jornalista Beaverbrook, em seu livro teria razão pois,

**O jornal** moderno, independente, seguindo um rumo nacional desassombrosamente, **sem nenhuma influência partidária, é a nova luz e esperança da vida nacional**, um fator inteiramente novo de adiantamento, extremamente inconveniente ao Poder Executivo destes dias atuais. E portanto, combatia, como acontece sempre às novas forças que se traduzem em força”(Coletânea, 11/01/1926: 29-30 – grifo nosso).

Como discorreu, em sua visão, assim como os estadistas posicionam-se conforme seus interesses, o jornal também poderia escolher sua orientação pública, entretanto, subordinando estas aos problemas nacionais. Para ele, “*A imprensa livre é uma necessidade, menos para a opinião pública do que para aqueles que governam*”.

(Coletânea, 11/01/1926: 29-30 – grifo nosso). A imprensa, conforme a citação, atuaria como uma força política à parte do sistema governamental, que alertaria a nação e seus governantes dos erros cometidos e indicaria os caminhos a seguir.

Até aqui, pode nos parecer que a centralidade dos escritos de Chateaubriand fosse a exaltação ao papel da imprensa. No entanto, vemos que nesses textos aparecem duas unidades referenciais muito centrais em sua trajetória: a crítica aos personalismos, cordialidade e vícios e defesa das liberdades, as quais analisaremos em nossos próximos capítulos. A primeira unidade, abriu os debates e atuação do OJ conforme citado, enquanto a segunda, a Liberdade, exigida por ele à imprensa, também apareceu em relação ao comércio e à política, como discorreu nos editoriais: “Povo-Cobaia X a Liberdade de Comércio”, (Coletânea, 08/09/1925:25), e “Nos Altares de Monroe e Tiradentes”, (Coletânea, 10/01/1928: 35-36).

No primeiro editorial, criticou a emenda inserida na proposta de revisão constitucional que dava ao poder legislativo a “... *faculdade de intervir discriminariamente nos mercados do País para fixar os preços das utilidades no saber do critério burocrático*” (Coletânea, 08/09/1925: 25). A indicação de que o Estado interviria no mercado interno para fixar os preços dos produtos conforme lhes conviesse, como discorreu, apresentou crítica direta à alienação do governo às realidades nacionais e mais, a insistente atuação na preservação dos seus próprios interesses, conforme citou, “*no saber do critério burocrático*”, e não do bem público,

do interesse nacional.

Novamente Chateaubriand entrava num embate pela preservação das liberdades públicas e afirmou: *“Não se poderia ser mais justo, mais conciso e mais penetrante na defesa da boa doutrina do que foi o ilustre representante da comunidade mercantil, quando critica a legalização desse **punhal** siciliano, que é o cerceamento da **liberdade** de comércio, sob o pretexto da defesa das classes menos abastadas”* (Coletânea, 08/09/1925:25). Como discorreu, no intuito de preservação dos interesses econômicos dos grupos que exercem o poder no interior do governo, teriam afirmado importante sua ampliação da atuação com a desculpa da defesa dos direitos das “classes menos abastadas”, o que seria para o jornalista apenas uma camufla do vício que assolava a República brasileira.

Para o autor, o cerceamento das liberdades comerciais era contrário *“à nossa índole, o nosso passado e que vão ser aplicadas no povo-cobaia”* (Coletânea, 08/09/1925:25 – grifo nosso). O povo brasileiro, conforme a citação, era tratado como “cobaia” dos interesses das oligarquias brasileiras, modelo inadequado à índole brasileira. É interessante percebermos nessa citação a referência à índole do brasileiro – preocupação que diante de nossa análise quantitativa e qualitativa dos editoriais de Chateaubriand não pareceu expressiva, sendo essa uma das raras utilizações do conceito – presente na obra de Oliveira Vianna, “Populações meridionais”, publicada em 1922, na qual apresentou sua tese de que a índole brasileira era por natureza suscetiva aos



sistemas autoritários de governo e não aos liberal-democratas. Chateaubriand nesse texto atacou a questão de frente e estabeleceu um diálogo direto, mas subliminar aos leitores atuais, com o teórico do autoritarismo estadonovista, ao afirmar que o sistema intervencionista (leia-se autoritário) não era adequado à índole do brasileiro.

Chateaubriand, no segundo editorial, discorreu sobre a visita do parlamentarista inglês Lloyd George, descreveu sua personalidade e aproveitou sua presença para comparar os sistemas de governo inglês e brasileiro. Afirmou:

Tão profundo é o **respeito** dos partidos na Inglaterra pela **vontade da maioria**, manifestada nas urnas, que em 1924 víamos o que dois anos antes ninguém talvez reputasse possível nas ilhas Britânicas: - um partido, de raízes burguesas, entregar, sem oposição violenta do outro, conservador, as rédeas do poder ao partido trabalhista (Coletânea, 10/01/1928: 35-36 – grifo nosso).

Ao contrário da Inglaterra, como discorreu, que respeitava profundamente os partidos e o desejo da maioria, o problema da política nacional, pairaria sobre o fato de que nosso Congresso somente em teoria representava a vontade nacional. Na verdade, nossos políticos seguiriam regidamente as orientações do “catete”, de seus interesses particulares, as necessidades de seu grupo e não da população, conforme argumentou:

Por informações desse hábil timoneiro, ao sr. Lloyd George já cumpre ter tido conhecimento mais detalhado sobre o gênero das missas que aqui rezamos nos ‘altares’ dos dois respeitáveis santos, canonizados pela nossa ironia política: Monroe e Tiradentes. Por sinal que o sr. Lacerda Franco é um sacristão extremamente cuidadoso, no santo sacrifício da missa, quando lhe acontece ajuda-la: Ele não reza um padre-nosso, que não seja tirado pelo onipotente, pai nosso, que está no Catete (Coletânea, 10/01/1928: 35-36 – grifo nosso).

Voltado à obra de análise das atuações da imprensa, Chateaubriand ironizou ao afirmar que a política brasileira teria canonizado a Doutrina Monroe – (que teria como fundamento: América para os americanos) – e a imagem de Tiradentes, as quais serviriam apenas para substanciar o poder exercido pelo governo central, facilmente visto em ação através da pessoa do senador Lacerda Franco, que nada fazia sem consultar o Catete.

Balizado entre a crítica aos personalismos e as defesas às liberdades, conforme a centralidade dos editoriais analisados, Chateaubriand reafirmou sua aproximação com os ideais tenentistas no editorial “A Ilusão Revolucionária” (OJ, 08/06/1928), publicado cerca de um ano antes de sua adesão à Aliança Liberal. Nesse, o jornalista discutiu a consciência cívica pregada pelos revolucionários de 1924 e afirmou que:

Infelizmente, estes soldados acreditam que as insurreições, que eles chefiaram, abalaram a alma das massas populares, sacudiram-lhe a sensibilidade, imprimindo-lhes uma personalidade, que não é aquela individualidade embalada a toda a idéia de **justiça e liberdade**. (...) Se o Brasil ainda não ouviu, não direi um raciocínio, mas uma observação simplista, ela se encontra nas palavras dos discursadores sobre os efeitos da revolução”(Coletânea, 08/06/1928: 41 – grifo nosso).

Para o jornalista, de acordo com a citação, os ideais defendidos pelos revolucionários eram a expressão de uma consciência cívica contrária ao “*intolerável regime oligárquico que nos governa*” (Coletânea, 08/06/1928: 41 – grifo nosso). Mais do que nunca o Brasil deveria seguir o exemplo de Minas Gerais, que realizava eleições livres fundamentadas no voto secreto. Para ele,

Tivéssemos ‘povo’, no sentido político da palavra, onde o Presidente teria conseguido resistir à pressão de uma **decisão, que toda a coletividade brasileira teria tomado?** (...) Isto posto, verifica-se uma causa: é que as revoluções armadas são panacéias. Elas não mudam o estado d’alma de uma nação, pois onde não existe povo, organicamente falando, uma revolução opera apenas a mudança dos senhores. O que os ‘raids’ dos revolucionários conseguiram no País foi apenas uma irritação de epiderme, uma coceira, que passou. **É necessário construir o nosso povo**, tomando diretivas verticais, **ou seja educando-o para lhe atribuir uma consciência tão nítida dos seus direitos**, que um homem de Estado saiba, de antemão, que a prática de atos como os que tem cometido, por exemplo, o íntegro sr. Washington Luis, representarão (Coletânea, 08/06/1928: 41 – grifo nosso).

Para que a decisão de toda a coletividade fosse respeitada, como discorreu, não era suficiente a simples troca de governantes, mas, primordial uma profunda transformação na alma brasileira de forma a conscientizar a coletividade de seus direitos e deveres para com a pátria.

Dessa forma, como recurso para conhecimento do local a que o ideário nacionalista de Assis Chateaubriand, não apenas se formou, mas sentou suas raízes, fizemos um breve retrocesso aos seus editoriais. É importante, ainda, salientarmos que sua crítica ao sistema político nacional foi constante até o desfecho de seu engajamento com a causa da Aliança Liberal, em 1929.

Podemos perceber isso no editorial “A Obra do Vício”, (Coletânea, 28/11/1928:47), no qual elogiou a obra “Retrato do Brasil”, sobre a história da formação nacional, de Paulo Prado. De acordo com as afirmações de Paulo Prado, concluiu com ele, que no Brasil, desde a chegada de nossos colonizadores, a obra do vício, mesmo inconsciente, foi bem sucedida, muito mais do que qualquer outro fator.

Como discorreu:

Sem a ambição do outro, sem o arremesso desesperado da cobiça, não teria existido o espírito de aventura, que levou o homem da orla do Atlântico até o sopé dos Andes. (...) A lição que extraímos dos dois formosos capítulos do ensaio do sr. Paulo Prado, é que a obra inconsciente do **Vício** é simplesmente incomparável na formação do País. A ambição e os sentidos produziram um dos espetáculos de projeção de energia interessantes a que assistimos sobre a canícula equatorial (Coletânea, 28/11/1928:47 – grifo nosso).

De acordo com a tese do autor, Chateaubriand concluiu que foram justamente os sentidos de aventura e a ambição pelo ganho rápido os responsáveis pela realização do projeto colonizador, conforme citou. Assim, ao contrário da tese, posteriormente desenvolvida, de Sérgio Buarque de Holanda, as estruturas personalistas enraizadas na política nacional não seriam obra do ajuste da cultura ibérica na colônia, uma deturpação de seus costumes, mas a herança direta de um modo de governar e de trabalhar, a esse tema voltaremos em nosso terceiro capítulo.

Por fim, como vimos entre 1924 e 1925, as críticas ao personalismo e as defesas da liberdade já eram temas presentes nos editoriais de Assis Chateaubriand, que conforme analisamos em nossos segundo, terceiro e quarto capítulos foram amplamente discutidos em seus escritos, delineando as bases de seu pensamento político.

No entanto, mais do que sua crítica ou defesa, seu ideal maior, como veremos mais adiante, era a democracia, o cuidado com a “coisa pública”, tema que abordou claramente no editorial “Espírito Cívico”, (Coletânea, 12/12/1928:53). Neste, enfatizou que o cuidado dos bens públicos era a expressão do sentimento cívico e respeito pela

coletividade. A própria noção de coletivo evidenciada por Chateaubriand nesse editorial, antagônica ao sistema corrupto de privilégios instaurado na política nacional, remetia ao princípio basilar de seu pensamento: a democracia. O sentimento cívico se revelaria no cuidado com os “bens públicos”, como discorreu:

Não acredito o leitor que há nesses dois humildes guardas de jardins da Prefeitura alguma coisa da massa com que se fazem os homens públicos? Aposto que bem poucos dos nossos homens políticos terão a noção de governo, que experimentei nas palavras daqueles servidores inteligentes do poder municipal. São criaturas que trocam a força pela persuasão, e esta fórmula é o que mais falta faz ao Brasil contemporâneo” (OJ, 12/12/1928: 54 – grifo nosso).

A democracia transcenderia, em seu pensamento, um simples regime governamental e adentraria os espaços do patriotismo, da nacionalidade e da ética. O ideário nacionalista de Assis Chateaubriand, dirigido pelos ideais tenentistas de reforma política e liberdade se delinaria no decorrer da década de 1920, e se afirmaria sob inspiração da doutrina liberal-democrata entre os embates do cenário pré-eleitoral.

Em outro prisma, que não o da ação política, nesse mesmo contexto, Sérgio Buarque de Holanda, que desde a fundação do OJ já constava entre seus colunistas, – apesar de não encontramos assinatura de nenhum texto seu nesse jornal antes de 1927 – voltava-se enfaticamente para a participação entre o movimento modernista sob o viés da renovação.

Acreditava, conforme relatou em entrevista para a Revista do OJ em 01/07/1945,<sup>20</sup> que naquele momento o movimento Modernista era uma reação

20 Esta entrevista está publicada em SENNA, Homero. República das letras: entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros. 3 ed.

indispensável contra aquele estado de conservadorismo pelo qual passava a literatura e o Brasil. Sérgio Buarque, de acordo com seu relato, assim como Chateaubriand, também almejava a revolução, uma reforma estrutural das bases políticas, sociais e culturais da nação. Dessa forma, sua adesão ao movimento modernista nos anos de 1920 se deu dentro desse espírito engajado e comprometido com a causa nacional.

Dentro de um anseio nacionalista, almejava a valorização da cultura brasileira e a reformulação das artes, da literatura, dentro desse novo cânone, inspirado nos modelos exteriores, mas voltado ao conhecimento das gentes e coisas do Brasil, Sérgio Buarque encontrou espaço para seus primeiros passos em busca da formulação do seu próprio ideário.

No primeiro editorial da Revista Klaxon, órgão oficial do movimento modernista e, liderado por Mário de Andrade, considerado conseqüência da Semana da Arte Moderna, o grupo afirmou:

Klaxon sabe que a humanidade existe. Por isso é internacionalista. O que não impede que, pela integridade da pátria, Klaxon morra e seus membros brasileiros morram. (...) Klaxon sabe que o passado existe. Por isso, sem renegar o passado, caminha para adiante, sempre, sempre. (Klaxon, 1922:1)

Não apenas para Klaxon, conforme propõe o editorial, mas para todo o grupo modernista o passado existia, não era negado, e justamente pela integridade da pátria, o futuro deveria ser construído sobre novos moldes. Ancorado nessas bases, o extremamente heterogêneo grupo, que compôs o chamado modernismo brasileiro, materializou suas aspirações e ideais na “meteórica” Revista *Klaxon*, fundada em 1922.

*Klaxon* deixou de ser apenas mais uma revista centrada em discussões sobre arte e literatura para se tornar o ícone do movimento de vanguarda, contestador das estruturas artístico-culturais do Brasil. Segundo Regina Zilberman, *Os principais representantes do projeto modernista explicitam sua arte poética, que visa romper com padrões conhecidos(...)*” (ZILBERMAN, 1994:70). Pela busca desse rompimento, citado por Zilberman, nasceu o mensário de arte moderna.

Em meio a nomes afamados como de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, estava Sérgio Buarque de Holanda, só posteriormente consagrado como historiador, em seus primeiros passos no processo de contestação das realidades nacionais. Mesmo sem poder participar diretamente da Semana da Arte Moderna, conforme análise de Júlia Silveira Matos, em sua dissertação de mestrado intitulada *Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, diálogos com a política e a História do Brasil*, (PUCRS, 2005), não deixou de fazer parte da geração da Semana, que marcou o processo de re-estruturação artístico-literária nos idos de 1920-1930,

realizando uma revolução cultural no Brasil, com o intuito de repensar e pontuar a identidade nacional (...) Sérgio Buarque de Holanda era um destes, devido a uma prova no curso de Direito que cursava no Rio de Janeiro não pode participar da Semana da Arte Moderna em São Paulo” (MATOS, 2005: 144).

Mesmo do Rio de Janeiro, Sérgio Buarque atuou ativamente na fundação e divulgação da revista, principal veículo modernista. Conforme bem explorado pela historiografia brasileira,<sup>21</sup> Sérgio Buarque consagrou-se por seu conceito de “Homem

<sup>21</sup> Podemos ver os trabalhos de: Antônio Cândido, Maria Odila Leite Dias, Francisco Barbosa, Luís Guilherme Piva, entre outros.

Cordial”, elaborado em fins dos anos de 1920 e princípios de 1930,<sup>22</sup> que com um olhar histórico-antropológico definiu o espírito cultural do brasileiro. Sua obra histórica foi marcada pela preocupação e centralidade no estudo das gentes do Brasil, suas estruturas sociais, culturais e políticas, ou seja, na busca incessante de compreender essas “terras tropicais”.

Nessa perspectiva, percebemos que esse campo de sociabilidade, no qual Sérgio Buarque deitou as raízes de seu pensamento, em muito se revela na correspondência e artigos publicados no decorrer dos anos de 1920. De forma aglutinadora, seu espaço de relações, nesses anos, nos apresenta nomes que após *Klaxon* filiaram-se à correntes de pensamento opostas, mas que naquele momento falavam e lutavam pela mesma causa, a nacionalidade brasileira.

Mário de Andrade, amigo e mestre nesses anos, terminou sua carta de 20/07/1922, elogiando seu primeiro e único conto publicado na revista, “*Venho visitar-te e dizer-te que teu conto sairá Klaxon nº4. Está muito bom. Quando vem a Paulicéia? Traze coisas tuas*”.

O conto elogiado por Mário de Andrade é *Antinous*, no qual Sérgio Buarque narrou um episódio de uma grande civilização construída por um imperador e que

---

<sup>22</sup> Durante sua estada na Alemanha, sob a influência weberiana das aulas de Meineck na Universidade de Berlin, período que escreveu cerca de 400 páginas que posteriormente foram organizadas em forma de artigo, publicado na revista *Espelho* sob o título “Corpo e Alma do Brasil” e ainda compuseram o cerne de sua obra consagrada *Raízes do Brasil*. Ver mais: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.



somente foi publicado no quarto número da revista.

Sobre esse conto, Matos afirmou o seguinte:

Sem nos determos em maiores análises deste conto, um fator nos é peculiar, apenas dois anos antes Sérgio Buarque publicou artigo intitulado Viva o Imperador em protesto ao decreto-lei que mantinha na constituição brasileira o banimento da família real. Neste conto *Antinous*, Buarque de Holanda escreve '... Vêde tudo que nos cerca. Tudo, tudo obra de um só homem. De um só cérebro'. É como se o jovem Buarque de Holanda dissesse vejamos tudo que nos cerca não é obra desta República Velha e sim de um governo banido" (MATOS, 2005: 159).

Conforme a citação, Sérgio Buarque em *Antinous* reconheceu nosso passado monárquico, seguindo o manifesto modernista apresentado e publicado no primeiro exemplar de *Klaxon*, aludindo a um passado que insistia em enraizar-se na alma da nação.

O Brasil não era obra da tão afamada miscigenação racial e cultural, mas dos propósitos e ambições de um povo e sua monarquia. Primeiramente uma colônia aos serviços do Estado Luso e, depois, um Império aos gostos de uma monarquia exilada que não abriu mão das riquezas tropicais.

A profundidade de *Antinous* foi reconhecida e aclamada pelos componentes da direção da revista. Em sua correspondência de 22/06/1922, a Sérgio Buarque, escreveu Tácito de Almeida, "*Seu episódio, magnífico. Você soube atravessar a multidão e os oradores exaltados, sem perturbação alguma no sorriso. Também sairá no 4º número, pois o 3º está já entregue completo, á typographia*". Em seu elogio o missivista,

tesoureiro da revista, se referiu ao cenário do conto, no qual uma multidão a espera da passagem do Imperador ouvia os oradores declamarem elogios, os quais diziam: “... *o Sabio ... o Constructor. O Imperador constructor por excellencia. Aquele que soube submeter toda a natureza ás suas ordens e ás suas leis*” (HOLANDA, 1922:01).

Nessa citação vemos o cerne do pensamento moderno, uma terra moldada de acordo com as vontades pessoais de um homem, ou podemos pensar de um grupo de homens, precisava agora parar de ouvir os “oradores” e se descobrir, encontrar aquilo que seria realmente original, próprio, singular e independente de sua cultura. Nesse sentido, segundo Antônio Cândido, os modernos nunca formaram uma escola, mas aglutinaram-se em torno do desejo de libertação dos padrões portugueses e academicistas e afirmou:

Não espanta que, nesse sentido, utilizassem como técnica e atitude de espírito a valorização do prosaico e do bom humor, (...), esta atitude no fundo é um desejo de retificação, de desmascaramento e de pesquisa do **essencial**; a ela se prende o **nacionalismo pitoresco**, que os moderistas alimentaram de etnografia e folclore, **rompendo o nacionalismo enfeitado** dos predecessores (MELO & SOUZA, CASTELLO, 1983:09-11).

Conforme referiu, *Antinous* de Sérgio Buarque de Holanda, apresentou as características mais singulares do modernismo: a valorização do prosaico, ou seja, a acessibilidade da linguagem aplicada, o bom humor, e a pesquisa do essencial, étnico e folclórico.

Em seu conto, o jovem poeta não deixou de referenciar as gentes do Brasil e relatou: “*Continua o cortejo. Duas fileiras de escravos, dobrados como canivetes*

*estendem-se desde a porta principal do palácio até Infinito”* (HOLANDA, 1922:01). A figura do negro, escravo, conforme essa citação, não poderia faltar, como forma de lembrança e exaltação da mestiçagem nacional, tão valorizada no pensamento modernista por ser considerada, segundo Cândido, “*a força criadora do primitivo (...) a capacidade de inspirar a transformação de nossa sensibilidade, desvirtuada em literatura pela obsessão da moda européia*” (MELO & SOUZA, CASTELLO, 1983:11).

Essa originalidade de *Antinous* e ao mesmo tempo modernidade ideológica<sup>23</sup> de seu autor não apenas encantou os já citados Mário de Andrade e Tácito de Almeida, como chamou a atenção também de Ribeiro Couto, o qual escreveu em correspondência de 14/10/1922: “*Li na Klaxon a sua deliciosa tragédia. Pois não é uma tragédia legítima o seu Antinous?*”. Essa análise de Couto além de humorada se apresenta provocativa, pois, ao mesmo tempo em que se referiu a *Antinous* como “delicioso”, o definiu em tom de argüição como uma tragédia. Talvez no sentido grego, a alienação de um povo a espera de seu Imperador rodeado por um cortejo, juntamente com a voz dos oradores que lhe conferiam inúmeros elogios, possa ter parecido a Ribeiro Couto muito com as realidades do Brasil e por isso, seria uma tragédia.

Entretanto, *Antinous* que parecia apenas o primeiro de muitos, foi seu único conto escrito e publicado em Klaxon. Sérgio Buarque escreveu outros textos ficcionais,

---

<sup>23</sup> Por ideologia, em concordância com Norberto Bobbio – no seu sentido fraco –, compreendemos conjuntos de idéias, próprios de um grupo, que formam sua visão de mundo.

para as revistas *Estética* e *Revista Nova* entre outras, mas optou por permanecer na crítica literária, após seu rápido período político<sup>24</sup>, a qual lhe acompanhou toda a vida.

O conjunto de elogios recebidos por Sérgio Buarque de seus amigos e componentes do movimento modernista, atuou além da simples crítica literária ou afetiva e adentraram a validação do discurso do jovem principiante poeta. Dentro desse olhar, vale lembrar que segundo Angela de Castro Gomes: “a prática epistolar estabelece uma espécie de 'circuito retransmitido de significação', deixa de pertencer ao autor e passa a pertencer ao destinatário” (GOMES: 2005:14). Sendo assim, mais do que a opinião de colegas e amigos, as cartas recebidas por Sérgio Buarque adquiriram uma característica de passaporte para a escritura, a validação de seu discurso e capacidade intelectual frente ao próprio grupo. Para Ângela de Castro Gomes (2004), o ponto central dessa prática de produção documental é a construção de uma identidade particular através da escrita, o que para Sérgio Buarque se deu no próprio espaço de discussão da correspondência.

No entanto, Mário de Andrade já cobrava o envio desse conto desde a publicação da primeira edição, conforme sua correspondência de 04/1922,<sup>25</sup> “*Estou a espera dos artigos e poemas que prometeste. E não te esqueças do teu conto. Desejo*

---

<sup>24</sup> Conforme relatou em *Tentativas de Mitologia* ao referir-se a sua linguagem textual, a qual para ele não era muito clara, “Essa clareza, que não me era natural, eu vinha tentando realizá-la de longa data. É provável que ela me tivesse sido já inculcada por alguma prática jornalística, mormente de jornalismo político a que me dediquei durante algum tempo” (HOLANDA, 1979:17).

<sup>25</sup> Conforme nossa dedução pelo assunto tratado, pois a datação da carta está quase ilegível, apenas o ano tornou-se claro, devido a resposta de Sérgio Buarque apresentar a datação de 1922, mas também sem dia e mês.

*conhecer-te na ficção?”*. A cobrança do amigo logo foi respondida por Sérgio Buarque em carta, também com data quase ilegível, do ano de 1922, *“Infelizmente porém, ando com o tempo de tal forma tomado que só hoje escrevo. Mando também o artigo e poesias que prometi. Peço porém que, se quiser publicar as do Ribeiro Couto mande pedir diretamente a ele pois mandei uma cópia sem sua autorização”*. Com breve justificativa de falta de tempo desculpou-se diante do pedido de Mário e seguiu relatando o envio de textos para publicação no próximo número de *Klaxon*, no entanto, o seu texto não estava entre eles.

Nessa mesma carta, apresentou sua crítica aos textos que enviava, ao de Ribeiro Couto, não precisou referir a qualidade, o simples envio sem autorização já o validou, enquanto que a poesia citada, era de Murilo Araújo, sobre a qual, mais adiante afirmou: *“Tem o grande defeito de ser soneto. Em todo o caso fica a seu critério a publicação”*. Além da avaliação do artigo e poesia enviados, o final dessa frase demonstra claramente a posição dos missivistas. Mário de Andrade era o mestre, considerado por sua maturidade intelectual, mesmo sem grande diferença de idade, frente a ele, Sérgio Buarque colocava-se como o jovem aprendiz, que mesmo inferindo seu olhar sobre os textos não deixou de afirmar que estava sob o critério do mestre, suas publicações.

Novamente segundo Gomes (2005), percebemos esses diferentes posicionamentos entre os amigos é um importante recurso analítico, como forma de compreendermos as significações desses discursos trocados. Como mestre, Mário de

Andrade chamara a atenção do pupilo para sua função no movimento e na revista, assim como validou sua atividade, nesta carta de abril de 1922, lembrou a Sérgio Buarque: “*É preciso que não te esqueças de que fazes parte dela*”. Apesar de viver no Rio de Janeiro, o jovem poeta recebeu a validação de sua participação e contribuição para a causa moderna e logo a seguir, foi convocado pelo mestre que escreveu: “*A trabalhar pela nossa Ideia, que é uma causa universal e bela, muito alta*”. O chamado foi atendido, apesar de não permanecer no movimento modernista, seguiu seu trabalho pela causa universal a qual se referiu o mestre e amigo, voltou seu olhar para a crise político-institucional do país e se dedicou ao estudo das gentes e culturas nacionais.

Como aprendiz o jovem poeta fazia suas “vezes” e enviava materiais ao mestre como a revista “Vanity Fair”. Sobre a qual Mário de Andrade agradeceu, na correspondência de 04/1922, “*Recebi o nº da 'Vanity Fair'. Interessantíssimos os poemas. Agradeço-lhe cordialmente a valiosa comunicação*”. Essa posição, vemos que, mudou anos mais tarde em carta de Sérgio Buarque a Mário de Andrade de 02/12/1925, pela crítica do amigo ao seu texto *Perspectivas*, e naquele momento com uma escrita que denunciava sua nova posição, mais madura, escreveu não mais como aprendiz iniciante e sim como formando, apto a discutir temas com o professor, sem contudo deixar de reconhecê-lo mestre.

Nessa carta a Mário de Andrade, Sérgio Buarque tentou desculpar-se por não ser um bom missivista, ou seja, por não responder as cartas do amigo, “*é inútil tentar*

*justificar a minha atitude pra com você. Se não tenho respondido às cartas que v. me escreve não é por falta de tempo nem por falta de coragem. Você sabe muito bem que também não é por falta de amizade*". Em tal correspondência, mais do que um camuflado pedido de desculpas, Sérgio Buarque estabeleceu importante debate com Mário de Andrade sobre seu *Perspectivas* publicado na *Revista Estética*, do qual afirmou:

Acredito que v. tenha razão em muitas coisas (p. ex. em tudo quanto escreve sobre o mal da sutileza – Gongora, Laforgue etc...), mas penso que principalmente v. erra. Isso porque v. talvez tenha dado à última frase do “*Perspectivas*” uma importância que ela não tem. Não sou cético nem pessimista. Mas não é impossível que do seu ponto de vista seja um bocadinho dessas duas coisas. A verdade é que não creio na ' vaidade de todas as coisas' senão como uma das atitudes possíveis neste mundo. De fato, não é a minha atitude. Ou melhor não é minha atitude *permanente*. **Ao contrário quero aceitar a realidade cotidiana tal como é, embora pense que ela vale principalmente pelo que contém de promessa.**

Sérgio Buarque, nessa correspondência, defendia-se da crítica publicada pelo amigo e já consagrado poeta. Todavia, transcendeu sua defesa e apresentou o centro de suas preocupações enquanto historiador, as realidades cotidianas nacionais e suas possibilidades de transformação, conforme nosso grifo.

Mais do que um veículo de comunicação essa correspondência trocada entre os amigos, tornou-se um espaço de reflexão sobre o fazer literário e histórico. O que para o amigo era “pessimista” e “super -realista”, conforme a citação acima, para o autor de *Perspectivas* era o reconhecimento das estruturas mentais que de alguma forma engessariam e dirigiriam os atos dos homens. Na conclusão desse texto, escreveu

Sérgio Buarque, “*É incontestável que nossos atos, e mesmo aqueles que comportam uma série de movimentos irremediavelmente previstos pela lógica e pelo cálculo mais precisos, não prescindem dessa parcela de contingente que participa do divino*” (HOLANDA, 1925: 03). Como vemos nessa citação, em fins de 1925, ainda de forma embrionária, mas dentro da proposta modernista, já refletia sobre questões centrais e motivadoras de sua obra magistral *Raízes do Brasil*, mas que entre os anos de 1929 e 1932 foram centro de sua seu ideário nacionalista defendido em seus artigos publicados no *O Jornal* e no *Diário de São Paulo*. Na introdução, revisada, do livro, afirmou que: “*Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde tempos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que fomos herdeiros*” (HOLANDA, 1973:19). O jovem imerso nos caminhos da literatura apresentava em sua correspondência e artigos suas primeiras inquietações de historiador, as raízes de nossos hábitos, costumes e cultura.

Compreender os mecanismos de nossas instituições e sociedade, distinguindo as heranças ibéricas dos desdobramentos frutos do meio, foi uma face da sua inquietação. Em *Raízes*, assim como em *Perspectivas*, sua insatisfação era gerada pela percepção de que muitos de nossos hábitos são mecânicos e movidos por uma estrutura mental herdeira de outra cultura, inadequada para as nossas realidades. A cordialidade criticada por ele como o câncer que corroía as estruturas da política nacional e impedia a plena implantação de um regime de tipo democrático no país, era a principal herança de nosso



iberismo que precisava ser extirpada. Sendo assim, a partir dessa comparação, podemos perceber como a proposta modernista de romper com os velhos padrões importados permaneceu no pensamento buarquiano e adentrou sua primeira obra.

Nessa carta, também, é importante notarmos o reconhecimento de Sérgio Buarque à influência do amigo Mário de Andrade, assim como seu reconhecimento como professor, sábio e mestre em seu desenvolvimento enquanto intelectual, “*Acho que tudo quanto v. me escrever será muito bom para mim. Imagino que v. tenha passado um pouco por uma experiência semelhante à que me trouxe ao meu atual estado de espírito. De qualquer modo a sua influência me fará bem: tenho fé nisso*”. Essa experiência de espírito a qual o jovem poeta se encontrava era justamente o que se revelou através de seu artigo intitulado *O lado oposto e outros lados*, publicado na *Revista do Brasil* em 15/10/1926, uma total decepção com o movimento modernista. Sobre essa “crise” escreveu Sérgio Buarque de Holanda na introdução de *Tentativas de Mitologia*:

Devo dizer que nessa crise, de que já tratei em outra oportunidade e que foi comentada na correspondência hoje impressa entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira, a parte que coube a Graça, ao menos na etapa final, foi antes a de um apaziguador, mas eu próprio já me desinteressara bastante das questões de literatura, e pensava em escrever um livro para o qual tinha até nome pronto: deveria chamar-se *Teoria da América* (...) (HOLANDA, 1979:29).

Conforme seu depoimento, havia se desiludido da literatura, em muito por causa dos embates ideológicos dentro do grupo, as rivalidades, intolerâncias e vaidades, mas permaneceu dentro da proposta modernista de renovação da mentalidade nacional,

assim como, autonomia artística e literária, conforme Mário da Silva Brito (1971). Voltou seu foco para a renovação da vida política do Brasil e para tanto, dedicou-se a obra que se chamaria *Teoria da América*, mas que acabou recebendo o nome de *Raízes do Brasil*.

Em 1925, numa entrevista para o CM Sérgio Buarque afirmou o caráter revolucionário do movimento modernista:

Creio que a nossa **revolução** que visa principalmente lutar contra toda espécie de lugares-comuns nada vale menos, que essa insistência demasiada num dos lugares comuns mais batidos, que é esse horror ao antigo. Se nos parece que o atual movimento está aparelhado para enfrentar o problema de nossa arte nacional para exprimir melhor a nossa diferença essencial do resto do mundo, é porque ele se estabeleceu num clima intelectual favorável ao aparecimento de talentos fortemente individualizados (HOLANDA, 1925 *apud* BARBOSA, 1988; 71 – grifo nosso).

Nessa entrevista, vemos a preocupação com o caráter revolucionário do movimento modernista, que, para Sérgio Buarque, deveria combater os “lugares-comuns” e não simplesmente tudo que fosse antigo. Não era o antigo ou o tradicional que corrompiam as estruturas político-culturais da nação, mas seus hábitos menos reflexivos, que de maneira inquestionável adentrava todos os espaços da vida comum, como os vícios personalistas, hábitos favoritistas. Esses lugares-comuns, aonde todos os grupos acabavam se encontrando, o qual podemos definir como o espaço de lutas individuais, de preservação dos interesses oligárquicos em detrimento dos nacionais, foram entre 1929-1930, alvo intenso de suas críticas, assim como de Assis Chateaubriand.

Não apenas Sérgio Buarque ou Chateaubriand – que, diferentemente do historiador, se num primeiro momento não apoiou o movimento modernista, posteriormente cedeu espaço dentro de seu jornal DSP para a publicação da segunda “dentição”, como chamaram, da revista de Antropofagia –, mas seu campo de relacionamentos e atuação intelectual parecia concordar com a tese de que o imenso abismo talhado entre Estado e nação era um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil. Entre os intelectuais que compunham esse espaço de relacionamento, como o já referido Paulo Prado com seu “Retrato do Brasil”, podemos citar: Oswald de Andrade que em seu “Pau-Brasil” chamou o país de “A civilização dos donatários”, fazendo referência ao domínio escancarado da política pelas oligarquias e Mário de Andrade em “Paulicéia desvairada”, no poema “O Rebanho”, que chegou as vias radicais de sua crítica aos papéis exercidos pelos políticos brasileiros:

Oh! minhas alucinações! Vi os deputados, chapéus altos, sob o pátio vespéral, feito de mangas-rosas, saírem de mãos dadas do Congresso ... Como um possesso num acesso em meus aplausos aos salvadores do meu estado amado! ... Desciam, inteligentes, de mãos dadas, entre o trepidar dos praxis vascolejantes, a rua Marechal Deodoro ... Oh! minhas alucinações! Como possesso num acesso em meus aplausos aos heróis do meu estado amado! ... E as esperanças de ver tudo salvo! Duas mil reformas, três projectos ... Emigram os futuros nocturnos ... E verde, verde, verde! ... Mas os deputados, chapéus altos, mudavam-se pouco a pouco em cabras! Crescem-lhes os cornos, descem-lhes as barbinhas ... E vi que os chapéus altos do meu estado amado, com os triângulos de madeira no pescoço, nos verdes esperanças, sob as franjas de oiro da tarde, se punham a pastar rente do palácio do senhor presidente ... Oh minhas alucinações! (ANDRADE, 1922: 57-59).

Com alusão direta a República através da citação do nome do Marechal Deodoro, que no conto seria apenas o nome de uma rua, o poeta criticou a

permissividade e o personalismo com que os congressistas exerciam seus papéis. Mário de Andrade criticou o sistema autoritário da República brasileira, na qual o Presidente contava com total apoio dos deputados, que mais pareciam um rebanho de cabras, “pastando” nos campos do governante, como se reportou ao final do conto. Esses homens, que seriam a esperança da nação, não exerciam seus papéis pelo bem público, apenas buscavam, de “mãos dadas”, aludindo aos acordos traçados entre os grupos como forma de preservar suas posições, o benefício próprio.

Podemos perceber que naquele período, a crítica aos personalismos e a defesa das liberdades, já evidenciadas, foram temas de preocupação central, como analisamos em nossos capítulos subseqüentes, também presentes nos escritos de seu amigo e correspondente Mário de Andrade, conforme em “Paulicéia desvairada”: *“minhas reivindicações? Liberdade. Uso dela; não abuso. Sei embrida-la nas minhas verdades filosóficas e religiosas;”* (ANDRADE, 1922:22). A liberdade de expressão era, conforme os versos do poeta, a reivindicação basilar naqueles anos. Segundo Francisco de Assis Barbosa, Sérgio Buarque em confluência a Mário de Andrade, não abdicava de sua liberdade, nem que para isso precisasse romper com o movimento e se tornar um franco atirador, apontando as falhas do pensamento modernista.

Dessa forma, mesmo no principio dos anos de 1920, já encontramos nos artigos de Sérgio Buarque, em “Ariel”, publicado na Revista do Brasil em maio de 20, sua crítica a ausência de uma nacionalidade brasileira comprometida com o aprimoramento

do país, quando afirmou: *“No Brasil o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro é, pode-se dizer, o único que não tomamos de nenhuma outra nação. É, pois, o único traço característico que já se pode perceber nessa sociedade em formação que se chama: o povo brasileiro”* (HOLANDA, 1920, *apud*, BARBOSA, 1988:43). O macaquismo a que aludiu Sérgio Buarque seria exemplificado pela Constituição de 1891, com clara direção liberal e que apesar de cópia inspirada na Inglaterra e nos Estados Unidos ficou sem efeito, pois o papel do Estado frente sua burocratização, administração dentro dos princípios impessoais do liberalismo-democrático e a noção de espaço e bens públicos nunca foram respeitados no Brasil. Sendo assim, as liberdades individuais seriam tolhidas por esse Estado que sempre visando a preservação dos privilégios de grupos oligárquicos desconsideraria as necessidades da nação.

O conceito de liberdade, como vemos, já começava a aparecer quase uma década antes da atuação de Sérgio Buarque junto ao OJ, intrinsecamente ligado a sua crítica aos sistemas personalistas da República brasileira. Portanto, fosse nos embates políticos, como manifesto pelo tenentismo, ou nas artes e literatura, materializado no modernismo, as críticas às estruturas personalistas da política brasileira e a defesa das liberdades eram temas recorrentes.

### 1.2 Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque de Holanda e o O Jornal: caminhos entrecruzados

O império jornalístico fundado por Assis Chateaubriand teve seu princípio com a compra do OJ, em 1924, de Renato Toledo Lopez. Nos anos que se seguiram a essa compra, o jornalista moldou a postura oposicionista de seu jornal e enfrentou a perseguição e a censura promulgada pelo Estado de Sítio, implementados pelo governo de Arthur Bernardes. Desde o primeiro momento, Chateaubriand procurou se rodear de intelectuais, jornalistas e administradores capazes.

Sérgio Buarque de Holanda que trabalhava desde a fundação do jornal, devido a sua amizade com o proprietário, foi mantido na redação pelo novo dono. No entanto, pouco atuou entre 1924 e 1927, ano em que apareceu a primeira reportagem assinada por ele no OJ. Seu destaque na rede ocorreu apenas entre 1929 e 1930, quando foi correspondente na Alemanha para o DSP e OJ.

Nesse período justamente, ambos colocaram suas idéias e visões políticas em evidência, diante das exigências do cenário pré-eleitoral e de crise econômica em que se encontrava o Brasil. Seus artigos formataram a face aliancista da rede em expansão de Assis Chateaubriand. A campanha encabeçada e defendida nas páginas dos jornais, que formariam a rede Diários e Associados, podia ser vista nas críticas veiculadas pelos editoriais de Chateaubriand e de forma diferente pelos artigos de Sérgio Buarque de

Holanda. O primeiro optava por textos de crítica direta ao contexto político pré-eleitoral, enquanto o segundo, na posição de correspondente no exterior, ancorava suas análises em percepções do cenário europeu e em comentários veiculados pela imprensa alemã.

Dessa forma, o engajamento de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand aos ideais que motivaram outubro de 1930, ocorreu declaradamente ainda na metade de 1929. Ambos participaram de formas diferentes do processo de formação e propaganda da Aliança Liberal, partido que apresentou a candidatura de Getúlio Vargas e que liderou a revolução.

A imagem do repórter preocupado com a veiculação da notícia, apresentada nas obras de Fernando Morais e Glauco Carneiro, poderia nos levar a ver Assis Chateaubriand como um personagem incongruente no cenário político nacional, como nos afirmou Morais:

Quando tentava explicitar melhor seu norte ideológico, a confusão só aumentava. Em artigos sucessivos, ora dizia que suas empresas só existiam **'como instrumento da ação conservadora para a defesa dos interesses da produção brasileira'**. Ora criticava o governo federal 'por acreditar em patranhas que querem convencer as autoridades brasileiras da existência de uma conspiração bolchevista, prestes a estourar entre nós', **e protestava ao ver que 'o direito de reunião dos nossos trabalhadores vem sendo perturbado por incursões intempestivas da polícia**, com disparos de tiros a esmo que acabaram matando operários inermes'. Quando os artigos de Mussoline e Primo de Rivera se tornavam muito frequentes, deixando no ar suspeita de simpatias pelo extremismo que germinava na Europa, era taxativo: **'Nenhum diário tem divergido mais do fascismo do que nós**. Se o sr. Mussolini possui admiradores não se encontram em nossas colunas' (MORAIS, 1994:185 – grifo nosso).

Essas afirmações de Chateaubriand reunidas na citação de Fernando Morais pareceram aos olhos do autor uma confusão “ideológica”. No entanto, podemos observar que em tais afirmações encontramos três pilares do pensamento chateaubriano: 1º) a defesa da indústria nacional, “suas empresas só existiam '**como instrumento da ação conservadora para a defesa dos interesses da produção brasileira**'”; 2º) Crítica aos cerceamentos das liberdades: “**protestava ao ver que 'o direito de reunião dos nossos trabalhadores vem sendo perturbado por incursões intempestivas da polícia**”; 3º) Oposição as ditaduras: “**Nenhum diário tem divergido mais do fascismo do que nós**”.<sup>26</sup> Ao analisarmos dessa forma, percebemos que as afirmações de Chateaubriand não eram incongruentes e sim partes de um projeto maior de política, ancorado principalmente sobre o segundo e o terceiro princípios elencados por nós na citação de Morais. No pensamento chateaubriano, como analisaremos aqui, tanto o primeiro princípio, quanto o terceiro, são intimamente dependentes um do outro, pois liberdade não seria alcançável em um Estado ditatorial.

Todo esse posicionamento de Assis Chateaubriand, apontado por Morais como incongruente e por nós como pontos singulares de seu ideário nacionalista, foram explicados por Glauco Carneiro como sendo frutos da postura oposicionista assumida pelos Diários:

Na verdade, esse desdobramento decorreu como sucessão natural do posicionamento oposicionista assumido pelos Diários durante o governo

---

<sup>26</sup> Grifos nossos.



Bernardes. A cobertura proporcionada aos revolucionários da Coluna Prestes assegurou-lhe acesso e prestígio junto aos 'tenentes', que encontraram na rede de Assis Chateaubriand um canal de repercussão de suas propostas, inicialmente de anistia; e depois voltadas para suas idéias de 'regeneração' e 'modernização' do regime republicano (CARNEIRO, 1999:119).

Ao contrário do que afirmou Carneiro, a postura oposicionista chateaubriana e apoio aos tenentes não foram apenas atitudes decorrentes de sua oposição ao governo Bernardes, também, não podemos reduzi-las a interesses financeiros e empresariais, como discorreu Moraes. Mas, devemos perceber que as defesas das liberdades, representadas pelas propostas de anistia aos revoltosos da Coluna, assim como, as idéias de "regeneração" e "modernização" do regime republicano brasileiro são pontos fundamentais de seu ideário nacionalista, como tratamos no segundo capítulo. Apesar de não trabalharmos com o conceito de modernização e sim de ideário, não desconsideramos que as propostas chateaubrianas de liberal-democracia contribuiriam para a modernização do regime político brasileiro.

Sendo assim, como veremos em nosso segundo capítulo, o pensamento de Chateaubriand se diferencia de Sérgio Buarque de Holanda por sua ênfase ao liberalismo, muito mais tênue no segundo, e demonstraremos mais adiante, que se aproxima, ao mesmo tempo, por sua crítica ao sistema ditatorial de governo. Entretanto, a crítica e propostas políticas de ambos somente alcançam substancial significação quando devidamente relacionadas com seu contexto desencadeador.

As propostas de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda foram

intensamente veiculadas entre os anos de 1929 e 1932 nos jornais OJ, DSP, período balizado por dois eventos que transformaram o cenário político nacional. O primeiro: a Revolução de outubro de 1930 foi desencadeada pelo processo eleitoral anterior e o segundo, a Revolução Constitucionalista de 09 de julho de 1932, que eclodiu em resistência e crítica ao sistema ditatorial implantado no país pelo Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas.

O primeiro evento fundamental para as atividades jornalísticas de nossos dois intelectuais foi muito mais do que uma troca de governantes, representou o fechamento de um ciclo chamado política café-com-leite. Com a queda de Washington Luís foi encerrada a República Velha e iniciada a República Nova, marcada pelo governo varguista, que durou quinze anos.

Nesse sentido, precisamos perceber que a queda da 1ª República teve como motor propulsor, entre outros fatores sociais e econômicos, a formação e a conspiração da Aliança Liberal e sua oposição eleitoral em 1930, iniciada um ano antes, conforme discorreu Glauco Carneiro (1999).

Tradicionalmente, a historiografia – produzida por Edgar Carone, Boris Fausto e Maria Helena Capelato, que muito contribuíram para esse trabalho – enfatiza o papel central de políticos como Antônio Carlos (presidente do Estado de Minas Gerais) e João Neves da Fontoura (Deputado Estadual) na trama e efetivação da aliança estabelecida entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba para candidatura de Getúlio Vargas

para a Presidência da República em oposição a Júlio Prestes candidato situacionista. Segundo Luciano Aronne Abreu, *“Antônio Carlos passa a articular, junto a representantes gaúchos no Congresso Nacional, a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, em oposição ao nome de Júlio Prestes”* (ABREU, 1996:92). No entanto, conforme relataram Glauco Carneiro e também Fernando Morais, muito antes de Antônio Carlos dar início às negociações com Vargas, o jornalista já fazia às vezes de “alcoviteiro” trocando informações entre os dois governadores.

O apoio primeiramente ocorreu com a participação direta de Assis Chateaubriand nas negociações partidárias entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em correspondência, João Daudt d’Oliveira relatou a Getúlio Vargas que Assis Chateaubriand lhe havia feito uma visita com o objetivo de lhe comunicar alguns posicionamentos assumidos pelo governo de Minas Gerais:

Em longas e repetidas conversações com Antônio Carlos (de Andrada), dele ouviu o Assis a afirmativa reiterada de que o governo de Minas: a) vetará formalmente a candidatura Júlio Prestes; b) não terá, em hipótese alguma, candidato mineiro; c) aceitará como candidatura do Catete a de um nome rio-grandense; e d) adotará um nome rio-grandense para opor, em luta aberta, a uma candidatura oficial paulista;

Como discorreu nessa carta, Assis Chateaubriand estaria em janeiro de 1929 realizando seu papel, que depois se tornou comum dentro da Aliança liberal, de “alcoviteiro”, ou seja, de transmissor das informações. Levou ao representante gaúcho a informação de que o Estado que teria o “direito” à sucessão presidencial não o faria e ainda, que o mesmo apoiaria uma possível candidatura rio-grandense. Daudt d’Oliveira

ainda continuou afirmando que, segundo Assis Chateaubriand, a única aspiração “*da política mineira (...) é o restabelecimento definitivo do princípio da não-intervenção*”.

A defesa das liberdades políticas, encabeçada por Minas Gerais, expressada no princípio da não-intervenção, ia de encontro ao ideário nacionalista chateaubriano apresentado em seus editoriais, como analisamos no segundo capítulo.

Na mesma correspondência, Daudt d’Oliveira ainda continuou esclarecendo a Vargas que Assis Chateaubriand teria pedido a ele que comunicasse essas informações ao Rio Grande do Sul: “*Ao fim da narrativa, perguntou-me o Assis se eu aceitaria uma incumbência de ir a Porto Alegre levar-te estes dados e trazer o teu ponto de vista, que seria de esperar que comportasse uma proposta concreta para uma entente política com o Rio Grande*”. O intuito de Minas Gerais se unir ao Rio Grande do Sul, não apenas apareceu nas palavras no missivista, como também, demonstrou o papel do jornalista nas negociações, que muito antes de qualquer pronunciamento oficial do Governo Federal já buscava uma aproximação entre os Estados para a formação de uma frente oposicionista. Apesar de Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand se conhecerem desde os tempos de que o governador gaúcho foi Ministro da Fazenda do governo Washington Luís, o jornalista optou por enviar os comunicados e informações ao Rio Grande do Sul através de seus representantes no cenário político nacional, como João Daudt d’Oliveira e João Neves da Fontoura.

No decorrer do mês de janeiro de 1929, Chateaubriand seguiu nas negociações

pela aproximação entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, conforme discorreu Daudt d'Oliveira em correspondência, de 29/01/1929, endereçada a João Pinto da Silva:

Confirmando o recebimento de tua carta, já acusado por meu telegrama recente. Fiquei devidamente esclarecido quanto ao louvável ponto de vista do Getúlio em relação ao assunto de minha última carta. Recolhi a autorização para 'comunicar em síntese e verbalmente os informes' de que és intermediário, disposto a só valer-me dela com oportunidade rigorosa. Assim quando falei com o **Assis (Chateaubriand)**, me limitei a fazer sentir que – sem compromisso (como é de pública ciência e eu o sabia com segurança) e permanente em atos de liberalismo por puro espírito liberal (isto é, sem transação) – o governo do Rio Grande não precisava de profissão de fé especial para autorizar uma proposta concreta de Minas uniformemente e sincera no desprendimento da Presidência (grifo nosso).

A resposta do posicionamento rio-grandense era aguardada pelo jornalista que levaria a Minas Gerais as diretrizes para os próximos passos oposicionistas de Antônio Carlos. No entanto, ao contrário do que esperava, o Rio Grande do Sul não aderiu rapidamente à proposta de formação de uma “entente” política contra o Governo Federal. Chateaubriand, no entanto, conforme argumentou Glauco Carneiro, prosseguiu em seu papel para integrar uma “conspiração” liberal:

Nos tempos que precederam à Revolução Liberal, **Assis Chateaubriand** fizera crescer sua influência nos centros de poder da Primeira República e ajudaria depois a derrubá-la, **integrando a conspiração que acabou levando Vargas ao poder**, para um longo consulado de quinze anos. Ainda candidato, Getúlio valeu-se largamente dos jornais Associados para divulgar sua plataforma, antes de recorrer às armas, e Assis Chateaubriand, por sua vez, utilizou-se do apoio político e financeiro do líder gaúcho e da Aliança Liberal para fundar e incorporar novos veículos à rede iniciada com *O Jornal* do Rio de Janeiro (CARNEIRO, 1999:119 – grifo nosso).

Sendo assim, podemos perceber que a aproximação tanto de Sérgio Buarque, quanto de Assis Chateaubriand, ao movimento revolucionário de 1930 não ocorreu de forma oportunista ou casual, antes foi o efeito de aspiração e esperança nas

potencialidades transformadoras que tal evento projetava.

O envolvimento e apoio de Chateaubriand na formação da Aliança Liberal tiveram como ancestralidade sua direta amizade com Getúlio Vargas, estabelecida durante a permanência desse como ministro da Fazenda, no governo de Washington Luís, como já discurremos. A amizade entre o jornalista e o ministro se solidificou de tal forma, que ainda em novembro de 1927, antes mesmo de Vargas deixar o ministério, Chateaubriand já ressaltava suas qualidades de estadista, no artigo intitulado “O cavalheirismo gaúcho”, e o apontava como “*um desses temperamentos de que tanto o Brasil carece afim de restabelecer a harmonia da família republicana*” (Coletânea, 25/11/1927:516).

Nessa referência o jornalista claramente insinuou que Vargas seria o candidato ideal para a sucessão presidencial do Governo Federal, ao mesmo tempo em que o qualificou para a presidência do Estado do Rio Grande do Sul, para a qual foi eleito no ano seguinte. Nesse mesmo artigo, Chateaubriand exaltou os gaúchos como aqueles que viram a guerra face-a-face e mesmo assim não deixaram de respeitar seus inimigos, enfatizou que todos demonstraram o esquecimento “*das lutas fratricidas*”. Nessa citação do jornalista, o que seria um elogio aos gaúchos se configurou numa crítica a política empreendida pelo governo federal, de perseguição aos “inimigos” e opositores, tema muito enfatizado em suas reportagens publicadas entre os anos de 1929 e 1932, conforme trabalharemos em nosso quarto capítulo.

As vésperas o pleito para governador do Rio Grande do Sul,<sup>27</sup> Vargas, como era de costume, chamou Chateaubriand e lhe mostrou um papel:

Era o telegrama com que o governante gaúcho Borges de Medeiros comunicava que ele, Getúlio Vargas, seria o candidato do PR ao governo do Rio Grande. Aquela informação não podia ser publicada, mas Chateaubriand podia usá-la como moeda de troca em seus contatos políticos (MORAIS, 1994:174).

A amizade entre os dois era tão cúmplice que Vargas podia confiar informações tão sigilosas como essa ao jornalista e, ao mesmo tempo, ter certeza que contaria com seu apoio para realizar as alianças necessárias.

Segundo Fernando Morais, Getúlio Vargas nem havia deixado o Ministério da Fazenda e Chateaubriand já o exaltava como grande estadista nas páginas de seus jornais, chegando até a prever sua candidatura para as eleições presidenciais que ocorreriam em 1929, “...um destes temperamentos de que tanto o Brasil precisa para restabelecer a harmonia da República (...) Vargas estava colocado entre as duas grandes forças que prometiam entrecrocar-se na sucessão presidencial ...”(MORAIS, 1994:175). Neste mesmo ano, 1927, em que Vargas foi empossado como governador do Estado do Rio Grande do Sul, já aparecia nas páginas do OJ textos de Chateaubriand exaltando Vargas. Carneiro, na mesma direção de Morais, afirmou que a amizade entre Vargas e Chateaubriand foi fruto, principalmente, de interesses entrecruzados:

Claro que os grandes jornais, dominados ou temerosos do situacionismo, não puderam dar acolhimento ao projeto político de Vargas, esboçado tenuemente no começo, até para seus simpatizantes. Daí explicar-se o relacionamento que

---

<sup>27</sup> Cargo que na época era denominado Presidente do Estado.

o sagaz gaúcho iniciou, na Capital da República, com os jornais do influente Assis Chateaubriand e com sua equipe, pretendendo formar uma base de simpatia capaz de favorecer seus planos (CARNEIRO, 1999:120).

Se os interesses pessoais tanto de Vargas, quanto de Chateaubriand, explicam ou não a aproximação entre os dois, não sabemos. No entanto, essa proximidade entre eles oportunizou espaço para a propaganda da imagem de Vargas nas páginas do OJ muito antes de sua candidatura ao Catete, ao mesmo tempo em que também abriu possibilidades para a expansão da rede jornalística chateaubriana. Além do serviço da rede chateaubriana para promoção da imagem de Vargas, também não podemos ignorar nesse contexto, o contato de Chateaubriand com Antônio Carlos, que segundo Carneiro:

Assis, que se aproximara do presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sucessor oficioso do paulista de Macaé, Washington Luís, intuiu que o acordo oficioso entre os dois maiores estados seria rompido, dando oportunidade a nome de outra unidade da Federação. E ninguém se apresentava com tanta força quanto Getúlio Vargas, desde que este unisse os gaúchos em torno de si. Mantendo-se ao lafo de Antônio Carlos, mas trabalhando seu ressentimento pela anunciada preterição, Chateaubriand passou a fomentar a candidatura de Getúlio Vargas e a lançar as bases da futura Aliança Liberal (CARNEIRO, 1999:120).

Mais do que apoio e propaganda da imagem varguista de bom governante, segundo Carneiro, Chateaubriand fomentou a candidatura do governador Gaúcho, assim como, a própria formação da Aliança Liberal. Todo seu envolvimento no cenário político que se formava entre os primeiros meses de 1929, não eram respostas automáticas aquele momento, mas podemos perceber, conforme sua constante promoção da figura de Vargas desde o tempo em que esse ainda era Ministro, que aquela foi a oportunidade esperada para intervir no contexto da política nacional.



Os elogios a Vargas eram constantes e não foram menores em 25 de janeiro de 1928, quando da posse de Vargas para a presidência do Estado. Em editorial nessa data, escreveu Chateaubriand que o candidato eleito ao governo rio-grandense estava colocado entre as forças que se entrecrocariam na sucessão presidencial do Brasil e que Getúlio Vargas era a “*a única ponte*” onde todos poderiam atravessar. Assim, seu apoio à pessoa de Vargas era declarado nas páginas do OJ, órgão líder da expansiva rede jornalística que se formou nos anos subseqüentes.

Assis Chateaubriand, em 1928, foi recebido por Getúlio Vargas para uma entrevista, logo após a sua posse no governo do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Fernando Morais, no final dessa conversa, Vargas contou que sua primeira viagem seria para o Estado de São Paulo, a convite de Júlio Prestes, então governador paulista. Em resposta imediata, Chateaubriand perguntou a Vargas porque não aproveitava e ia também a Minas Gerais e esse respondera que pelo simples fato de que não fora convidado. Nesse momento, o jornalista deu início ao seu plano de unir os dois Estados, através da aproximação de Vargas e Antônio Carlos, governador mineiro. De acordo com Morais:

Antes mesmo de embarcar para o Rio, Chateaubriand telegrafou a Afrânio de Melo Franco pedindo-lhe que revelasse com urgência o episódio a Antônio Carlos, insistindo e que era 'vital que Vargas fosse convidado a estender sua viagem a Minas'. Ao entrar na redação de O Jornal, já encontrou Afrânio à sua espera: - Falei com Antônio Carlos e ele pede que você seja o portador oficial do convite a Getúlio. Chateaubriand recusou a honraria (...) Sugeriu que o porta-voz do governador mineiro fosse o irmão de Antônio Carlos, José Bonifácio, (...) Semanas depois, na recepção a Vargas no Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro, Chateaubriand não escondia o

entusiasmo por ter sido 'o santo antônio que alcovitou um namoro que pode mudar a cara do Brasil' (MORAES, 1994:176).

Como explicitou na citação acima, Chateaubriand foi o responsável pela aproximação entre Getúlio Vargas e Antônio Carlos. Esse encontro, idealizado e promovido pelo jornalista possibilitou o pacto estabelecido entre os Estados e a formação da Aliança Liberal, órgão que não apenas promoveu a oposição a candidatura oficial, mas que principalmente aglutinou em torno de si os combatentes do movimento de 1930.

O resultado dessa união foi proclamado com entusiasmo por Chateaubriand no editorial de 15 de janeiro de 1929, do DSP: a candidatura de um gaúcho para a presidência da República. Segundo Fernando Morais,

Era a primeira vez que alguém cometia a insolência de vir a público propor o fim da chamada política do café-com-leite, que por quatro décadas, como ele próprio assinalara, garantira aos estados de Minas Gerais e de São Paulo um revezamento quase ininterrupto na chefia da nação, ignorando as lideranças do resto do país (MORAIS, 1994:196).

Se foi ou não a “primeira” vez, como se referiu Fernando Morais, que alguém se opôs publicamente à política café-com-leite não nos é central, o que nos chamou atenção foi à audácia do jornalista em criticar as bases do governo em vigência, herdeiro dessa tradição. No entanto, é preciso salientar que já nesse momento havia rumores de que Washington Luís pretendia romper com a tradição acordada entre Minas e São Paulo, através da indicação de Júlio Prestes para sucessão presidencial. Por isso, a crítica de Chateaubriand não era dirigida apenas a política café-com-leite, mas a

hegemonia angariada por São Paulo no governo Federal.

Além disso, esse editorial também tornava público o resultado, de acordo com  
Morais:

(...) de uma conspiração em que Chateaubriand se metera pessoalmente meses antes, para convencer o governador Antônio Carlos a três graves decisões que iriam mudar o rumo da história do Brasil: primeiro, retirar sua própria pré-candidatura à Presidência; segundo, rejeitar qualquer solução proposta pelo Palácio do Catete para dar continuidade à política do café-com-leite; e, por fim, apoiar o nome de Getúlio Vargas como candidato de oposição a Washington Luís (MORAIS, 1994:197).

O posicionamento de Antônio Carlos frente ao cenário pré-eleitoral, de não se candidatar, seria compreensível, considerando a continuidades da política café-com-leite, além da rejeição de acordos com o Catete, o que configuraria oposição total ao governo. Por fim, o apoio a um candidato periférico foi fundamental para os rumos seguidos depois, principalmente para a formação do movimento de 1930 que desembocou na revolução.

Esse episódio não apenas demonstra-nos a singularidade e fragilidade daquele momento político, como também a proporção do comprometimento e envolvimento de Chateaubriand com as transformações na política nacional. Segundo Fernando Moraes,

a atividade jornalística não inibia sua aberta participação política. Representando a Paraíba (onde não punha os pés havia anos), em setembro ele foi incluído entre os delegados à Convenção Nacional da Aliança Liberal que iria sacramentar a chapa Getúlio Vargas – João Pessoa” (MORAIS, 1994:203).

Como nos afirmou nessa citação, o posicionamento e apoio de Chateaubriand à

Aliança Liberal eram declarados, assim como seu prestígio dentro dela. Através de sua fidelidade ao governador gaúcho, Chateaubriand alcançou grande prestígio entre o alto comando da Aliança Liberal.

O prestígio de que Chateaubriand desfrutava junto ao alto comando aliancista não era apenas um reconhecimento aos serviços prestados por seus jornais e por *Cruzeiro* à causa da Aliança Liberal. Ele era efetivamente considerado um dos membros do primeiro e mais fechado círculo da conspiração, privilégio que muitas vezes torturava sua alma. Convier com segredos e não publicá-los no jornal era negação absoluta daquilo que ele mais se orgulhava de ser: repórter (MORAIS, 1994:204).

O próprio Chateaubriand, também, relatou a amizade por Vargas e seu envolvimento com a campanha aliancista, no editorial “Getúlio Vargas e a Itabira Iron”, no qual relatou:

Convivi com ele (Vargas), assiduamente, de 1925 a 1927, quase que diariamente nos encontrando, fosse na pensão Wilson, fosse na rua Buarque de Macedo, ou fosse na Ladeira do Ascurra. Que longe ele estava de ser um jacobino reacionário! Dizia que era um liberal, e timbrava em praticar atos que confirmasse essa sua convicção. (...) E nem haveria feito campanha, que empreendi, a partir de 1926, junto a Antônio Carlos e os leaders montanhesees, para lhe adotarmos a candidatura, se ele não fosse liberal de doutrina e de convicção, que era, e que a todo momento se manifestava de modo franco e inequívoco (Coletânea, 12/10/1957:723).

No desabafo do jornalista, não só aparece a desilusão com Vargas, como também seu apreço aos ideais liberais, pois afirmou que apenas apoiou a candidatura varguista por sua filiação ao liberalismo. A defesa dos ideais liberais foram o elo de aproximação entre Chateaubriand, Vargas e Antônio Carlos e também causaram a ruptura entre eles. No mento em que percebeu atitudes autoritárias no político gaúcho, o jornalista, retirou seu apoio e passou a fazer campanha contra o Governo Provisório, o

que analisamos no quarto capítulo dessa tese.

Durante a campanha eleitoral de Getúlio Vargas para Presidência da República Chateaubriand foi capaz de aliar-se aos mais diversos grupos, até mesmo àqueles que tanto combatera, como o sr. Arthur Bernardes.<sup>28</sup> Depois das inúmeras ofensas promulgadas por Assis Chateaubriand a Arthur Bernardes, durante a estada deste na presidência, – além da publicação de *Terra Desumana: a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes* – era extremamente contraditório ver o antigo inimigo elogiado nas páginas de OJ como homem honesto, representante das liberdades de expressão e da Aliança Liberal.

Muitos viram nesse empenho de Chateaubriand, em unir os estados numa coligação oposicionista, um oportunismo interesseiro, considerando o substancial aumento de sua rede jornalística entre os meses de campanha. O próprio Osvaldo Aranha impediu a compra do CP - POA por Chateaubriand, por temer seu súbito crescimento e poder de intervenção jornalística. Mesmo assim, em menos de um ano, o jornalista adquiriu cinco jornais, bem localizados, fechando uma rede de seis jornais e uma revista, todos a serviço da Aliança Liberal, e conseqüentemente adquiridos, em grande parte, com seu apoio financeiro.

De acordo com Moraes, Chateaubriand teria aproveitado o momento para “*voar mais alto. E, sempre que possível, no vácuo do foguete em que se transformara a*

---

<sup>28</sup> O então presidente da República Arthur Bernardes impedira Chateaubriand de comprar o Jornal do Comércio e, ainda, tentou comprar sorrateiramente as ações de O Jornal das mãos de seus sócios, sem que ele soubesse.

*Aliança Liberal*” (MORAIS, 1994:203). Sem desconsiderar o perfil investidor do jornalista e instinto para negócios, como enfatizou Fernando Moraes, não podemos reduzir seu posicionamento a interesses comerciais, pois toda sua campanha e críticas contra o governo federal antecederam muito a formação do cenário em que se encontrava o Brasil no ano de 1929.

Seu livro *Terra Desumana: a vocação revolucionário do presidente Arthur Bernardes*,<sup>29</sup> publicado em 1926, é um exemplo da formulação de sua crítica, elaborada ainda dentro do governo de Arthur Bernardes e que devido a censura desse governo, foi publicada somente após, com a sucessão presidencial por Washington Luís.

Entretanto, Assis Chateaubriand não apenas apresentou a mais contundente ofensa a pessoa de um ex-presidente, como à República brasileira em seu aparato institucional e também expôs sua proposta para a política nacional. Através da figura de Arthur Bernardes, criticou a autocracia “*O que ele ainda está tentando fazer no Brasil é uma verdadeira e completa revolução branca, revelando ao país uma vocação autocrata,(...)*” (CHATEAUBRIAND, 1936:37). De maneira semelhante Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*<sup>30</sup> publicado dez anos depois, afirmou que no Brasil

<sup>29</sup> Essa obra, com 213 páginas, chegou às livrarias no final de 1926 e logo obteve sucesso. Teve duas edições seguidas com cerca de oito milheiros de exemplares. No entanto, o conteúdo da obra sempre foi interpretado como instrumento de vingança do autor contra o Presidente, conforme crítica de José Júlio Martins que afirmou “... Chateaubriand não escreveu seu livro para defender idéias, mas apenas como vingança, por ter sido impedido por Bernardes de ganhar algumas centenas de milhares de libras de comissão pelo fracassado contrato com a Itabira Iron Ore” (MARTINS, apud MORAIS, 1994:167). É claro que ao analisarmos esta crítica precisamos considerar quem a escreveu, pois José Júlio Martins era amigo pessoal de Bernardes. Terra desumana somente foi reconhecida como séria após a morte de seu autor, por Wilson Martins, que a definiu como uma análise profunda do caráter e da mentalidade da política do povo brasileiro.

<sup>30</sup> Em nossa dissertação de mestrado procuramos demonstrar que o cerne da obra *Raízes do Brasil* publicada em 1936 foi escrito ainda nos anos de 1929-1930 durante a estada de Sérgio Buarque na Alemanha e ainda se

freqüentemente nos encontramos lutando por personalismos, ou seja, por interesses próprios (HOLANDA, 1973:138).

Em crítica semelhante, Chateaubriand, apontou como solução dos problemas brasileiros, a eleição de um estadista que *“totalizando os valores do seu tempo, faz da sua vida uma unidade de tal modo dependente das outras unidades concorrentes do conjunto social, que cada uma delas, sem embargo das suas particularidades individuais, nele se completa e por ele se realiza no sentido do universal”* (CHATEAUBRIAND, 1936:42). Mesmo que no sentido profundo da defesa, para o jornalista, um estadista deveria ser o homem disposto a colocar os interesses da nação acima dos pessoais, pois *“o maior gênio político é precisamente aquele que concilia na sua ação coordenadora, na sua aspiração para a unidade, o maior número de antíteses”*(CHATEAUBRIAND, 1936:42). Em proposição semelhante, para Sérgio Buarque de Holanda, o chefe da nação deveria seguir a fórmula de Bentham: *“A maior felicidade para o maior número”* (HOLANDA, 1973:139).

Dentro do contexto dos anos de 1920-1930, no último ano do governo de Washington Luís culminaram descontentamentos nas mais diversas áreas: na economia a crise do café e a quebra da bolsa de valores norte-americana empurraram o país a bancarrota total, na política o Estado de Sítio promulgado durante todo o governo de Arthur Bernardes e as perseguições políticas lideradas por Washington Luís causaram

---

relaciona diretamente aos seus artigos publicados no mesmo período. Ver mais: MATOS, Júlia S. Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, diálogos com a política e a História do Brasil. Porto Alegre. PUCRS, 2005; HOLANDA, Sérgio Buarque. Tentativas de mitologia. São Paulo: Perspectiva, 1977.

uma atmosfera de desconfiança, além é claro das deficiências nas áreas de saúde e educação, muito enfatizadas tanto por Chateaubriand, quanto por Sérgio Buarque, conforme trataremos mais adiante. Enfim, os mais diversos grupos ansiavam por mudanças e as eleições de 1930 para Chateaubriand seriam decisivas para a solução dos problemas nacionais.

Vemos que o envolvimento de Chateaubriand com a cúpula da Aliança Liberal lhe possibilitou desfrutar da posição de membro desse fechado círculo de conspiração oposicionista. Seu prestígio entre os políticos mineiros e gaúchos não era gerado apenas pelo reconhecimento de serviços prestados, mas por suas posições e idéias, como reconheceu João Neves da Fontoura, posteriormente em suas memórias.

Entretanto, mesmo com essa rede combatente pela causa da Aliança Liberal, ainda era necessário repórteres capazes de escrever bons textos, de forma a criar seriedade e respeitabilidade aos jornais, para que assim dialogasse com seus mais diversos grupos de leitores. Para os paulistas dois jornais, o *Diário de São Paulo* voltado mais para as industriais e cafeeiros e o *Diário da Noite*, popular, voltado para os grupos operários; no Rio de Janeiro a mesma divisão, o OJ com uma configuração séria e o DN com linguagem popular; Em Minas Gerais o *Estado de Minas* preocupado em atingir a população de forma geral e em Porto Alegre, o modernizado *Diário de Notícias*, preocupado em perpetuar o apoio gaúcho à candidatura varguista. Sem esquecer é claro da Revista *O Cruzeiro*, que atingia principalmente a ala feminina.



Nesse cenário, desde a compra do OJ, primeiro veículo e permanentemente central da Rede dos Diários Associados, já se encontrava entre os funcionários o jovem Sérgio Buarque de Holanda, que aparece modestamente com reportagens em 1927 e 1928. Sua grande aparição como repórter foi em 1929 como correspondente no exterior. Segundo Chateaubriand, seria permanente sua estada na Europa e países bálticos, o que efetivamente não ocorreu.

A produção literária de Sérgio Buarque foi marcada por um senso crítico e nacionalismo. A preocupação com a situação política e econômica brasileira foi o eixo central de sua correspondência com OJ, conforme analisaremos mais adiante, e esse traço, podemos dizer, acompanhou o historiador por toda sua trajetória intelectual. Ao desembarcar, a situação alemã encontrada pelo jovem correspondente era extremamente conturbada. A França, após a retomada da Alsácia-Lorena e apropriação do Sarre, impunha sua cultura e idioma a estas regiões que durante tanto tempo foram germânicas, o que estimulava uma rápida propagação do sentimento de revolta entre a população alemã.

Entretanto, segundo Sérgio Buarque, *“O povo alemão, saído da guerra, cercado ainda hoje de inimigos impiedosos e despeitados, exibe um assombroso poder de adaptação às condições sociais”* (JO, 23/08/1929:03). Quem seriam estes inimigos impiedosos? Com certeza os países vencedores da Guerra que condenaram a Alemanha a indenizá-los pelos prejuízos decorrentes do conflito. Na Universidade, Sérgio

Buarque deparou-se com a história metódica, do início do século XX, preocupada em “... despertar, afinal, na alma da nação, a consciência de si (...) devolver-lhes raízes profundas para que eles entendam que a fronteira não é interna, mas externa” (DOSSE, 2001:17). Naquele momento, de acordo com François Dosse, a função do pensador era entendida, como política formadora de consciência nacional, enraizadora de sentimentos patrióticos.

No entanto, ao lermos artigos como “Originalidade Literária” de Sérgio Buarque, publicado em 1922 no CP, podemos afirmar, que o ainda estudante de Direito, mesmo antes de seu contato com a influência alemã, já enxergava uma função política para os intelectuais. Em “Originalidade Literária”, a classificação sobre o que seria “nosso” na Literatura demonstrou seu espírito nacionalista. Nesse artigo, Sérgio Buarque apresentou o que seria o cerne de seu pensamento: “*A Emancipação intelectual não é nem podia ser um corollário fatal da emancipação política (...) que a independência intelectual de um povo não requer da emancipação política*” (CP<sup>31</sup>, 22/04/1922:02). Para Sérgio Buarque, a emancipação intelectual brasileira não é consequência terminal da política, ou seja, importante era a emancipação intelectual brasileira, a política seria então uma consequência e não ao inverso. A citação acima evidencia sua posição frente à função do intelectual como responsável pelos rumos da nação.

---

<sup>31</sup> Correio Paulistano.

Portanto, conforme buscamos demonstrar no presente capítulo, os artigos jornalísticos de Sérgio Buarque de Holanda e os editoriais de Assis Chateaubriand, produzidos entre 1929-1932, se relacionaram e dialogaram diretamente com seus contextos de ação e de idéias, ou seja, com o modernismo e o tenentismo, movimentos que impactaram de maneiras diferentes naquele período, um no campo literário e outro no espaço da ação política. Seus anseios de mudança, críticas e embates pela liberdade não foram isolados em seu pensamento e sim compartilhados por outros intelectuais, como Paulo Prado, Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Por isso, a base de seus diagnósticos sobre os problemas políticos do Brasil não era inovadora, pelo contrário, outros já haviam aludido as mesmas falhas.

A inovação no pensamento de ambos paira sobre as propostas de solução e reforma política, como apresentamos em nosso próximo capítulo. Portanto, veremos que esses princípios, nos quais deitaram as raízes teóricas e doutrinárias de suas propostas de reforma política para o Brasil, que guiaram não apenas as obras, mas também as práticas na imprensa, foram evidenciados durante suas ações do período pré-eleitoral de 1929 e da Revolução Constitucionalista de 1932.

**2. “DIÁLOGOS COM O LIBERALISMO: O ESTADO BRASILEIRO E OS IDEAIS DE LIBERDADE E DEMOCRACIA NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND (1929-1932)”**

*“Todo Estado consiste no entrosamento de três elementos: o contexto social, sua estrutura política e institucional, e seus ideais filosóficos” (LIPSON, 1966:20).*

Conforme as palavras de Lesli Lipson em nossa epígrafe, o Estado é o conjunto de sua sociedade, instituições e pensadores e tudo precisa estar em harmonia para que Ele esteja também. Em fins dos anos de 1920, “vimos” que o desalinhamento desses três elementos primordiais para o bem estar do Estado acabou por servir como motor, ou melhor, gerador da Revolução de 1930, considerada por estudiosos como Antônio Cândido, Boris Fausto e outros um divisor de águas na política brasileira.

Em fins de 1929, o Brasil vivia não apenas uma crise econômica, a qual após a quebra da bolsa de Nova York atingia todo o mundo capitalista, mas também em suas instituições políticas e sociais. Nesse contexto, o Estado era visto, por muitos intelectuais, o que trataremos neste capítulo, como mediador, responsável pela ordenação e estabilização da nação. *“Nesse ponto, o Estado adiciona-lhes a energia que suas próprias funções fornecem – evoluindo, como acontece a estas, da proteção para a ordem e a justiça, e, finalmente, para o bem-estar e a civilização” (LIPSON, 1966:22).*

O Estado, como citado, teoricamente, deveria adicionar energia fluente às forças

sociais (família e língua, raça e religião, economia e ecologia), para as quais serviria como condutor ao processo de ordenação e bem comum. Portanto, duas correntes principais de pensadores, os autoritários e os liberais, propuseram princípios fundamentais para uma reforma da política brasileira, de forma a alcançar o bem coletivo.

Esses intelectuais pensavam o Estado não simplesmente como um sistema de instituições e serviços, mas como um corpo do qual faziam parte e assim, como homens políticos tiveram a necessidade de interpretar as estruturas que edificaram em termos que satisfizessem “*a razão, bem como a necessidade moral de justificá-las em sua consciência*” (LIPSON, 1966:23).

Em concordância com a citação, podemos perceber que, tanto, os autoritários como Alberto Torres e Oliveira Vianna, quanto os liberais<sup>32</sup> como Ruy Barbosa, estiveram de diversas maneiras envolvidos diretamente na administração pública, e por isso não apenas pensaram as estruturas que edificaram, como citou Lipson, mas

---

<sup>32</sup> Aqui não analisaremos o liberalismo simplesmente em por definição clássica como teoria que estabelece uma nova noção da relação entre sociedade e economia. Segundo Pierre Rosanvallon, “o liberalismo econômico nasceu não apenas como uma teoria – ou uma ideologia – que acompanhou o desenvolvimento das forças produtivas e a ascensão da burguesia à condição de classe dominante, mas como reivindicação e tradução da emancipação da atividade econômica em relação à moral, devendo ser compreendido, antes de tudo, como uma resposta aos problemas não resolvidos pelos teóricos políticos do contrato social (...) A afirmação do liberalismo econômico traduz a aspiração ao advento de uma sociedade civil, sem mediações, auto-regulada” (2002:08) e nesse ponto de encontro entre a economia e a noção de governo da sociedade se enquadra a esfera política da doutrina liberal. No liberalismo político, foco desse capítulo, o centro é a afirmação das liberdades em todas as suas formas, como discorreu Quetin Skinner em seu “Liberdade antes do liberalismo” (1999). Segundo Skinner, o pensamento liberal tem como fundamento a defesa das liberdades antes de qualquer outro direito político: a liberdade ou a autonomia devem ser explicadas como “o desfrute sem constrangimentos de um número de direitos civis específicos” (1999:27). Justamente nesse ponto, nossos liberais ancoraram em muito suas reflexões, conforme discutimos nesse capítulo. No entanto, como qualquer doutrina política o liberalismo é constituído por inúmeros outros fundamentos, que aqui não adentraremos por não serem o foco dos ideários que analisamos.

tentaram justificar de forma racional suas inserções.

No entanto, não apenas esses homens políticos envolvidos na administração pública, voltados para a “ação política”, como salientou Lúcia Lippi Oliveira,<sup>33</sup> pensaram a política nacional, mas outros intelectuais também o fizeram. Esses não atuaram na política nacional de forma direta, mas buscaram fazê-lo indiretamente através de seus escritos. Tal posicionamento foi marcante nos escritos de intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, que mesmo sem uma atuação direta no governo entre os anos revolucionários de 1929 e 1930, almejavam através, de seus escritos, intervir nos rumos da política nacional.

Segundo Renato Janine Ribeiro, *“o pensamento político exprime, em grau mais alto, um traço que talvez seja comum a todo o pensamento: uma intenção de intervir”* (RIBEIRO, 1989:117). Dessa forma, conforme a citação de Ribeiro, donos de um pensamento político elaborado, Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand acreditaram na Revolução como o instrumento que livraria o Brasil das forças autoritárias que o mantinham em cativeiro, e viram no movimento de 1930, uma via redentora para a nação. Por isso, através de seus escritos, não apenas no campo das idéias, atuaram diretamente no cenário da Revolução de 1930.

Cada um, a sua maneira, pensou o Brasil a partir de posições diversas, o primeiro um jovem bacharel em direito recém ingresso no jornalismo e o segundo um

---

<sup>33</sup> Ver mais: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Idéias fora de tempo. In: Simpósio sobre a Revolução de 30, Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre, ERUS, 1983.

bem sucedido jornalista, também formado em direito, proprietário da nascente rede de imprensa “Diários e Associados”.

Se fosse possível conceituarmos duas personalidades complexas como Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda poderíamos começar dizendo que o primeiro foi um homem empírico, enquanto o segundo teórico. Essa breve conceituação se justificaria porque Chateaubriand foi um jornalista polêmico que produziu um jornalismo opinativo<sup>34</sup> e sempre buscou escrever sobre o momento político que vivia, enquanto Sérgio Buarque voltou-se para um olhar mais reflexivo e erudito da sociedade brasileira e procurou interpretar o Brasil através de análises de longa duração da história nacional. Dessa forma, enquanto o primeiro escrevia diariamente artigos inflamados criticando ou elogiando alguma atitude do governo, o segundo dedicou-se às análises literárias e à escrita de obras de história.

No entanto, em dado momento de suas vidas, o empírico e o teórico se entrecrocaram, a teoria se cumpria na experiência, enquanto a experiência acabou por substanciar a teoria e nesse processo dialético, Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque aliaram-se por uma causa nacional, que não apenas foi uma experiência empírica, como também teórica. Muitas das críticas de Chateaubriand escritas em suas reportagens desde de 1924, assim como em seu livro *Terra Desumana*,<sup>35</sup> foram confrontadas na

---

<sup>34</sup> Nos referimos a jornalismo opinativo pelo caráter polêmico de seus textos, sua forma declarada de acusações pessoais, críticas e deboches, que se tornaram sua marca registrada como jornalista. Ver mais: HOHLFELDT, Antônio. *Última Hora: populismo nas páginas de um jornal*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

<sup>35</sup> Obra de crítica voraz a pessoa do ex-presidente Arthur Bernardes, mas principalmente sobre os problemas do sistema republicano brasileiro, os quais, para ele, eram consequência das práticas personalistas, favoritismos e

Revolução de 1930. Da mesma forma, as análises de Sérgio Buarque do contexto revolucionário substanciaram sua teoria sobre a sociedade brasileira expressa não apenas em seu “famoso” livro *Raízes do Brasil*<sup>36</sup>, mas principalmente em seus artigos jornalísticos publicados no calor do momento, entre os anos de 1929-32.

Diferentemente de Sérgio Buarque, Assis Chateaubriand produzia incisiva crítica ao governo brasileiro e suas instituições desde o início de sua trajetória como jornalista, quando ainda vivia em Pernambuco. Essa oposição ao conservadorismo da política nacional se intensificou após a compra do OJ e toda a retaliação que recebeu por parte do Presidente da República Arthur Bernardes. Esse acabou por personificar os males e desajustes do aparelho político-governamental brasileiro na obra de Assis Chateaubriand, publicada em 1926 e intitulada “Terra Desumana: a profissão revolucionária do presidente Arthur Bernardes”.

Nesse contexto, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, propuseram um ideário nacionalista ancorado sobre os conceitos de Democracia<sup>37</sup> e Liberalismo. Para ambos, o Brasil ainda vivia em estado de colônia, mas agora não somente do Velho Mundo, como também, dos Estados Unidos. Segundo Sérgio Buarque, “*nossa*

---

vícios herdados do velho sistema patriarcal.

<sup>36</sup> Nessa obra, discorreu sobre o arquétipo psico-cultural do brasileiro e o qualificou como o homem cordial. Essa cordialidade enraizada nas práticas sociais brasileiras perpetuaria as estruturas personalistas responsáveis pela corrupção e desapropriação da República.

<sup>37</sup> Segundo Robert A. Dahl uma democracia é uma associação de pessoas tratadas, sob uma constituição, de forma igual, que criam um conjunto de regras e princípios que determinam como serão tomadas suas decisões, “como se estivessem igualmente qualificadas para participar do processo de tomar decisões sobre as políticas que a associação seguirá” (2001:49). Seu fundamento primeiro é a participação efetiva de todos por meio da igualdade de voto, ponto basilar do pensamento de nosso intérpretes aqui estudados.



*cultura ainda permanece largamente ibérica (...) deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do 'americanismo'”* (HOLANDA, 1973: 127). Como vemos nessa citação, para o historiador não existia uma cultura naturalmente brasileira e esse caráter desterritorializado do povo gerava uma apatia e desinteresse com os problemas nacionais.

Na mesma direção, segundo Assis Chateaubriand, devíamos constituir uma identidade nacional de forma a solidificar e proteger nossa independência cultural, política e econômica, exatamente como ocorria *“nos grandes países americanos, dotados já de forte personalidade internacional e, portanto, ao abrigo dos apetites coloniais dos Estados predatórios do velho continente”* (CHATEAUBRIAND, 1926: 57). Conforme a citação, para o jornalista devíamos nos espelhar nas nações americanas que conseguiram, não somente fundar uma identidade sólida, como também firmaram sua independência frente o Velho mundo.

O meio de divulgação de suas reflexões, críticas e propostas não apenas os livros ganhou as páginas dos jornais da época. A imprensa como único meio de alcance a grande massa servia aos propósitos doutrinários dos mais ecléticos grupos. As primeiras décadas do século XX assistiram o pipocar de pequenos e grandes Jornais, que de um modo geral, enfrentavam dificuldades financeiras pela pequena quantidade de assinantes e anúncios. Entretanto, como nos disse Francisco Rüdiger, o objetivo do lançamento desses veículos de imprensa não era a lucratividade, *“mas a doutrinação*

*da opinião pública. As páginas dos jornais não somente constituíam um prolongamento da tribuna parlamentar, mas meios de articulação partidária do movimento da sociedade civil” (RÜDIGER, 2003:39).* Assim, eram nas páginas desses jornais que se davam os maiores embates políticos.

Mesmo considerando que o jornal ainda estava longe de atingir a maioria, a imprensa escrita acabou se tornando um importante instrumento político e por isso não apenas grupos envolvidos diretamente no aparelho estatal o almejavam, como também a intelectualidade engajada com as causas sociais.

Dessa forma, antes de adentrarmos as basilares discussões sobre Liberdade e Democracia, bem como, sua variante na política, o liberalismo, nas décadas de 1920-1930, é importante frisarmos que iniciaremos por esses pontos porque conforme análise quantitativa e qualitativa – ancorados pelo método de Análise de Conteúdo<sup>38</sup> – das reportagens publicadas por Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand entre os anos de 1929 e 1932, esses foram os temas mais incidentes. Dessa forma,

---

<sup>38</sup> Como método optamos pela análise de conteúdo, conforme discursemos em nossa introdução, mas que vale a pena lembrar aqui, proposta por Laurence Bardin, por compreendermos esse o mais apropriado para a melhor decodificação do material. Conforme o proposto por Bardin, a pré-análise é a organização do material, sua escolha, as hipóteses que guiam o trabalho e os objetivos para sua elaboração. Após o levantamento documental, partimos da hipótese de que tanto Sérgio Buarque, quanto Assis Chateaubriand, tinham não apenas críticas ao sistema político brasileiro, como uma proposta para a implantação de um novo governo sustentado pelos ideais da liberal-democracia, conceito que nos textos jornalísticos que aqui analisamos. Antes de seguir propriamente para a terceira etapa, foi preciso ainda realizar a preparação do material, a qual consiste em reunir o material coletado e anotar em fichas os temas dos artigos e dos editoriais, as questões sugeridas e a classificação por equivalência. Transposta estas fases, o tratamento dos resultados e a interpretação foi a forma de alcançarmos inferências e “... adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1977:101). Desta forma, fizemos a codificação do material, ou seja, a transformação dos dados brutos do texto, por recorte, agregação em unidades e enumeração, as quais, segundo Bardin, permitem a descrição do conteúdo dos textos aqui estudados. As tabelas que resultaram do emprego desse método podem ver visualizadas no anexo.

analisaremos quais são suas propostas de Liberdade e Democracia para o Brasil.

### **2.1 Liberdade para o Liberalismo: debates para uma liberal democracia no pensamento de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda**

*Uns poderão insistir nos seus aspectos institucionais como ponto focal da liberdade, outros poderão assinalar o caráter decisivo da objetividade do mundo na perspectiva das relações políticas. Ambos, entretanto, compartilharão o fato de que 'dar razão' à liberdade não pode esgotar-se no 'princípio de razão', pois é ela portadora de uma determinação que a faz, ao nível da ação, incondicionada, isto é, começo de tudo o que diz respeito ao mundo humano.*

Rosenfield, Denis. *Filosofia política e natureza*. Porto Alegre: L&PM, 1990: 61.

As constantes críticas, ao governo brasileiro, presentes nos escritos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, entre os anos de 1929 e 1932, não foram simples efeito da efervescência e crise eleitoral de 1930. O ideário de ambos se encaixa num quadro mais amplo que remonta as bases teóricas da República implantada no Brasil em fins do XIX. E mesmo considerando que essa república tenha nascido embalada pelos princípios positivistas de “Ordem e Progresso”, ela foi inspirada necessariamente dentro de outro quadro que é composto pelas matrizes do pensamento político, o qual na práxis daria substância aos sistemas de governo. Aqui não importa se

o Brasil teria se inspirado nos moldes franceses ou americanos, a questão não paira sobre a Constituição ou seu conjunto jurídico, mas no seu sistema como era empregado, em suas práticas políticas e se essas se enquadravam nas definições de democracia ou não.

Teoricamente, como apontou Paulo Vinentini (1983), a República brasileira, fundada em 15 de novembro de 1889, teria implantado um sistema federativo, com inspiração e largas formas liberais e presidencialista, (em oposição ao parlamentarismo do período monárquico). Esse sistema teria oferecido aos estados a liberdade de se regerem por constituições próprias, solicitar empréstimos no exterior de acordo com suas necessidades, decretar impostos de importação, possuir corpos militares, códigos eleitorais e judiciários próprios.

Nessa direção, segundo Maria do Carmo Campello de Souza (1978), a instituição republicana de regime representativo democrático abriu (apesar de ser só formalmente) a possibilidade de participação no processo político de um contingente eleitoral anteriormente excluído. A grande questão nesse cenário, conforme Campello de Souza, é que a *“elite proprietária, ao mesmo tempo que aspirava, do ponto de vista ideológico a uma democracia liberal, agia de modo que a participação política se restringisse a seus representantes”* (SOUZA, 1978:167). Como discorreu a autora nessa citação, o liberalismo no Brasil substanciou a forma política, enquanto a prática era dirigida pelo sistema oligárquico. Ainda citando Campello de Souza, podemos notar

que “o quadro teórico liberal, embora invocasse a equivalência dos direitos entre todos os Estados – implícita na organização do regime federativo e necessária à sua manutenção – significava concretamente a supremacia dos representantes do setor básico da economia brasileira” (SOUZA, 1978:190). O sistema liberal, como vemos nessa citação, que teoricamente regia as leis nacionais não era, efetivamente, o mesmo que regia as práticas políticas, pois essas eram ditadas pelas formas de governo oligárquicas, para as quais, quem governa são os grupos, famílias e clãs que detém os recursos econômicos.

Mas esse apontamento para a ineficácia do liberalismo no Brasil feito por Maria do Carmo Campello de Souza foi da mesma forma observado por Assis Chateaubriand em 1929, conforme seu artigo “O destino de Minas”, no qual disse: “*Em um mercado vil de interesses, dentro do qual estamos enxergando as direitas reaccionárias batendo moeda sobre a consciência de democratas sem escrúpulos, os quaes sentaram praça nas vanguardas liberaes para atraiçoarem com maiores vantagens a causa da liberdade no paíz*” (DN, 13/06/1929). Conforme a citação, podemos perceber que Chateaubriand também apontou para o fato de que o liberalismo no Brasil não regia as práticas políticas, as quais eram dirigidas pelos interesses dos grupos.

Esses grupos, banqueiros, cafeicultores, ou seja, detentores dos mercados nacionais, deturpavam os princípios democráticos, liberais e sacrificavam a liberdade geral em prol de seus próprios interesses. A partir de sua crítica, podemos compreender

porque em 1929, apesar de nominalmente o Brasil se amparar sobre bases liberais, a Aliança Liberal<sup>39</sup> usou como seu carro chefe de campanha, os princípios da liberal-democracia. Se o Brasil possuía uma Constituição e governos liberais, em que seu programa era vantajoso? Ou em que se diferenciava da realidade já vivida no país? Bem, para Chateaubriand, um dos principais articuladores da Aliança Liberal, o liberalismo que existia no Brasil era corrupto, ineficiente e “sem escrúpulos”, por isso era necessário a implantação de outro liberalismo, agora respeitador da democracia e principalmente das liberdades individuais.

Assim, a defesa das liberdades e da democracia, proposta por Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, no decorrer de 1929, não é incongruente, se pensarmos que tal sistema político-econômico não guiava a política brasileira na prática. O modelo que ordenava as relações políticas brasileiras estava muito mais próximo dos sistemas de governo coronelistas, plutocráticos e até tirânicos, como denunciaram Sérgio Buarque e Chateaubriand entre 1929 e 1932. O que existia era um liberalismo adaptado aos interesses dos grupos de produtores e por isso sua lógica era mudada de acordo com as necessidades dos mesmos. Conforme analisou Campello de Souza, sempre que se fez necessário, para atender aos interesses dos grupos dirigentes, os princípios do “Estado não-intervencionista” foram reformulados e assim, *“a política de defesa dos preços do café, do nível de renda e de emprego no setor cafeeiro, foi uma*

---

<sup>39</sup> Coligação partidária oposicionista formada pelos Estados do RS, MG, PB e que lançaram como candidato à presidência da República Getúlio Vargas.

*constante na Primeira República*” (SOUZA, 1978: 168).

Essas constantes adaptações das práticas políticas brasileiras, citadas pela autora, acabaram se tornando o alvo das críticas elaboradas por Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand. Isso, não apenas porque ambos entendiam o liberalismo como a melhor forma de governo, mas principalmente devido as tendências do pensamento político mundial na primeira metade do século XX. Segundo Chateaubriand, todos precisavam empenhar-se para o aperfeiçoamento das práticas liberais no Brasil.<sup>40</sup> Para ele, não poderiam continuar fazendo *“liberalismo 'a outrance' intramuros, e colaborando nas actividades reaccionarias do poder federal”*, antes era necessário realizar um tipo de governo correspondente *“com os padrões liberais”* (DN, 23/08/1929). Assim, precisamos perceber, que as estruturas de governo no Brasil, de alguma forma assentam suas raízes na tradição das interpretações da política mundial.

Portanto, segundo Maurice Duverger, os modelos políticos existentes no século XX, necessariamente, interligariam-se a quatro tipos de sistemas-padrão, os quais definiu como: os de **tipo inglês** – esses teriam como características principais a não interferência do poder público nas questões de propaganda, a abstenção de perseguições políticas aos opositores e à manipulação dos resultados dos pleitos eleitorais – ; os de **tipo dos Estados Balcânicos** – nos quais existe forte repressão e represálias às oposições e interferência direta da propaganda – ; os de países sem eleições de **tipo**

---

<sup>40</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. “O Rio Grande, excêntrico e desambientado”. (Diário da Noite, 01/07/1929).

**autocrático** – nos quais os governantes não são eleitos por sufrágio e sim por processos autocráticos – ; por fim o de **tipo russo** – no qual é apenas apresentado um candidato único a população e essa só tem como recurso votar a favor, nulo ou branco, sem direito a oposição e crítica. Ao final dessa definição, Duverger afirmou que essa ainda não dava conta da devida compreensão da distinção existente entre os regimes de governo, para tanto propôs uma nova tipificação:

Grosso modo, a nós nos parece que se pode distinguir três grandes categorias de regimes no mundo atual, de acordo com o modelo que lhes serviu de base: o tipo inglês, que rege as Ilhas Britânicas, os Domínios e maior parte dos países da Europa Ocidental; o tipo americano, que reina na maior parte do Novo Mundo (exceto o Canadá), e o tipo russo, que se estende sobre a URSS e seus “Estados satélites” (DUVERGER, 1966:65).

O que diferenciaria essas três grandes categorias de regimes governamentais, conforme Duverger, seriam os graus de democracia. Para o autor, os dois primeiros tipos de governo possuiriam características democráticas, enquanto o último seria carente delas. Os demais tipos de governos seriam apenas sobrevivências de regimes arcaicos, *“de um passado que se extingue, ou povos colonizados ou semicolonizados, que não dispõem de governo autônomo”* (DUVERGER, 1966:66).

Nesse panorama mundial, traçado por Duverger, podemos nos perguntar porquê Assis Chateaubriand optou por enviar Sérgio Buarque de Holanda para países com governos de tipo balcânico e russo como correspondente internacional em agosto de 1929, momento exato em que foi declarada a candidatura de Getúlio Vargas para a



presidência da República em oposição a Júlio Prestes? Considerando que os modelos de democracia mundial eram, naquele momento, Inglaterra, França e Estados Unidos, sendo o primeiro e último muito citados nos artigos de Chateaubriand, a Alemanha, a Polônia e a URSS, não pareciam moldes a serem seguidos, mas sim, espelhos para criticar a política brasileira.

No entanto, podemos perceber, que os três modelos de regimes foram representados nas páginas da nascente Rede dos Diários Associados, os de tipo inglês, amplamente defendidos por Chateaubriand, enquanto os de tipo balcânico e russo, eram representados pelos escritos, ocupantes das primeiras páginas do OJ e do DSP, de Sérgio Buarque de Holanda. Aos leitores não restaria outra alternativa, naquele momento, além de comparar os sistemas de governo amplamente discutidos, nas páginas dos jornais de Chateaubriand, com o existente no Brasil. Nesse caso, a primeira pergunta que emerge é: em qual tipo se encaixava a República Brasileira?

Notaremos a partir da análise das reportagens, tanto de Assis Chateaubriand, quanto de Sérgio Buarque de Holanda, é que apesar de o Brasil se auto-proclamar uma República Federativa presidencialista e democrática, as atitudes de represálias e perseguição aos opositores, a censura e interferência na propaganda e imprensa, a manipulação dos processos eleitorais, demonstravam o contrário. Essas características, como vimos na categorização de Duverger, são contrárias a qualquer definição de democracia e ao mesmo tempo, por não serem instrumentos legitimados pelo sistema de

governo aproximavam o Brasil das propostas autocráticas de regime.

A partir da leitura, análise, categorização e quantificação dos artigos e editoriais buarquianos e chateaubrianos, percebemos que o tema liberdade foi central em suas propostas políticas. Entre os anos de 1929 e 1932, os intelectuais aqui estudados, centraram em seus escritos jornalísticos discussões sobre Liberdade e Democracia, em um total de 1.053 editoriais, cerca de 693 tinham como temática questões relativas ao governo, fosse federal, estadual ou municipal, enquanto que dessas 219 tratavam especificamente sobre Liberdade e 243 de Democracia. Através dessa quantificação, podemos perceber que mais de 50% dos editoriais e artigos tiveram como tema os problemas do governo brasileiro e dessas 75% foram voltadas aos debates sobre Liberdade e Democracia, o que nos levou a compreender o quanto esses conceitos foram centrais no desenvolvimento das propostas de reforma política de Sérgio Buarque e Chateaubriand.

Sendo assim, mais do que um termo, podemos constatar que liberdade é um conceito fundamental na estrutura do pensamento político de ambos os intelectuais, sustentador de seus **ideários democráticos** e ponto de partida para elaboração de suas críticas ao governo brasileiro. Portanto, as primeiras perguntas que fizemos às fontes foram: Que tipo de liberdade ambos almejavam e defendiam? E mais ainda, como esse conceito evidencia as fraquezas e debilidades da política instaurada no país?

Segundo podemos notar na tabela nº1 indicada a seguir, os temas liberdade e democracia nos editoriais de Assis Chateaubriand, quantitativamente, são centrais para a compreensão da estrutura de seu ideário nacionalista:

Tabela nº1

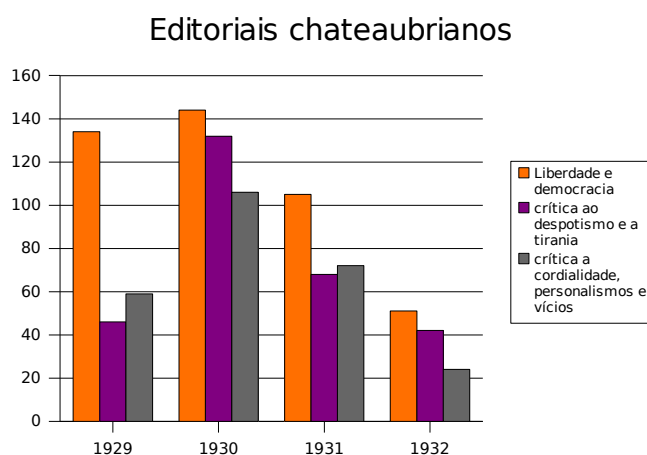
Temática governo nos editoriais de Assis Chateaubriand	Liberdad e e Democracia	Crítica ao despotismo e a tirania	Crítica à cordialidade, personalismos e vícios	Totais de editoriais publicados
1929	134	46	59	185
1930	144	132	106	230
1931	105	68	72	167
1932	51	42	24	83
Totais	434	288	261	665

A tabela demonstra que os temas liberdade e democracia somam um total de 434 editoriais, frente ao total geral da temática governo de 665, publicados entre 1929 e 1932. Consideravelmente entre o período sob o qual ocorreram às eleições para Presidência da República em 1929 até a eclosão da Revolução de 1930, liberdade e democracia foram amplamente discutidos nos textos de Assis Chateaubriand e somente perderam espaço para outros temas como suas críticas ao despotismo e a tirania, a

cordialidade, personalismos e vícios, a partir de 1931 até o levante da Revolução Constitucionalista em 9 de julho de 1932.

Conforme ilustramos através do gráfico que apresentamos a baixo, liberdade e democracia eram no pensamento chateaubriano os pilares de sua proposta política:

Gráfico nº1:



Os conceitos de liberdade e democracia nos escritos de Sérgio Buarque de Holanda, publicados no OJ e no DSP, entre os anos de 1929-1932, da mesma forma que em Chateaubriand, também são centrais para a compreensão de seu pensamento e propostas políticas. Principalmente quando nos referimos ao conjunto de artigos escritos durante sua estada na Alemanha. Esses, enviados da Alemanha, mais do que simples escritos de um observador internacional, se projetam como a base do

pensamento político de Sérgio Buarque, que através de sua constante comparação entre os modelos governamentais e administrativos alemães e os brasileiros, formulou, mesmo que ainda embrionariamente, seus conceitos fundamentais de liberdade e democracia.

Antônio Cândido ao discorrer sobre essa experiência do jovem Sérgio Buarque na Alemanha afirmou que esse período, o qual ficou lá, foi de grande importância para seu amadurecimento intelectual. O próprio Sérgio Buarque, em seu “Tentativas de Mitologia”,<sup>41</sup> chegou a escrever que essa experiência na Europa lhe proporcionou analisar e olhar os problemas brasileiros sob nova ótica, teria sido no exterior que descobrira o Brasil.

Na abertura de seu primeiro artigo, intitulado “Através da Alemanha”, veiculado no O Jornal em 23/08/1929, o jovem Sérgio Buarque observou, de forma problematizadora, as primeiras diferenças culturais que lhe impactavam, como a seriedade do povo germânico em contraste com os “*povos de estilo latino, amigos de criticar e de sorrir*” (OJ, 23/08/1929:03). Incluído dentre esses povos, o correspondente internacional questionou como superaria sua própria cultura para compreender a plenitude da alma daquele povo que encontrava na Europa. Em todo o conjunto de escritos, podemos constatar que foram constantes as observações voltadas a aspectos

---

<sup>41</sup> Essa obra publicada pela editora Perspectiva em 1979 é uma organização de artigos e resenhas publicados por Sérgio Buarque de Holanda em anos anteriores, mas, em sua introdução o autor apresentou um texto autobiográfico de fundamental importância para a compreensão de sua trajetória como historiador e intérprete do Brasil.

cotidianos e culturais, conforme a citação acima, assim como, sua constante análise das transformações enfrentadas pela Europa e vividas principalmente naquele país.

Esse olhar, sempre atento, para as características culturais dos povos germânicos e poloneses, marca sua diferença da perspectiva chateaubriana de análise. Sérgio Buarque empreendeu constantemente, como procuraremos demonstrar, uma interpretação, crítica e propostas sob uma ótica sociológica, enquanto que Chateaubriand se preocupou em compreender, criticar e propor seu ideário político a partir de uma ótica jurídico-doutrinária.

Em Sérgio Buarque de Holanda podemos perceber que a quantidade de matérias publicadas nos jornais dos Diários Associados era consideravelmente menor, explicável por sua condição de correspondente contratado, como vemos na Tabela nº2, mas que não altera nossa análise:

Tabela nº2:

Temática governo nos artigos de Sérgio Buarque de Holanda	Liberd ade e Democracia	Crític a ao despotismo e a tirania	Crítica à cordialidade, personalismos e vícios	Totais de artigos publicadas
1929 – 1932	28	18	03	28
Totais	28	18	03	28

A quantidade das publicações jornalísticas de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1929 e 1932, é ínfima se comparada ao calhamaço de textos escritos e veiculados por Assis Chateaubriand no mesmo período. No entanto, mesmo considerando essa desproporcionalidade quantitativa, durante nossa análise dos temas tratados nos textos buarquianos, notamos que a intensidade da discussão apresentada por Sérgio Buarque em seus artigos sobre o cenário político internacional, nos revelava, de igual forma, aos textos de Chateaubriand, as bases e do pensamento e indicavam as características de seu ideário nacionalista.

No decorrer dessa pesquisa, nos dedicamos ao levantamento de todas as publicações de ambos os intelectuais, não apenas as citadas pelos índices dos arquivos da Unicamp, onde está a documentação de Sérgio Buarque de Holanda, ao mesmo pelas publicações da Fundação Assis Chateaubriand, que procurou transcrever e publicar em coletânea “todos” os editoriais chateaubrianos, porque desde cedo percebemos que poderiam haver textos extraviados ou com erros de transcrição. Assim, não somente reunimos nesse trabalho editoriais inéditos de Assis Chateaubriand, como também corrigimos alguns equívocos de transcrição dos artigos publicados de Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, em toda nossa busca não encontramos nada além dos 28 artigos buarquianos agrupados aqui. Por isso, reforçamos que, mesmo em desproporcionalidade quantitativa, percebemos através de análise do conteúdo e produção das tabelas quantitativas e qualitativas que nos escritos de ambos os

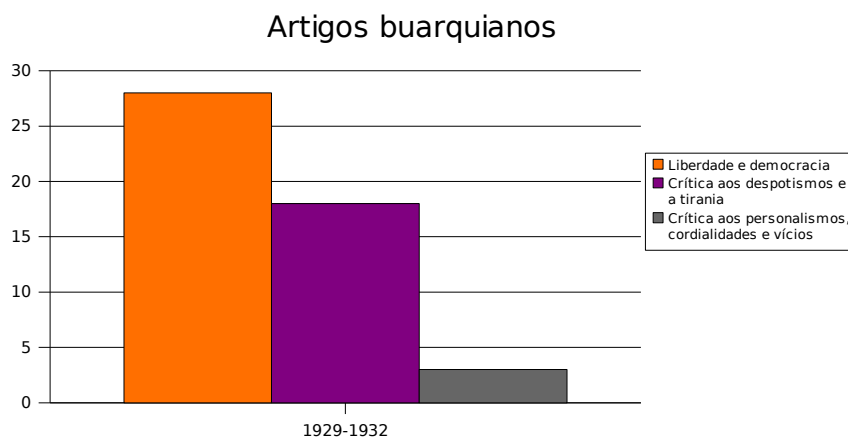
intelectuais encontrávamos pontos de intercessão e diálogo, conforme demonstramos nesse capítulo.

Em nosso trabalho a quantificação temática nos auxiliou na análise dos conteúdos tratados tanto nos escritos de Sérgio Buarque quanto nos editoriais de Assis Chateaubriand e não exigimos, o que não seria possível, uma equivalência quantitativa de textos entre ambos. O período de maior produção no jornalismo político de Sérgio Buarque, como relatado em seu livro “Tentativas de Mitologia”, foram os anos de 1929 e 1930, durante sua estada na Alemanha. Em sua volta no final do ano de 1930, retomou suas atividades junto às agências telegráficas: Havas, Agência Brasileira e United Press. Durante o ano de 1931, publicou na Revista Nova e no ano seguinte, com a eclosão da Revolução Constitucionalista e seu posicionamento pela causa democrática, foi preso e, assim como Chateaubriand, privado de seu acesso à imprensa.

Conforme apresentamos no gráfico nº2, a partir dessa quantificação temática dos assuntos tratados nos escritos, podemos notar que assim como em Chateaubriand, para Sérgio Buarque de Holanda os conceitos de liberdade e democracia são fundamentais para a compreensão de seu pensamento e crítica políticas.



Gráfico nº2:



Como vemos, apesar de Sérgio Buarque ter se consagrado na historiografia nacional justamente pela crítica ao sistema personalista, cordial e viciado no qual imergia a República brasileira que apresentou na obra “Raízes do Brasil”, publicada em 1936, nos artigos jornalísticos são os temas liberdade e democracia que sustentam sua proposta política em relação à crítica aos problemas nacionais. Portanto, analisaremos a seguir os conceitos de liberdade e democracia nos escritos jornalísticos de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, publicados entre 1930 e 1932, período cercado por suas aproximações profissionais, envolvimento político-partidário com a Aliança Liberal e adesão a Revolução Constitucionalista. Procuraremos analisar como conceituaram tais temas e que tipo de relação traçaram entre os conceitos de liberdade e democracia.

### **2.1.2 Liberdade e Democracia: diálogos no pensamento chateaubriano e buarquiano**

*O conceito de liberdade é, neste sentido, a “descrição” das etapas do agir humano, a “expressão” de um processo que vem refletir sobre si, a “reflexão” sobre os usos possíveis do pensamento e do agir, a “conceitualização” de que o homem pode vir a ser o “princípio” do que rege a sua própria vida e a “decisão” concernente àquilo que faz e diz, bem como a “faculdade criadora” de instaurar uma nova relação às coisas e um novo modo de relacionamento intersubjetivo. Em outras palavras, de reflexão sobre o agir humano, a liberdade vem a ser essa norma segundo a qual os homens devem pautar a sua ação.*

Rosenfield, Denis. *Filosofia política e natureza*. Porto Alegre: L&PM, 1990: 61.

O ano de 1929 foi basilar na estruturação do pensamento de Assis Chateaubriand. Dentro do contexto pré-eleitoral, o jornalista investiu nas críticas ao governo, em todas as suas instâncias, federal, estadual e municipal e procurou evidenciar seu caráter cerceador da liberdade. Dentre 665 editoriais, publicados, que trataram especificamente o tema governo, no decorrer dos anos de 1929 e 1932, em 432 encontramos a questão da liberdade de expressão política e a defesa da liberal-democracia referenciadas, conforme apresentamos na tabela nº1 e no gráfico nº1. Podemos perceber que para o jornalista a conceituação de liberdade pode ser dividida em duas instâncias, a política, como já citado, e a civil. Essa segunda aparece, como analisaremos a seguir, dependente da esfera do político, pois, sua efetividade só se

tornaria possível a partir da realização na primeira instância.

No editorial “O prestígio do dinheiro” (DN, 03/01/1929), o termo liberdade foi tratado em sua face política: ser livre, para Chateaubriand, nesse texto, seria ter o direito ao voto, como deixou claro ao se referir a fundação do Partido Democrático em São Paulo, o qual viera para a arena doutrinar as massas *“exercitando-as para torneios da vida pública, mediante o uso do único instrumento que se permite manejar povos livres: o voto!”* (DN, 03/01/1929). Nesse texto, o jornalista pontuou sua conceituação sobre liberdade política, a qual se ancoraria sobre o direito dos cidadãos, dentro de um Estado livre, à escolha de seus governantes. Ainda continua no artigo, *“Não é com outra arma que o Partido Democrático aqui está lutando por uma República melhor, mais limpa, mais escoimada das fraudes e dos vícios da nação”* (DN, 03/01/1929). Como discorreu, para o jornalista, a liberdade política de voto era fundamental para a organização e correção das estruturas viciadas do Estado. O primeiro ponto do conceito de liberdade que aparece nesse texto: Liberdade é ter o direito ao voto, como requisito essencial para estabelecimento da liberdade política<sup>42</sup>; somente a partir da liberdade de voto poderia ser realizada a moralização do governo. Para Chateaubriand, no texto “A

---

<sup>42</sup> Ver sobre voto e liberdade: Segundo Assis Chateaubriand: “Se o voto secreto é synônimo de voto livre, pode dizer-se que desde as eleições federais em 1927 existe em Minas o voto secreto. Mas para chegar até esse, era necessário um passo, e este passo era uma revolução, que o governo de Minas não hesitou em promover” (...) “O voto secreto tem defeitos e desvantagens; mas o que cumpre indagar, quando examinamos a possibilidade da sua adopção hoje no Brasil, são as circunstâncias que tornam indispensável a implantação desse systema em nossos costumes actuais” CHATEAUBRIAND, Assis. “Foi ninguém”. (Diário de Notícias, 15/05/1929); Também, CHATEAUBRIAND, Assis. “Batalhas de flores” (Diário de Notícias, 21/01/1929); “E tamanho foi o respeito pela liberdade do suffragio que, dentro de Minas, decidiu adoptar a forma do voto secreto, para faze-lo mais livre e mais independente” CHATEAUBRIAND, Assis. “Onde está o programa: de um candidato á suprema investidura da nação”. (Diário de Notícias, 25/06/1929).

mosca azul”:<sup>43</sup>

...O Palácio da Liberdade é o voto secreto; é o respeito da vontade das urnas; é a liberdade da palavra, o direito de crítica, o respeito as garantias individuais; é em summa o regimem, exercido na pureza que comporta o nosso momento e naquelle que podem dar os nossos homens públicos ainda imperfeitos (DN, 29/05/1929).

Em Minas Gerais, como indicou a citação, o voto secreto instituído pelo governo estadual representava o respeito às liberdades políticas e civis da população. Ele era a manifestação do respeito à vontade política popular, ao mesmo tempo em que preservava seu direito a crítica e expressão. Conforme aparece no editorial “O patriarcha da liberdade”: “*Minas através do voto secreto, convoca núpcias com a liberdade*” (DN, 10/05/1929). Para Chateaubriand, o voto secreto seria a manifestação da liberdade. A mesma idéia aparece em outro intitulado “Peccador impenitente”, (DN, 05/01/1929), no qual elogiou a atitude do sr. Antônio Carlos governador de Minas Gerais, de instaurar no Estado o voto secreto. Elogio semelhante àquele governo apareceu no: “O Coração de Minas”

Antônio Carlos deu ao povo mineiro uma consciência de liberdade muito mais profunda e muito mais robusta do que se pensa cá fora. Respeita-se aqui o direito, vota-se livremente, sem tutelas do governo, com direito do fôro íntimo de cada cidadão ao exercício de uma função sagrada, cuja inviolabilidade já se incorporou ao patrimônio cívico do Estado (DN, 11/04/1929).

No entanto, nesse texto, exaltou essa atitude como parte de uma postura liberal, idéia que persistiu nos demais escritos. Liberdade e democracia foram apresentadas por

<sup>43</sup> Ver mais: “Quando se fala no sr. Antonio Carlos, hoje, no Brasil, opinião nacional associa desde logo o nome do Andrada mineiro á vitória do voto livre”. CHATEAUBRIAND, Assis. “Fora do ambiente patriarchal”. Diário da Noite, 31/05/1929.

Chateaubriand como conceitos interdependentes da proposta liberal de governo. Na mesma direção, no texto “O valor da liberdade”, Chateaubriand, reafirmou sua “crença” de que as liberdades políticas e civis somente se efetivariam dentro de um Estado dirigido pela doutrina liberal. Para ele: *“Os mineiros permaneceram fiéis ao credo liberal, e continuaram gozando de todos os privilégios da liberdade, inclusive de eleger livremente o seu supremo magistrado”* (Coletânea, 01/10/1930:604).

Um Estado para ser livre, como indicou na citação, precisaria ser liberal e por consequência democrático. Isto porque o princípio fundamental do liberalismo, conforme Leslie Lipson (1966), é a liberdade. Desprovido de qualquer preocupação com a igualdade, inserido no pensamento liberal, Chateaubriand defendeu a liberdade e o liberalismo dentro de uma perspectiva democrática. Claro que o jornalista não deixou de se preocupar com os implicativos econômicos de uma política plenamente liberal – mas esse não é nosso foco neste trabalho. Sua preocupação voltou-se fundamentalmente com o caráter político do conceito liberdade e nessa esfera os implicativos: as liberdades intelectuais, como por exemplo: liberdade de falar, pensar, escrever e principalmente publicar. Da mesma forma, centrou-se nas liberdades políticas, que se realizariam através do exercício ativo do voto, essência do pensamento democrático, conforme veremos.

Assim, enquanto Chateaubriand insistia na formulação de princípios liberais, Sérgio Buarque apontou em “Através da Alemanha”, que não bastava uma Constituição

escrita fundamentalmente atrelada aos princípios liberais para resolver os problemas de um país. Escreveu: “*Essa transformação econômica ainda assombra muito mais que a transformação política assegurada pela mais liberal das constituições sobre o que restava ainda de espírito do feudalismo*” (OJ, 15/09/1929 – grifo nosso). De acordo com a citação, a constituição liberal na Alemanha, pós Primeira Guerra, foi uma grande transformação dentro da tradição de governo monárquico daquela região, no entanto, não teve impacto na sociedade tão profundo quanto vinham causando as mudanças econômicas.

A Alemanha conhecida por Sérgio Buarque, naqueles anos, passava por profundas transformações arquitetônicas, econômicas, culturais e políticas. Afirmou que, apesar de tantas inovações, os alemães não cessavam de pensar “*as vicissitudes de sua política e, em particular, as que tocam às relações internacionais do Reich*” (OJ, 15/09/1929:01). Nessa citação, mesmo com os direitos de liberdade e propriedade assegurados por uma constituição liberal, o governo alemão passava por dificuldades, que não seriam resolvidas apenas com reformas jurídico-administrativas.

Para ele, “*em nenhum outro país, talvez, a solução dos problemas capitais depende tanto como neste da energia, da boa vontade e da sabedoria dos governos*” (OJ, 15/09/1929:01). A solução para a crise enfrentada pelo povo germânico, para Sérgio Buarque, não estava na reforma constitucional ou no caráter liberal de seu Estado e muito menos nos movimentos populares, mas nas mãos de seu governo. Nessa

mesma direção, em outro texto homônimo, publicado em 08/11/1929, Sérgio Buarque re-afirmou que somente a sabedoria dos governos poderia retirar o países de suas crises, mas, ainda ampliou sua análise e acrescentou que também era necessário o comprometimento dos industriais:

Tive ocasião de declarar em outra correspondência que os esforços para o ressurgimento do país **dependerão sobretudo do seus governos**. Deveria acrescentar: e dos seus industriais. A colaboração desses dois elementos tem de ser efetiva e há de enfrentar os problemas mais intrincados (OJ, 08/11/1929:01 – grifo nosso).

A restauração da Alemanha, segundo o autor, não estava nas mãos do povo, ou depositada sobre qualquer doutrina política, mas na “sabedoria” dos governos, ou seja, na sensibilidade e comprometimento dos líderes estatais com as necessidades de seus países, percepção de suas “realidades”, de forma a criarem e traçarem planos condizentes e eficazes para solucionar as crises, falhas e problemas enfrentados. Essa mesma afirmação sobre o comprometimento dos governos em adequar suas políticas às necessidades e realidades de seus países foi também enfatizada por Sérgio Buarque em “As relações entre a Polônia e o Brasil”, no qual elogiou a postura assumida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do governo do Marechal Pilsudski: *“Assumindo o seu posto, o atual ministro dos Negócios Estrangeiros inaugurou, ao mesmo tempo, uma política internacional contínua e sólida, fundada em uma noção bastante nítida das realidades e em uma compreensão inteligente das necessidades de seu país”* (OJ, 25/02/1930:01).

Podemos perceber a afirmação dessa idéia, justamente, através de sua análise do governo do Marechal Pilsudski, apresentada no texto “Um país que ressurge”. O primeiro marechal da Polônia era amplamente acusado por jornalistas e opositores de exercer um governo ditatorial, no entanto, para Sérgio Buarque, era preciso antes de qualquer crítica e acusação, salientar: “*o empenho do Primeiro Marechal em conduzir a nação a uma nova **democracia**, embora para isso não evite os processos mais abusados e os mais extremos*” (OJ, 06/11/1929 – grifo nosso). Os artifícios do Marechal Pilsudski para a implantação do Estado Democrático na Polônia, para o autor, por mais “abusados” e “extremos”, eram justificáveis diante da causa empreendida por ele. Como vemos, a implantação dos modelos democráticos, para Sérgio Buarque, passa pela análise, adequação e compreensão das necessárias relações entre Estado e Sociedade. Sua democracia, não era apenas um modelo político, antes era uma forma de organização social e cultural de uma nação. Ela passa pela esfera do pensamento, ou como diria Hegel, do espírito e não fica simplesmente dependente da organização jurídico-administrativa da nação. Democracia e liberdade se encontravam em seu pensamento dentro da mesma esfera: a do cultural. Portanto, os Estados deveriam trabalhar para sua implantação na “alma” da nação e não em seu aparato governamental e por isso, era seu dever assegurar seu pleno exercício.

No artigo, já citado, “Um País que ressurge”, Sérgio Buarque afirmou que a postura do Marechal podia ser “admiravelmente” definida pelas palavras que escreveu



em uma das salas do Senado: “*A força sem a liberdade e a justiça não é senão violência e tirania. A justiça e a liberdade sem a força não passam de retórica e de infalibilidade*” (OJ, 16/11/1929). Apesar da defesa da força como instrumento do Estado não sair das palavras diretas do jovem jornalista e sim do ditador polonês, o termo “admiravelmente” utilizado por Sérgio Buarque para se referir ao escrito do Marechal Pilsudski indica sua concordância com tal ideário.

O Marechal foi apresentado pelo correspondente como “um apóstolo da democracia”, que acreditava no triunfo do liberalismo. A meta do Marechal era a implantação da liberal-democracia no país. Sua história como militar que lutou arduamente pela independência polaca avalizava-o como líder capaz para esse empreendimento. No entanto, não almejava a liderança de seu país, somente diante do assassinato de seu amigo Gabriel Narutowicz, então eleito para Presidente da democrática e nova Segunda República Polonesa, a tomada do poder pelos grupos de direita e a imaturidade de seu povo oprimido durante “150 anos” pela dominação de seus vizinhos: Áustria, Prússia e Rússia, acabou auxiliado pelo grupo dos ferroviários socialistas, dando um golpe de Estado (o Golpe de Maio) e se tornando o Primeiro Marechal do país, exercendo um governo puramente centralizado e ditatorial.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> “Para alcançar a tão esperada liberdade nacional, a Polônia teve que esperar pela desgraça coletiva dos seus vizinhos, ocorrida ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-18). Somente com o desmantelamento dos Impérios Centrais (a derrota do IIº Reich na Alemanha e o fim do domínio dos Habsburgos na Áustria-Hungria, simultâneo ao colapso da Dinastia Romanov, entre 1917-1920), tornou-se possível a proclamação de uma república polonesa totalmente autônoma (...) A Constituição de 1921, a da chamada Segunda República, aboliu todos os títulos de nobreza e introduziu o princípio da igualdade cidadã (todavia, com a ampliação da crise econômica internacional desencadeada nos anos 30, a nação viu-se forçada a aprovar a Constituição autoritária de 1935).” SCHILLING, Voltaire. Polônia: A luta pela liberdade. Porto Alegre/RS. Cadernos de História – Memorial do Rio Grande do Sul, Governo do Estado do RS – Germano Rigotto, Secretaria Estadual

Segundo Sérgio Buarque, ele era muito popular devido a toda sua luta empreendida pela independência polonesa, por isso, sua autoridade emanava das mãos do povo: *“Não foi a sua própria ambição que o elevou, mas a ambição do povo, desejoso de se ver bem governado e bem defendido”* (OJ, 16/11/1929). Nessa citação, vemos o contraponto do pensamento buarquiano ao de Assis Chateaubriand, para o qual a democracia era o modelo político ideal, que se efetivava através da liberdade de participação política e o respeito aos demais direitos de liberdade civil. Conforme podemos notar, para Sérgio Buarque, a democracia não dependia puramente da liberdade, mas da força do governo em implantá-la, mesmo que através de práticas ditatoriais. Isso, porque para o jovem jornalista, um Estado democrático não poderia nascer da simples reforma jurídico-constitucional de um país, antes era preciso uma verdadeira revolução cultural para o sucesso de tamanho empreendimento.

Entretanto, essas práticas ditatoriais, consideradas pelo correspondente internacional, justas, se diferenciavam das empreendidas no Brasil, muito criticadas em seus artigos conforme analisaremos mais adiante, por seu caráter legítimo. A legitimidade do governo de Pilsudski estava na aprovação popular, conforme citou Sérgio Buarque, ele teria chegado ao poder através da aclamação e necessidade do povo. Nesse artigo, encontramos a primeira característica do conceito de liberdade buarquiano, intrinsecamente ligada ao seu entendimento da doutrina democrática:

---

da Cultura – Roque Jacoby e Memorial do RS -Voltaire Schilling e Luiz Alberto Gusmão, S/D, p. 19-20. Ver mais: MACMILLAN, Margaret. Paz em Paris. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2004.

Liberdade é ter a justiça assegurada pela força do Estado, enquanto que democracia, para ele, era o governo legitimado pela vontade popular e não necessariamente pelos processos eleitorais. Dessa forma, um governo democrático poderia sem medo de se desconfigurar, empreender medidas de censura, retaliações partidárias, aplicar a força para fazer valer sua vontade, desde que sua meta fosse a implantação de uma estrutura democrática e livre na sociedade. A força do Estado deveria assegurar a liberdade e a justiça ao povo.

Por essa afirmação, podemos perceber, que diferentemente de Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque de Holanda ao elogiar a inclinação liberal do Primeiro Marechal da Polônia não tinha como base de seu pensamento político o conjunto doutrinário do liberalismo, como prática de governo, mas sim, as liberdades propostas por ele. O liberalismo e a democracia eram em Sérgio Buarque, como vemos, o ideal maior, no entanto, ele admitia a possibilidade de uma transição política para tal realização, efetivada através de um período de centralização do poder governamental nas mãos do líder maior da nação. A Polônia no artigo, também, intitulado “Um país que ressurgiu”, veiculado em 30/11/1929, foi da mesma forma que a Alemanha apontada como um exemplo a ser seguido pelo Brasil. O cenário em que se encontrava, conforme artigo homônimo publicado em 01/01/1930, de alguma forma se assemelhava ao contexto Brasileiro, fruto em grande parte do processo político oriundo dos tempos da monarquia e que, como consequência enfrentava a imaturidade de seu povo, que ao

contrário dos poloneses não lutava por seus direitos e não se identificava patrioticamente com a nação.

Notemos que sua análise transcendeu o cenário alemão e, como escritor de um jornal brasileiro, vemos uma lógica analogia ao contexto político do Brasil. Os leitores de *O Jornal* ao lerem “*em nenhum outro país, talvez dependesse tanto da sabedoria de seu governo*”, poderia comparar o cenário conturbado da política brasileira com o momento pelo qual passava a Alemanha. Conforme afirmou, em seu primeiro artigo intitulado “Através da Alemanha”, a Alemanha era um modelo a ser seguido pelo Brasil: “*o milagre incomparável da Alemanha, seu privilégio e seu exemplo no instante que atravessamos*” (OJ, 23/08/1929:03). A situação do país germânico, para Sérgio Buarque, como referido, servia de exemplo para o Brasil pela forma como o seu governo estava investindo na sua economia.<sup>45</sup> Na mesma direção, em outro artigo homônimo, afirmou: “*O fato é que nenhum aspecto da vida alemã pode valer tanto, no momento que atravessamos, como essa situação econômica perante os antigos adversários*” (OJ, 08/11/1929:01). Principalmente em relação a postura do governo frente as questões econômicas, a Alemanha era um modelo para o Brasil, pois, mesmo após a Grande Guerra e as pesadas sanções que lhe foram impostas pelo pacto Young, ressurgia com grande desenvolvimento, em busca de sua estabilidade. Nesse sentido, o Brasil diante das conseqüências de sua política do Café, má administração e corrupção,

---

<sup>45</sup> Optamos por não trabalhar com os textos de análise dos processos econômicos nacionais e mundiais, no entanto, alguns artigos e editoriais se referiam à política e postura dos países frente a suas economias, e esses foram enquadradas na categoria governo, a qual, selecionamos para esse estudo, por compreendermos sua centralidade na discussão do pensamento político de ambos os intelectuais.

podia espelhar-se no exemplo alemão de patriotismo, trabalho e investimento econômico.

As afirmações de Sérgio Buarque podem parecer antagônicas diante da afirmação anterior, pois, como um milagre e exemplo a ser seguido estaria passando por crise tão profunda? A crise vivenciada pelo povo germânico, referida pelo jovem correspondente, era justamente gerada pelo sucesso e crescimento estrondoso da economia alemã em desproporção as mudanças culturais implementadas. A reforma constitucional de cunho liberal e a conseqüente instituição de uma doutrina econômica de mesma matriz projetaram sobre a sociedade mudanças externas em sua arquitetura, inovações tecnológicas e também profundas que adentraram as fronteiras entre o público e o privado. O jovem jornalista citou dentre a transformações culturais da Alemanha, no texto “Através da Alemanha”, a liberação sexual do povo alemão. Em outro artigo intitulado “Quinze anos depois ...”, afirmou: *“Nenhum outro país se mostra hoje tão hospitaleiro às produções culturais de seus vizinhos. Suas fronteiras estão livremente abertas às influências espirituais mais diversas e mais longínquas”* (OJ, 16/11/1930). Essa rápida e alienígena transformação das bases culturais do povo germânico, apesar da prosperidade econômica, era responsável pela crise identificada por Sérgio Buarque de Holanda.

O cenário alemão, percebido pelo correspondente internacional, foi colocado em paralelo com o contexto brasileiro, conforme afirmou, a Alemanha era um modelo a ser

seguido pelo Brasil. Isso, não apenas devido à forma como o país estava lidando com esses choques entre governo e sociedade, mas principalmente por sua democracia moderna e respeito ao princípio da sabedoria popular, conforme afirmou em “Nacionalismo e Monarquismo na Alemanha”: *“Mais de que, talvez, em qualquer democracia moderna, o princípio da soberania popular rege todo o aparelho governamental da Alemanha. Expressa desde o primeiro artigo da Constituição de Weimer, ela se manifesta por um processo característico”* (OJ, 26/03/1930:01). Dessa forma, vemos no elogio de Sérgio Buarque ao Estado alemão, que a democracia deve ser o “princípio” organizador dos Estados e mais do que isso, para ele, democracia é: “Soberania popular”.

Um segundo caráter do conceito de liberdade chateaubriano apareceu nos artigos “O problema da escolha: do candidato à sucessão”, 10/01/1929, “A embriaguês do Cattete”, 11/01/1929 e “Como Minas encara o problema da sucessão”, 16/01/1929, todos veiculados no Diário da Noite: liberdade é ter acesso a todo o processo de escolha dos governantes; assim, a liberdade política não implica apenas no voto secreto nas eleições, mas em todo o processo de seleção dos candidatos.

Chateaubriand, nesses textos, chegou a usar como modelo a convenção do Partido Democrático de São Paulo que levou a votação nomes de possíveis candidatos as eleições. Assim, à vontade da maioria atuaria de forma direta e constante em todas as etapas de escolha dos dirigentes do país, o que configuraria uma democracia,

asseguraria a liberdade do povo e impediria a intervenção do governo na escolha de seus sucessores.<sup>46</sup> Para Chateaubriand, no artigo “A iniciativa do ataque”, não seria o presidente da República quem teria o direito de escolha do candidato a sucessão presidencial, mas sim a população organizada em correntes partidárias, que livres de qualquer ameaça de represália, poderia manifestar suas posições livremente e indicar suas preferências “*por esse ou aquele nome*” (DN, 01/06/1929).

O caráter liberal do conceito de liberdade do jornalista foi apresentado no artigo “Batalha de flores”, no qual afirmou que a oposição no interior de um governo é importante para a defesa dos interesses da maioria da nação. Para ele “

Um dos traços da superioridade dos anglo-saxões sobre os latinos é que aqueles julgam a oposição uma peça mais que necessária, indispensável à entrosagem do governo. (...) O inglês não concebe a existência de um governo sem uma oposição que fiscalize, que lhe applique o systema de freios e contrapesos, que lhe reputa as valvulas de escape do regimen (DN, 21/01/1929).

Como vemos, nessa citação, para o jornalista, a Inglaterra apresentaria o exemplo de um governo preocupado em assegurar a liberdade de seus cidadãos. Assim, nessa direção, precisamos levar em conta, que a alusão ao governo inglês reportava diretamente ao conceito de liberalismo. O qual pregava, naquele momento, conforme Maurice Duverger, a limitação do poder dos governantes – tema muito enfatizado, como veremos, por Chateaubriand - , como forma de assegurar a liberdade dos cidadãos. Nesse sentido, para o autor, essa seria a característica fundamental do

---

<sup>46</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. “Como Minas encara o problema da sucessão presidencial: o papel dos srs. Delfi Moreira e Mello Franco, em 1919”. (Diário da Noite, 18/01/1929).

pensamento liberal inglês, responsável pelo equilíbrio político entre o Gabinete e o partido minoritário – isso porque tradicionalmente a Câmara dos Comuns seria formada em sua maioria pelo partido do Gabinete, situacionista –, o qual não precisaria “*temer os trotes e as perseguições da maioria*” (DUVERGER, 1966:78). Segundo Duverger, apesar do Gabinete possuir maior poder ou autoridade, conforme enfatizou nosso teórico – considerando que o gabinete era formado maciçamente por representantes de mesmo partido, chamados pelo Primeiro Ministro – teoricamente o Parlamento exercia o controle desse governo, por ter a “livre iniciativa das leis” (DUVERGER, 1966:73).

Para Chateaubriand, justamente, esse teórico equilíbrio entre os poderes, assegurado dentro de uma política de proposta liberal<sup>47</sup>, precisamente a inglesa, era um modelo a ser seguido pelo Brasil. Homens como Rui Barbosa, adeptos do liberalismo, seriam honestos, de bem, que serviriam a nação com patriotismo, conforme afirmou no artigo “A voz da Bahia”: “*O sr. Vital Soares é um estadista da escola de desinteresse cívico de Ruy Barbosa. Não é um profissional da politicalha, mas um homem de bem, um homem de honra, um homem de caráter sem jaça, que está servindo a sua terra com patriotismo e elevação moral*” (DN, 13/05/1929). Como vemos nessa citação, as qualidades do governador da Bahia foram citadas após sua associação com a “escola de Ruy Barbosa”, o que deu uma conotação de dependência, ou seja, ele como um seguidor da proposta liberal se manteria a parte da corrupção, da politicagem e das

---

<sup>47</sup> Ver mais: Segundo Assis Chateaubriand, não basta que nossos políticos afirmem sua vinculação aos princípios liberais, antes é necessário que sejam fiéis a eles. CHATEAUBRIAND, Assis. “Os 'extra tours' do Presidente de Minas”. (Diário da Noite, 17/05/1929).



redes de favorecimentos próprias da República brasileira.

Entretanto, o simples direito ao voto secreto não expressaria e garantiria as liberdades políticas de escolha dos governantes do país, era preciso a defesa da livre participação de candidatos de oposição à candidatura oficial, que propiciasse ao povo direito de escolha. Naquele momento, garantir a participação nas eleições de candidatos de oposição, não era algo simples, era na verdade, segundo artigo “Tactica errada”, o maior desafio daquele contexto. Segundo Chateaubriand, o pronunciamento do presidente do Diretório Central do Partido Democrático de São Paulo traduzira o sentimento da nação, que estava “*a postos para demonstrar ao sr. Júlio Prestes que a sua intervenção facciosa, atrabiliaria, contra a liberdade das urnas, foi um estimulante para a continuação da luta. Esta há de ser implacável*” (DN, 02/03/1929). Dessa forma, a escolha arbitrária de um candidato único e oficial para concorrer às eleições presidenciais era a manifestação direta do cerceamento da “liberdade das urnas”, essência dos governos de tipo democrático, o que caracterizaria o Estado brasileiro como despótico, mas, isso analisaremos em nosso terceiro capítulo.

Portanto, encontramos aqui a terceira característica do conceito de liberdade chateaubriano: A liberdade dos cidadãos é dependente da criação de mecanismos cerceadores dos excessos de autoridade do governo. No Brasil, como denunciou no artigo, “Fazendo do ladrão, fiel”, (DN, 20/05/1929), a verdade eleitoral, requisito fundamental para o exercício da democracia, sempre foi um problema. Durante o

governo de Arthur Bernardes, segundo Chateaubriand, era comum o Estado influir diretamente nos resultados das urnas e assim, manipulava a vontade coletiva. As urnas, afirmou Chateaubriand, no pensamento de Bernardes, deveriam ser aliadas do governo. Dessa forma, a democracia brasileira seria deficiente exatamente pelos excessos de autoridade do governo, que limitaria a liberdade política de escolha dos cidadãos.<sup>48</sup>

Em outro texto, “A caricatura da Amnistia”, defendeu, enfaticamente que a anistia, como direito inalienável de liberdade dos cidadão, não poderia depender de tramas e interesses pessoais políticos:

Não vemos como se possa pretender que a anistia fique dependendo de pedido, quando, pela essência do instituto, essa medida política, empregada por motivos de interesses público, não pode ser recusada, nem podem os seus beneficiários renunciar as vantagens do decreto que lhes aproveita (DN, 17/08/1929).

A única forma de impedir essa influência autoritária do governo nos processos eleitorais, como discorreu no artigo, seria através de mecanismos cerceadores dessa atuação indiscriminada. Chegou em outro artigo, intitulado “O dever do momento”, (DN, 24/05/1929), a conclamar os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais a apresentarem seu candidato em oposição a Júlio Prestes, indicado pelo Catete. Esse recurso seria apenas uma medida imediata ao sistema autoritário de única candidatura alimentado e imposto pelo governo.

No entanto, uma oposição permanente era preciso como forma cerceadora dos

---

<sup>48</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. “A única esperança”. (Diário da Noite, 23/05/1929).

abusos de poder do Estado. Como exemplo, ele citou a figuração de uma oposição ao governo dentro de suas estruturas legislativas e administrativas, que controlaria e fiscalizaria as atividades governamentais. Novamente percebemos sua inspiração liberal em tal afirmação, pois no sistema de governo inglês esse papel de oposição seria exercido pelos representantes do partido minoritário e, eleitos pelo sufrágio universal, num teórico sistema de contrapesos, pela Câmara dos Lords escolhida diretamente pela Monarquia, com direitos vitalícios ou hereditários – e por isso sem interesses eleitorais em suas decisões.<sup>49</sup> Esses dois organismos atuariam dentro do governo como vozes da oposição, fiscalizando e controlando o exercício do poder executivo.

Os excessos do autoritarismo dos governos não era uma preocupação manifesta apenas nos editoriais de Assis Chateaubriand, mas também estava presente nos artigos de Sérgio Buarque, que ao se referir sobre a ampla liberdade implementada pelas novas formas políticas do Estado alemão, relatou:

Não encontrei aqui, por enquanto, nada que me pudesse lembrar aquela disciplina militarista que se tornara, antes da guerra, um elemento indefectível da fisionomia teutônica. Tudo se faz sem imposições excessivas e sem normas incoercíveis, (...) e com liberdade. Nada de implacável, nada de violento e nem mesmo indiferente (OJ, 23/08/1929).

Conforme a citação, podemos perceber três noções básicas do conceito de liberdade buarquiano: Liberdade é viver sem imposições excessivas; é viver dentro de

---

<sup>49</sup> Oliveira Vianna fez uma leitura semelhante em seu livro “Populações Meridionais”, publicado em 1925, ao afirmar que os juízes enviados pelo Rei Português para julgar as causas no Brasil estava livre das interferências personalistas, porque não tinha interesses diretos junto aos clãs na colônia portuguesa (Brasil). Dessa forma, a vitalicidade de seu cargo permitiria ao juiz clareza de julgamento, enquanto os juízes brasileiros indicados pelos chefes de clãs deveriam favorecer a esses e não teriam lisura na hora de seus julgamentos.

um Estado sem violência; é viver dentro de um Estado que não seja indiferente às necessidades públicas. Esses pontos basilares de seu ideário nacionalista, demonstram que para Sérgio Buarque um Estado em que o direito a liberdade fosse um princípio de organização e vida, precisaria não apenas respeitar as opiniões coletivas, não impondo normas “incoercíveis”, ao mesmo tempo que deveria estar voltado constantemente às necessidades da população e, principalmente, concordando com Chateaubriand, deveria estar isento de práticas violentas e do exercício do poder através do exército e de suas disciplinas militarizantes. No entanto, ao contrário de Assis Chateaubriand, conforme já apontamos, para Sérgio Buarque, se a sociedade não fosse organizada dentro desses princípios, era necessária a sua implantação e nesse processo o uso da força, violência e da coerção eram aceitáveis, desde que o fim fosse a vitória da democracia.

Da mesma forma que sua afirmação se projeta, para nós, como uma proposta definidora para seu conceito de liberdade, também apresenta conjuntamente sua crítica àquele contexto vivido. Se para a Alemanha, conforme sua citação, essas eram características a serem elogiadas, em agosto de 1929, em comparação ao Brasil, pois como já referido aquele país deveria ser tomado como exemplo, se transfigura em crítica ao cenário político nacional.

Ao contrário do país germânico, no Brasil, tudo se fazia com imposição, o voto era de cabresto, os Estados e seus representantes na Câmara deveriam apoiar o governo Federal ou seriam ameaçados de intervenção, a violência era o primeiro instrumento

usado pelo Estado brasileiro para alcançar seus propósitos e tudo isso feito, não para o bem estar do povo em geral, mas de um pequeno grupo que se configurava como o “estrato” social que há muito dominava a política nacional. A crítica a esse cenário político brasileiro, Sérgio Buarque referiu diretamente em seu último artigo alemão, intitulado “Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, no qual citou:

O artigo de fundo publicado pela edição vespertina do Berline Tageblatt, de 25 de outubro, **diz coisas justas**, como o seguinte: “Não foi um movimento particularista, apesar de todas as aparências, mas um princípio antiparticularista o que venceu nessa luta”. (...) Em outro ponto diz o mesmo articulista: “A maneira pela qual o presidente Luís levou avante o seu programa de colocar em seu lugar novamente um coestaduano, o ora sumido 'presidente eleito' Júlio Prestes (as aspas são do Sr Josef Schwab), foi uma grave lesão na constituição democrática”. Apesar desses julgamentos **justos** há coisas menos acertadas, como a insistência na “rivalidade entre Minas e São Paulo” como a causa central da revolução, o que constitui positivamente uma espécie de ilusão ótica (...) Todos os comentários acentuavam mesmo o caráter popular e largamente generalizado do movimento (OJ, 26/11/1930:01).

Nessa citação encontramos duas vezes a palavra “justos” empregada por Sérgio Buarque ao julgar os comentários dos jornais alemães sobre a Revolução de 1930, ocorrida no Brasil. Podemos perceber que, para ele, a Revolução foi um movimento contra o estado personalista e corrupto no qual se encontrava a República brasileira. Diferentemente de outros eventos, ele concordou que o movimento revolucionário de outubro não era obra de grupos isolados, como sempre as coisas ocorriam no Brasil, mas era um empreendimento da vontade da maioria. Na mesma direção, afirmou ser “justa” a crítica do articulista a indicação de Júlio Prestes à sucessão presidencial, como exemplo da postura anti-democrática do ex-presidente Washington Luís. Como vemos,

a Revolução foi validada por Sérgio Buarque, como um movimento proveniente da “soberania popular”, ou seja, da sede de democracia em que viviam os brasileiros.

Essa deficiência da estrutura governamental brasileira, amplamente denunciada pelos jornais aliancistas em 1929-30, apontada por Sérgio Buarque, na referida citação, também foi criticada pelo cônsul inglês e jornalista Ernest Hambloch entre os anos de 1920-30, quando viveu no Brasil. Ao discorrer sobre as falhas no processo de Proclamação da República no Brasil, afirmou:

Reformar o sistema político desenvolvido durante o império e trazer a sua aplicação até os nossos dias atuais teria feito do Brasil um país realmente livre. **O que estava em jogo, entretanto, não era maior liberdade ao indivíduo.** O cidadão tinha progredido lenta, mas seguramente sob a monarquia. O que estava em jogo era dar ao novo cidadão a ilusão de **uma Constituição** inteiramente nova **como garantia única, sólida da liberdade republicana.** A ilusão não durou muito! A lei constitucional republicana foi aprovada a 24 de fevereiro de 1891. No dia 3 de novembro desse mesmo ano o primeiro presidente constitucional da República dissolveu o Congresso e declarou um **estado de sítio.** Todos os presidentes brasileiros subsequentes, com suas exceções, prestaram-lhe homenagem da mais sincera adulação, imitando-o! Mas não chegaram à medida inconstitucional de dissolver o Congresso (HAMBLOCH, 2000:49-50 – grifo nosso).

Hambloch salientou nessa citação as características avessas ao princípio de liberdade da República brasileira, tão criticadas por Sérgio Buarque. Para Ernest Hambloch, o Estado republicano no Brasil nasceu mal projetado porque não visava o bem geral, amparou-se sobre a ilusão de que uma nova Constituição asseguraria as liberdades gerais e em sua trajetória fez uso do poder autocrático para governar. Segundo o consul inglês, mesmo sob uma Constituição escrita plenamente dentro da doutrina liberal, o primeiro presidente, apenas três dias após a aprovação da lei

constitucional, declarou Estado de Sítio. Sendo assim, o desenvolvimento posterior se deu sobre essas bases autocráticas, com presidentes que exerciam seus poderes como verdadeiros déspotas, auxiliados por Congressos servis, sempre prontos para aprovar tudo que lhe era solicitado pelo governo federal.

Dessa forma, quando Sérgio Buarque se referiu a tradição militar dos governos europeus até pouco antes da Primeira Guerra, podemos perceber sua comparação com o Brasil que teve em seu rol de Presidentes vários militares. Da mesma forma, quando se referiu ao fato de que na Alemanha nada era feito com uso da violência e ao mesmo tempo não era indiferente ao povo. Acostumado a ter suas manifestações reprimidas, impedidas, seus direitos políticos tolhidos pelas práticas personalistas do “voto de cabresto”, a referência do jovem jornalista ao estado de liberdade em que se encontravam os alemães, se transfigura, aqui, como crítica ao cenário político nacional da época.

Justamente contra essa tradição personalista da política brasileira, se colocava também Assis Chateaubriand naquele momento, como já discorremos. Por seu ideário nacionalista encontrar-se fundamentado no ideário liberal-democrata, Chateaubriand elogiou o respeito do governo gaúcho a essas vozes da oposição, único Estado da federação que, para ele, se distinguia dos demais pelo respeito a alguns princípios fundamentais da democracia liberal. Da mesma forma, comparou o governo do Rio Grande do Sul e seu respeito aos grupos oposicionistas, a Inglaterra ou os Estados

Unidos, no artigo “De Piracicaba a Bagé”, conforme discorreu:

a impressão que recebemos no pampa é de um trecho da Inglaterra ou dos Estados Unidos. Haver no Brasil um governador de Estado que permite que a oposição derrote os seus correligionários constitui na caricatura do regimem republicano em que vivemos uma novidade, digna de comentário em normando grosso ou versalete (DN, 21/02/1929).

Comparado a Inglaterra, o Rio Grande do Sul, com alusão direta ao seu governador Getúlio Vargas, foi nesse texto exaltado como terra da democracia liberal, que respeitava as opiniões, mesmo que essas fossem da oposição. Assim, para o jornalista, no Rio Grande do Sul, como na Inglaterra e nos Estados Unidos, o governo seria dirigido pelo respeito às vontades coletivas, seria mediado por um sistema de contrapesos, no qual o executivo não exerceria seu poder de forma tirânica e absoluta, como ocorria no governo de Washington Luís. Nessa mesma inspiração, em outro artigo “O papel de um Andrada”, Chateaubriand exaltou novamente as “teóricas” características de um bom governo, o liberalismo, que seria exemplificado pelas práticas do governador Antônio Carlos em Minas Gerais, e afirmou: “*O sr. Antonio Carlos tem hoje no Brasil uma glória que ninguém lhe poderá tirar e que é a maior da sua obra de homem de governo: elle criou um Estado-maior brilhante de chefes liberais*” (DN, 18/04/1929). Nesse texto, além da característica liberal representar a superioridade do governo mineiro, garantiria as liberdades públicas, contra a política reacionária empregada por Washington Luís, pois, “*O Palácio da Liberdade a matriz por excelência das tradições de liberdade e de educação cívica do povo brasileiro*” (DN, 18/04/1929), servia de modelo e inspiração até para os políticos que apoiavam o



Catete.

Segundo Chateaubriand, Antônio Carlos era a própria personificação da democracia no Brasil, respeitador das liberdades de expressão e o opinião política, conforme discorreu em “A escolha do povo brasileiro”:

O sr. Antônio Carlos é um homem de **governo democrático**, uma criatura civilizada, que **conduz o seu povo** dentro das **normas** rigorosamente **constitucionais**. O **funcionario público**, para o presidente mineiro, **não é um escravo miserável, sem vontade, sem autonomia**, sem dignidade moral, a quem os agentes, da administração **ordenam que vote com o governo, ou será demitido**. **O sr. Antônio Carlos se preza de dirigir homens livres**, que estão ao seu lado neste momento, é porque sentem a consciência das suas responsabilidades e dos seus deveres para com a nação (DN, 06/09/1929 – grifo nosso).

Além da exaltação as características democráticas do homem de governo, ainda encontramos, nessa citação, outras indicações de como seria o bom governante para Chateaubriand: primeiramente percebemos que o chefe da nação deveria se posicionar de forma a “conduzir o seu povo”, também, seguir “as normas constitucionais”, respeitar as posições e opiniões políticas de seus funcionários de forma a não reduzi-los a escravos, “*sem vontade, sem autonomia*”, não perseguir ninguém que se posicione na oposição, não ordenar “que vote com governo”, manipulando a vontade e o voto do povo e, consciente de seus deveres para com a nação, “dirigir homens livres”.

Para ele, conforme o texto “A convensão e a luxuriante imaginação presidencial” (DN, 23/09/1929), o presidente de Minas Gerais combatia ao lado da Aliança Liberal sem pedir nada para si ou para seu Estado, apenas pelo ideal da

liberdade nacional. Assim, livre dos vícios personalistas, crítica que analisaremos mais calmamente no terceiro capítulo, Antônio Carlos transcenderia as paixões pessoais em nome da causa da liberdade e Minas Gerais o modelo a ser seguido pelo restante da nação.

Na mesma perspectiva, em outro texto intitulado “1453”, Chateaubriand afirmou que a Inglaterra era um modelo a ser seguido pelo Brasil: “*A lição inglesa é um exemplo para todos os outros povos, inclusive para o Brasil*” (DSP, 30/08/1931). A tendência liberal no pensamento chateaubriano ainda ficou mais clara no artigo “O discípulo desalmado de Ruy Barbosa”, no qual afirmou:

O 'Jornal' chamou a atenção para o liberalismo que quatro presidentes realizavam dentro das fronteiras de seus Estados. E valorizou o esforço desses brasileiros de elite, na certeza de que, soada a hora da grande peleja, afim de fazer chegar ao Cattete um candidato que fosse o penhor da vitória do espírito liberal, todos se dariam as mãos, patrioticamente, num tácito accôrdo de vontades, para redimir a nação dessa macula de ser uma democracia que não pode eleger livremente o seu primeiro magistrado (DN, 09/08/1929).

Nesse artigo, Chateaubriand não apenas exaltou o espírito liberal, a defesa pela democracia, conforme a referida citação, como criticou o governador da Bahia, Vital Soares, por aliar-se ao governo de Washington Luís e trair os princípios liberais representados pela figura de Ruy Barbosa, considerado um dos mais ilustres homens da política nacional por ele. O liberalismo, no pensamento chateaubriano, seria capaz de preservar e defender as liberdades do Estado e dos brasileiros, conforme afirmou no artigo “Os 'embusques' do liberalismo”:

**Os liberais** não são apenas os jornalistas e os parlamentares que se insurgiram **contra as leis de exceção**, votadas em plena normalidade pelo poder legislativo, por imposição directa do executivo. **Os líderes liberaes** são presidentes de grandes unidades federativas que se transformaram em poderosas correntes da opinião nacional; são líderes de pequenos Estados que se fizeram grandes pela intrepidez com que **desafiaram a reacção oficial, para abate-la nas urnas como na consciência livre do paíz**. De sorte que **o liberalismo é**, neste momento, **uma columna de assalto, que já está pelejando, em plena acção**. Todos vieram para o fogo, dominados de uma convicção honesta do seu dever, **crentes de que chegou o instante em que teremos de decidir, se havemos de ser uma nação livre, ou a senzala de escravos** do governo Júlio Prestes, a que-se referia, há um anno, o 'Estado de S. Paulo' (DN, 15/08/1929 – grifo nosso).

Para Chateaubriand, o liberalismo tinha em sua base a defesa pelas liberdades e por isso, como afirmou nessa citação, os liberais no Brasil lutavam pela extinção dos vícios do governo federal, das “leis de exceção”. Por isso, o movimento no qual se engajara desde 1927, que desembocou na constituição da Aliança Liberal, se colocava como uma reação ao estado corrupto, viciado e personalista que vivia a república brasileira, o qual mantinha o povo, reprimido, sem liberdade e portanto escravo. A liberdade, como afirma nessa citação, dependia da vitória do movimento liberal, naquele momento, no Brasil.

Diante dessa constatação, afirmou, Chateaubriand, no artigo “Triste figura”, que o cenário político brasileiro estava dividido entre aqueles adeptos das práticas escravistas e os combatentes pela causa da liberdade, nesse caso os integrantes da Aliança Liberal: *“Os campos políticos delimitaram-se nitidamente: de um lado, os 'escravos da subserviência'; do outro, os que não receavam, 'as dores das batalhas em prol da liberdade’”* (Coletânea, 13/06/1930:394).

Esse movimento era representado e liderado pela Aliança Liberal, que conforme discorreu no artigo “Cayenna”, tinha suas raízes assentadas no liberalismo mineiro – aludindo a figura de Antônio Carlos e suas atitudes democráticas como a defesa do voto secreto no Estado – e se colocava contra “*a hipocrisia do voto secreto dos adutores do Ceará ao absolutismo do Catete*” (Coletânea, 29/04/1930:275). Como vemos, nessa citação, para o jornalista, a democracia não se sustentava apenas pela simples existência do voto, primeira característica fundamental do sistema democrático, pois o governo ainda assim poderia influir nos resultados, impondo sua vontade “absolutista”, como o que ocorria no Brasil com a “*pretensão do presidente da República de querer fazer um candidato doméstico à sua sucessão*” (Coletânea, 29/04/1930:275). Diante desse cenário corrupto das eleições de 1º de março, como propôs nesse texto, Chateaubriand, argumentou em outro artigo “A surpresa da Bahia”, (Coletânea, 30/04/1930:279), que o situacionismo de vários Estados que se diziam liberais, como no caso da Bahia, e a imoralidade do processo eleitoral impediram a libertação do Brasil por vias democráticas.

Nesse íterim, mais do que o controle dos excessos do governo, a liberdade dependeria fundamentalmente da autonomia política e administrativa do povo, como reza o quarto conceito de Sérgio Buarque de Holanda: Liberdade é autonomia; é ter autonomia política e administrativa nos Estados da Federação. Essa idéia claramente defendida no artigo “Uma vitória de Legalidade”, (Coletânea, 09/05/1930: 304), reporta

diretamente ao conceito de federação, princípio base na fundação da República e que não era respeitado em sua amplitude pelo Governo Federal, o que ficava claro diante das constantes ameaças intervencionistas. Segundo Chateaubriand, o povo, nesse caso de Minas Gerais – exemplo de consciência política para a nação – estava disposto a lutar até o fim por sua autonomia, frente as ameaças de intervenção proferidas por Washington Luís em represália a participação do Estado na campanha oposicionista. Na mesma direção em outro texto, “Sete coroas”, afirmou:

Não podendo intervir em Minas, tolhido pela resistência oposta pelos mineiros em defesa da sua autonomia, o presidente da república decidiu vingar-se do Estado que foi a alma manter da Aliança Liberal com uma ausência de topete que supera, em muito, como fraqueza de decisão, ao que ele já mandou praticar contra a Paraíba: golpeou-lhe a bancada da Câmara, para dar, de mão beijada, 14 cadeiras a cidadãos que não foram para nenhuma delas eleitos (Coletânea, 13/05/1930:312 – grifo nosso).

Nessa citação, ao mesmo tempo em que, o jornalista, exaltou a luta mineira em defesa de sua autonomia estatal, vemos a crítica as constantes represálias empreendidas pelo Governo contra os Estados integrantes da Aliança Liberal, o que exemplificaria a situação de opressão, cessão dos direitos políticos de expressão, manifestação política e autonomia, na qual imergia o país. A autonomia<sup>50</sup>, para Chateaubriand, seria tão fundamental para a Liberdade, porque através dela os Estados componentes da Federação teriam preservados seus direitos políticos, de elegerem seus magistrados, sem preocupar-se com a intervenção do Governo Federal, como discorreu no texto *“Uma visita cívica aos pioneiros do ideal autonomista de Minas”* (Coletânea,

---

<sup>50</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. “A entrevista do sr. Epitácio” (Coletânea, 28/05/1930:348).

19/05/1930:324). Dessa forma, sem a autonomia, tão defendida pelo povo – como no caso de Juíz de Fora<sup>51</sup> – a República nunca será definitivamente implantada no Brasil, conforme afirmou no artigo “Em Minas”, (Coletânea, 02/06/1930:359).

Em sentido mais amplo do que Chateaubriand, Sérgio Buarque propos em seu conceito de liberdade uma autonomia extensiva a nação como um todo e não no sentido particular “federalista” chateaubriano. No texto, “Através da Alemanha”, veiculado em 08/11/1929, o jovem correspondente ainda salientou o esforço alemão em “retomar” sua posição independente frente as suas relações internacionais. Essa “luta” não era impulsionada, segundo Sérgio Buarque, somente pelo governo e sua “política internacional independente”, mas pelo conjunto da opinião pública, assim como pelas mais diversas facções do parlamento alemão, que temiam as conseqüências do Pacto Young. *“O que mais alarma certa facção bastante poderosa é que esse plano tenderia sobretudo a atrair a Alemanha para a órbita do imperialismo norte-americano contra a Grã-Bretanha”* (OJ, 08/11/1929:01). A independência econômica e política da Alemanha, como discorreu na citação, era uma forte preocupação do povo germânico,

---

<sup>51</sup> Em Juíz de Fora, segundo Chateaubriand, durante o processo de campanha eleitoral, os candidatos liberais foram defendidos pela população para ter assegurado seu direito de comício: “Um grupo de gente da elite juizdeforana resolveu que o orador falaria, custasse o que custasse. Médicos, advogados, comerciantes, industriais, professora, jornalistas armaram-se, e, como cidadãos, cômicos dos foros de independência da sua cidade, foram para o meio da rua, dispostos a inflingir uma severa lição a qualquer impertinência do comandante da Região Militar. A hora da realização do comício, soube-se que um pelotão de tropa do Exército deixara a caserna, rumo do quarteirão comercial, para onde fora marcado o 'meeting'. A revolta empolgou todos os espíritos, e com ela uma decisão inabalável de insistir no 'meeting', fosse mesmo a preço de uma sangrenta reação. Daí a momentos, forte pelotão de tropa de linha descia a rua Halfeld. Os juizdeforanos mediram-no à sua passagem, de alto a baixo, esperando qualquer agressão à liberdade da palavra, para iniciarem a reação a que estavam prontos. Viu-se, porém, que o general Azevedo Costa é uma criatura prudente. A saída do pelotão da caserna, no momento justo do 'meeting', era apenas para intimidar” CHATEAUBRIAND, Assis. “Em Minas”. (Coletânea, 02/06/1930:358).

que em seu espírito de coletividade discutiam os rumos de seu país.

Na mesma direção afirmava: *“Aos mais precavidos e aos mais sábios não escapa a noção do perigo de uma invasão da Alemanha pelo capital norte-americano. Essa possibilidade causa visível desassossego entre os interessados na reabilitação do Reich”* (OJ, 08/11/1929:01). Novamente em comparação ao Brasil, a dependência econômica do capital estrangeiro era uma realidade, principalmente naquele momento de crise do café, na qual se discutia se era um efeito da recessão americana, causada pela Quebra da Bolsa, ou pela política de super valorização do produto nacional versus os escassos investimentos em seu beneficiamento. Dessa forma, podemos perceber a quarta característica do conceito de liberdade em Sérgio Buarque, para ele: Liberdade é viver num Estado independente político-econômicamente frente aos demais países. A dependência econômica, considerada, como vimos, por Sérgio Buarque, como um profundo entrave para a realização dos princípios democráticos era amplamente vivenciada pelos brasileiros que diante da política do café empreendida pelo Brasil mantinha-se economicamente dependente do capital estrangeiro. Dessa forma, podemos perceber que assim como Chateaubriand, Sérgio Buarque apresenta como característica de seu conceito de liberdade a autonomia econômica, seja nacional, ou estadual.

A bandeira da luta pelas liberdades levantada por Assis Chateaubriand em seus jornais, servia amplamente aos interesses políticos da Aliança Liberal. Nesse sentido, a situação em que se encontrava o país, somada ao cenário de crise mundial e ameaças de

moratória brasileira, não apenas os grupos políticos brasileiros, assim como os produtores e o povo, ansiavam pela mudança. Portanto, não podemos aqui nos esquivar de considerar que o momento era singular, a exaltação da figura de Vargas, assim como de Antônio Carlos, como os políticos ideais, respeitadores das democracias, era efeito de toda uma articulação dentro da cúpula formadora da Aliança Liberal para escolha e preparação da imagem de um candidato para oposição a Washington Luís e seu escolhido para sucessão presidencial Júlio Prestes.

No entanto, precisamos perceber que a figura de Vargas poderia ter sido exaltada, elogiada, a partir de outros exemplos que não uma declarada comparação com o sistema de governo inglês. O que essa citação esclarece para nós é que no pensamento chateaubriano o modelo elevado e ideal de governo era o liberal-democrático, como seguiremos analisando. Para ele, a cruzada liberal, empreendida pela Aliança Liberal, lutava pela liberdade do Brasil, conforme afirmou no artigo “Noite Mongólica” (Coletânea, 28/07/1930: 475). Isso também se confirma na continuidade da crítica de Chateaubriand, ao indicado oficial da presidência da República:

Em 40 anos de suposto regimem **democrático**, caminhamos para trás. O império conhecia **eleições livres, eleições disputadas**. A República proscreeu-as dos seus costumes. Typo de estadista é o presidente de S. Paulo. O Sr. Júlio Prestes não concebe que um governo, que honre esse nome, consista na existência de existência de oposição. **Quem diverge do governo, que se afaste do exercício da vida pública, porque, se insistir, ahi estão, para fazer arrepiar carreira**, os exemplos de Piracicaba e da capital do Estado, onde, as eleições municipais últimas, o 'chic' foi varrer as forças



democráticas das urnas, a pata de cavalo e calabrote policial (DN, 21/02/1929 – grifo nosso).

Como vemos nessa citação, a crítica do jornalista se dirigiu, não apenas a Júlio Prestes, mas a toda a República Velha, que na sua concepção não executara os princípios democráticos de “eleições livres, eleições disputadas”, ao contrário. Sem respeito às liberdades de expressão, a República, naqueles 40 anos de existência, perseguia a todos aqueles que emitiam qualquer crítica ao sistema implementado ou ao seus governantes e que produzissem algum tipo de oposição. Tal era o caso da política de perseguição e exílio daqueles jovens que participaram da Coluna Prestes e das manifestações tenentistas. Em outra reportagem, anterior, intitulada “O ideal revolucionário”, Chateaubriand expressou o que podemos chamar de quinta característica de seu conceito de liberdade: Liberdade é ter assegurado seu direito civil a manifestações políticas, críticas e de oposição ao governo vigente. Esse direito não era assegurado no Brasil, segundo o jornalista,

O presidente da República não prorrogou, em 1º de janeiro de 1927, o estado de sítio, mas obstinou-se até hoje em negar a anistia. E a anistia, que seria a reconciliação, que seria a morte da idéia revolucionária, ahí continua a ser combatida pelo governo, para constituir tal obstinação governamental no mais rico caldo de cultura onde vive e se alimenta essa idéia (DN, 06/02/1929).

Dessa forma, de acordo com o citado, para Chateaubriand o ideal revolucionário continuava vivo e necessário para reivindicar as liberdades de expressão política ao povo brasileiro. Como podemos perceber, o centro da preocupação do jornalista não era jurídico, como muitos intérpretes haviam estruturado suas críticas e propostas

anteriormente<sup>52</sup>, mas com o próprio exercício do poder efetivado pelo Presidente. O qual mesmo sem fazer uso do Estado de Sítio, instrumento para manter o país sob seus poderes, não respeitou as liberdades públicas e direitos de expressão da coletividade, conforme enfatizou no artigo “Branços e pretos escravos”:

O crime que o sr. Washington Luís quer fazer o Rio Grande expiar, sob a ameaça de uma intervenção à mão armada, é apenas o de ter um candidato á presidência da República que não o inculcado pelo Cattete. O Rio Grande nada fez contra a integridade da Pátria. Nada perpetrou contra a segurança da ordem nacional. Não poz em cheque nenhuma lei federal. Não desacatou qualquer sentença dos tribunaes da União. **É uma terra livre, que faz questão de viver em liberdade**, porque não tem como certos estadistas mineiros a volúpia da escravidão (DN, 04/12/1929 – grifo nosso).

Na presente citação, Chateaubriand criticou a perseguição que o Estado Federal estaria empreendendo contra o Rio Grande do Sul, em retaliação a candidatura de oposição liderada por ele. Novamente a liberdade foi o tema de seu texto, o Rio Grande do Sul foi descrito como uma terra livre em alusão ao seu sistema legislativo e, muito elogiado em outros escritos do jornalista que lutaria permanentemente em defesa dessa liberdade, as inúmeras revoluções empreendidas pelo sul-riograndenses, como a Revolução Farroupilha e a Federalista, além da Coluna Prestes e outros movimentos.

Também, nesse artigo, de forma subentendida criticou diretamente a figura de Arthur Bernardes, que apesar de mineiro, teria atuado de forma autoritária durante seu governo e por isso seria, adepto das práticas escravocratas. O título desse artigo já alude a crítica empreendida, pois remete a idéia de escravidão indistinta de cor e posição

---

<sup>52</sup> Em relação aos intérpretes que ancoraram no sistema jurídico suas críticas ao país, podemos citar Alberto Torres, Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco, etc...

social, a qual sob o rótulo liberal, vinha na história da República brasileira deturpando os ideais de liberdade e democracia através de suas práticas despóticas. Um exemplo dessa postura, seria a própria ameaça de intervenção do governo federal ao Rio Grande do Sul, simplesmente por este, como afirmou no artigo, apresentar um candidato a sucessão presidencial em oposição candidatura oficial. Assim, o Brasil viveria carente de liberdade devido ao cenário despótico implementado por seus governos, que perseguiriam a todos que quisessem fazer uso de seus direitos a manifestações, escolha e opinião políticas.

Em outro editorial, “De senzala a República Liberal”, (Coletânea, 29/01/1930: 68), Chateaubriand comparou o cenário abolicionista do final do Império - quando os escravos fugiam das fazendas, enquanto os senhores de terras lutavam contra a abolição e através dos braços do Estado perseguiram, caçavam e aprisionavam os negros fugidos como se fossem animais, os colocavam no tronco como forma de frisar sua condição inferior de escravo – com o momento pré-eleitoral vivido no Brasil em princípio de 1930 e disse: *“Ontem, como hoje, o Exército, que não caçou negros, estará com o povo, para impedir, até com a espada, se preciso for, que, para servir a ambição de políticos mercenários, em 1930, se cacem homens livres na terra incomparável”* (Coletânea, 29/01/1930:69). Nessa citação, o jornalista não apenas comparou o cenário escravista vivido no Brasil no final do século XIX, como também aludiu ao fato que naquele tempo somente alguns eram escravos e nos anos de 1930, segundo ele, todos sob a

opressão da República instituída estavam na condição de escravos. Mas, seu texto não se encerrou nessa constatação, transcendeu o próprio caráter de crítica e adentrou os espaços de uma conclamação quando se referiu a postura que deveria ser assumida pelo exército nacional, o qual, segundo ele, defenderia os direitos à liberdade a qualquer custo. Essa seria, antecipadamente já uma tentativa de aproximação com as lideranças do exército por parte de Chateaubriand, um dos principais articuladores da Aliança Liberal.

No entanto, o direito à oposição deveria ser exercido com sabedoria, para melhorar o governo e não destruí-lo, conforme afirmou no editorial “Um servidor do estado”, (DN, 14/03/1929). Dessa forma, a manifestação oposicionista da Aliança Liberal, liderada por três Estados, era o “renascimento do espírito democrático” (DN, 10/04/1929). A liberdade de oposição e o respeito a manifestação dessa, para Chateaubriand era ponto basilar para pleno exercício da democracia. Portanto, foi enfático defensor da anistia aos rebelados de 22, conforme discorreu no artigo “As duas primeiras capitulações” (DN, 12/08/1929).

Nessa perspectiva, a simples implantação de mecanismos controladores e fiscalizadores dos poderes do Estado, ainda não seriam suficientes para assegurar as liberdades políticas de todos. Para tanto, conforme indicou o título do editorial “A doutrina da não-intervenção”, (DN, 24/01/1929), no qual Chateaubriand discorreu sobre o discurso de Getúlio Vargas, era necessária a não intervenção do Presidente da

República nos assuntos de sucessão presidencial. A não intervenção configuraria a sexta característica do conceito aqui esquadrinhado por nós: A liberdade (depende da) é ter assegurada a não-intervenção dos governos nos assuntos referentes a sucessão presidencial. O povo teria o direito de participar de todo o processo de escolha de seus governantes, desde a base partidária até o sufrágio universal.

Da mesma forma, Sérgio Buarque condenou a intervenção do governo brasileiro no processo de sucessão presidencial em seu artigo intitulado “Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, no qual afirmou que a indicação de um candidato pelo então presidente da República, era uma afronta aos ideais democráticos. Para ele a Revolução de 1930 se justificaria por seu caráter libertador, de “interesse geral”.

No entanto, o cerceamento das liberdades públicas no Brasil não era o único problema enfrentado na política nacional, pois, para que esse ideal de liberdade fosse alcançado, era necessária a preparação do povo brasileiro para a escolha de seus governantes. Na mesma direção, para Sérgio Buarque, as revoluções brasileiras sempre foram iniciativas de grupos que defendiam apenas seus interesses particulares, ancorados no “abuso do poder, apoiado na má educação política”, como discorreu em seu artigo, já citado, “Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, (OJ, 26/11/1930:01).

O presidente eleito precisava, para Chateaubriand, ter um *“um alto espírito*

*democrático*” (DN, 16/02/1929), ser idôneo, inserido no pensamento liberal, deveria conciliar as mais diversas expressões partidárias com “sabedoria política”, conforme expressou no editorial intitulado “Demonstração de bom senso”, (DN, 16/02/1929). Nesse sentido, em outro texto “O de que carece o Brasil”, o jornalista ressaltou: “*o que anemisa o nosso povo é que não temos educação cívica*” (DN, 14/02/1929). Dessa forma, o povo desprovido de uma educação que o habilitasse para o exercício da democracia carecia de um governante que possuísse o espírito democrático. Para ele, esse governante precisava ser capaz de levar a público as questões de interesse coletivo, de forma a habilitar o povo para deliberar sobre assuntos de suma importância para o bem geral, como ocorria em países como Inglaterra e Alemanha, conforme discorreu no artigo “Um prática útil”, (DN, 01/03/1929). Minas Gerais era para ele exemplo de investimento da educação cívica para a democracia. No texto “O waterloo dos governadores liberais”, publicado em 21/05/1929, Chateaubriand, apontou para a importância desse investimento:

O sr. Antônio Carlos não fez apenas o **voto secreto**. Na sua imensa obra de educação, no seu **esforço estupendo em prol da instrução popular**, elle **construiu os alicerces do systema representativo**. Em Minas, não se declarou só ao eleitor: - o vosso voto é livre. Foi-se mais ao amago do problema: **o poder público está educando o povo para que elle saiba usar da liberdade** (DN, 21/05/1929 – grifo nosso).

Conforme o jornalista expôs nessa citação, não bastava a implantação dos mecanismos democráticos no país, também era necessário a educação do povo, como forma de habilitação para o exercício da liberdade política. Como vemos, essa tarefa de

instrução e esclarecimento do povo sobre seus direitos e pleno uso da liberdade estaria dentre as tarefas do Estado. Portanto, as transformações na política nacional passariam diretamente pela educação, pois, para Chateaubriand, *“um povo alfabetizado e educado não deixa que os seus governantes o conduzam como pastores a um rebanho de carneiros; ele é quem os guia, quem os orienta, com seus movimentos irresistíveis de opinião”* (DN, 01/04/1929). Nesse texto, a privação da educação impediria o pleno exercício das liberdades políticas do povo brasileiro. O qual desprovido dos instrumentos de análise do cenário contextual se manteria sempre a margem das grandes decisões do país, que seriam feitas pelos governos de forma arbitrária, sem respeito às opiniões coletivas.

No entanto, se, no Brasil fosse feita uma reforma educacional como a ocorrida nos Estados Unidos, que instruía civicamente o povo e esse por sua vez manifestava-se frente aos assuntos de interesse público, a democracia seria finalmente implantada. A participação popular nos assuntos do governo representaria o pleno exercício da liberdade política de auto-governo e portanto, de democracia. Ou ainda, como a que era realizada em Minas Gerais, por Antônio Carlos e Francisco Campos, conforme discorreu no artigo “A instrução pública em Minas”:

Minas logrou, dentro de um prazo relativamente curto, fazer um centro de aperfeiçoamento do seu **magistério normal**, que **deve constituir motivo de orgulho**, já não digo só para os mineiros, mas para todos os filhos do Brasil. As moças em cujo contato entrei, (...) **ouvi conceitos que me impressionaram acerca da idéia do que seja governo**, que deveremos inculcar às crianças e de modo como **fazer o aluno adquirir espírito público**

**pela consciência do dever para com a pátria**, pela capacidade de sacrifício em prol do bem geral pelo amor do patrimônio coletivo e pelo respeito desinteressado das instituições que governam a nossa terra (Coletânea, 05/09/1930:559 – grifo nosso).

O governo mineiro estaria investindo na educação com o intuito de formar uma consciência política no futuro cidadão. Conforme a citação, esse investimento deveria ser realizado através da promoção de treinamentos oferecidos aos professores, responsáveis pela transmissão do conhecimento. O novo cidadão, fruto dessa nova educação, teria um “espírito público” desenvolvido e uma consciência do dever para com a pátria e principalmente, uma capacidade de sacrifício em prol do bem geral e do “patrimônio coletivo”, fundamento de um Estado democrático.

Claro que o momento político nacional e a participação de Chateaubriand no interior da Aliança Liberal o levava a usar como exemplos de “bons governantes” os próprios líderes da coligação oposicionista. Antônio Carlos como líder e principal nome dentro da aliança, era quem, ao lado de Getúlio Vargas, personificava, nos escritos chateaubrianos, o modelo a ser seguido, que encarnava *“tão alto a dignidade e a bravura da gente montanheza que o seu substituto tem que ser um estadista com afinidades as mais profundas com esse eminente varão consular, no seu modo de interpretar e exercer no Brasil o regime democrático”* (DN, 17/10/1929).

Dessa forma, ele seria o padrão e essa constante exaltação de sua imagem também se justificaria porque seria ele, Antônio Carlos, o nome por “direito” dentro da política costumeiramente chamada Café-com-leite, que concorreria por indicação



oficial a sucessão presidencial e acabou preterido por Washington Luís em privilégio de Júlio Prestes, outro paulista, o que quebrava o acordo Minas Gerais – São Paulo.

Nessa direção, Pernambuco também recebeu elogios, e exaltação ao seu amor à liberdade, conforme o editorial “O povo de Pernambuco”:

O que encanta no povo pernambucano, e o que faz delle a bem dizer uma gente única no Brasil, não é tanto o seu **amor á liberdade**, como a vigorosa aptidão combativa para defende-la. O pernambucano não **estima a liberdade** platonicamente, lyricamente, para ama-la em sonhos, de um modo apenas sentimental. **Elle considera, na accepção goethiana, a liberdade** como um bem que herdou dos seus paes, mas que o deve ganhar para possuí-lo. Isto explica as lutas quasi perenne; **em que elle se arremessa para reivindicar seu direito de ser livre, de ter uma opinião política**, e proclamai-a em voz alta (DN, 28/10/1929 – grifo nosso).

Pernambuco mesmo sendo o último Estado a entrar na coligação não foi preterido, ganhou elogios por sua administração democrática e pela bravura de seu povo. Como vemos, nessa citação, a liberdade foi principal característica exaltada, assim como a coragem do povo que lutaria por ela e por seus direitos políticos. Em outro artigo “O Grito do Canavial”, publicado em 5/02/1930, (DN), novamente exaltou a coragem dos pernambucanos que estariam em 1930, gritando para serem livres nas urnas, como o fizeram pela independência no século XIX, conforme as suas “tradições de civismo e de amor à liberdade”.

A Paraíba, Estado do vice da chapa Getúlio Vargas – João Pessoa, não foi excluída dos elogios proferidos pelo proprietário da rede “Diários Associados”, estruturada com apoio da Aliança Liberal, e que serviu grandemente a causa

oposicionista. Em texto, “A Sparta do Brasil”, (DN, 08/11/1929), Chateaubriand afirmou que João Pessoa vivia a decepção com o governo federal por acreditar que o mesmo respeitaria seu direito à liberdade política, o que não ocorreu. Ao contrário, o candidato à vice-presidência sofria pela perseguição e retaliação exercida pelo chefe do Catete. Nesse artigo, vemos a enfática crítica ao governo Federal que é colocado no texto como tirânico e despótico, devido a sua postura de perseguidor da oposição, contrário às posturas democráticas adotadas pelos Estados componentes da Aliança Liberal que carregavam consigo a bandeira da Liberdade.

Naquele momento, para Chateaubriand, o homem capaz das reformas políticas necessárias para o Brasil era Getúlio Vargas, como afirmou na reportagem “A união Sagrada”, *“O Rio Grande enxerga no seu presidente a encarnação do homem de espírito democrático de que o Brasil hoje carece, para fazer cessar o conflito lacinante que, separa o povo e o governo, colocando-os como entidades feitas para se destacarem e se entrechocarem”* (DN, 15/02/1929). Chateaubriand via, conforme a citação, em Vargas a materialização do homem capaz de reunir em si as qualidades, sonhadas por ele, do bom governante: democrata e liberal.

Na segunda instância conceitual de Liberdade, em Chateaubriand, a civil, encontramos no artigo “Leão de Chácara”, (DN, 29/04/1929), o pilar de sua definição civil ou individual, e ao mesmo tempo a 4ª característica do conceito, pois como já referido, essa é intrinsecamente dependente da primeira, ou seja, da política: A

liberdade civil é liberdade de expressão.

Conforme discorreu no texto “Fora da razão e da lei”, o governo vigente no Brasil não respeitava o direito fundamental do homem político em uma democracia, a liberdade de expressão e opinião. O governo, *“não contente de já estar fora da razão, quer também collocar-se fora da lei, violando abertamete a liberdade de communicações telegraphicas para o fim de eliminar notícias destinadas a favorecerem a causa dos adversários”* (DN, 13/08/1929).

Por isso, seus jornais foram colocados a serviço da causa liberal, *“em defesa da verdade democrática contra o mandonismo official”* (DN, 22/08/1929). Afirmou, em outro editorial “Manifesto das mulheres mineiras ao Exército nacional”, (Coletânea, 12/02/1930), que a liberdade de expressão era suprimida pelo governo, que não respeitava os direitos do povo brasileiro: *“A liberdade de opinião, direito sempre respeitado dos mineiros, foi a primeira suprimida dentro do nosso território”* (Coletânea, 12/02/1930:107). Nessa citação, o jornalista se referia as ameaças de intervenção proferidas pelo Governo Federal contra os Estados componentes da Aliança Liberal.

Essa atitude de Washington Luís era, para ele, o exemplo de atuação despótica, tirânica, intervencionista, que a República vinha impondo à nação. O Catete estaria tentando de todas as forma se arremessar contra a liberdade de opinião dos Estados liberais, conforme discorreu no artigo “Tribunal do Exército”, (Coletânea,

28/02/1930:159), no entanto, para isso apoiava-se na força militar. O Exército, segundo Chateaubriand, não compactuava com o arbítrio do Governo Federal, pois por natureza era bravo, corajoso e honrado. Nesse artigo, ao mesmo tempo em que criticou o despotismo do governo – (tema que analisaremos em nosso terceiro capítulo) –, procurou isentar o exército de participação nas atividades intervencionistas, exaltando sua honra militar, na tentativa de cooptar suas lideranças para a causa liberal. Ainda na continuação desse artigo, o jornalista, conclamou o exército nacional a posicionar-se contra as arbitrariedades do governo:

Assim como só há Exército nacional, só encontramos Pátria onde a existência das Forças Armadas se funda na solidariedade dos seus membros com o espírito da Nação, na comunhão dos grandes sentimentos de trabalho, de justiça, **de verdade e de liberdade entre o Exército e o povo**, no **sacrifício pelo que é coletivo**, pelo que é **impessoal**, como na contemplação desinteressada de tudo o que **eleva o homem no plano superior das virtudes cívicas**. Ninguém poderá compreender uma força militar aviltada pela obediência passiva a poder que se desmandou nas **erupções do arbítrio**. O ideal da **ordem que prostitui a lei, polui a democracia, nega a vontade nacional e avilta as instituições livres**, não legitima a autoridade responsável por esses crimes (Coletânea, 28/02/1930:160 – grifo nosso).

Na presente citação, o ideal de liberdade chateaubriano estava ferido das mais variadas formas, pelo desvirtuamento do exército submetido as “erupções do arbítrio” do Catete, pela prostituição da lei, poluição da democracia, negação das vontades nacionais e corrupção das instituições livres. O governo federal responsável por tais “crimes” precisava ser barrado, impedido de submeter o povo brasileiro as suas vontades e “paixões políticas” e, para Chateaubriand, essa era a missão da Aliança Liberal, mas, não era suficiente. Para que a oposição tivesse sucesso nessa campanha

presidencial, era fundamental o apoio das Forças Armadas. Dessa forma, nessa citação, vemos a exaltação dos ideais de patriotismo, nacionalismo e coletividade – a qual tem como manifestação máxima à democracia – essa última apareceu no texto com a característica de impessoalidade, ou seja, o governante superior de virtudes cívicas, prezaria pela coletividade e de forma impessoal, abstendo-se de seus próprios interesses, defenderia os direitos e liberdades públicas.

No artigo que aqui citamos, vemos reunidas algumas características do próprio pensamento político de Assis Chateaubriand como um todo. Primeiro vemos que para ele, o Exército Nacional é essencial para a constituição de um Estado, da mesma forma, sua função é de defesa do território e não de repressão, pois as Forças Armadas se fundariam num sentimento de comunhão com a população através dos sentimentos de trabalho, justiça, verdade e liberdade. Depois ele apresentou a necessidade dentro do Estado de uma oposição atuante como instrumento de controle dos arbítrios do governo, assim como de um governante capaz de transcender as próprias paixões em prol dos interesses da coletividade. Esses pilares que parecem nesse texto sustentar o pensamento chateaubriano eram exatamente do que carecia o Brasil naquele momento, segundo o jornalista. Por isso, o país estava imerso numa onda de ilegalidade na qual só restaria ao soldado ouvir a vós da sua consciência, como concluiu nesse artigo: *“O Soldado, a fim de não contribuir para o esbulho violento dos direitos do povo, deverá primeiro ouvir o tribunal da sua própria consciência”* (Coletânea, 28/02/1930:161).

A Liberdade para Chateaubriand precisava ser defendida tanto na instância política como na civil, sendo que a segunda só poderia existir se a primeira fosse efetiva. Seu conceito de liberdade, como vimos até aqui, transcende o simples ir e vir, como discorreu no editorial “Justiça Provinciana”: *“Ser livre não é ter a faculdade de ir e vir pelas ruas do burgo em que moramos. O que condiciona a liberdade é a segurança dada pelo poder público ao cidadão da integridade da sua pessoa, da sua vida, do seu patrimônio e das suas opiniões”* (DSP, 27/06/1931:01 – grifo nosso). Nessa citação, o jornalista, elencou as três bases fundantes do seu conceito de liberdade, sem as quais não existiria na instância política ou civil. Para ele, uma pessoa para ser livre precisava ter assegurada: 1º integridade física; 2º preservação do seu patrimônio; 3º liberdade de opiniões. Esses pilares evidenciados, por Assis Chateaubriand, nessa citação, transcendem a proposta democrática liberal de governo e adentram os espaços de transformação da própria concepção de governo moderno. Como afirmou no texto “Entre dois mundos”, *“a primeira categoria do nosso espírito público é a liberdade”* (DSP, 08/07/1931:01).

Portanto, uma sociedade só conseguiria ser livre se seu tipo de governo fosse democrático, com princípios que preservassem as liberdades políticas e individuais. No editorial “Leão de Chácara”, Chateaubriand, denunciou novamente a ausência de liberdade de expressão e afirmou: *“A classe conservadora não pode aqui discutir pontos de vista governamentais. Por isso o que ella diz ou escreve não possui, por via*

*de regra, maior valia, dada a ausência de liberdade de opinar (...)*” (DN, 29/04/1929).

O jornalista apontou, nesse texto, para a censura exercida pelo governo brasileiro e as constantes retaliações empreendidas a todos aqueles que expressassem qualquer opinião ou crítica contra suas propostas. Nessa mesma direção, em outro artigo “A honestidade de um presidente”, (DN, 01/05/1929), Chateaubriand apontou para a necessidade de reação popular sobre os governos e como sua voz seria a consagração dos interesses nacionais. Portanto, o que faltaria no Brasil seria a liberdade para participação popular nas decisões governamentais. A população censurada, segundo Chateaubriand, não conseguiria se fazer ouvir e se organizar em associações de classe “*onde se consagram os interesses mais ponderáveis da nação*” (DN, 01/05/1929). Esses interesses da nação, como enfatizado pelo jornalista, manifestos seriam nada, além, da simples expressão da liberdade de pensamento, crítica, idéias e reivindicação dos direitos da população.

No entanto, no Brasil, não existia a liberdade expressão, como exemplificou em sua denúncia das prisões que ocorreram em São Paulo, pela polícia estadual, dos trabalhadores que organizaram uma greve “mansa e pacífica”, o primeiro pilar do conceito de liberdade civil. Sem isso, o povo seria prisioneiro de um governo tirânico, fechado em suas próprias opiniões e vontades, preocupado em atender apenas as reivindicações de seus comparsas. Sobre esse evento, discorreu Chateaubriand, no artigo “Um gesto de espírito”: “*Seria preciso que os trabalhadores do Brasil tivessem*

*perdido todo o sentimento da dignidade de si mesmos, para, na hora em que a polícia de São Paulo retém nas grades da penitenciária local vários dos seus companheiros, só porque se puzeram em greve mansa e pacífica (...)*” (DN, 02/05/1929). Conforme essa citação, a repressão empreendida pelo Estado, através de seus instrumentos, como a polícia, contra as manifestações populares reivindicatórias, exemplificava a situação de expugno dos direitos civis de liberdade.

Esse direito faria parte das tradições nacionais herdadas dos antepassados, afirmação que aludia ao movimento de independência do Brasil, conforme o editorial “A conjuração dos Bárbaros”. Afirmou: *“E estão fazendo como se nada mais contasse, nem a nossa honra, a nossa altivez, a nossa dignidade cívica, a nossa bravura moral e a nossa capacidade para guardar intactas as tradições de amor à liberdade que recebemos dos nossos antepassados”* (Coletânea, 24/03/1930:213). A liberdade, conforme citou, seria a garantia da honra e dignidade cívica do povo, que sem ela, estaria privado de seus bens morais.

Entretanto, a liberdade de expressão adentra outros espaços no pensamento chateaubriano. Para o jornalista, somente através da livre expressão o povo teria instrumentos para desenvolver uma consciência democrática. Nesse sentido, a imprensa atuaria diretamente nos processos de formação da opinião pública e para tanto, precisava fazer uso pleno da liberdade de expressão, único meio pelo qual poderia esclarecer o povo de seus direitos e deveres. No artigo “O Estado de Minas”,



Chateaubriand, não apenas divulgou sua aquisição desse veículo de imprensa, como também expôs seu papel:

O Estado de Minas appareceu há pouco mais de anno, traduzindo um momento de consciência mineira. Era precisamente na hora em que o exercício honesto das instituições livres começava a pôr de pé o povo montanhez, induzindo-o á reivindicação pacífica, á reivindicação pelo voto dos seus direitos imprescindíveis. A nossa participação na vida do lidador destas cordilheiras altivas surge quando Minas é chamada a um papel único na história do Brasil, qual o de decidir se seremos uma nação livre, ou uma terra de escravos. Aqui estamos ao lado da sentinella da opinião mineira, que é o Estado de Minas, na certeza de que se a liberdade depender do seu sacrificio, elle se submeterá a todos, só pela glória de ver o Brasil redimido da selvageria que abastarda os seus costumes políticos actuais (DN, 15/06/1929).

A imprensa teria o papel de “induzir” o povo á reivindicação de seus direitos, de formar o cidadão ativo, consciente de sua função no interior do Estado, que usufruiria sua liberdade de expressão e participação política, como citado. Sem o exercício do papel formador da imprensa, não teríamos um Brasil livre, mas “uma terra de escravos”, segundo o jornalista. Por isso, a imprensa, nesse artigo mais precisamente o jornal “Estado de Minas” se configuraria como “sentinela” da opinião pública, da qual dependia o pleno exercício e usufruto das liberdades, sejam civis ou políticas.

Conforme discorreu no editorial “Um ideal”, (OJ, 18/06/1930), sua rede jornalística, estaria comprometida com os ideais de liberdade e democracia, e, portanto, se colocava como instrumento de formação da opinião pública. Segundo ele:

Rememorando as atividades do seu passado, em doze anos de existência, '**O Jornal**' não tem que se arrepende de nenhuma das atitudes que assumiu. Foi e procurará sempre ser **um misto de órgão conservador e liberal**, isto é, **propugnará pelos princípios da ordem, da estabilidade dos poderes legalmente constituídos**, dentro dos **ideais da liberdade** que os patriarcas da

nossa formação política nos legaram (Coletânea, 18/06/1930:411 – grifo nosso).

Seu compromisso, conforme a citação, era com os ideais de liberdade, mas juntamente com eles, viriam os princípios de ordem e “estabilidade dos poderes constituídos legalmente”. Por isso, todas as atitudes de seu órgão de imprensa seriam para defender e preservar a liberdade nacional, até mesmo sua postura mesclada de características hora conservadores e hora liberais. Seu trabalho em prol desse ideal maior, como aponta o título do artigo, o teria levado a não aplaudir homens, mas, sim, as suas idéias e discorreu:

A amizade nem o **ódio jamais nos cegaram** a ponto de não podermos verificar onde está **o nosso dever**. Homens públicos nos quais depositávamos confiança, **retiramo-lhe o nosso apoio**, desde que verificamos que **os seus atos não era mais ditados pelo interesse coletivo** mas pela ambição, pelo egoísmo e pelo interesse pessoal. Na atual campanha política, **a opinião brasileira** pôde constatar que o **'O Jornal'** **não tem amigos: julga os homens em função dos seus atos**, para aplaudi-los ou censurá-los conforme **esses atos são úteis ou nocivos ao bem social** (Coletânea, 18/06/1930:411-412 – grifo nosso).

Conforme a presente continuação do texto, vemos que Chateaubriand colocou o OJ como um órgão impessoal, livre de interesses pessoais, que prezaria somente pelo bem coletivo, no mais alto espírito democrático. Ele, não se deixaria “cegar” pelas vinganças pessoais, colocaria a nação acima de qualquer amizade, não julgaria homens, mas suas idéias e atos. Por isso, a opinião pública teria sempre assegurada a “verdade” dos fatos. A democracia brasileira se efetivaria e triunfaria nas páginas do 'O Jornal' e para afirmar tal, continuou: *“o que nos conforma e nos consola é sabermos que em qualquer crise por que passar a liberdade ou o direito no Brasil, a opinião nacional*

*está de antemão segura, bem segura, onde se acha 'O Jornal' (Coletânea, 18/06/1930:412).*

Mas, não apenas como órgão democrático, o OJ seria também sujeito ativo no processo de transformação nacional, que aspiraria *“um Brasil pacífico, tolerante, civilizado para que possamos construir a cidade ideal do trabalho e da justiça, com homens livres, contentes dos governos, que tiveram, como legítima expressão da sua vontade, e não como instrumento da tirania e da força”* (Coletânea, 18/06/1930:412).

O jornalismo brasileiro no fim dos anos de 1929, tinha, segundo Chateaubriand no artigo “A 5ª delegacia auxiliar”, um papel central na vida nacional. Para ele:

Quando ao escrever a história dos dias clevalantes que estamos vivendo, o comentador terá de consagrar o seu capítulo mais cordial ao **papel** até aqui desempenhado pelo **nobre órgão da classe jornalística do país** diante dos desmandos e da petulância das autoridades policiais do Rio, São Paulo, Pernambuco e outras cidades, **para com a imprensa livre e independente**. Em poucas fases da vida nacional, **o jornalismo brasileiro honrou tanto o seu dever** como nesta. Mas também como nenhuma outra a sociedade constituída para a defesa das prerrogativas do **jornalismo livre** fugiu tão ignobilmente ao seu dever, nem desertou tão covardemente da sua missão (Coletânea, 22/09/1930:582 – grifo nosso).

O jornalismo se debateria contra os arbítrios do Governo Federal por sua liberdade de imprensa, opinião e expressão, conforme afirmou nessa citação, e, mesmo assim, teria honrado seu “dever” e “missão”, esclarecendo a nação de seus direitos a liberdade política e civil. E continuou:

**Na luta contra a prepotência do governo federal** e dos seus aliados nos Estados, **os jornais brasileiros se têm conduzido** com um destemor, que **as consciências mais emancipadas** não desejariam vê-lo mais decidido nem

mais enérgico. **Salteada a imprensa de ameaças, vexada por investidas da selvajaria policial**, era de esperar a associação incumbida de zelar pelos foros do jornalismo acudisse pressuroso em sua defesa, **batendo-se com independência pela liberdade de ação que a Constituição do País assegura aos órgãos de publicidade** que não ofendem a lei nem os bons costumes. **Há quatro anos**, a inconsciência policial chegava ao auge de **pretender o exercício da censura prévia dos jornais cariocas, querendo impor**, do seu próprio alvedrio, **normas ao noticiário** e ao comentário político dos diários que aqui se publicam (Coletânea, 22/09/1930:582 – grifo nosso).

A imprensa brasileira vinha se debatendo contra a opressão e censuras do governo, que chegou ao “auge” de “impor” normas prévias aos noticiários, ofendendo o direito a liberdade, conforme a citação. Mas, apesar de tantas ameaças empreendidas contra seu direito de expressão e opinião assegurados pela Constituição, segundo Chateaubriand, a imprensa não parou de lutar por seu direito a independência e a liberdade.

Essa enfática defesa do papel da imprensa na sociedade brasileira no escrito chateaubriano é uma das bases de seu conceito de democracia, pois para ele não pode existir democracia sem a atuação direta do povo na defesa de seus direitos, vontades e necessidades. No entanto, esse povo precisava ser capaz de tal compreensão e para tanto, a imprensa era o instrumento de esclarecimento e formação de uma consciência nacional. Podemos perceber essa preocupação com a própria fundação de jornais dirigidos a públicos diferentes como ocorreu em São Paulo, Estado no qual Chateaubriand fundou o DN e o DSP, o primeiro voltado aos operários e o segundo aos cafeicultores. Ambos de formas diferentes apresentavam as propostas chateaubrianas.

Segundo Norberto Bobbio, o pilar fundante do pensamento democrático é a atuação direta do povo. Para ele, democracia seria “poder em público”, no entanto, nessa proposta o conceito de povo, público, não é simples, o mesmo precisaria ser ativo, “*informado, consciente de seus direitos, àquele público cuja história do seu nascimento, e seu desenvolvimento, (...)*” (BOBBIO, 2000:388). Mas como propõe nessa citação, quem informaria e conscientizaria esse público? Para Bobbio, esse papel seria do filósofo, do cientista político, aos moldes platônicos, entretanto, segundo Chateaubriand, era da imprensa. Ela exerceria a função dos filósofos e por isso precisaria ter sua liberdade assegurada dentro de um Estado democrático e cumpridor dos ideais liberais. Podemos concluir então que, para Chateaubriand, o Brasil jamais viveria uma plena democracia sem que sua imprensa fosse atuante e livre para informar e instruir a população, de maneira a constituir uma consciência nacional capaz de autogerir o país.

Portanto, para ele, segundo o artigo “A praça forte da liberdade”, sua rede atuava como guardiã e observadora da liberdade no Brasil: “*O Diário é, neste sentido um cruzado da nova liberdade no Brasil. Onde quer que tivesse existido um erro a profligar, um abuso de autoridade a denunciar elle jamais fugiu a esse dever*” (DSP, 16/06/1931:01). O papel vigilante exercido por seus jornais, conforme a citação, não era apenas um posicionamento particular, mas um “dever” da imprensa, como formadora da opinião pública e um dos pilares essenciais da democracia.

## 2.2 A revolução e a efetivação da liberdade chateaubriana

Nesse ínterim, conforme o artigo “Belfort” (Coletânea, 26/03/1930:218), após as eleições, apesar das constantes denúncias de Assis Chateaubriand de fraude eleitoral, a Aliança Liberal estava enfraquecida. Segundo o artigo “A palavra de um conservador”, vários aliancistas estavam decepcionados com a rapidez de Borges de Medeiros, governador do Estado do Rio Grande do Sul, em acatar a derrota do candidato liberal, como se, diz Chateaubriand, *“pudéssemos considerar vencido por atas falsas um candidato, consagrado pelo voto livre de todos os brasileiros”* (Coletânea, 02/10/1930:605). As palavras do jornalista assumiram, nesse texto, o caráter de liderança e defesa dos interesses nacionais, como representante das vontades do povo. Naquele momento nenhum deles tinham como conferir de fato as somas totais dos votos recebidos por Getúlio Vargas, candidato oposicionista pela Aliança Liberal, no entanto, Chateaubriand não tardou em afirmar que sua derrota fora articulada pela corrupção e manipulação do processo eleitoral do Governo Federal. Washington Luís, ainda como presidente, começou um processo de contenção dos movimentos oposicionistas, a partir de várias retaliações e ameaças de intervenção dos Estados que constituíam a Aliança Liberal.

Os aliancistas, diante desse cenário negativo, começaram a buscar seus antigos

alinhamentos com o Governo Federal. No entanto, a aproximação de Borges de Medeiros com o Washington Luís – como recurso para “impedir ou sair” a intervenção – levou João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e Lindolfo Collor a reagirem contra e se re – aproximarem da Aliança Liberal, numa campanha de denúncia à fraude eleitoral do pleito de 1º de março.

O foco dos editoriais chateaubrianos ainda era a defesa da liberdade nacional, a questão central naquele momento eram os meios pelos quais ela seria alcançada, uma vez que o pleito, meio constitucional pelo qual as mudanças ocorreriam, já havia ocorrido e fosse por meio de fraudes ou não, o candidato aliancista, esperança da coligação, fora vencido pela candidatura oficial. As esperanças de transformação da ordem vigente no país caíram por terra e, como apontado pelo jornalista, antigos aliancistas tentavam se re-alinhar com o governo federal.

Para tal cenário, Chateaubriand começou a apontar o caminho necessário para a defesa da liberdade, uma vez tentado pelas vias constitucionais, só restava a revolução. No artigo, “Divina Providência”, criticou diretamente o pronunciamento feito pelo partido PRM, o qual ao lado do PRR era base da coligação oposicionista, e afirmou: *“Apelemos – exclama o órgão oficial do PRM – para a Divina Providência, como instância superior, e última, e esperemos o dia da libertação do País’. Por onde se vê que o PRM espera que a libertação nacional caia do Céu por descuido e que se a revolução tivermos, será feita por arcanjos e serafins”* (Coletânea, 22/08/1930:533).

Como vemos nessa citação, Chateaubriand não via a eleição perdida, para ele o combate continuava em pleno andamento, por isso, conclamou a revolução, que não deveria ser uma aspiração, mas uma realidade, pois, como nos deixou subentendido, não seria feita por “anjos e serafins” e sim por homens determinados a lutar pela libertação do país.

Os antigos aliancistas, diante das constantes retaliações de Washington Luís, retornaram a coligação oposicionista, voltaram, segundo Chateaubriand no texto “União Sagrada” (Coletânea, 25/08/1930:538-539), sob a liderança do PRM, na pessoa de Arthur Bernardes, à luta pela liberdade nacional: *“O PRM está dentro do coração mineiro; é a própria alma mineira em ímpetos de sobranceira, de emancipação e de liberdade”* (Coletânea, 25/08/1930:539). O ideal, como afirmou nessa citação, da Aliança Liberal, continuava sendo a Liberdade.

Claro que, conforme discorreu em outro artigo “Minas e a política federal”, a revolução armada seria a última alternativa, por isso, Minas Gerais aceitaria um acordo com o governo federal se esse voltasse atrás em suas atitudes arbitrárias, intervencionistas e devolvesse as cadeiras da Câmara dos Deputados aos eleitos aliancistas, que lhes foram tiradas, como relatou:

No Rio, há quinze dias, um dos líderes da política mineira foi consultado por pessoa autorizada de São Paulo, sobre as condições em que o PRM aceitaria a **paz** com o sr. Washington Luís. Foi sua resposta: - 'Com a restituição das cinco cadeiras roubadas aos paraibanos, das quatorze furtadas aos mineiros e, da nossa parte, com o gesto misericordioso, deixando de processar os



responsáveis por esses crimes **contra a verdade eleitoral e a autonomia dos Estados**, a principiar pelo presidente da República (Coletânea, 04/09/1930:557 – grifo nosso).

Nessa citação, Chateaubriand, não apenas denunciou a atitude arbitrária de Washington Luís que tomou as cadeiras dos deputados eleitos e as distribuiu a homens de seus interesses, como também afirmou que a paz nacional somente seria possível através do respeito aos resultados eleitorais, do governo federal para com a oposição e vice-versa.

Em outubro de 1930 estourou a Revolução que levaria ao poder o candidato da oposição, Getúlio Vargas. Segundo Chateaubriand, no artigo “Espírito Liberal”, veiculado pelo Diário de São Paulo em 04/07/1931, a Revolução ocorreu dentro do espírito liberal e por isso, seu objetivo foi à defesa das liberdades públicas, contra os arbítrios cometidos pelo Governo Federal, até então.

O desenvolvimento da revolução foi efetivamente rápido, com a adesão dos militares gaúchos, a revolução perdeu o caráter conspiratório e passou a ser abertamente comentada. eclodiu em 3 de outubro, com o assalto ao quartel-general do Exército na capital gaúcha, comandando por Osvaldo Aranha. Enquanto a cidade de Porto Alegre foi tomada sem grandes tropeços e de lá as forças revolucionárias partiram rumo ao Rio de Janeiro, então capital da república, tendo à frente Getúlio Vargas, Góis Monteiro, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues, João Alberto Lins de Barros e Flores da Cunha. Na capital catarinense, Assis Chateaubriand

se via em apuros.

Assim que soube da eclosão do movimento revolucionário, o jornalista saiu em um pequeno avião com um conto e meio no bolso rumo a Porto Alegre, para juntar-se aos revolucionários e lutar pela democratização do Brasil. Mas sua viagem durou pouco. Além das muitas horas de atraso, o piloto do avião, ao abastecerem em Florianópolis, recebeu ordem para retornar ao Rio de Janeiro, pois a revolução estourara no Rio Grande do Sul. Chateaubriand, temendo ser preso pela polícia governista, ficou escondido em Florianópolis com a ajuda de um amigo aliancista. Pela serra, um pouco de carro e o resto a cavalo tentou chegar ao Rio Grande do Sul, pois frente a tais acontecimentos somente lá estaria seguro.

Em poucas horas, o movimento irrompeu também na Paraíba e em Pernambuco. Em Minas Gerais, o comando do 12º Regimento de Infantaria resistiu durante quatro dias ao ataque rebelde, antes de capitular. No Nordeste, Juarez Távora, Juraci Magalhães e outros jovens militares assumiram o comando do movimento a partir da Paraíba e, com a adesão de companhias piauienses, maranhenses e potiguares, controlaram rapidamente a situação e desceram para Alagoas, Sergipe e Bahia.

Diante do avanço rebelde, o governo de Washington Luís viu-se impotente. Na noite de 23 para 24 de outubro, o ministério reunido constatou a inexistência de condições para a resistência e, horas mais tarde, a adesão da Vila Militar do Rio de Janeiro sagrou a vitória do movimento. Ainda assim, o presidente não concordou com a

renúncia que lhe era proposta e só deixou o cargo na condição de prisioneiro. Acompanhado do cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, às 17 horas do dia 24, o presidente deposto deixou o palácio Guanabara, então sede do governo federal, e foi levado para o forte de Copacabana, de onde mais tarde seguiu para o exílio.

Ao receberem a notícia da deposição de Washington Luís, aderiram à revolução as guarnições militares estaduais que ainda se mantinham fiéis ao governo. Imediatamente, uma junta pacificadora formada pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso e pelo almirante José Isaiás de Noronha, assumiu o poder e ordenou a cessação das hostilidades em todas as frentes. Houve ainda vários dias de inquietação, pois Góis Monteiro ordenou que os destacamentos sob seu comando continuassem avançando em direção ao Rio de Janeiro, por temor de que a Junta usurpasse o poder aos revolucionários. Só quando teve sua posse como presidente da república definitivamente assegurada é que Getúlio partiu para a capital federal.

O líder gaúcho desembarcou no Rio de Janeiro em 31 de outubro em uniforme militar, precedido por três mil soldados. Em 3 de novembro assumiu a chefia do Governo Provisório, que logo nas primeiras semanas foi reconhecido pelas principais potências estrangeiras. As mudanças de ordem econômica, política e social que ocorreram a seguir no país fizeram com que a revolução de 1930 fosse considerada o marco inicial da segunda república no Brasil.

Diferentemente de Sérgio Buarque de Holanda, que retornou da Alemanha logo

após a Revolução e diminuiu consideravelmente sua atividade jornalística, especificamente sobre o contexto político vivido, Chateaubriand prosseguiu sua tarefa de observador atento às mudanças no cenário político nacional. No decorrer de 1930 e 1931, buscou atentamente nas práticas do governo provisório a efetivação do projeto liberal defendido pela Aliança Liberal. Nos primeiros meses, podemos perceber em seus artigos, inflamados na defesa do processo revolucionário, a exaltação das atividades do governo Vargas. Da mesma forma, também buscava incessantemente as características liberais e democráticas nas atitudes governistas e as evidenciava em seus escritos, como vemos no artigo “Apóstolos da reacção”, no qual escreveu: “*A capacidade de tolerância e respeito a todas as opiniões de espírito de renúncia, e de sacrifício a tudo que é pessoal, é que fará a força do movimento reformador do paiz*” (DSP, 14/01/1931:01).

Os componentes do governo revolucionário estariam, conforme a citação, respeitando a liberdade de expressão e opinião do país ao abdicar de seus interesses pessoais, sacrificando “tudo que é pessoal” pelo bem coletivo. Essa postura altamente democrática dos aliancistas no Governo Provisório, apresentada pelo jornalista, revela-nos a sétima característica do conceito de liberdade chateaubriano: Liberdade é a renúncia dos personalismos. No nosso terceiro capítulo analisaremos mais detalhadamente a crítica de Chateaubriand aos vícios personalistas brasileiros, no entanto, nesse momento, é importante observarmos que, para ele, a liberdade não

poderia se efetivar sem o extermínio dos favoritismos na política. Por isso, evidenciou essa posição do Governo Vargas, que estaria, segundo ele, abrindo mão de suas vontades, num espírito democrático.

A revolução, para Chateaubriand, havia proporcionado ao Brasil uma liberdade esquecida que precisava ser re-apreendida por todos, mas que estava sendo amplamente respeitada pelos revolucionários do Governo Provisório, conforme afirmou no texto, “Experiência a fazer”: *“Realmente, a revolução trouxe, pelo menos no Rio de Janeiro, o espírito de livre exame exercido pelos seus próprios amigos e partidários, os quaes se permitem discutir os actos dos dirigentes, de par com uma liberdade de crítica a que nos havíamos deshabitado”* (DSP, 17/01/1931:01).

Esse respeito às opiniões, de acordo com a citação, se realizava nos princípios de 1931, porque, segundo Chateaubriand, com a revolução conseguiram se projetar os homens democráticos do país, conforme o artigo “Conquista de opinião”:

A revolução trouxe entre os seus benefícios este: o de fazer surgir no cenário da política brasileira alguns **homens desinteressados**, capazes de **reconhecerem á opinião o valor que ella deve ter em uma democracia**. Se pretendemos estimular em nossa terra esse typo de governo popular, que os homens de governo encetem desde já a sua faina, dando a opinião pública a convicção de que ella conta, de que ella vale, como força indispensável do rithmo da machina governamental (DSP, 22/01/1931:01 – grifo nosso).

No entanto, vemos nessa citação, mais do que homens democráticos, o Brasil precisava, para efetivar e promover a liberdade cidadã, o respeito e o estímulo à formação de uma opinião pública e essa era a tarefa primordial do governo naquele

primeiro momento. Continuou:

Há em São Paulo como aqui no Rio uma verdadeira caça a opinião pública, e esse é um dos signaes sympáthicos da possibilidade que se nos depara de virmos a ter, tanto quanto nos permite a nossa sub-cultura política, typos de governos democráticos, baseados no sentimento da vontade da maioria dos cidadãos(DN, 22/01/1931:01).

Como um observador atento, Chateaubriand, chamou a atenção, nesse artigo, para que no Brasil, apesar do processo revolucionário que seguia, a democracia ainda não era uma realidade. A simples tomada do poder pelos revolucionários de 1930, não era garantia da efetivação do projeto liberal-democrata.

Antes, também, era necessária a implantação de um novo projeto político nacional, que precisaria, como defendeu no artigo “Um mestre d'armas melancólico”, de planejamento e autoridade naquele momento. Interessante é observarmos que autoridade e firmeza, palavras que apareceram no editorial, não condiziam com sua, até então, inflamada, defesa pelas liberdades cidadãs. No entanto, diante das posturas adotadas por Vargas, Chateaubriand, naquela primeira etapa do Governo Provisório, chegou a apoiar sua postura autoritária e afirmou:

Não se governa com decisão como não se é poder executivo sem um grave sentido da **autoridade**. **Aquelle que pretende o destino da coisa pública**, como administrador ou braço executivo, **cumpr**e traçar um rumo e **por elle seguir**. Que **esse rumo seja estudado cuidadosamente**, minuciosamente, **antes de ser adotado**, é tão óbvio, que não paga a pena encarece-lo. **Para** administrar ou para **governar, o programa é tudo**, e uma vez elle traçado, é executa-lo, **mas executa-lo com firmeza**, só o modificando se razões superiores de Estado ou convicção de erro de methodo ou de substância a tal induzir o administrador ou o homem público (DSP, 02/05/1931:01 – grifo nosso).

Como vemos, nessa citação, mesmo considerando legítimo o governo com certa “autoridade”, alertou para a essência do planejamento, afirmando fundamental ser o estudo “cuidadoso e minucioso” dos rumos traçados para a administração da “coisa pública”. O programa, como afirmou Chateaubriand, seria fundamental para se governar o país, o qual deveria ser executado com “firmeza”.

Notemos que autoridade e firmeza são palavras que não soam bem quando associadas com democracia e liberalismo, como analisamos até aqui, no entanto, podemos perceber, conforme discorreu nesse artigo, que no Brasil, para a implantação e “execução” de um “programa” liberal-democrata era primordial a firmeza e autoridade de governo. Sem isso, facilmente os grupos locais se posicionariam para o desmanche e “boicote” das atitudes do novo governo. Essa afirmação, consequência da defesa chateaubriana ao Governo Provisório, traçada em seus primeiros momentos de implantação, vai de encontro ao proposto por Sérgio Buarque, que conforme já citado, afirmou em suas reportagens de análise do contexto alemão e polonês, que era essencial a força e a autoridade dos governos para a implantação da democracia. Seus elogios ao Marechal Pilsudski seriam justificados por ele, por seu caráter transitório e objetivos liberais e democráticos.

Nessa direção, no texto “A coqueluche constitucional”, Chateaubriand, chegou a defender a ditadura do Governo Provisório como necessária para expurgar os vícios da República Velha. Segundo o jornalista, a Constituição liberal de 1891, fora corrompida

pelos péssimos políticos que administravam o governo brasileiro. Ela teria sido “prostituída” e violada. Por isso, aquela ditadura empreendida por Vargas se justificava dentro do processo de moralização do aparato Republicano nacional. Segundo Chateaubriand:

O Brasil viéra governado pelo **regime republicano**, com uma **Constituição escripta**. A defesa dessa Constituição **estava entregue aos homens mais corruptos** que a nação possuía. Nenhum, ou quasi nenhum delles se nutria do menor respeito pelo monumento que nos legaram os constituintes de 1891. A **Constituição existia para ser violada e prostituída** com uma licenciosidade sem par. **Não se respeitavam os direitos políticos** mais elementares **por ella conferidos ao cidadão** (DSP, 30/05/1931:01 – grifo nosso).

Diferentemente do que afirmaram Alberto Torres e Oliveira Vianna, o problema nacional não era o desencontro entre a legislação e a cultura brasileira, mas a má aplicação da sua Constituinte. Conforme a citação, a Constituição de 1891 asseguraria os direitos cidadãos, no entanto, a presença de políticos corruptos no governo deturparia sua essência e violariam suas determinações. A Constituição, assim, ficaria sem efeito, e mesmo sob a égide do liberalismo, o Estado brasileiro continuaria dirigido pelas leis autocráticas, tirânicas e despóticas do personalismo. Assim, o problema nacional não estaria na vertente liberal de sua Constituição, mas na própria desconsideração dessa.

Dessa forma, no espírito dessa preocupação com os rumos da democracia no Brasil, no artigo “O bom senso republicano”, Chateaubriand alertou para a essencialidade da Constituição para a preservação das liberdades civis e políticas no país:



Sem constituinte, qualquer lance de reformas será temerário. Um governo de facto, emergido do choque de uma ressurreição victoriosa, por mais que esta revolução haja introduzido o sentimento nacional, a vontade colectiva não tem autoridade bastante para empreender modificações sub-chefiais no organismo político da nação (DSP, 07/02/1931:01).

A Constituição asseguraria, conforme a citação, o direito de opinião e participação da população nas decisões governamentais, como por exemplo, nas escolhas de seus governantes. Aqui encontramos outro fundamento do conceito de liberdade chateaubriano: Liberdade só se efetiva através de uma constituição que assegure os direitos e deveres dos cidadãos. Como discorreu nesse artigo, qualquer mudança na estrutura política nacional sem uma Constituição seria “temerário”, pois ela regeria a nação como um “organismo”, preservando e defendendo as liberdades públicas. Podemos perceber, que para Chateaubriand, os problemas nacionais decorriam principalmente das falhas legislativas do aparato governamental brasileiro. Nessa direção, a solução seria a implantação de um novo modelo político, com uma nova Constituição liberal-democrata.

A liberdade, conforme propõe o pensamento liberal, seria assegurada pelo conjunto de leis que regeriam a nação. A execução e preservação dessas seria realizada pelos juízes. Os quais, segundo Duverger, deveriam ser cercados de respeito e independência do restante do aparato governamental.

Cercado de um respeito unânime, aproveitando de uma situação material honrosa, livre das preocupações e dos liames de um avanço hierárquico complicado, consciênte e orgulhoso de sua autonomia, o juiz inglês é o verdadeiro garante das leis e das liberdades britânicas que ele protege tanto contra os abusos dos particulares como contra as usurpações das autoridades

públicas (DUVERGER, 1966:75).

No governo inglês – melhor exemplo de um Estado guiado pelos princípios liberais –, conforme a citação, o juiz garantiria as liberdades, para tanto, ele não deveria ser dependente do restante da organização administrativa do Estado. Justamente amparado por esses fundamentos do pensamento liberal, Chateaubriand, propôs no editorial “A reforma da justiça”, (DSP, 08/03/1931:01), que a reforma do judiciário fosse implementada pelos próprios juizes, de forma autônoma, visando a lisura do processo de escolha dos seus sucessores, sem as interferências dos interesses pessoais e favoritismos que guiavam as nomeações políticas no Brasil.

No pensamento político de Assis Chateaubriand, esses favoritismos personalistas, próprios e permanentes do sistema governamental brasileiro, eram o maior entrave para a vitória e o sucesso da democracia, porque, como discorreu no texto “O espírito público”: “*o espírito público não é apenas o carinho das coisas superiores da colectividade, senão também a capacidade de abnegação e de sacrifício por amor delas*” (DSP, 22/04/1931:01). Portanto, como nos reportou a citação, as práticas personalistas da República Velha, facilmente percebidas nos beneficiamentos dos “amigos”, comparsas políticos e pelas trocas de favores, seriam opostas ao “espírito público”, o qual se conceituaria como um sentimento de abnegação e amor ao que é público e coletivo. Dessa forma, podemos perceber, que Chateaubriand indicou não apenas uma falha no sistema republicano brasileiro, a qual não era novidade para ninguém, mas principalmente, um caminho. Para ele, a velha ordem somente poderia

ser superada a partir da fundação de um novo “espírito” nacional, democrático e liberal.

Como propôs na citação, na mesma direção de Sérgio Buarque de Holanda, o espírito público deveria ser capaz de abnegar-se e sacrificar-se pela coisa pública. Entretanto, essa proposição não era uma realidade e, sim, um ideal. A idealização do “espírito público” não era, no pensamento chateaubriano, apenas uma herança da doutrina liberal-democrata, mas fruto de uma reflexão bem mais profunda sobre o papel do homem público, dirigida, segundo Glauco Carneiro<sup>53</sup>, pela filosofia nietzschiana. O que não nos surpreende, pois em *Assim falava Zarathustra*, Nietzsche, afirmou que o ideal a ser alcançado na trajetória da humanidade era o “super-homem”, o qual superaria as oposições “terreno-extraterreno”, seria: *“todo aquele que supera a ilusão metafísica do mundo do além e se volta para a terra, dá valor à terra. Neste sentido, super-homem é superação”* (MACHADO, s/d: 46). Esse super-homem representava no pensamento chateaubriano a materialização do espírito público que, conforme discorreu na citação, teria a capacidade de superar as coisas pessoais em prol do que é coletivo, negando seus próprios interesses pelo bem público.

Vargas encarnaria, naquele momento, no pensamento chateaubriano, o papel do

---

<sup>53</sup> Glauco Carneiro em seu livro “Brasil, primeiro: história dos Diários Associados”, afirmou a influência do filósofo alemão Nietzsche no pensamento chateaubriano “Vigorosamente ativa ainda fazia-se sentir em 1930 a influência do filósofo alemão nesse Assis Chateaubriand de 38 anos, que prosseguia cumprindo, com determinação, a meta da juventude. Poderia até citar de cor a profecia do super-homem formulada pelo filósofo alemão e por ele adotada inflexivelmente: ‘O super-homem é aquele que, percebendo o desespero dos seres humanos, cria seus próprios valores e é capaz de moldar a própria vida, triunfando sobre a fraqueza e odiando nos outros ... O super-homem, dionisíaco de tipo novo, é a personalidade nobre e que é forte a vontade de potência, capaz de transcender a si mesmo, com uma real vitalidade e um sólido poder – daí ser autoconfiante e autodisciplinado” (CARNEIRO, 1999:138).

super-homem nietszschiniano. Esse ideário do bom governante, ficou mais claro em seus artigos, através da exaltação da figura de Getúlio Vargas, conforme discorreu no editorial intitulado “O Rio Grande”: *“O sr. Vargas foi um político que, em poucos meses de governo, conseguia fazer a aguerrida e indomável oposição gaúcha abater as armas, e proclamar o amor a liberdade de que se tornará o arauto o jovem governante”* (DN, 23/07/1929). Ainda continuou exaltando a imagem de Vargas como o único capaz de empreender a reforma político-administrativa aos moldes liberais democratas, que tanto o Brasil ansiava, como afirmou no editorial, “A Presidência de Minas”: *“O povo brasileiro olha para o sr. Getúlio Vargas como um dos líderes republicanos que, em quarenta annos de regimem, melhor encaram o espírito das instituições livres”* (DN, 15/10/1929). Vargas, mais do que um político, se transfigura no texto chateaubriano como o caminho para a liberdade, conforme discorreu no artigo “A Nova Revolução”:

O presidente Getúlio Vargas, que acaba de redimir com a espada o Brasil da escravidão, deseja completar a sua tarefa de revolucionário, libertando-nos da ameaça da escravidão econômica e financeira que nos oprime. Desde que tomou as rédeas do governo provisório, o chefe do Estado consagra uma meticolosa atenção ao problema econômico, do qual o financeiro é um mero corolário. E a sua palavra é sempre a mesma aos companheiros de armas da revolução: 'Dêem-me ordem que eu lhes darei boa administração' (Coletânea, 17/12/1930:766).

Como vemos, Vargas se colocaria como um servidor do Estado brasileiro e não como os anteriores presidentes eleitos, como a autoridade máxima da nação. Para Chateaubriand, o governo exercido por Getúlio Vargas em seu Estado natal servia como exemplo, de respeito às liberdades e a democracia, ao restante da nação. Essa

proposição fica mais clara ao lermos “Je ne suis plus un conquerant”, no qual afirmou: “*Se o Rio Grande do Sul tomar o posto que lhe indicam as suas tradições e os nossos rumos da sua política, a causa da liberdade estará salva no Brasil*” (DN, 15/07/1929). O Rio Grande do Sul, como afirmou, por suas tradições democráticas seria o Estado, ao lado de Minas Gerais, capaz de fornecer uma líder a nação compromissado com o bem geral e o respeito às liberdades.

Nesse sentido, ao contrário do que se pode pensar, o pensamento político chateaubriano, que viemos esquadrinhando até aqui – essa superação do “super-homem” às práticas personalistas pelo bem da democracia – não foi gerado entre o movimento aliancista dos anos de 1930 e, muito menos, sob a influência das propostas deste. Os pilares de seu ideário nacionalista foram em grande parte traçados em seu livro “Terra deshumana: a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes” publicado em 1926, ou seja, três anos antes da organização e deflagração da Aliança Liberal, conforme afirmou no editorial “Data e Sangue”, (DSP, 17/06/1931). Ao contrário de *Raízes do Brasil*, que chegou às livrarias muito depois, somente 1936, mas que apesar de fazer parte de um projeto maior de Sérgio Buarque de Holanda, há muito traçado, foi gestada entre os anos de 1929-1930, durante sua estada na Alemanha a serviço de Chateaubriand, como correspondente do OJ e do DSP. Dessa forma, se o pensamento chateaubriano não se fundou nos debates aliancistas, podemos pensar que as reflexões buarquianas, em parte, se constituíram no contexto proporcionado pela

oposição da Aliança Liberal.

Assim, como discorreu entre os anos de 1929 e 1930, sob influência do ideal nietzschiniano, para Chateaubriand, em 1926, o Brasil precisava de um estadista que “*totalizando os valores do seu tempo, faz da sua vida uma unidade de tal modo dependente das outras unidades concorrentes do conjunto social, que cada uma delas, sem embargo das suas particularidades individuais, nele se completa e por ele se realiza no sentido do universal*” (CHATEAUBRIAND, 1936:42). Mesmo que no sentido conceitual da defesa, para o jornalista, um estadista deveria ser o homem disposto a colocar os interesses da nação acima dos pessoais, pois “*o maior gênio político é precisamente aquele que concilia na sua ação coordenadora, na sua aspiração para a unidade, o maior número de antíteses*” (CHATEAUBRIAND, 1936:42). É o próprio “super-homem”, que superaria a mentalidade patriarcal dirigente, por amor e valorização da terra. Em proposição semelhante, Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, afirmou em *Raízes do Brasil*, que o chefe da nação deveria seguir a fórmula de Bentham: “*A maior felicidade para o maior número*” (HOLANDA, 1973: 139). Nessa citação, Sérgio Buarque se aproximou do pensamento chateaubriano de democracia liberal, considerando que Bentham é um dos teóricos do liberalismo mais citados pelos adeptos da doutrina, a qual não ficou de fora das reflexões buarquianas sobre o governo ideal.

Dessa forma, a superação das oposições personalismo X democracia, deveriam

ser o objetivo primordial da revolução política no Brasil, que asseguraria as liberdades públicas através de uma nova Constituição. Entretanto, diante do cenário político que se formava, Chateaubriand, que em um primeiro momento avaliou necessária a instituição de uma ditadura no Brasil, alertou, no texto “Idéias de governo”, que a ditadura já tinha ido longe demais e já estava na hora de promulgar uma nova Constituição e instituir a democracia-liberal, prometida pela Aliança Liberal, no país: “*O estado de espírito com que essas elites encaram oito meses de ditadura não pode ser mais alarmante e mais acabrunhador*” (DSP, 11/07/1931:01). A ditadura, após oito meses, como referiu na citação, era alarmante, porque os grupos políticos e a sociedade não a questionavam, como apontou: os professores, advogados, industriais, agricultores, enfim, todos “*esses elementos, pelos seus círculos profissionais, não se revelam de maneira alguma absorvidos pela apreciação daqueles valores que devem primordialmente apaixonar a coletividade livre*”. O povo, conforme a citação, instruído, capaz de compreender as atitudes empreendidas pelo governo, não estava se posicionando frente ao Estado ditatorial que começava a criar raízes no Brasil e agora, sem nem ao menos uma constituição para ser reclamada. Por isso, os liberais revolucionários, representados pelos gaúchos e pelos mineiros, pediam a Constituição, conforme discorreu no artigo “A que vem a esquerda”, (DSP, 25/08/1931).

Nessa direção, em outro editorial “Autoridade e Experiência”, (DSP, 12/07/1931), Chateaubriand acusou o presidente Vargas de desconsiderar o espírito

liberal- democrático e constitucional que guiou sua candidatura e a própria revolução, de estar envaidecido e encantado com o poder das armas pelas quais conquistou o governo. Por isso, o presidente do Governo Provisório não promulgava a Constituição e preferia governar acima do bem e do mal. Vargas estaria, conforme discorreu em “Justiça Boêmia”, (DSP, 17/07/1931), banindo dos quadros administrativos da República o respeito aos direitos mais elementares da “existência de uma coletividade”.

Nos idos de 1931, São Paulo começava a apresentar sua resistência diante do cenário de intervenção federal no Estado e ausência de uma constituição para reger e proteger o país. Dessa forma, segundo Chateaubriand, no artigo “O interventor paulista”, (DSP, 18/07/1931), o interventor sr. João Alberto, diante de toda a oposição dos paulistas, não queria permanecer a frente do Estado a força, pois, a Revolução teria ocorrido pela vontade popular e pela liberdade. A crise, como vemos, em São Paulo se formava e Chateaubriand não deixava de afirmar em seus artigos os objetivos que levaram os gaúchos, mineiros e o exército ao levante das armas e à Revolução.

Portanto, começava nos escritos chateaubrianos uma ainda “leve” oposição ao governo de Getúlio Vargas e as suas atitudes anti-democráticas. O presidente, que quando candidato era definido como o exemplo de governante democrático e liberal, passou a ser descrito como ditador e subversivo, conforme afirmou em “A Aliança Liberal”, (DSP, 07/08/1931). Nesse sentido, no texto “O primeiro dever do governo”, ele acusou o então presidente Vargas de desconsiderar os problemas de São Paulo,



afirmando ostensivamente “que a ditadura quem exerce é ele”, ao mesmo tempo em que, o coronel João Alberto, dava claro testemunho do espírito democrático que dirigira a Revolução:

A atitude do coronel João Alberto não foi um gesto mediocre. Foi antes de tudo um movimento de patriotismo e de abdicação pessoal antes o dever cívico. Quem poderia super que esse gesto não encontrasse imitadores entre os seus companheiros de jornada revolucionária, bravos que supomos tenham lutado impessoalmente por ideais e não por interesses espúrios ou vaidades inconfessáveis? (DSP, 24/07/1931:01).

A abdicação do coronel João Alberto exemplificaria o “espírito público” exaltado por Chateaubriand como característica fundamental de um líder de governo, conforme discorreu nesta citação. Na seqüência, com a pergunta sobre os ideais da revolução, se esses existiam de fato ou eram desculpas para atingir objetivos pessoais, ao mesmo em tempo que acusou subliminarmente de práticas personalistas, questionou também a postura assumida pelos adeptos do Governo Provisório. Como vemos, nessa citação, Chateaubriand começava a ficar solidário a causa paulista e em outro texto, “O problema fundamental”, (DSP, 30/07/1931), afirmou que a ditadura não podia fazer mais nada pela Brasil, por isso, era urgente o retorno ao regime constitucional.

Legitimado sob os ideais, propaganda e imagem da Revolução de 1930, o Governo Provisório traçava sua ditadura, no entanto, segundo Chateaubriand: “A Revolução só tem compromissos com a liberdade. Ou ela cristaliza esse ideal, para realizá-lo, ou perde o direito de continuar a afirmar que veio para fazer alguma coisa de eterno pela civilização do Brasil” (DSP, 12/08/1931).

Se o Governo Vargas não pretendia realizar o programa promovido e defendido pela Aliança Liberal deveria abrir mão de sua imagem. Nessa citação, para o jornalista, o Governo Provisório ao descumprir os projetos aliancistas de democracia e Constituição para a nação perdia sua legitimidade. Nesse texto, mais do que uma crítica, o jornalista alerta para uma possibilidade, pois assim como os movimentos oposicionistas derrubaram o velho governo, também poderiam tirar Vargas da presidência. De acordo com Chateaubriand, no texto O “Bloco do Norte”, o governo ali instaurado sustentava-se sob a égide que promoveu a Revolução, o desejo de liberdade: “em 3 de Outubro. Em 23 dias, uma tirania era abatida por um sentimento de liberdade que sacudiu a nação desde os flancos amazonicos á chochilha gaúcha e aos campos do Mato Grosso” (DSP, 19/08/1931:01). Com a proposta de extermínio das tiranias no Brasil, conforme a citação, e a implantação da liberdade, fez-se a Revolução e não para perpetuar aquele estado das coisas, como ocorria.

Os editoriais chateaubrianos a partir de setembro de 1931 passaram a ter como tema de discussão sobre a liberdade a exigência do retorno ao sistema constitucional de governo. No artigo “O eterno ciclo”, (DSP, 05/09/1931), discorreu sobre o posicionamento democrático dos homens que fizeram a Revolução, que naquele momento espantavam-se com as posturas governistas de Vargas, que tentava depor o governador do Estado de Minas Gerais, o qual foi seu principal apoiador durante a campanha aliancista. Diante, das posturas despóticas do Presidente, Minas Gerais,

como afirmou no texto “Suntuosa mercadoria”, (DSP, 25/09/1931:01), lutava pela manutenção de sua autonomia. A constitucionalização do país se fazia, segundo Chateaubriand, cada vez mais urgente, por isso, afirmou nos textos “Condições de uma ditadura” (DSP, 22/10/1931:01) e “O Rio Grande e a Constituinte” (DSP, 05/11/1931:01), “A última vingança dos tenentes” (DSP, 12/12/1931:01), que o Rio Grande do Sul exigia a volta do regime constitucional. Da mesma forma, que observava com “espírito liberal democrata” e criticava as atitudes do governo provisório, conforme discorreu no artigo “O Rio dos mortos” (DSP, 03/11/1931:01). Para ele, como afirmou no artigo “Presente de Ano” (DSP, 26/01/1931), a convocação de uma nova Constituinte para o Brasil era um desejo unânime nacional.

O Rio Grande do Sul estaria assim como o fez em outubro de 1930, se posicionando frente às arbitrariedades do Governo Provisório em prol da liberdade nacional, por isso, ao lado de Minas Gerais, clamava pela democracia, conforme o texto “O dever de Minas” (DSP, 06/12/1931:01) e “Lição dos gaúchos” (DSP, 10/12/1931:01). No entanto, apesar de exigir a Constituinte, afirmar que não foi por uma ditadura que fez a Revolução, que esperava pela renovação dos quadros políticos nacionais e a implementação de seus ideais de liberdade e democracia, conforme os artigos “Eram todos assim em 1930” (DSP, 22/12/1931); “Rejuvenescimento dos quadros” (DSP, 25/12/1931); “O mágico e a palavra” (DSP, 27/12/1931), o Rio Grande do Sul apoiava a permanência de Getúlio Vargas na Presidência do Governo Provisório,

como discorreu no texto, “Os coqueiros no Norte” (DSP, 20/12/1931).

No entanto, mesmo alertando a todos sobre a necessidade urgente da promulgação da Constituição, em 1932 Chateaubriand já percebia a vertente autoritária do Governo Provisório. Dessa forma, no ano que estouraria a Revolução Constitucionalista em São Paulo, o jornalista, relatou, no texto “A chave de Fouché”, as características que deveriam ter os adéptos dos ideais de Outubro de 1930:

O título de sócio do 3 de Outubro marca um cidadão da República Nova como investido de posse daquelas virtudes republicanas indispensáveis à preservação do espírito que tornou possível o advento da grande crise de 1930. Um tres-outubrista deve possuir a consciência inteiramente pura, um republicanismo completamente puritano, para não contaminar com os vícios de cidadão 'vieux régime' o santuário da República Nova (DSP, 01/01/1932).

Esses homens, conforme a citação, que fizeram a Revolução outubrista deveriam zelar pelos pilares do sistema republicano, os quais como vimos, são: a liberdade de expressão, de escolha dos governantes pelo voto, de oposição, de manifestação política, integridade física, zelo pela coisa pública; da mesma forma, deveriam, estar acima dos interesses de grupo, livre dos vícios e dos favoritismos próprios da Velha República.

Os ideais democráticos, segundo Chateaubriand, que promoveram a Revolução, podiam ser definidos principalmente pela clareza e liberdade de ação, tanto dentro do governo, como pelos cidadãos. No texto “Novo Rumo”, discorreu:

Não é possível **exercer acção** política senão por métodos políticos. Afastando-se desse preceito, que o simples senso comum prescreve, não há quem escape a erros comprometedores da melhor boa vontade e dos esforços mais energicos e mais abnegados. E os metodos políticos tem, forçosamente, de harmonizar-se com as circunstâncias ambientes. **Em uma democracia,**

com a que os revolucionários sinceros se propuzeram a criar o Brasil, a primeira condição de toda a **atividade política é ser realizada em plena luz**, por entre o **choque das idéias** e dos credos contraditórios, **na arena ampla em que se debatem** lealmente **todas as correntes de opinião**. **Atuar politicamente, no isolamento de um círculo restrito** e separado das forças vivas do sentimento público pelas muralhas intransponíveis do segredo, **envolve a negação dos próprios ideais democráticos** que, por ventura, se procure realizar por processo a eles antagônico (DSP, 05/02/1932 – grifo nosso).

Nessa citação, o jornalista criticou diretamente a postura autoritária assumida pelo governo, que não compartilhava com a opinião pública suas ações e atuava em isolamento. A prática do “segredo” adotada pelo Governo Provisório, para ele, era contrária aos princípios de clareza do sistema democrático. Conforme citou, toda a ação política deveria ser dirigida por métodos políticos, no Brasil, o governo que se erigiu após a Revolução de 1930 tinha por inspiração a doutrina liberal democrata, no entanto, não respeitava seus princípios, negando os espaços de debate e enfrentamento de idéias.

Podemos perceber nesse texto, que Chateaubriand tinha muito claro em seu pensamento político as bases primordiais de uma democracia. Conforme Bobbio, o segredo de Estado, sobre suas práticas é a primeira característica contrária aos princípios de transparência de um governo que se afirma democrático. Dessa forma, o Governo Provisório ao se isolar em seu pequeno círculo de adeptos e ocultar suas ações, feria diretamente os ideais propulsores do movimento aliancista e rompia com todos aqueles que o apoiaram. Os métodos políticos adotados pelo governo varguista de 1930, não se moldavam a partir de características democráticas e, sim, autoritárias.

Frente ao cenário de oposição ao Governo Provisório, no decorrer de 1932, o

tema liberdade apareceu nos editoriais de Assis Chateaubriand enfaticamente subordinados a sua crítica ao sistema autoritário, ditatorial e despótico ao qual Vargas submetera o Brasil, conforme analisaremos mais atentamente no capítulo 3 desse trabalho.

Como vimos, Sérgio Buarque de Holanda imprimiu, como correspondente jornalístico da nascente rede dos “Diários Associados”, um olhar historiador e sociológico em sua perspectiva de análise. Enquanto, Assis Chateaubriand construiu seu ideário nacionalista numa perspectiva jurídica de Estado, com uma sistematização inteligível de seus conceitos de liberdade e democracia, ancorados sob as bases do pensamento liberal, Sérgio Buarque partiu de uma interpretação sociológica do Estado nacional. Mas, como podemos compreender essa fundamental diferença entre os dois pensadores?

Como nos apontou Norberto Bobbio, dentro da concepção de análise da Doutrina Geral do Estado, a principal diferença entre o ponto de vista sociológico e o jurídico paira sobre a “esfera do ser e a esfera do dever ser” (1987:57), ou seja, para teóricos como Georg Jellinek e Max Weber, o primeiro ponto de vista se ocuparia da “existência objetiva, histórica ou natural do Estado”, enquanto que o segundo, se centraria nas “normas jurídicas que naquela existência real devem se manifestar” (BOBBIO, 1987:57).

Sendo assim, conforme analisamos, Assis Chateaubriand estruturou seu

pensamento político a partir de uma concepção jurídica de Estado. A solução dos problemas, vícios e desvios do governo brasileiro debruçariam-se sobre os princípios doutrinários Constituição nacional, apesar de não negar a importância de outros fatores, como a educação e o extermínio dos vícios na política, o que analisamos no terceiro capítulo. Como propôs em suas reportagens, era preciso antes de tudo empregar princípios liberais na reforma jurídico-administrativa da nação, de forma a garantir os direitos à liberdade e participação política aos brasileiros. Em contrapartida, Sérgio Buarque identificou os mesmos problemas apontados por Chateaubriand, corrupção, relações personalistas, favoritismos entre outros chamados por ele de “vícios” - conforme apresentamos em nosso terceiro capítulo - como os responsáveis pela falência da República brasileira, mas não partiu da mesma perspectiva ao formular seus conceitos de liberdade e democracia e as soluções para a crise enfrentada no país.

Ao contrário de Chateaubriand, o jovem correspondente internacional não propôs reformas jurídico-administrativas como solução para os problemas nacionais, a questão pairava principalmente sobre a cultura. Ela que deveria ser transformada, não eram as leis apenas que estavam erradas, que não eram adaptadas às realidades brasileiras - como já afirmava Alberto Torres, muito criticado por Sérgio Buarque em seu artigo “Corpo e Alma do Brasil”, publicado na revista “Espelho” em 1935. Seria a cultura brasileira que não possuía em sua matriz princípios democráticos capazes de sustentar a República. Para ele, o Estado era uma forma complexa de organização

social, aos moldes weberianos, e o direito seria apenas um de seus muitos elementos constitutivos.

O conceito de liberdade no pensamento tanto de Chateaubriand, quanto de Sérgio Buarque de Holanda era a coluna basilar de todo o pensamento político de ambos, alicerçava não apenas suas propostas, como procuramos demonstrar aqui, mas principalmente suas críticas, conforme os próximos capítulos.

Citando novamente o editorial de Chateaubriand “Entre dois mundos”, “*a primeira categoria do nosso espírito público é a liberdade*” (DSP, 08/07/1931). O espírito público como veremos no terceiro capítulo é princípio da crítica impressa por Chateaubriand ao governo brasileiro. Diante do cenário de vícios e corrupção, indicado por eles, os governantes tratariam as instituições públicas como se fossem suas, o que teria impedido a criação do espaço público nacional. O povo viveria sob o júdice do privado. No entanto, segundo a afirmação chateaubriana, sem esse espaço não haveria liberdade.

Na mesma direção, Sérgio Buarque apresentou a liberdade individual como um dos dispositivos para des-personificação da sociedade brasileira, ou seja, para o extermínio da primazia do privado sobre o público. Entretanto, para o historiador, essa liberdade dependeria do afastamento do sujeito das “virtudes” familiares. Para ele “... *essa separação e essa libertação representam as condições primárias e obrigatórias de qualquer adaptação à ‘vida prática’*” (HOLANDA, 1973: 103). Para ele, enquanto o



sujeito estivesse imerso na ordem familiar, seria prisioneiro de sua dialética, que priorizaria os interesses personalistas. Ele estaria sempre tutelado por alguém, precisando e devendo favores pessoais.

A Liberdade proposta por Sérgio Buarque, visaria à ruptura com essa ordem patriarcal e a independência do sujeito. De acordo com o historiador, o meio patriarcal seria oposto às exigências de uma sociedade de homens livres. Assim, *“Nem sempre, é certo, as novas experiências bastavam para apagar neles o vinco doméstico, a mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária”* (HOLANDA, 1973: 104). Conforme a citação, para Sérgio Buarque o homem livre seria aquele inclinado para uma ética social igualitária, ou seja, democrática.

Nesse sentido, para o autor, o regime político capaz de assegurar as liberdades seria a democracia, pois como afirmou no artigo “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha”, em *“qualquer democracia moderna, o princípio da soberania popular rege todo o aparelho governamental”* (OJ, 26/03/1930:01). No Brasil ao contrário, o homem encontraria-se escravo, preso as estruturas patriarcais, ainda precisando se libertar delas.

Como vimos até aqui, liberdade tanto para Chateaubriand, quanto para Sérgio Buarque era um conceito composto por diversas características, e o principal ponto de contato entre ambos é a crença de que: a liberdade somente se realizaria nas sociedades

a partir da atuação de governos que não impusessem regras excessivas, ou seja, descoladas das realidades dos povos. Sendo assim, suas críticas se voltaram aos sistemas ditatoriais de governo, conforme analisamos no nosso quarto capítulo, porque essas expropriariam o homem de seu direito à liberdade.

**PARTE II - SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND.**  
**POR UMA POLÍTICA BRASILEIRA SEM VÍCIOS**

### **3. DA GUILHOTINA AO VÍCIO: A ALIANÇA LIBERAL E AS CRÍTICAS AO PERSONALISMO POLÍTICO EM CHATEAUBRIAND E SÉRGIO BUARQUE**

*O único meio de salvar e engrandecer o Brasil, é tratar de colocá-lo em condições de poder tirar de si mesmo, quero dizer, do seio de sua história, a direção que lhe convém. O destino de um povo, como destino de um indivíduo, não muda, nem se deixa acomodar ao capricho e ignorância daqueles que pretendem dirigi-lo.*

*Tobias Barreto. Questões vigentes. V. p. 178, em Obras, vol. IX, Sergipe, 1926.*

No presente capítulo analisaremos as críticas de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand ao sistema personalista, deturpador e corruptor de nosso sistema político, como princípio basilar de seus diagnósticos das doenças do Estado brasileiro, presentes em seus editoriais e artigos publicados entre 1929 e 1932, no OJ, DN e DSP. Em princípio buscamos compreender a tradição de suas críticas de forma a percebermos suas possíveis inovações e diálogos travados entre eles nas páginas dos jornais.

Apesar de suas obras não serem o foco de nossa análise, percebemos que somos basilados por elas: *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Terra deshumana* de Assis Chateaubriand. A primeira publicada em 1936 e com nova edição somente em 1948, enquanto que a segunda publicada em 1926 ganhou outra edição no mesmo ano de publicação da primeira, também em 1936, quando revisada recebeu um capítulo a mais. Esse balizamento apontado por nós é justificado pela análise e conclusão de que:

ambas as obras possuem inúmeros pontos de contato, não apenas pelo tema tratado, mas principalmente pelo contexto no qual foram gestadas.

O tema presente nessas obras e de fundamental diálogo entre os dois intelectuais é o funcionamento da estrutura política brasileira. Os dois em suas análises apontaram como problema central causador do desajuste das engrenagens do governo: as práticas personalistas.

Na publicação do artigo “Corpo e alma do Brasil”,<sup>54</sup> na revista espelho em 1935, Sérgio Buarque de Holanda apresentou o cerne de seu diagnóstico dos problemas político-culturais brasileiros, a crítica ao “vício” personalista presente nas instituições nacionais:

A vida íntima no brasileiro não é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a personalidade, ajustando-a como uma peça consciente ao ambiente social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de formas e de gestos que encontra em seu meio, ainda quando obedecem ao mais rigoroso formalismo. (...) Não há aqui, entre parêntesis, um elemento precioso para a explicação do rastaquerismo, o vício específico dos sul-americanos? (HOLANDA, 1935<sup>55</sup>, In: HOLANDA, 2006: 403).

De acordo com Sérgio Buarque, o homem brasileiro não possuiria coesão social suficiente para organizar-se e seguir as regras acordadas entre sociedade e Estado e essa

---

<sup>54</sup> Este artigo chamou, anos mais tarde, a atenção de estudiosos da obra de Sérgio Buarque de Holanda por conter os mesmos pontos centrais de discussão de seu livro *Raízes do Brasil* publicado um ano depois. Em nota a edição comemorativa, Ricardo Benzequen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz, afirmaram que esse artigo é um resumo do posterior livro de Sérgio Buarque de Holanda. Na mesma direção em *Tentativas de Mitologia* Sérgio Buarque em sua introdução “autobiográfica” revelou que o artigo publicado na revista *Espelho* era uma organização das cerca de 400 páginas escritas, além de notas, trazidos da Alemanha em 1930.

<sup>55</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Corpo e Alma do Brasil*. Revista *Espelho*, RJ. jan/mar. 1935. Esse artigo foi publicado na íntegra como anexo da edição comemorativa pelos 70 anos de publicação de *Raízes do Brasil*, pela Companhia das Letras em 2006.

“liberdade” exagerada propiciaria a imposição dos interesses particulares sobre a vontade coletiva. Tal conclusão foi centro da análise em seu posterior, já citado, livro *Raízes do Brasil*. Dessa forma, podemos perceber que tanto o artigo, quanto a obra, tiveram suas gestações ainda durante as incursões do jovem jornalista em terras germânicas, que as reflexões presentes em ambos os textos foram na verdade estimuladas e incitadas no contexto que passava a Europa e principalmente o Brasil.

Não diferentemente, cerca de dez anos antes, Assis Chateaubriand em seu livro *“Terra deshumana”* também criticou veementemente, o que ele chamou da mesma forma de: os vícios da república brasileira. Para ele, o Estado brasileiro vinha sendo governado por homens desinteressados com a nação, que não conheciam suas realidades e apenas almejavam satisfazer as vontades particularistas dos grupos oligárquicos, como denunciou: *“A República tem sido muitas vezes explorada em benefício de camarilhas, de sindicatos políticos, que a usufruem como uma sociedade financeira da qual fossem elles os acionistas”* (CHATEAUBRIAND, 1936:154). O Estado, conforme o texto, seria administrado com vistas a atender aos interesses dos mesmos grupos que se mantinham no poder, *“uma oligarchia que se locupeou do poder para desfruta-lo nas condições de um negócio privado”* (CHATEAUBRIAND, 1936:154). Essa oligarquia apontada por Chateaubriand governaria a partir das “regras” e práticas personalistas, sem nenhuma preocupação com o cumprimento da Constituição, ao menos que isso lhe beneficiasse de alguma forma. Tais práticas seriam

para ele a base da ineficiências das instituições políticas brasileiras.

Portanto, vemos que ambos os intelectuais em suas obras apresentaram diagnósticos similares aos problemas político-institucionais brasileiros. Os quais aparecem disseminados em seus editoriais e artigos publicados no mesmo período, ou seja, entre os anos de 1929 e 1932. O que nos levou a questionar se esses escritos veiculados na imprensa, não teriam na verdade sido o espaço de primeira discussão e análise de tais problemas apontados e formulados em suas obras. Conforme buscamos apresentar nesse capítulo, o ideário nacionalista, as vinculações doutrinárias, conforme discorrido no segundo capítulo, e os diagnósticos, aqui analisados, tiveram como primeiro suporte e veículo de propagação: a imprensa. Se em Sérgio Buarque isso fica claro ao percebermos a similaridades dos temas tratados com seu livro, em Assis Chateaubriand não menos, pois, conforme analisamos em nosso primeiro capítulo, as críticas presentes em sua obra e nos editoriais publicados entre 1929 e 1932, já eram recorrentes no princípio dos anos de 1924, quando da compra do OJ.

No entanto, a crítica presente nas obras tanto de Sérgio Buarque, quanto de Assis Chateaubriand, não era nova nas décadas de 1920-1930. No contexto intelectual em que viviam muito já havia se discutido sobre o mau funcionamento das molas de nosso Estado, conforme analisamos em nosso primeiro capítulo. Essa discussão, citando apenas intelectuais do mesmo contexto, ou seja, das primeiras décadas do século XX, pode ser encontrada em Alberto Torres e Oliveira Vianna, conforme demonstraremos a

seguir.

### **3.1 Críticas ao personalismo de Torres à Holanda**

Sem adentrar as minúcias de suas obras, buscamos demonstrar como suas críticas, parecem, ter servido como base para as discussões e críticas aos personalismos políticos nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, para, dessa forma, estabelecer os possíveis diálogos com os editoriais e artigos jornalísticos publicados entre os anos revolucionários (1929-1932).

No entanto, é preciso termos em mente que, não apenas pela abordagem, mas pela própria proposta, a grande diferença entre Oliveira Vianna e Alberto Torres são os locais no qual depositam suas aspirações de mudança. Enquanto para Torres o problema nacional poderia ser resolvido pelo ajuste jurídico das Constituições, para Vianna, é pela compreensão e a adaptação deste ao Estado às realidades nacionais que o país alcançaria o pleno desenvolvimento (permanece o problema conhecer-se para administrar-se). No entanto, em ambas as reformas sugeridas ancoram-se sobre o ideal de centralização e fortalecimento do Governo Federal.

As idéias de ambos, inseridas dentro de um campo com frágeis fronteiras, apesar de prognósticos muito próximos, diferenciam-se pela natureza, pois, a obra de Torres



ancora-se muito mais sobre uma discussão jurídico-constitucional, sem descartar todas as questões geográficas e sociais brasileiras, e Vianna se centrou no caráter biológico-cultural da sociedade brasileira. Exaltamos o fundo culturalista da discussão desenvolvida em *Populações Meridionais*, mesmo cientes da posterior declaração de repúdio do autor a qualquer discussão sobre cultura, no entanto, o que ele apresentou como fatores próprios de nossa constituição biológica e psicológica, hoje entendemos, não ao todo de sua obra, enquanto características culturais.

Diante dessa constatação, afirmou Antônio Cândido que assim como os livros de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, a obra Oliveira Vianna, que já parecia superada nos anos de 1930, apresentou aspectos penetrantes e antecipadores, “*que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo*” (MELO & SOUZA, 1973:xi). Esse sopro de radicalismo seria exatamente o caráter sócio-culturalista de sua discussão, que apesar de discordarmos do autor, pois entendemos que os temas discutidos nessas obras eram anteriormente tratados sob abordagens mais romantizadas nas obras de Alexandre Melo Moraes Filho e do Conde Afonso Celso, marcaram as produções interpretativas do Brasil de maneira enfática.

Enquanto Torres estruturou sua obra com o intento de mostrar como nossas leis estavam em desacordo com as realidades nacionais, Vianna procurou da mesma forma

demonstrar que nossa realidade possui sua própria ética, leis e costumes independentemente das leis existentes. Assim, partindo de prognósticos (juízo médico sobre a duração, evolução e termo de uma doença) muito similares os dois intelectuais apresentaram propostas de certa forma divergentes em algumas partes. Alberto Torres deposita a solução dos problemas sociais na reforma constitucional, enquanto Vianna, acreditava na re-educação do povo<sup>56</sup> e compreensão da estrutura social nacional. Um Estado forte capaz de entender e organizar nosso todo social e a partir disso compor um corpo de leis adaptado a nossa ética social.

Para Vianna, três seriam os fatores principais de nossa falência e ineficiência político-institucional: a desorganização; a insolidariedade e a cobiça; a mestiçagem. Seu prognóstico possui uma estrutura de análise social e outra biológico-racial. Dessa forma, ao contrário do proposto por Frobenius, conforme Sérgio Buarque de Holanda, para o qual “*a cultura é sempre sujeito e o homem objeto*”, Vianna via uma certa predisposição racial para o desenvolvimento da cultura.

No entanto, mesmo partindo de princípios diferentes, ambos puderam perceber o personalismo como uma espécie de “câncer” no interior da política nacional. Segundo Torres, no Brasil não se conhece outro tipo de política se não esse ancorado em práticas partidárias, sem condições de constituir tradições puramente nacionais. Para ele,

não adquirimos o conhecimento consciente de nossa terra, superior aos dados

---

<sup>56</sup> O que também foi por Torres apenas não apareceu em sua tese como âncora principal, pois a organização do Estado e a reforma constitucional são os princípios basilares para as soluções dos problemas nacionais.

materiais de sua geografia física, como habitat do povo, e, (...) não conhecemos o povo, não o cultivamos, não o desenvolvemos. A política de uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto, da harmonia, de equilíbrio. No quadro incongruente das nossas instituições – sistema forasteiro, inadequado à nossa índole e ao nosso caráter, e por isso não se executa (TORRES, 1982: 158).

Em sua visão, vivemos um sistema de conflitos e desencontros entre os programas dos nossos governos, que não fazem nada além de “*destruir o pouquíssimo realizado pelos que o precederam*” (TORRES, 1982: 159). Nesse sentido, anos mais tarde, Sérgio Buarque de Holanda em seu artigo *Corpo e Alma do Brasil*, publicado na revista Espelho em 1935, reconheceu a originalidade da crítica de Alberto Torres, no entanto, o criticou por depositar as soluções dos problemas políticos nacionais na reforma constitucional, pois para ele era preciso, como já citado anteriormente fundar a República que ainda não tinha sido fundada.

Segundo Torres, as constituições e reformas no Brasil obedeceram apenas às inspirações “teóricas” dos governantes e não tiveram nenhum fundamento nas realidades nacionais, fundamentaram-se apenas em caprichos e interesses particulares. Para ele, suas realizações foram incompatíveis com as “aspirações nacionais” e por muito sem base nos fatos (Cf. TORRES, 1982: 160).

Em Vianna, esse olhar crítico ao personalismo da política nacional não passou despercebido, pelo contrário, apontou-o como consequência das antigas práticas coloniais de eleição por sufrágio local que acabavam por levar o “juiz ordinário” “*a se fazer criatura da facção, que o elege*” (VIANNA, 2005: 214). Esse caráter faccioso e

parcialista, para ele, dominava todo o mecanismo processual. Os homens eleitos dentro dessa “complexa máquina” não passavam de serem “*juízes partidários, juízes de clã*”. Dentro desse processo, o poder ficava plenamente nas mãos das oligarquias locais que “*de posses das câmaras municipais e do aparelho eleitoral (...) só escolhem para os juizados os principais de seu clã, homens de sua parcialidade e confiança*” (VIANNA, 2005: 213). Esse partidarismo ou personalismo, como temos chamado, da política desde os tempos do Império somente era, em sua tese, quebrado quando chegavam as localidades homem eleitos diretamente pelo Imperador e que não tinham ligações diretas com os poderes locais. Esses, por serem independentes dos interesses das oligarquias, tinham a liberdade para o exercício pleno da justiça.

De maneira semelhante Sérgio Buarque afirmou que no Brasil freqüentemente nos encontramos lutando por personalismos, ou seja, por interesses próprios, conforme discorreu: “*É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro*” (HOLANDA, 1973:138). Nesta mesma direção, Chateaubriand acusou Arthur Bernardes de ambicionar “*tornar o executivo o instrumento de ferro da vontade unipessoal contra a absorção dos outros poderes, demasiado tímidos para promoverem a salvação coletiva, em horas de eclipse das liberdades públicas*” (CHATEAUBRIAND, 1936: 37). Para o jornalista, Bernardes apenas procurava suprir as próprias necessidades, ao invés do bem geral da nação. Por sua vez Sérgio Buarque, que não criticou

especificamente o governo do referido presidente, afirmou que no Brasil “*Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático*” (HOLANDA, 1973: 106).

No pensamento de ambos intelectuais, a ausência da ordenação impessoal aparece como causa dos problemas políticos nacionais, pois no Brasil, os políticos apenas almejavam seus interesses. E mais, “*no trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra: um finis operantis, não um finis operis*” (HOLANDA, 1973: 106). Os individualismos sob olhar do historiador eram a profunda causa da falência da república brasileira.

Bernardes personificou, no discurso de Chateaubriand, essa incompetência política brasileira, pois “*o Brasil ainda não teve um chefe de governo com os hábitos de calunia, que o diferencie de todos os outros presidentes que tem tido a República*” (CHATEAUBRIAND, 1936: 41). O presidente, a quem o jornalista dedicou esta obra, segundo sua crítica, exercera seu poder da mesma forma que outros já o fizeram, no entanto, o reproduziu aos moldes das estruturas personalistas, enraizadas em nosso Estado há muito, com mais intensidade. Para ele, “*Os recursos da sagacidade, a aptidão organizadora, a força política, a vontade de poder, tudo o presidente desenvolveu afim de regulamentar um mecanismo de egoísmo, o mais monstruoso, o mais covarde, que ainda viu a nação, desde sua independência*” (CHATEAUBRIAND, 1936: 41). Nesse egoísmo, nas palavras do jornalista, o ex-presidente não respeitou os

direitos individuais, chegando a níveis nunca vistos no país, “*O seu tremendo egoísmo, longe de agir como um fator de ‘elan’ coletivo, de unidade superior, é um princípio de isolamento, deslocado desse grande todo do qual pretende ser o porta-bandeira, o chefe responsável*” (CHATEAUBRIAND, 1936: 42). O governo de Bernardes, segundo o jornalista, ao contrário de cumprir suas promessas apaixonadas de defesa da verdade eleitoral e da “*realidade do voto*”, “*manejou implacável o exclusivismo do personalismo faccioso, do interesse ocasional requintando a **guilhotina**<sup>57</sup> das depurações immoraes para arma-la triunphante no Congresso da República*” (CHATEAUBRIAND, 1936:158 – grifo nosso). A imagem aludida pela guilhotina, nessa citação, tem como função criticar a perseguição aos opositores empreendida pelo governo Bernardes, que segundo o jornalista, preso pelas tramas personalistas, ou seja, o vício, decapitava quem se opusesse ao seu uso da máquina pública em proveito de interesses privados. Portanto, o governo de Bernardes foi, segundo Chateaubriand, um espetáculo dos personalismos anti-democráticos.

Nessa direção de nossa análise, partindo do princípio que a figura do ex-presidente personificava a República brasileira no discurso do jornalista, o autor de *Raízes*, afirmou que o governo nacional de modo geral apenas produz uma benevolência democrática, fruto da cordialidade política, que “*é comparável nisto à polidez, resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos **egoísmos***” (HOLANDA, 1973: 139 – grifo nosso). Assim, as relações cordiais

---

<sup>57</sup> Essa citação deu origem ao título desse capítulo.

permanentes dentro do sistema democrático levariam-no à distorção e ao privilégio de sujeitos despreparados para governar ou exercer qualquer função administrativa no governo. Por isso, nas palavras de Sérgio Buarque, há muito a política nacional se faz “*de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias*” (HOLANDA, 1973: 106). Como vemos, para o jornalista, assim como, para o historiador, eram as escolhas pessoais que dirigiam o Brasil.

Nessa perspectiva, concordamos com Luís Guilherme Piva (2000) quando afirmou que: Sérgio Buarque escreveu *Raízes do Brasil* a partir de sua angústia com a situação que via em seu presente. Por isso, foi buscar no passado compreender os fatores responsáveis pelo atraso brasileiro e construiu sua obra de forma a demonstrar que esses problemas precisavam ser superados. Ao mesmo tempo, segundo o autor, Sérgio Buarque, estabeleceu uma dicotomia entre o diagnóstico e a esperança, o atraso e a expectativa nas possibilidades de avanço “*em direção a um estágio de cultura e organização política e social diametralmente melhor do que o que presencia*” (PIVA, 2000:153).

Ao contrário da tradição pessimista de Nina Rodrigues, a esperança e as propostas para solução dos problemas nacionais foi uma marca na geração dos intérpretes do Brasil das primeiras décadas do século XX, como em Alberto Torres, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand. Sendo assim, o

último que citamos também incluiu em seu diagnóstico nacional um caminho a seguir. Diante do extermínio de “*todo potencial cívico da nação*” (CHATEAUBRIAND, 1936:07), viu como solução aos problemas nacionais o livre exame dos processos políticos, a formação de uma opinião nacional e a liberdade de manifestação do pensamento sobre os atos do governo, conforme nossa análise apresentada no segundo capítulo.

Em *Terra Deshumana*, Chateaubriand apresentou, como citado, a ausência de sentimento nacional e o isolamento como causas de uma mentalidade egoísta e indisciplinada, como afirmou: “*O brasileiro já é de si mesmo revoltado, turbulento, avesso ao rythmo da disciplina*” (CHATEAUBRIAND, 1936:97). Essa indisciplinada que o levaria ao não cumprimento das leis e regras o Estado, fruto desse isolamento causado pelas ausências de estradas de ferro e telégrafos, levaria a vitória dos personalismos sobre o espírito público.

Na mesma direção, o autor de *Raízes* apontou para as nossas heranças ibéricas, já mencionadas por autores como Oliveira Vianna, como as responsáveis pelo atraso brasileiro.<sup>58</sup> Essas “raízes” seriam as bases “mal implantadas” da cultura Ibérica, ou

---

<sup>58</sup> Luís Guilherme Piva propôs a mesma afirmação em sua análise, no entanto para ele, a modernização nacional somente seria possível pela ruptura com a realidade interna nacional, caracterizada pela cordialidade e a emotividade das relações. Discordamos dessa afirmação por compreendermos que, ao mesmo tempo em que defendeu a ruptura com a tradição ibérica, Sergio Buarque, teria pregado a manutenção das permanências da cultura, ou seja, da expressão nacional. Aos olhos de Piva essa bifurcação do argumento buarquiano seria uma ambigüidade em sua obra. O autor não levou em conta que Sérgio Buarque ao se referir às raízes da tradição ibérica, como referenciamos no texto acima, apontava as bases “mal implantadas”, o desarraigamento próprio do “aventureiro”, as adaptações ao meio rural que exigiram um certo isolamento e permitiram a ampliação das relações familiares para o cenário da política nacional.



seja, o desarraigamento próprio do “aventureiro”, as adaptações ao meio rural que exigiram um certo isolamento e permitiram a ampliação das relações familiares para o cenário da política nacional. Para Sérgio Buarque, o trato privado do poder público não seria uma característica da cultura ibérica, mas uma herança de sua adaptação à realidade encontrada no Brasil. Portanto, em perspectiva próxima a de Chateaubriand, o isolamento causado pela dispersão geográfica e dificuldades propostas pelo meio teriam grande contribuição para a formação de um *habitus*<sup>59</sup> cordial e personalista, próprio da vida privada que adentraria os espaços públicos, sem a percepção de suas fronteiras.

Em contrapartida, outros fatores da cultura portuguesa, como a espontaneidade, o espírito aventureiro e o desapego aos formalismos, foram os responsáveis pelo próprio processo de colonização e de desbravamento além das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Essas características formariam as bases da originalidade da cultura brasileira e por isso deveriam ser preservadas.

Nessa dicotomia, Piva viu uma conjugação/tensão, ente o que chamou de “razão ordenadora” e “determinismo”, a qual apontou como uma ambigüidade na obra buarquiana, muito mais do que em Vianna. Dessa forma, concluiu que em *Raízes do Brasil* a fórmula básica apontada é a superação do passado para a conquista do mundo moderno “*pela aquisição de qualidades que não temos juntamente com a*

---

<sup>59</sup> Por *habitus* utilizamos a conceituação de Norbert Elias, o qual propõe: *habitus* como uma forma de sentir e agir não-reflexivas, que por meio de disciplinarização e autocondicionamento psíquico propostos pela sociedade na qual o sujeito se insere, pouco a pouco são incorporadas à estrutura da personalidade do indivíduo.

*potencialização de nossas virtudes”* (PIVA, 2000:155).

Nessa perspectiva, Luís Guilherme Piva retornou aos conceitos buarquianos e apontou essa ambigüidade como a tensão estabelecida entre o ladrilhador, aquele que traria o elemento novo, e o semeador, o que preservaria as qualidades tradicionais do passado. A pretensão de Sérgio Buarque nessa tensão seria o abasileiramento da cultura e da política nacional, o que para Piva seria uma marca da influência modernista em seu texto. Sem desconsiderar tal influência, precisamos apontar para o fato de que o autor de *Raízes* estava principalmente dialogando com duas tradições interpretativas: a ufanista e a determinista/evolucionista. Sendo assim, a exaltação ao nacional se fazia acima de tudo fundamental e ao mesmo tempo, sob uma ótica culturalista, procurou desvencilhar-se do determinismo darwinista, presente nas obras de Nina Rodrigues e Silvio Romero, entre outras.

De acordo com Piva,

o que ele faz de fato é um diagnóstico das elites contra as quais assesta sua mira. Todas as descrições, os valores, os modos, o comportamento do pretense brasileiro são facilmente identificáveis como próprio das elites rural e política que Holanda julgava atrasadas e responsáveis pelo nosso atraso político cultural e que portanto tinham que ser desalojadas (PIVA, 2000;156).

Na centralidade da crítica buarquiana as elites foram responsabilizadas, como bem apontou o autor, pelos problemas políticos-institucionais brasileiros. Essa responsabilização não se deu simplesmente pelo estatuto de elite, mas porque, na análise de Sérgio Buarque, desde os primórdios da colonização os grupos que se

estabeleceram no Brasil, fundando uma sociedade basicamente rural, ocuparam e exerceram os cargos políticos-administrativos da nação e por isso seriam os responsáveis pelas debilidades do Estado.

Mais do que estarem na mira buarquiana, as relações políticas das elites rurais explicam a extrapolação do privado e sua absorção do público, a vitória das diretrizes personalistas sobre a Constituição liberal-democrata da República. Essa elite acostumada a gerenciar sua casa, família e bens privados, levaria para a política nacional seus hábitos particulares e administraria a coisa pública apenas em proveito próprio, sem qualquer sentimento de serviço a pátria ou de compromisso com a nação, em total “desterramento”. Nesse processo emergiria o “homem cordial” individualista, avesso ao sentimento público/coletivo, sem qualquer arraigamento com a nação e dedicado a prática dos egoísmos.

Piva afirmou que assim como nas artes, também, na política, as elites eram o grande mal, no entanto, como vimos, o problema não estava nos grupos dirigentes propriamente, mas, em suas práticas. Não era simplesmente o grupo de deveria mudar, mas seu espírito, modo de ver se sentir o mundo.

Para Sérgio Buarque, a luta por interesses individuais era o câncer que impedia a boa implantação do sistema republicano no Brasil. A imaturidade desta “nacionalidade nova”, em sua visão, gerava uma falsa e ingênua imagem “estranha a todos os interesses”, ou seja, os surtos de lutas sociais e melhoria do bem estar geral divergiam

de interesses de “conquista” dos grupos dominantes. Isto ficou claro quando afirmou que a “... *experiência já tem mostrado largamente como a **pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório**, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente **estruturais na vida da sociedade**” (HOLANDA, 1973: 133 – grifo nosso). Portanto, quando os grupos defendem interesses próprios e não os da nação, não adianta trocar os detentores do poder, pois estes trocarão os interesses, mas nunca se voltarão para os problemas gerais do país. “*Na tão malsificada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional*” (HOLANDA, 1973: 137). Essa sobreposição de interesses individuais sobre os nacionais seria gerada, na visão de Sérgio Buarque, pela valorização dos fatores emocionais em detrimento dos racionais.*

Sendo assim, ele acusou a política brasileira de demagogia e afirmou: “*É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro*” (HOLANDA, 1973: 138). São estes personalismos que Sérgio Buarque chamou de valores cordiais. A cordialidade em sua visão seria contrária a qualquer tentativa de implantação do liberalismo democrático, pois “*todo o afeto entre os homens funda-se forçosamente em preferências. Amar alguém é amá-lo mais do que a outros*”(HOLANDA, 1973: 139). Como vemos, em sua visão, o Estado não poderia ter preferências, ou dedicar-se mais a

grupos determinados. No entanto, a República brasileira pautar-se-ia em uma benevolência democrática “*comparável nisto à polidez, resulta de um comportamento social que procura orientar-se pelo equilíbrio dos egoísmos*” (HOLANDA, 1973: 139). Dessa forma, Sérgio Buarque concluiu “*A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido*” (HOLANDA, 1973: 119). Na verdade, a democracia implantada no Brasil teria sido adaptada aos interesses dos detentores do poder e não para o efetivo bem da nação.

Para nós, conforme defendemos em nossa dissertação intitulada *Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, diálogos com a política e a História do Brasil*, ao contrário de Piva, entendemos como centralidade da obra buarquiana a reforma política nacional, como parte de seu pensamento político-doutrinário e não um projeto modernizador, por mais que isso implicasse na modernização institucional. Seu alvo não era a equiparação do Brasil aos países desenvolvidos, mas a implantação da democracia, por considerá-la a melhor forma de governo.

No entanto, concordamos com a afirmação de Piva de que Sérgio Buarque delegou, em sua obra, confiança às massas, apesar de considerar sua incapacidade de auto-gerência naquele momento. Por isso, considerou que era preciso uma Revolução na horizontal para extirpar os velhos hábitos personalistas e a criação de um novo projeto político-administrativo nacional, para isso, chegou a considerar a possibilidade de implantação de uma tirania temporária.

Em concordância com as afirmações, segundo Oliveira Vianna, apesar de sua crítica ter sido publicada ainda em 1922, anos antes de Sérgio Buarque ou Chateaubriand, todo esse contexto político nacional de partidarismos, personalismos, corrupção e defesa dos interesses de clãs locais resultaria do fato de que “*as instituições de ordem administrativa e política, que regem nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não amparam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade*” (VIANNA, 2005: 221). Sua análise não se prendeu ao período colonial ou do Império, pois sua afirmação de que nossas instituições administrativas nunca ampararam os cidadãos coloca sua crítica aos personalismos da política brasileira, seus partidarismos locais e corrupção em seu tempo presente. Para ele, a problemática de nossas estruturas administrativas poderia ser claramente vista na ineficiência dos aparelhos de justiça, que de acordo com os testemunhos históricos teriam atestada sua corrupção.

A partir dessa constatação e crítica, muito próximas as apresentadas por Alberto Torres, de quem foi leitor, chamou esse estado arbitrário de “mandonismo local” e “anarquia branca”, no qual a justiça e os direitos individuais das “classes” desfavorecidas seriam medidos de acordo com os gostos pessoais e não somente essas, pois afirmou “*Os homens poderosos, os que dispõem de cabedais e prestígio, estes mesmos estão sujeitos à parcialidade e à venalidade dos magistrados*” (VIANNA,

2005: 212), ou seja, todos estavam a mercê dos interesses individuais das elites que estivessem ocupando o poder.

Podemos perceber que a crítica elaborada nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand não era nova, na verdade, remontam aos intérpretes da República recém-nascida, e da mesma forma a tradição do pensamento político brasileiro. Apesar de propostas substancialmente diferentes *A organização nacional; Populações Meridionais; Terra Desumana e Raízes do Brasil* apresentam como elo a constatação e crítica ao personalismo enraizado na política nacional e que impediria o pleno exercício da democracia no país.

Portanto, o entusiasmo e aglutinamento de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand em torno da proposta aliancista em 1930 não pode nos causar estranhamento, pois sua proposta de reforma dos processos políticos vigorantes no país ia de encontro com os anseios e apontamentos de nomes que constituíram a base do pensamento político no decorrer da República Velha.

Nos anos subseqüentes, o governo Vargas conseguiu reunir desde de propostas para a centralização autoritária do poder central, como em Oliveira Vianna até, a liberal-democracia, propostas em por Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.

Dessa forma, para compreendermos o desenvolvimento do pensamento e da

crítica, à ordem vigente, elaborados por Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand em fins de 1929 até o estouro da Revolução Constitucionalista em 1932, no sub-capítulo a seguir analisaremos as interlocuções entre as propostas da Aliança Liberal, sua plataforma de governo e posicionamentos após a Revolução de 1930, frente ao pensamento de ambos os intelectuais, para após adentrarmos a categorização propriamente dita das reportagens buarquianas e chateaubrianas.

### **3.2 A Aliança Liberal, a Revolução e o pensamento buarquiano/ chateaubriano:**

Após o Estado de Sítio do governo de Arthur Bernardes e a crise do café agravada durante o quadriênio Washington Luís, as eleições presidenciais de 1930 geraram entre políticos e intelectuais um estado de esperança na possibilidade de mudanças. Entretanto, o anúncio de Júlio Prestes como candidato a sucessão presidencial acabou por exaltar os ânimos. Frente a quebra da política café-com-leite e a crise econômica em que se afundava o Brasil, Minas Gerais se uniu ao Rio Grande do Sul e a Paraíba e lançaram Getúlio Vargas como candidato da oposição. Sua proposta de governo ia justamente ao encontro dos anseios, não apenas de políticos insatisfeitos com os rumos, mas principalmente dos intelectuais, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, entre outros. Portanto, frente à vitória eleitoral de Júlio Prestes e as constantes denúncias da imprensa de fraude nas urnas, deflagrou-se a Revolução de



1930. Essa acabou por aglutinar em torno de si, vários intelectuais e homens da política nacional de diversas correntes. Isso porque, segundo Lúcia Lippi Oliveira, “*a Revolução de 1930, mesmo sem ter constituído um marco na história das idéias, foi um evento que abriu espaço para o debate de projetos políticos, permitindo que pensadores pudessem apresentar propostas capazes de se traduzirem em ação governamental*” (OLIVEIRA, 1982:15). Esse espaço levou ao cenário, referido por Lúcia Lippi, do debate político nacional nomes como, os já citados, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand.

No entanto, é preciso percebermos que diferentemente do que nos propõe essa citação e a tradição historiográfica<sup>60</sup>, as propostas desses intelectuais não foram frutos do movimento revolucionário de 1930 e sim seus geradores. Nesse sentido, em trabalho publicado na revista *Biblos* (2006) dialogamos com a análise de Antônio Cândido sobre a raiz de radicalismo das obras pós-revolução, como por exemplo *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e afirmamos:

Ele situou a obra em seu ano de publicação (1936), e por isso delega à Revolução de 1930 o caráter influenciador, como se essa obra e tantas outras somente tivessem alcançado o radicalismo de seus temas graças à transformação social brasileira iniciada por essa revolução. Ao contrário, vemos *Raízes do Brasil* como uma obra descontextualizada, pois a teoria ali apresentada não pertence a 1936 e sim a 1929-1930; ela antecede a Revolução de 1930 e não é posterior. Seu conteúdo é fruto de uma insatisfação que gerou a revolução e não vice-versa (MATOS, 2006:153).

---

<sup>60</sup> Como pode ser visto em MELLO & SOUZA, Antônio Cândido. O Significado de *Raízes do Brasil*. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1973.

Podemos perceber que outras obras anteriores a *Raízes do Brasil* já apresentavam como centro de suas discussões a crítica as instituições política nacionais, suas ineficiências, inadequações e seu personalismo, o que em parte fundamenta nossa afirmação de que a tese buarquiana não foi gerada pelo movimento de 1930, conforme demonstramos no sub-capítulo anterior, mas pelas próprias insatisfações anteriores, comuns a vários intelectuais, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Assis Chateaubriand, e por isso podem ser encontradas em seus textos jornalísticos publicados em meio ao contexto eleitoral de 1929-32.

Sendo assim, no presente sub-capítulo, temos por objetivo comparar as críticas ao personalismo político brasileiro, contidas nos textos jornalísticos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda, publicadas na imprensa, entre os anos de 1929 e 1932, de forma a percebermos como a proposta apresentada pela Aliança Liberal em fins de 1929, teria se utilizado em muito desses conjuntos de princípios e idéias defendidas por esses intelectuais.

Para compreendermos a aproximação entre o manifesto da Aliança Liberal e as críticas desses intelectuais principiaremos com a análise da propaganda de abertura da campanha eleitoral de Getúlio Vargas, publicada em 07/09/1929, no OJ:

Figura nº1:



Fonte extraída: Fotografia da autora – Arquivo Museu Hipólito José da Costa – O Jornal 07/09/29:03

Esta imagem ocupava a página central inteira do OJ e nela está apresentado o eixo da proposta de campanha à presidência de Getúlio Vargas. Na parte superior está escrito:

O que a Aliança Liberal promete concretamente ao povo brasileiro:

1. A Pacificação geral dos espíritos pela Anistia;
2. A verdade eleitoral pelo voto consciente e livre;
3. A Reforma efetiva dos processos políticos vigentes no país, a salvaguarda das questões fundamentais inerentes ao livre exercício da soberania nacional.

Estas palavras, não somente constituía a linha mestra da proposta, como também

uma crítica ao sistema político vigorante naquele momento, que mantinha o voto aberto, o que gerava uma situação de controle dos processos eleitorais por parte da elite política. Três são os princípios apresentados nessa propaganda: 1. A liberdade política e de expressão, confirmadas pela Anistia aos revolucionários; 2. Instituição do sistema democrático de governo e fim do poder oligárquico, pela implantação do voto secreto e livre; 3. Extermínio dos mecanismos personalistas na política nacional através da reforma efetiva das instituições políticas brasileiras.

Essas mesmas proposições foram amplamente desenvolvidas no Manifesto da Aliança Liberal, publicado em 21/09/1929 no OJ – página 3, referentes ao seu programa político-social: 1. A defesa das liberdades políticas e de expressão pela reforma de nosso regime eleitoral porque *“o nosso sistema eleitoral não corresponde às necessidades e aspirações do País e longe está de permitir a exata representação das opiniões políticas”*; 2. O pleno exercício da democracia pela implantação do voto secreto na prática, pois *“a única questão de fato que existe é, pois, a seguinte: há de o voto, que já é legalmente secreto, ser passível de fraude (...) se a lei institui o voto secreto e não o público, de preliminar honestidade é que o voto seja realmente sigiloso”*; 3. O fim dos personalismos políticos pela reforma institucional e pela separação entre os poderes públicos e partidários, pois no Brasil, conforme proposto pelo manifesto, ao contrário do restante das nações, é o governo que aparelha o poder partidário, o que gera *“o 'do ut des' mais perfeitamente organizado em benefício dos*

*que governam: é a oligarquia, é a doença mais grave da República*”. Esse manifesto aliancista que abriu as discussões eleitorais nos é apresentado como ponto de partida para compreender o envolvimento dos intelectuais não apenas na Revolução de 1930, como em seus próprios desdobramentos que desembocaram na deflagração da proclamação do Estado Novo. Segundo testemunho de Afonso Arinos de Melo Franco, citado por Vamireh Chacon, “*A Aliança foi a expressão de profundos recalques coletivos*” (CHACON, 1985: 111), ou seja, ela representou as insatisfações de nossos intérpretes da política nacional.

Sendo assim, se os dois primeiros pontos citados, tanto na propaganda como no manifesto, podem apresentar divergências nas propostas de nossos intérpretes do Brasil, o terceiro e último foi unânime nos textos que aqui analisaremos. Tanto, Sérgio Buarque de Holanda, que não apenas atuou como jornalista no principal órgão de imprensa da Aliança, como também trabalhou no ministério da Educação nas duas fases do governo Vargas, quanto Assis Chateaubriand, um dos principais articuladores da Aliança Liberal e da própria revolução, elaboraram em seus artigos e editoriais críticas às características personalistas da política brasileira, a qual seria a grande causa de sua ineficiência.

Nessa perspectiva, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, em fins dos anos vinte, tiveram suas produções mais diretamente vinculadas à ação política. Neste sentido, Lúcia Lippi afirmou: “*Sabemos que a maior parte dos personagens que*

*integraram a Aliança e participaram da revolução podem ser incluídos na categoria de intelectual. Suas produções, entretanto, estiveram mais diretamente vinculadas à ação política, procurando influir ou refletir sobre ela”* (OLIVEIRA, 1980:425). Nessa citação, concordamos com Lúcia Lippi, pois os dois intérpretes não se enquadram no conceito de intelectual apenas por seus escritos, mas principalmente por sua reflexão para a formação de um ideário nacionalista para a reforma das questões sócio-institucionais brasileiras, através delas procuraram influir e atuar diretamente no campo da ação política.

Sobre esse conceito de intelectual, Lúcia Lippi Oliveira no texto “Idéias fora de tempo”, apesar de considerar a maior parte dos personagens integrantes da Aliança como intelectuais, optou em sua análise excluir os nomes daqueles que tivessem atuado mais diretamente nesse campo da ação política. Por isso, afirmou: “*aparentemente portador de uma proposta de renovação, o discurso aliancista não encontra ressonância nos meios intelectuais, que desde os anos 20, vinham pensando o Brasil apresentando projetos de transformação nacional”* (OLIVEIRA, 1980:425). Nessa afirmação, Lúcia Lippi Oliveira considerou apenas dois núcleos de intelectuais, o primeiro seria composto por homens diretamente ligados a política, como João Neves da Fontoura e no segundo núcleo encontrariam-se nomes como Gilberto Freyre, Mário de Andrade, entre outros, vinculados apenas às atividades intelectuais. No entanto, precisamos considerar que a Aliança não atraiu apenas o primeiro grupo, como afirmou

a autora:

No final da década de 20, quando os políticos oposicionistas se coligaram numa aliança, para a defesa e a recuperação dos princípios liberais, o ambiente intelectual já se mostrava descrente da possibilidade de encontrar soluções para os problemas nacionais dentro dos parâmetros do liberalismo. Deste descompasso pode-se entender a ausência dos intelectuais na Revolução de 30 e sua presença em momentos posteriores, quando a perspectiva liberal é explicitamente abandonada pelo governo (OLIVEIRA, 1980:425).

Para ela o estado de desilusão dos intelectuais brasileiros os afastou do campo da ação política, o qual foi preenchido apenas por aqueles que já tinham alguma participação no governo. Através das trajetórias de nomes como Sérgio Buarque de Holanda, vemos que tal proposição não se confirma, pois, no final dos anos de 1929 e princípio de 1930, o jovem já possuía certa notoriedade entre os pensadores e literatos brasileiros e se enquadrava plenamente na categoria de intelectual, no entanto, não se escusou da ação política, através de seu trabalho como correspondente no exterior para o OJ, principal órgão da Aliança Liberal<sup>61</sup>. Da mesma forma, segundo Fernando Morais (1994), nesse momento Assis Chateaubriand não tinha participação direta nas estruturas de governo. No entanto, não apenas como jornalista, mas como articulador, foi fortemente atuante na causa aliancista. A atuação de Sérgio Buarque, apesar de seu envolvimento na Revolução Constitucionalista, estendeu-se no decorrer do governo Vargas, com sua atuação como membro da comissão do Teatro Nacional, em 1936, e, posteriormente, como diretor de divisão de consulta da Biblioteca Nacional, em 1944, cargo em comissão. Portanto, compôs os quadros do Ministério da Educação e Saúde,

---

<sup>61</sup> Apesar de não ser propriedade da Aliança Liberal, Chateaubriand colocou seus jornais à serviço da causa aliancista.

já dentro do Estado Novo, sendo que nos dois momentos fora nomeado por Gustavo Capanema.<sup>62</sup>

Chateaubriand, entretanto, desde finais de 1931, exerceu grande oposição a Vargas, diante da percepção do autoritarismo de seu governo, suas críticas a respeito analisaremos em nosso quarto capítulo, mas diante da proclamação do golpe estado novista, rendeu-se e passou a fazer apologias ao presidente e ao seu programa de governo. Dessa forma, diferentemente do proposto por Lúcia Lippi, percebemos que, não unanimemente, até porque vários não concordavam com as propostas liberais para o governo brasileiro, muitos intelectuais participaram, sim, do movimento aliancista e da Revolução de 1930.

Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand, através de suas obras e textos jornalísticos procuraram influir nos rumos políticos da nação. Acabaram por aglutinarem-se em torno da Aliança Liberal por concordarem com seu discurso “*centrado na denúncia do funcionamento do sistema político da República Velha*” (OLIVEIRA, 1980:426), conforme vimos a partir da breve análise do manifesto aliancista.

Ambos os intelectuais buscavam a transformação do sistema governamental brasileiro. Em seus artigos criticaram as estruturas personalistas e tirânicas da República brasileira e apresentaram em seus livros *Raízes do Brasil* e *Terra Desumana*

---

<sup>62</sup> Conforme portaria de 14 de setembro de 1936 e decreto-lei nº 1713, de 28 de outubro de 1939, Processo nº 61 471, de 1944.



propostas para a implantação de um governo mais justo e democrático. Sérgio Buarque defendeu mais doutrinariamente uma democracia, voltada para a educação do povo, enquanto Chateaubriand lutou mais veementemente pelas liberdades políticas e de expressão, contra a ditadura. Neste sentido concordando com Lúcia Lippi, os intelectuais da década de 1920, acreditavam que era preciso voltar às raízes, “republicanizar a República”. No entanto, não é esta a visão de ambos os intelectuais. Eles defendiam a fundação de um governo democrático e liberal, pois para os dois, a República nunca foi implantada no Brasil. Este é um dos pontos centrais de concordância entre os dois. Em suas visões não tínhamos ao que voltar, nossas raízes eram, na verdade, as principais responsáveis pelos “vícios” políticos brasileiros.

Sérgio Buarque apresentou em *Raízes do Brasil* uma proposta política nacional dentro do viés democrático, enquanto Assis Chateaubriand, centrado na liberdade de expressão, defendeu um governo forte, ancorado sob a figura de um homem capaz de personificar a nação e se sacrificar por ela, sem, no entanto, abrir mão da liberal-democracia como proposta de governo.

Em fins da década de 1920, não era a personalidade de Júlio Prestes que representava a possibilidade de realização dos anseios democráticos do historiador ou mesmo do jornalista, na verdade, era a certeza de continuidade das estruturas personalistas no governo nacional. Neste sentido, Getúlio Vargas e sua proposta Liberal para a democracia brasileira personificaram os ideais do jovem Sérgio Buarque e do

astuto Chateaubriand, que se engajaram na campanha aliancista almejando a “revolução” política no Brasil.

Para ambos era preciso a substituição da elite governante por outra capaz de pensar a nação, composta por homens imbuídos do espírito público e cívico. Desta forma, vemos suas aproximações com o movimento que combateu a candidatura de Júlio Prestes, por mais que pareçam aliados do indivíduo Vargas, na verdade estavam aliadas as causas defendidas por ele.

Frente à vitória da Revolução de 1930, esperavam a democratização do Brasil, o que de fato não ocorreu e os desdobramentos do processo foram a implantação de uma ditadura no final de 1937. Sendo assim, suas buscas pela renovação política brasileira e conseqüente decepção, explicam como ambos se tornaram, posteriormente a década de 1930, inimigos do getulismo.

Entretanto, entre o período eleitoral e a Revolução Constitucionalista mantiveram em seus textos jornalísticos uma constante crítica às estruturas personalistas da República Velha, como obstáculos para a realização das liberdades, e depositaram suas esperanças de renovação na mudança proposta por Vargas, conforme analisaremos a seguir.

### 3.3 O personalismo da política brasileira como obstáculo para a democratização do país

Conforme discutimos até aqui, a solução, para os problemas políticos-institucionais da nação, idealizada e defendida Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand era a democracia-liberal. No entanto, as molas do governo da República Velha estavam contaminadas pelos vícios do personalismo, ou seja, os favoritismos, o desinteresse com a causa nacional, os egoísmos de grupo e por fim a corrupção, como discorreram em suas críticas nos jornais, conforme passamos a apresentar a partir de agora.

No entanto, precisamos partir de uma constatação importante para compreendermos como ambos elaboraram suas críticas ao personalismo político nacional e dialogaram tão alusivamente a uma tradição do pensamento brasileiro, como já demonstramos anteriormente: O Estado para funcionar de forma ordenada e voltado à vontade coletiva depende da adesão de seus cidadãos ao que Jean-Jaques Rousseau chamou de “Contrato social”.

A vida em sociedade, dentro da noção contratualista de Rosseau, exigiria a compreensão e o respeito por um conjunto de normas, regras e padrões a serem seguidos por todos. A adesão à vida social não poderia ser feita em partes, ela seria e deveria ser plena. Todos os contratantes condicionariam a sua liberdade ao bem comum

e buscariam proceder de acordo com as “aspirações da maioria”. As molas do Estado nessa organização seriam simples e ao mesmo tempo vigorosas. O bem comum se imporia de forma evidente e dessa forma, as “sutilezas” políticas sucumbiriam.

No entanto, nesse cenário de paz, igualdade e união, o qual propôs Rousseau, inimigo dos engodos e dos pretextos particularistas, se os vínculos sociais se afrouxassem, pelo não cumprimento de suas regras, o Estado começariam a enfraquecer e,

os interesses particulares principiam a fazer-se sentir e as pequenas sociedades a influir sobre a grande, o interesse comum se altera e encontra opositores; a Humanidade não reina mais nos votos; a vontade geral deixa de ser a vontade de todos; erguem-se contradições, debates, e a melhor opinião não é aceita sem disputas (ROUSSEAU, 2002: 142).

A influência dos interesses particulares, como citado, sobre a vontade geral deixaria de ser a da maioria, instaurando, dentro do Estado, contradições e disputas que sem visar o interesse comum, apenas lutariam pelos seus próprios. Nesse cenário de falência do Estado, segundo Rousseau, a vontade geral não estaria corrompida, pois:

ela é sempre constante, inalterável e pura; mas está subordinada a outras que a subjagam. Cada qual, destacando o próprio interesse do interesse comum, percebe que os não pode dividir completamente; mas parece-lhe insignificante sua parte do mal público perto do bem exclusivo de que deseja apropriar-se. Excetuado esse bem particular, cada qual pretende o bem geral em seu próprio interesse, nisso empregando o mesmo ardor que os demais. Mesmo vendendo o seu sufrágio a peso de ouro, não extingue em si a vontade geral; engana-a. O crime que comete está em mudar o estado do problema e em responder outra coisa que não a que se lhe pergunta; de sorte que, ao invés de dizer, no concernente ao seu sufrágio, é vantajoso ao Estado, diz: é vantajoso a tal homem, a tal partido, ou a que seja aprovada esta ou aquela opinião. Assim sendo, a lei da ordem pública nas assembléias não consiste quase em manter a vontade geral, mas em fazer com que esta seja interrogada e que sempre responda (ROUSSEAU, 2002: 142).

Sendo assim, para Rousseau, a emergência dos interesses particularistas subordinaria a vontade geral instituindo um estado de exceção, no qual cada indivíduo pretenderia o bem geral em seu próprio benefício, enganando a capacidade de escolha da coletividade. Os interesses dos grupos no poder se camuflaria em vontade da maioria.

Dentro da perspectiva rousseauriana, podemos perceber que as críticas chateaubriana e buarquiana apontavam para uma crise muito mais profunda do que uma questão de desajustes político-institucionais. Para eles, a República brasileira não havia sido implantada, o Estado vivia em total isolamento, separado das realidades nacionais, como também apontado por outros intelectuais, conforme já analisamos. Eles apontaram para a inexistência de um contrato social no Brasil, que deveria ter sido “assinado” entre sociedade e Estado e nunca o foi. O povo seguia suas próprias regras, assim como o governo e ambos se desenvolviam separados por um grande abismo.

Portanto, na mesma perspectiva de Rousseau, Chateaubriand no editorial “O dever de cada um”, conclamou a nação a desenvolver ações e pensamentos em “função do bem coletivo”:

Ainda a maioria dos cidadãos, entre nós, não se compenetro de que o interesse colectivo é 'negócio' pessoal, de cada um de nós, porque se para elle não trabalharmos, a ordem social periclitará, a ordem pública será posta em cheque, a ordem hygienica viverá abalada; e assim por deante. Onde não se opera ação conjunta, da parte da maioria dos cidadãos, para preservar a prosperidade, a saúde e a ordem no meio social, este meio viverá sempre como o nosso, com os seus índices de progresso constantemente em risco (DN, 01/4/1929).

Sem esse sentimento de coletividade, como referiu Chateaubriand, o governo brasileiro se via dominado por facções personalistas em consequência da frouxidão de suas relações sociais no país. O Estado frente as estratificações dos grupos se enfraquecia, não se impunha ao poder exercido pelas oligarquias que em decorrência lutavam apenas pelos próprios interesses.

A frouxidão das relações entre Estado e sociedade, conforme referidas por Chateaubriand, em Sérgio Buarque também foram associadas ao distanciamento entre as povoações proposto pelo próprio meio geográfico brasileiro, conforme discorreu em um de seus artigos mais críticos sobre a situação da política brasileira (DSP, 19/02/1930:01), intitulado “Paraíso dos bandidos e eldorado das epidemias! Eis o que é o Brasil para a imprensa européia”, e que ainda será muito citado. Isso, porque em nossa análise esse artigo se configura frente aos demais, até pela proximidade com a data que ocorreria o pleito de março, como um manifesto de crítica e denúncia do cenário personalista e corrupto da política nacional.

Entretanto, essas discussões, apesar de não serem novas, substanciaram de forma enfática os escritos tanto de Sérgio Buarque, quanto de Assis Chateaubriand, justamente pela peculiaridade do momento histórico. A sucessão eleitoral de 1929-1930, somada a candidatura de Getúlio Vargas, parecia apontar possibilidades de mudança. Mais do que nunca, Chateaubriand, que como apresentamos em nosso primeiro capítulo, também tinha a crítica aos personalismos recorrente em seus artigos durante os anos de 1920,

intensificou sua escrita e atuação no meio político, assim como Sérgio Buarque, que da mesma forma engajou-se no movimento e apontou os vícios da República.

Naquele momento, segundo Chateaubriand, o Brasil passava pelo escancaramento desavergonhado das práticas personalistas pelo seu presidente, conforme afirmou no editorial “Uma impressão do problema da sucessão presidencial”, *“Sem nenhuma ofensa pessoal, pode dizer-se que o primeiro magistrado é o modelo do político profissional, isto é, do cidadão que tem vivido parnasianamente a política: della e para elle. Cultiva, com um esmero de ourives, a forma partidária”* (DN, 02/01929). O presidente da República, o então Washington Luís, conforme citado, parasitava na política nacional, vivia da política e ainda mais, como ourives, criador, cultivava as formas partidárias, ou seja, seu trabalho como político era centrado na reprodução do sistema personalista, da defesa dos próprios interesses e de seu grupo, ou partido. Posteriormente, a indicação de outro paulista para a sucessão presidencial foi apontada por Chateaubriand como evidência dessa disposição aos partidarismos.

As constantes políticas, do governo brasileiro, voltadas à defesa dos interesses privados também foi tema de crítica nos artigos de Sérgio Buarque, durante sua estada na Alemanha. Segundo o correspondente internacional, no artigo “O Café Brasileiro na Alemanha”, os últimos governos brasileiros empreenderam uma política de valorização do café, naquele momento principal produto de exportação nacional, que por seus excessos acabou por gerar a crise na qual o país se encontrava. Ele como observador

estaria apenas descrevendo o que a imprensa alemã veiculava, o que foi um importante recurso discursivo de legitimação de seus artigos, e portanto, restringia-se apenas a avaliar as críticas. Argumentou que apesar de seu grande instinto patriótico e ciente das campanhas pela desvalorização do café, empreendidas por nossos concorrentes, era hora de avaliar as constantes críticas a nossa política de valorização do café. Segundo Sérgio Buarque, era preciso reconhecer a inferioridade do produto nacional frente ao produzido por concorrentes latino-americanos. Também, que a política do Instituto de Defesa do Café com o intuito de proteger os interesses dos produtores exercera uma supervalorização que levou os países compradores a buscarem o produto em outros fornecedores e essa seria a causa da crise nacional.

Considerando que o café tinha como principal celeiro o Estado de São Paulo, que seus produtores eram em sua maioria pertencentes às oligarquias brasileiras e detentores de cadeiras importantes no governo, podemos perceber que a crítica buarquiana aludia ao mesmo cenário de personalismos também evidenciado por Chateaubriand. A política de valorização do produto que levou a nação inteira a uma crise profunda teria sido idealizada para beneficiar o pequeno grupo de cafeicultores, que através de seus “amigos” políticos utilizavam a máquina pública em proveito próprio.

O meio possível para a erradicação dessa prática seria a mudança dos grupos detentores do poder através de processos eleitorais democráticos e lisos. No entanto, no



Brasil isso não ocorria, segundo Chateaubriand no editorial “Se a Aliança não resistir”, os grupos ocupantes dos cargos políticos utilizavam a máquina do governo para fraudar a vontade da nação de acordo com seus interesses, como denunciou:

O presidente de S. Paulo, só por uma indignidade sem qualificativos, se poderá dizer que venceu o pleito de 1º de março. Dezesete governadores e um presidente da República semacomunaram para fraudar a vontade de uma nação. Como dispunham da máquina eleitoral nesses 17 Estados, fizeram o pleito ou a bico de pena, ou expulsando o eleitorado das urnas, mediante todos os recursos do arrocho e das ameaças. Depois reuniram-se e contaram o produto do crime (Coletânea, 13/03/1930: 63).

Conforme Chateaubriand discutiu em outro editorial, “O suborno oficial nas eleições presidenciais”, Chateaubriand, afirmou que: *“Há necessidade no Brasil de uma séria modificação dos nossos costumes políticos, no que diz respeito às campanhas eleitorais”* (DN, 01/01/1929). A mudança apontada pelo jornalista visava justamente dar fim ao sistema de “voto de cabresto”, no qual os eleitores eram obrigados ou persuadidos por seus empregadores a votarem no candidato de seu interesse, assim como, os acordos realizados *a priori* entre os políticos para elegerem determinado nome, nunca com o intuito de atender ao bem da nação, apenas as suas próprias vontades.

Em convergências, segundo Sérgio Buarque, o vício das práticas personalistas na política nacional teria seu suporte na inexistência do padrão moral liberal no Brasil, que preveria o sacrifício do indivíduo em prol da coletividade. Assim, no artigo “Quinze anos depois ...” identificou: *“o mal está bem nisto, que o conceito moral de sacrifício não tem em nossa civilização atual nenhum conteúdo. Ele é dominado por*

*uma ideologia intransigentemente egoísta, que apenas dissimula os diversos nacionalismos”* (OJ, 16/11/1930:01). A consciência democrática, em busca do aprimoramento e do bem coletivo, não se desenvolveria no país porque seria constantemente absorvida pelos interesses particulares, como relatou, que soterrariam qualquer faísca de um possível nacionalismo no Brasil.

O sistema eleitoral brasileiro nas primeiras décadas do século XX, criticado por Chateaubriand em seus editoriais nos anos de 1929-32, segundo José Murilo de Carvalho (1987), era atrofiado pela exclusão de cerca de noventa e dois por cento da população brasileira excluída do direito ao voto por não se adequarem aos padrões impostos pela República. Assim, até 1930, de acordo com Carvalho, a população era dividida conforme sua participação política, assegurada ou não pela Constituição de 1891. Essa de inspiração liberal restringiu o direito de voto a uma pequena parcela da população: homens, alfabetizados, brasileiros, maiores de 21 anos. Mais de noventa por cento da população que era analfabeta, mulheres – mesmo considerando que não lhes era proibido o voto, por tradição não votavam – estrangeiros e menores de 21 anos não tinham acesso a participação política, apesar de expressarem-se politicamente conforme as greves, os movimentos operários e comunistas bem demonstrarem isso.

Em 1910, nas eleições para sucessão presidencial, disputadas entre o Marechal Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa<sup>63</sup>, conforme analisado por Carvalho (1987), os

---

<sup>63</sup> Considerado o patrono da liberdade por Assis Chateaubriand.

votantes representavam menos de três por cento da população, destes a abstenção chegou a quarenta por cento e na capital federal somente um por cento deles foi às urnas. Isso se deu, segundo o autor, devido ao medo que o povo votante tinha das ações repressoras dos capangas a serviço dos candidatos. Essa contundente eliminação do voto, segundo o autor, se completava pela fraude, também muito criticada e denunciada por Assis Chateaubriand principalmente após o pleito de março de 1930 – quando a eleição do candidato da situação Júlio Prestes foi confirmada – por isso os votantes não confiavam no poder do voto. A democracia liberal proposta pela Constituição de 1981, era assim, apenas uma letra morta, que não se realizava, na prática prevaleciam as práticas personalistas.

No entanto, a mudança no sistema político brasileiro não dependeria, para Chateaubriand apenas de uma reforma constitucional, mas do próprio compromisso dos homens que assumiriam o poder. Para ele, como escreveu no editorial “O patriarcha”<sup>64</sup>:

Quando se attinge o posto de primeiro magistrado, o indivíduo que até elle subiu, chega esmagado por compromissos tremendos. Entre esses compromissos, nenhum é mais inexorável do que aquele que a si mesmo se deve impor o chefe supremo, antes de ser elevado a essa posição, de nunca della de prevalecer para beneficiar de modo direto pessoas da sua família (DN, 27/4/1929).

O cargo de primeiro magistrado exigiria uma resignação total, um sacrifício profundo dos seus interesses particulares, amigos e familiares em prol da coletividade, conforme discorreu no editorial. Dessa postura dependeria a ordenação do Estado e a

---

<sup>64</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. O Juíz. 13/01/1930, Coletânea, vol. 7. 1998, p. 27.

vitória do contrato social, no qual, o governo e seus governantes voltariam-se ao trabalho pelo bem público.

Na mesma direção, segundo Sérgio Buarque de Holanda no artigo “O Café Brasileiro na Alemanha”, dois Estados tratariam o governo brasileiro como propriedade privada, como se referiu à política chamada café-com-leite, mas naquele momento, estaria o presidente Washington Luís querendo fortalecer as bases de São Paulo ao indicar como seu sucessor outro candidato paulista. A consequência da ruptura com Minas Gerais na tradicional política que alternadamente elegia um paulista e outro mineiro e assim sucessivamente, foi

dezessete, dentre os 20 Estados, manifestaram-se pela nomeação de Prestes, três, apenas, entre os quais o Rio Grande do Sul, que goza de larga influência, empenharam-se pelo presidente desta última unidade da federação, Sr. Getúlio Vargas, que é uma mentalidade enérgica e bem dotada (O Jornal, 29/01/1930).

Na citação, vemos novamente a exaltação da figura de Vargas, candidato pela Aliança Liberal, que teria se levantado contra o cenário viciado pelas práticas personalistas da política brasileira. A adesão de vinte Estados à causa do governo federal não mostraria sua idoneidade, pois conforme a conclusão da citação, o candidato aliancista teria uma “mente aberta e bem dotada” - essa afirmação evidenciaria a ruptura de Vargas com os velhos hábitos partidaristas da política nacional – pelo contrário evidenciaria o círculo fechado pelas relações personalistas no governo Brasileiro.

A causa principal para essa primazia do privado sobre o público, segundo o

jornalista, não era simplesmente porque nosso governo era ocupado por grupos “oligárquicos”, ou porque nossa Constituição era fraca, muito menos porque éramos determinados pelo meio e pela raça<sup>65</sup>, o problema tinha como raiz a educação. Em “O poder da vontade”, com relato que se assemelha a um conto, descreveu uma conversa que teria tido com um inglês que conheceu em Hampton Court. O conhecido o teria perguntado “*até que ponto esperávamos, aqui, o amparo do Estado e até onde chegava o zelo da iniciativa privada pelas coisas de interesse geral*”<sup>66</sup> (DN, 10/7/1929). Considerando, conforme o segundo capítulo, que a Inglaterra era o modelo de Estado a ser seguido, liberal-democrático, percebemos no início desse diálogo a comparação traçada por Chateaubriand, de forma a evidenciar as falhas nacionais. Em sua resposta, afirmou que, ao contrário do país britânico, no Brasil, a hegemonia do privado sobre o público não era questão de sangue, mas de educação e *'portanto, como todo o homem de costumes não anglo-saxões, o nosso homem se considerava com obrigações mediocres em face da colectividade*” (DN, 10/7/1929). A cultura brasileira seria, como citou, personalista, desprovida de sentimento coletivo e portanto, a noção de público ainda precisava nos ser ensinada.

Esse excesso de individualização do homem brasileiro, apontada nesse texto por Chateaubriand, causaria um inchaço da máquina governamental, que teria “sobre os ombros tudo”, ou seja, acumularia a função de administrar e assistir a nação. Por isso,

---

<sup>65</sup> Como afirmaram Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Vianna.

<sup>66</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. Um homem civilizado. 06/01/1930, Coletânea, vol. 7. 1998, p. 21.

para ele, se algum benefício o Brasil recebeu de seus governos foi obra dos portugueses.

A comparação entre o governo sob poder português e a República, tida como brasileira, não apareceu no editorial chateaubriano como novidade. Oliveira Vianna já havia apontado para isso em seu “Populações meridionais”, na mesma direção em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque afirmou que faltava na República brasileira a ordenação e o “garbo” existentes no Império, e que ela havia retirado do Estado a harmonia e não substituíra por nada, o que causara a anarquia em que imergia a nação, o que evidencia o diálogo travado entre os intelectuais desse período.

Nesse editorial, Chateaubriand, evidenciou a falha educacional brasileira como a causa da insuficiência do espírito cívico, na conversa que travara com seu amigo inglês e, discorreu:

Senti deveras, como brasileiro, em ter que informar conscientemente ao interlocutor da insuficiência do espírito cívico da nossa terra. A culpa não é do povo, mas da educação que elle tem recebido. Até quando fui educado, a minha geração não recebia na escola noções precisas dos deveres que lhe incumbiam para com a comunidade. Fomos todos educados em bases grosseiramente egoístas, sem amor do próximo, nem de nada do que contem de puro, de abnegado, de idealista esse amor (DN, 10/07/1929).

A insuficiência do espírito cívico, de acordo com a citação, seria o problema nacional, causada fundamentalmente pela educação deficitária proferida no Brasil. O povo brasileiro não teria sentimento público, de nacionalidade e coletividade, não se sentiria ligado ao próximo e isso o levaria a planejar e lutar apenas por causas privadas.

Esse cenário conforme afirmou em outro editorial “Ariel e Caliban”, poderia ser extinto ou pelo menos atenuado através do investimento à cultura e na educação, o qual tinha como modelo o governo mineiro e seu líder Antônio Carlos.

Portanto, como vemos, o problema da política nacional, para Chateaubriand, era a falta de espírito público e de nacionalidade, que além de estimular a primazia das relações personalistas, era responsável principalmente pelo cerceamento das liberdades. Como analisado em nosso segundo capítulo, a Liberdade era o principal tema defendido por Chateaubriand e pilar de seu pensamento político. Sua própria aproximação e encanto pela liberal-democracia se pautavam nas garantias das liberdades promulgadas por esse sistema.

Na mesma perspectiva, Sérgio Buarque de Holanda também referiu no artigo “Paraíso dos bandidos e eldorado das epidemias! Eis o que é o Brasil para a imprensa européia”, a deficiência educacional vivida no país, “*o total de analfabetos é enorme e atinge ao interior daqueles Estados cerca de 100% da população. (...) e assim se sucederá ainda por vários annos no Brasil*” (DSP, 19/02/1930:01). Na sequência do artigo ainda afirmou que esses altos índices de analfabetismo no Brasil eram a causa da crise político-econômica pela qual o país passava. Para ele, apesar de tanta exaltação patriótica às belezas naturais, mote dos livros didáticos da época, como referenciou, a falta de organização para o trabalho e a pouca educação do brasileiro teriam como conseqüência as dificuldades de colocação do país no mercado internacional e a

ineficiência das instituições político-administrativas.

Do campo à cidade, para ambos os intelectuais, o *habitus* personalista dirigia as instituições nacionais. Para Chateaubriand, conforme afirmou em “Fair Play”, “*A liberdade dentro do Brasil, só deve existir para si e para os seus amigos, que della podem usar até a licença*” (DN, 18/8/1929). Nesse editorial, o jornalista apontou para o cerne de sua crítica, as relações personalistas no Estado brasileiro eram responsáveis pelo cerceamento das liberdades públicas. Os jornais para agradar aos interesses do governo não criticavam seus erros, os cargos públicos não eram conferidos aos mais capazes e sim aos amigos, as áreas de aplicação dos investimentos não eram escolhidas de acordo com as necessidades públicas, mas sim, pelos interesses privados. Dessa forma, o povo era privado de seu direito a informação e a formação de um opinião, a participação política e a melhor qualidade de vida.

Naquele momento, de intensa disputa pela sucessão presidencial, Washington Luís personificou em seus editoriais os vícios da política nacional, aos moldes anteriormente aplicados a Arthur Bernardes. Segundo Chateaubriand, o então presidente nunca fora imparcial, ao contrário, buscava sempre, que lhe interessasse, enganar a opinião pública, como se observa no editorial “A Sparta do Brasil”: “*O sr. Washington Luís jamais foi um chefe de Estado imparcial entre a politicagem e o dever civico. Toda a sua carreira é um desmentido permanente às afirmações que nesse sentido ell produz em horas de crise política, para engodar a opinião pública*” (DN,



08/11/1929). Os enganos proferidos por Washington Luís a que o jornalista se referiu, nessa citação, são as medidas de extrema coerção empreendidas contra os seus adversários de modo a impor o candidato de sua escolha.

Diante desse cenário, com a aproximação da eleição em março de 1930, Chateaubriand conclamou o exército a se posicionar contra os abusos de poder do governo. O presidente, segundo Chateaubriand, utilizava todas as suas forças para impor a nação seu candidato “doméstico”, o que fortaleceria em muito o poder de São Paulo sobre o restante da nação, pois, com dois mandatos de paulistas no governo central, os maiores investimentos iriam para o estado. No editorial, “Palavras ao exército”, exaltou a importância do papel do exército e da marinha para a segurança nacional e também expôs sua indignação pela situação de subordinação aos interesses partidários em que se encontravam essas forças. *“As classes militares urge paiem num ambiente desintoxicado dos gazes venenozos da politicagem. E tudo o que fizermos para isso, representa serviço do melhor quilate aos interesses permanentes da nacionalidade”* (Coletânea, 16/01/1930: 43). Na mesma direção, em “O Exército sem chefe”,<sup>67</sup> denunciou o general Sezefredo que após sua nomeação para ministro tornara-se um servidor fiel dos caprichos do presidente e afirmou:

No posto de ministro da Guerra, esse homem, que se pensava fosse um soldado apaixonado pela sua carreira, dominado pelo propósito de bem servir à classe a que pertence e ao País, se está revelando um servidor abominável

---

<sup>67</sup> Ver mais: CHATEAUBRIAND, Assis. O Juíz. 20/02/1930, Coletânea, vol. 7. 1998, p. 129. Também, CHATEAUBRIAND, Assis. Terra Desumana: a vocação revolucionário do presidente Arthur Bernardes. Rio de Janeiro. Editora do O Jornal, 1936, p. 82-83.

dos interesses domésticos do primeiro magistrado (Coletânea, 20/02/1930: 131).

Os meios utilizados pelo presidente, conforme a citação de Chateaubriand, para alcançar seus propósitos, corrompia os demais órgãos do Estado, como o exemplo do general que feito ministro passou a lutar apenas para manter sua posição.

Dentro dessa crítica ao sistema personalista das instituições políticas nacionais, Chateaubriand evidenciou a rede de ação do governo, que não agia apenas dentro de suas bases para alcançar seus objetivos, com trocas de favores entre os parlamentares e promessas futuras, mas também oprimia as forças de militares e a magistratura, conforme criticou em tom de denúncia no editorial “A crise da justiça”. Nesse, criticou o governo por destituir o juiz federal Alcides Junqueira, após esse ter negado um “habeas corpus” pedido por agitadores que estavam sob proteção federal: *“o juiz resistiu e não concedeu a medida estúpida, a medida imoral que lhe era reclamada pela baixa politicagem do Catete”* (Coletânea, 08/02/1930). A intervenção do Estado em assuntos da justiça era para Chateaubriand prova do não funcionamento da República.

Conforme trabalhamos em nosso segundo capítulo, o jornalista tinha como base de seu pensamento político princípios liberal-democratas, por isso entendia o judiciário como um órgão fiscalizador do governo, que exatamente por essa função deveria ser apolítico. No entanto, o presidente da República agia nomeando e destituindo os juizes do judiciário federal, que acabavam, para manter seus cargos, cedendo aos caprichos do

governo.

Sem nenhum respeito aos papéis, funções e autonomia dos poderes dentro da República, para Chateaubriand o governo brasileiro exercia o poder de forma ilegal, pois, *“um governo que não respeita a justiça não é mais governo: é uma situação revolucionária, que os amigos da ordem e da verdade constitucional têm o poder de liquidar sumariamente, como quem amputa um órgão podre que está a contaminar um organismo sã”* (Coletânea, 08/02/1930). Nessa citação, o jornalista apontou para o caráter ilegal do governo exercido, o que justificaria uma revolução para re-estabelecer a ordem nacional.

A revolução era uma alternativa para reforma e ordenação do Estado e apareceu nos editoriais do jornalista, como em “Convalescença paulista”: *“a revolução poderá vir do mais conservador e pacato Estado do Brasil, porque a ela terá coagido a imprudência facciosa do presidente da República”* (Coletânea, 14/02/1930). A revolução teria como meta exterminar os vícios personalistas que assolavam as instituições políticas nacionais, para instaurar uma profunda reforma no país.

A necessidade de uma revolução era referida a cada novo editorial, o exercício do poder de forma indiscriminada pelo presidente da República marcava bem a falta de divisão dos poderes e era a evidência da falência do sistema brasileiro. De acordo com Chateaubriand, todos os poderes atuavam a serviço apenas dos interesses particulares do presidente e não para o bem geral. Os grupos no poder eram na verdade, conforme

discorreu no editorial “O inimigo da federação”, dedicados as vindictas pessoais, se insurgiam contra tudo e todos que não fossem ao seu favor ou não lhe servissem os interesses. Ao mesmo tempo, todos almejam filiar-se ao governo de alguma forma, para ter seus interesses preservados. Nesse editorial, o jornalista acusou o governo de, na ânsia de neutralizar seus opositores, utilizar jagunços fora da lei para empreender uma campanha de terrorismo dentro dos governos estaduais.

Os bandoleiros se filiam imediatamente à causa doméstica do sr. Washington Luís e passam a consigo corresponder-se, com uma desenvoltura, tocante da qual o que se poderá perguntar é se o poder executivo federal passou a tutelar os interesses dos jagunços fora da lei, que, seguros do apoio do governo federal, pretendem por em cheque a autoridade dos governos estaduais eventualmente em oposição aos desmandos do poder central (Coletânea, 14/3/1930).

Em tom de ironia, citou uma possível filiação do governo federal a bandos de jagunços fora da lei, aludindo ao grupo do cangaceiro Lampião, considerado um problema para os governos nordestinos e que, apesar das pilhagens realizadas, chacinas e desordem, não era preso ou neutralizado pelas forças policiais.

No artigo, “Paraíso dos bandidos e eldorado das epidemias – eis o que é o Brasil para a imprensa européia”, Sérgio Buarque de Holanda afirmou que a liberdade de Lampião e seu bando se deviam sua filiação ao padre Cícero, que apoiava a candidatura de Júlio Prestes. Pelo fato do cangaceiro ser afilhado, segundo o correspondente, do padre Cícero, a política da Bahia não os prendia, *“e o mesmo se sucede em outros Estados do nordeste, salvo a Parayba, que, na pessoa de seu governador, reclama a vice-presidência pela Aliança Liberal”* (DSP, 19/02/1930). Conforme citado, o grupo

de cangaceiros e bandidos de Lampião teria o apoio e a proteção dos Estados aliados ao governo federal, e do próprio candidato a presidência da República, enquanto que o representante da Aliança Liberal combatia o grupo. É interessante notarmos, que segundo o correspondente, seu artigo era reprodução do que a imprensa alemã relatava, o que se torna intrigante para nós ao percebermos o claro maniqueísmo traçado entre as figuras dos representantes do governo federal e da oposição aliancista; o primeiro seria corrupto por sua ligação ao banditismo nordestino, enquanto o segundo honesto por sua postura de combate a atuação dos cangaceiros.

Podemos perceber que a referência à imprensa mais do que sua função de correspondente internacional, foi um substancial recurso de linguagem que validava as observações, ao mesmo tempo em que dava um tom impessoal aos textos, conforme afirmou:

Ainda aqui não farei melhor do que transcrever o que diz uma correspondência publicada em 5 de janeiro último pela “Lolonische Zeitung” acerca do Nordeste. Depois de referir ao apoio prestado pelo padre Cícero á candidatura Júlio Prestes para a presidência da República, o articulista menciona as ligações existentes entre o “rei do sertão” e o bandido lampião (DSP, 19/02/1930:01).

As ligações entre banditismo e o candidato presidencial situacionista, se configuram como denúncia a possíveis fraudes eleitorais e, além de aludirem ao “voto de cabresto” - sistema repressor e manipulador dos processos democráticos teóricamente implantados pela República, no qual o povo votante seria obrigado pela violência a votar nos candidatos da preferência dos grupos no poder – também

evidenciam o uso das práticas corruptas e personalistas pelo governo federal.

Para ambos os intelectuais, estava mais do que claro os vícios da política brasileira, marcada pelos usos da esfera pública para fins privados, conforme evidenciado por Chateaubriand no editorial intitulado “Providências necessárias”: “*As reformas nas secretarias da Câmara e no Senado só tinham um objetivo único, exclusivo: criar empregos novos para dá-los a protegidos de políticos que tinham como norma de vida não trabalhar*”(O Jornal, 20/12/1930). Nessa citação, o jornalista apontou o favoritismo empreguista como um dos pilares das instituições políticas nacionais. Em sua visão, esse era o fator de ineficiência da República que não era gerida por homens comprometidos com a causa pela qual foram eleitos e sim apenas com seus próprios interesses.

Nesse mesmo sentido, Sérgio Buarque também alertou, em artigo “Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, (OJ 26/11/1930), que no país não se fazia à vontade da maioria, mas apenas daqueles que estavam no poder, mais interessados em si mesmos. Ainda nesse artigo, o jovem jornalista afirmou que esse personalismo excludente da política nacional era fruto do abuso de poder dos nossos governantes. Esse abuso de poder sustentava-se na má educação política que desviava a realização prática de uma democracia no Brasil.

Não era nova a crítica à corrupção política brasileira, outros teóricos como Oliveira Vianna em seu “Populações Meridionais”, como referido anteriormente, já

havam indicado o problema em suas obras. Mas, com Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand essa crítica ganhou as páginas dos jornais em um momento marcante da política nacional, as eleições presidenciais de 1930.

Sérgio Buarque ao comentar o que os jornais berlinenses veiculavam sobre o Brasil em seu artigo intitulado “Diálogos das Grandezas do Brasil”, afirmou: *“Um jornal berlinense diz, por exemplo, de nossa Câmara dos Deputados que é uma espécie de Far-west. Um outro declara que nossos políticos servem-se, não raro, de bandidos perigosos para fazerem vencer as suas ambições pessoais”* (OJ, 20/02/1930). Amparado pela referência à imprensa alemã, nessa citação, Sérgio Buarque atacou diretamente o personalismo na política nacional, alertou para a inexistência de um órgão representativo do povo brasileiro, pois a Câmara dos Deputados seria apenas um Far-west, repleto de políticos empenhados apenas em realizar suas ambições pessoais.

Esse país imerso numa realidade de caos, como sugerido por Sérgio Buarque, era também na crítica de Chateaubriand, no artigo “Providências necessárias” obrigado a sustentar no governo uma “corja” de homens que *“só apareciam na repartição para receber os vencimentos, e alguns haviam, os que nem os vencimentos se davam o esforço de ir receber. Quem por eles aparecia o começo do mês, no Tesouro eram os seus procuradores”* (OJ, 20/12/1930). Mais do que favoritismo, segundo Chateaubriand, nessa citação, o governo brasileiro era um cabide de empregos para uma “corja” que nada fazia pelo país.

O personalismo apontado por ambos os jornalistas, não era apenas um câncer que corroía nosso aparato governamental, mas o próprio cerceador de nossas liberdades, responsável pelo estado de escravidão em que se encontrava o país. Em princípios de 1930, em meio ao frenesi da campanha eleitoral aliancista, Assis Chateaubriand escreveu em artigo “Orgia Pública”:

a causa da Aliança não é a causa de uma facção, - é a causa da Nação mesma. De um lado, enxergamos a cupidez de um bando: do outro a limpidez de um direito, a santidade de um princípio propugnado corajosamente, desde a primeira hora, pelo maior dos Andradas, cujo admirável pulso lutador pode congrega, em poucos meses, em torno de si todo esse irresistível movimento de opinião, de que todos os orgulhamos. (OJ, 04/02/1930).

Nessa passagem da reportagem, Chateaubriand estabeleceu o antagonismo entre a limpidez da luta da Aliança Liberal, que em nome da Nação reivindicava o direito à liberdade de escolha de seus governantes, frente ao faccioso grupo do candidato do governo federal, que, como qualquer “bando”, debatia-se pela manutenção de seus privilégios. O jornalista levantou a bandeira da Aliança Liberal como símbolo de libertação do estado de escravidão instaurado pelo personalismo enraizado em nossas instituições. Em outro artigo, “Um homem civilizado”, afirmou que o Brasil *“vinha olhando, triste e cabisbaixo, o grosseiro espetáculo de furor partidário que o presidente da República está diariamente demonstrando nesse contexto”* (OJ, 06/02/1930).

O “furor partidário” a que se referiu nessa reportagem é justamente a defesa e empenho do presidente para com a eleição de seu sucessor e conterrâneo Júlio Prestes. Para Chateaubriand, a manipulação das eleições presidenciais era uma demonstração de



abuso de poder por parte do presidente da República Washington Luís. Dessa forma, a Aliança Liberal seria a materialização de toda sua crítica àquele sistema viciado e possível instrumento de libertação e extinção dos personalismos.

Em outro texto, intitulado “A Nova Revolução”, revelou suas esperanças de renovação da política nacional, já efetivado o processo revolucionário de outubro de 1930, escreveu que estava nas mãos do empossado Presidente Getúlio Vargas a esperança da nação. Afirmou que: “*O presidente Getúlio Vargas, que acaba de redimir com a espada o Brasil da escravidão política, deseja completar sua tarefa de revolucionário, libertando-nos da ameaça da escravidão econômica e financeira que nos oprime*” (OJ, 17/12/1930). Aqui nessa passagem, o jornalista chegou a afirmar que o Brasil politicamente já estava livre, Vargas teria sido seu libertador e naquele momento faltaria apenas a libertação econômica. A realização dessa proeza só seria possível com o cumprimento da solicitação de ordem feita pelo presidente. Essa ordem a que se referiu Vargas, na visão de Chateaubriand, seria a limpeza necessária das instituições públicas nacionais de seus laços personalistas. O Brasil somente poderia ter seu curso corrigido se suas instituições funcionassem de forma ordenada a serviço da Nação e não de interesses individuais.

No entanto, alertou no editorial “Tarde Brasileira”, que não bastava à moralização do governo e sua disposição para o trabalho e ação, pois, “*o melhor governo do mundo baqueará nos seus mais patrióticos esforços se não tiver povo*

*civicamente apto a colaborar com as medidas que o poder público for, pouco a pouco, adotando em função de seu programa administrativo*” (Coletânea, 02/01/1931). Governo e nação precisavam trabalhar juntos em prol da reforma política nacional, como apontado na citação. O governo Vargas, ainda provisório em 1931, segundo Chateaubriand, precisava contar com o apoio da nação, para o sucesso de seu empreendimento moralizador das instituições nacionais.

Nessa direção, no já citado texto, “Providências necessárias”, relatou com entusiasmo que o Governo Provisório licenciara a maior parte do pessoal das secretarias e também extinguiu vários feriados. Sobre esse feito do presidente, Chateaubriand escreveu: *“Atos do Governo Provisório que merecem aplausos...”* (OJ, 20/12/1930). Seu entusiasmo se revelou por sua indicação de que esses Atos de licenciamento de pessoal e extinção de feriados mereciam “aplausos”. Esses seriam dados porque essa atitude do governo contribuiria para exterminar os personalismos de nossa política, pois segundo o jornalista, *“não se pode contestar que as secretarias das duas casas do Congresso era recrutadas entre a fina flor do filhotismo, do despotismo e da vadiagem nacionais”* (OJ, 20/12/1930). Conforme vemos, na passagem acima, era necessário na visão de Chateaubriand à retirada dessa “fina flor do filhotismo” de nosso Congresso, para que a ordem fosse instaurada e para isso foi realizada a Revolução em outubro daquele ano. Segundo o jornalista, essas medidas eram necessárias para fortalecer *“a atividade construtiva da revolução no seio da opinião pública”* (OJ, 20/12/1930).

Portanto, o primeiro passo “necessário” empreendido pelos Revolucionários foi na direção da moralização das instituições nacionais. Esse era, no pensamento chateaubriano, o pilar sustentador da possibilidade de renovação política brasileira. Segundo Edson Nunes (2003), desde a Revolução de 1930, no Brasil se iniciou um longo empreendimento pela universalização dos procedimentos administrativos no governo, leis que regulassem os empregos públicos, assim como, a criação de uma burocracia que barrasse os intentos e enraizamentos personalistas na “nova” política nacional.

No entanto, o referido apoio chateaubriano ao governo Provisório de Vargas em 1932 entrou em decadência. Como também discutido no primeiro capítulo, diante da constatação de que não era de interesse de Vargas a promulgação de nova constituição e perante os contornos autoritários de seu governo, Chateaubriand passou a criticá-lo e denunciar a continuidade das práticas personalistas pelo governo Provisório, conforme discorreu no editorial “Cinco de Julho”:

Urge submeter a uma revisão cuidadosa à política bonapartista do sr. Vargas durante o inverno de 1931. Essa política que abriu bruscamente aos jovens militares as interventorias do Norte e vários postos de responsabilidade aqui, é uma, cerca de arame farpado, com que a ditadura defende sua curta existência de que está ameaçada (DSP, 07/07/1932).

A política bonapartista apontada por Chateaubriand, evidenciaria o traço personalista e autoritário dado ao governo por Vargas. Calcado nas relações de favoritismos, como indicou o jornalista, através dos benefícios concedidos a jovens

militares, buscaria defender e fortalecer seu governo.

No entanto, a indicação dessas características bonapartistas no governo Vargas, muito mais do que criticar a continuidades dos personalismos na nova administração, denunciou a ascensão do autoritarismo de seu governo e o fortalecimento da via ditatorial assumida. Segundo Domenico Losurdo, o bonapartismo teria como característica a limitação das liberdades, o cerceamento das manifestações e organizações partidárias, a centralização e o fortalecimento da figura do presidente que se destacaria como líder acima de todos e único intérprete da nação, que somente a ela responderia. Somente esse ponto da definição do regime bonapartista já feria substancialmente o ideário liberal-democrata amplamente defendido por Assis Chateaubriand. Mais ainda, nos regimes inspirados pelo bonapartismo, o chefe do Estado, acima das classes e do conflito social, se colocaria como tutor das massas, vistas como imaturas e infantis, teria como tarefa organizá-las, disciplinarizá-las e dirigi-las de forma que possam formular sua própria vontade e verdadeiros interesses.

Mesmo concordando com esse último ponto do regime, pois, para Chateaubriand, as massas precisavam ter sua opinião formada, esse processo de direção e constituição das vontades coletivas não era tarefa do Estado e sim da imprensa, a qual fiscalizaria o governo e apresentaria os fatos à nação. A imprensa seria um poder dentro da República que atuaria para a vitória da democracia no país. Assim, o governo Vargas foi criticado nos anos de 1932 por não romper com a velha ordem personalista

instituída na República brasileira e ainda desenhar um governo de inspiração ditatorial, conforme trabalhamos no quarto capítulo.

De forma semelhante, Sérgio Buarque também indicou o personalismo como cerceador das liberdades nacionais. Isso porque um dos pilares da “democracia moderna” era o princípio da soberania popular, conforme afirmou em seu artigo intitulado “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha”, publicado em 26/03/1930. Mas como num Estado personalista, onde os interesses de poucos se sobressaíam aos demais poderia ainda respeitar a “soberania popular”? Sendo assim, a democracia brasileira, no pensamento buarquiano, era apenas fictícia, o povo não tinha liberdade de escolha, pois sua soberania não era respeitada.

Para Sérgio Buarque a Alemanha era um exemplo de Estado para o Brasil naquele momento, conforme afirmou em dois artigos, o primeiro intitulado “Através da Alemanha” de 23/08/1929, e o segundo de mesmo título, publicado em 08/11/1929, o que demonstra uma continuidade em relação ao anterior. Em ambos os artigos, o jovem jornalista indicou alguns aspectos da política alemã que poderiam valer de exemplos ao Brasil, como seu posicionamento e recuperação econômica e política anti-colonizadora, ou seja, anti-americanista. Como defensor da soberania nacional, Sérgio Buarque não via com bons olhos o processo de americanização pelo qual passava a cultura alemã e alertou os leitores para seus prejuízos se fosse amplamente aceita também no Brasil.

Como exemplo para os leitores brasileiros, o jovem jornalista em artigo

intitulado, “O Marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês”, publicado em 06/11/1929, ainda citou o texto de análise política do Marechal, então ditador na Polônia e escreveu:

julguei interessante, porém, traduzir a parte final que nos dá um elemento para julgar a personalidade de Joseph Pilsudski (...) Assim conclui o artigo do ditador: Há mundos que declinam e sóis que se erguem (...) E ao lado dos homens sérios há ainda os outros. Há aqueles que parecem nascidos para comprometer e ridicularizar com caretas de macaco e gestos de palhaço justamente o que querem conservar e o que está ameaçado de ruína” (OJ, 06/11/1929).

Nesse artigo, Sérgio Buarque entrevistou o Marechal com o objetivo de apresentá-lo ao mundo, conforme afirmou na introdução de seu texto, como um ditador que planejava devolver a democracia à Alemanha. A crítica do ditador ao parlamento polonês é voltada à permanência de certos vícios na política, que seriam levados por homens comprometidos apenas com sua ambição conservadora e egoísta. Esses, nas palavras que Sérgio Buarque julgou interessante aos leitores brasileiros, seriam homens que por suas atitudes personalistas mais se assemelhariam a macacos reprodutores de uma tradição viciada do que propriamente políticos interessados com o desenvolvimento da nação.

Como vemos, Alemanha e Polônia foram apresentadas como exemplos para esse Brasil, aonde os interesses do presidente Washington Luís, continuador de uma tradição personalista, levaram à indicação de Júlio Prestes a candidato nas eleições presidenciais e sua manipulação no processo eleitoral esmagavam a “soberania popular”. Para Sérgio Buarque, o desejo pessoal, ou melhor, o personalismo de um presidente reduzia o país a

uma autocracia e o povo brasileiro a meros escravos obedientes ao seu Senhor. O jovem jornalista na conclusão de sua reportagem ainda afirmou que “acredita” no empenho do Marechal Pilsudski no processo de democratização da Polônia, “*embora isso não evite os processos mais desajustados*” (OJ, 06/11/1929). Dessa forma, conforme a citação, vemos que para o correspondente, o personalismo político era, assim como para Chateaubriand, um dos problemas centrais que assolavam a política e as instituições brasileiras. No entanto, para ele era possível, ou até necessário, um processo ditatorial para que essas tradições viciadas fossem varridas do governo e a democracia assim implementada, o que para Chateaubriand era inconcebível, pois a ditadura era contrária a qualquer princípio de liberdade.

Diante da anterior análise das propostas da Aliança Liberal e a presente comparação entre as críticas de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda ao personalismo em nossas instituições governamentais, podemos perceber que esse era o fator fundamental dentro dos debates políticos antecessores a Revolução de 1930. Nessa perspectiva, vemos como os artigos jornalísticos de Chateaubriand e Sérgio Buarque, publicados entre 1929 e 1932, convergiram com o manifesto aliancista, o que nos permite retomar e novamente discordar da afirmação de Lúcia Lippi de que a Revolução de 30 foi geradora dos debates políticos que se desenvolveram naquela década. Como vemos, a revolução se utilizou dos princípios já correntes entre os pensadores políticos brasileiros, o que não apenas a legitimou como os levou a se

identificar com o movimento.

Como vimos, em meio ao contexto revolucionário dos anos de 1929 e 1932, demarcado pelas eleições presidenciais, as revoluções de 30 e 32, e as aspirações por mudanças, conforme já discurremos, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand apresentaram suas críticas ao sistema político vigente no país nas páginas do OJ, DN e do DSP.

Chateaubriand nesse período publicou cerca de 1053 editoriais<sup>68</sup>, conforme relatamos no segundo capítulo, no qual apresentamos nossas tabelas totais, desses 665 foram dirigidos às críticas ao governo e propostas para uma reforma política nas instituições político-administrativas da nação. Conforme analisamos nesse capítulo, suas críticas e denúncias das práticas personalistas como um dos princípios basilares dos problemas no Estado brasileiro foram mote de discussão de 261 editoriais, conforme demonstramos na tabela a seguir:

---

<sup>68</sup> Esses editoriais foram recortados dos jornais e arquivados pela redação do Diário da Noite, não sabemos se além desses outros foram escritos e não preservados. O arquivo dos Diários Associados, ou pelo menos o que sobrou dele, se encontra hoje no MASP, Museu de Arte de São Paulo.



Tabela nº3:

Temática governo nos editoriais de Assis Chateaubriand	Unidade de referência: Crítica à cordialidade, personalismos e vícios
1929	59
1930	106
1931	72
1932	24
Totais	261

As críticas constantemente debatidas foram abordadas em cerca de 40% de seus editoriais, frente a 60 % dos que referiram apenas suas propostas de reforma política ou críticas aos sistemas ditatoriais de governo, conforme analisaremos no quarto capítulo.

Em nosso trabalho de leitura, análise e categorização das temáticas tratadas nos editoriais chateaubrianos, percebemos que essa unidade de referência se sobressaiu às demais por sua centralidade no debate travado no jornal. Mesmo considerando que quantitativamente as críticas aos personalismos e vícios não foram mais abordadas que suas propostas de defesa das liberdades e implantação de um regime liberal-democrata para o Brasil, notamos que Chateaubriand tratou o problema como principal responsável pela falência da República, conforme apresentamos nesse capítulo.

As práticas personalistas seriam as principais responsáveis pelo cerceamento das liberdades públicas, corrupção do aparato administrativo do governo e principalmente pelo exercício do poder de forma autoritária pelo governo, como demonstraremos no próximo capítulo.

Nessa perspectiva, Sérgio Buarque de Holanda como correspondente do OJ e do DSP também teve como temática central de seus artigos entre o mesmo período suas denúncias e propostas reformadoras ao governo brasileiro. No entanto, apesar da crítica ao personalismo, as cordialidades e vícios ter sido o mote central de sua mais famosa obra *Raízes do Brasil*, abordou essa unidade de referência, em um total de 28, apenas em 7 dos artigos publicados nesse período, cerca de 30% do total, como apresentamos nesse capítulo. Percebemos que ele deu menor ênfase ao assunto do que Chateaubriand, entretanto, não o negligenciou, conforme demonstramos na tabela a seguir:

Tabela nº4:

Temática governo nos artigos de Sérgio Buarque de Holanda	Unidade de referência: Crítica à cordialidade, personalismos e vícios
1929 – 1932	07
Totais	07

Sendo assim, como demonstrado na tabela acima, constatamos que ambos

criticaram as práticas personalistas, não como um vício do grupo ou das elites no poder, mas como características da cultura política nacional. Suas críticas não eram isoladas, como vimos, outros intérpretes do Brasil também apontaram o personalismo como o entrave para o desenvolvimento do Estado brasileiro.

Nas palavras de Edson Nunes, essas práticas se configurariam como uma gramática seguida pelos grupos no poder. Na mesma perspectiva apontada por Sérgio Buarque e Chateaubriand, Nunes afirmou que no Brasil o personalismo, principalmente durante a República Velha, tinha impregnado as instituições nacionais.

Apesar de Edson Nunes em sua obra *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático* (2003) ter evidenciado que as práticas clientelísticas ou personalistas ainda subsistem no Brasil, e mais, que servem ao aparato burocrático da nação estabelecendo as ligações entre Estado e sociedade, para nós, apenas foi central percebermos que a cultura do *jeitinho*, como apontou o autor, foi centro de um debate extremamente profícuo entre Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand nos anos de 1929 a 1932. Também que foi mote de suas críticas e elaborações para suas propostas de reformulação do regime e das instituições políticas nacionais.

O sonhado, por Sérgio Buarque e Chateaubriand, universalismo dos procedimentos político-administrativos passava até os anos de 1930 por intensa pressão, pois, segundo Nunes, no Brasil as:

Relações pessoais e hierárquicas são cruciais para tudo, desde obter um emprego até um pedido aprovado por um órgão público; desde encontrar uma empregada doméstica até fechar um contrato com o governo; desde licenciar o automóvel até obter assistência médica apropriada. Os brasileiros enaltecem o *jeitinho* (isto é, uma acomodação privada e pessoal de suas demandas) e a autoridade pessoal como mecanismos cotidianos para regular relações sociais e relações com instituições formais (NUNES, 2003:32).

O personalismo mediava todas as relações dentro e fora do governo, conforme afirmou Nunes, e era reforçado pelo uso da autoridade pessoal. Para Nunes, a simples burocratização, ou insulamento como chamou, não foram capazes de extinguir as redes personalistas e clientelistas, que, na verdade, se estenderiam pelos partidos políticos e também nas burocracias. Ele se realizaria pelo fortalecimento e respeito à figura de determinados sujeitos, ocupantes de cargos e funções estratégicas e teria sido, segundo Nunes, uma marca da República Velha. O autoritarismo, identificado por Nunes como coronelismo, ou por Chateaubriand e Sérgio Buarque como ditadura e tirania, teria como função dentro do Estado a realização dos interesses, relações e práticas personalistas. Assim, conforme concluíram nossos intérpretes o autoritarismo desmedido em nosso governo somente seria erradicado a partir do extermínio da cultura, do pensamento e das práticas personalistas da política nacional, conforme analisamos no próximo capítulo.

**4. INTELECTUAIS NA IMPRENSA: CRÍTICAS AO AUTORITARISMO NOS ARTIGOS DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E ASSIS CHATEAUBRIAND (1929-1932)**

*De qualquer forma há países que possuem uma tradição de liberdades públicas e individuais e outros que não. Os países latino-americanos tendem para o segundo caso, o que agrava o problema.*

*Fernando Henrique Cardoso. O modelo político brasileiro. RJ: DIFEL, 1979:09.*

Durante as primeiras décadas do século XX, duas correntes do pensamento político se entrecrocaram no Brasil, uma de viés liberal e outra autoritária. A segunda, enquanto proposta de ação política, segundo Bolivar Lamounier, remontaria, sem dúvida, aos tempos do Império, mas foi na “obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, para mencionar apenas alguns de seus representantes mais notáveis, que a tradição de pensamento autoritário adquire uma configuração específica” (1977: 345). A formatação do autoritarismo brasileiro como base da estrutura estatal, durante os anos de 1930, se desenvolveu através da junção dos elementos positivistas e conservadores da linguagem organicista.

O objetivo dos teóricos autoritários, de acordo com Lamounier, era influir sobre no cenário político nacional, de forma a transformá-lo. Nessa perspectiva, na interpretação de Oliveira Vianna, era necessário um Estado forte para erradicar os males do passado, controlar o processo de mudança e preservar as qualidades que poderiam existir no país. A organização nacional estaria dependente da constituição de

um “centro coordenador”, “capaz de intrometer-se em todo o organismo brasileiro, despertando vitalidade” (BOLIVAR, 1977:361). O fortalecimento e centralização do poder teriam como alvo a organização do Estado, como proposto na citação, e assim, do aparato político-administrativo do governo. Na visão de Edson Nunes, os atores daquele cenário promoveram o “insulamento burocrático” almejando “refrear o personalismo e a patronagem em benefício de uma base mais técnica para a fixação de prioridades” (NUNES, 2003:35). Esse objetivo foi um dos maiores pontos de contato, como trataremos no final desse capítulo, entre o pensamento autoritário e o ideário nacionalista de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand.

A afirmação de um Estado forte se tornou nos anos de 1930 e 1940, a base de um ideário, que visava à organização e a construção nacional. Realmente a centralização foi implementada durante o governo Vargas, mais precisamente, no Estado Novo, com a criação dos mais diversos departamentos administrativos.

Veremos que o autoritarismo implantado durante o governo Vargas em muito se diferenciou do conceito delineado por Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand sobre as características autoritárias da República Velha. Para eles, nas primeiras décadas no século XX, apesar de serem mantidos os princípios federalistas na Constituição, com teórico “respeito” à autonomia dos Estados, efetivamente, o governo exercia um poder coercitivo e “autoritário”, em especial, durante o governo de Arthur Bernardes com o Estado de Sítio declarado por ele e Washington Luís com suas

constantes ameaças de intervenção.

O autoritarismo, para eles, era mais do que parte de um processo de centralização e burocratização do poder, ou melhor, de universalização dos procedimentos<sup>69</sup>, era a própria dinâmica da intervenção estatal nos mais diversos assuntos políticos-administrativos do país. Sendo assim, o governo brasileiro, mesmo que descentralizado, exercia, na concepção de ambos, um poder autoritário, porque atuava de forma intransigente quanto à diversidade de opinião dos demais órgãos constitutivos da nação.

Chateaubriand chamou a atenção para essa característica do governo de Washington Luís no editorial “O reino das madres”: *A abertura das preliminares da sucessão é uma iniciativa sua, do seu governo, da sua autoridade, e da qual elle não abre mão em favor de quem quer que seja*” (DN, 09/07/1929). Ao referir-se à questão da sucessão presidencial, o jornalista, criticou e denunciou o aspecto autoritário do primeiro magistrado, que ao invés de ouvir a opinião pública e dos demais Estados, optou por fazer valer a sua vontade, sobrepondo-se à toda a nação. A desconsideração do governo com as opiniões e necessidades da coletividade era consequência da priorização dos desejos pessoais em detrimento da vontade coletiva. Para Chateaubriand, ao contrário do que tradicionalmente se fazia na política brasileira, de acordo com o editorial, já citado, “O reino das madres”:

---

<sup>69</sup> Ver mais: NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento democrático*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Brasília, DF: ENAP, 2003.

Um homem público que aspira a um posto como o de supremo **mandatário** deve justamente proceder tal qual o sr. Antônio Carlos: não se arrepear do mais largo, do mais demorado, do mais inexorável debate em torno dos seus actos e da sua **personalidade**. O que o sr. Antônio Carlos está fazendo não só é de uma elegância rara, num paiz de tantas cobardias; é da mais elementar necessidade democrática (DN, 09/07/1929).

O respeito à opinião pública era em sua visão a base para a realização de uma democracia e essa um pilar para a efetivação de seu ideal de liberdade, conforme demonstramos em nosso segundo capítulo. No Brasil, ao invés, o que se fazia era valer as vontades do presidente, que as impunha por sua autoridade.

Sérgio Buarque no artigo “Quinze anos depois”, não citou o reino, mas as idéias madres, as quais, para ele, eram universais, mas perniciosas: *“a Alemanha é portadora na Europa de uma mensagem espiritual perniciosa ao que chama de idéias madres da civilização do Ocidente: a **personalidade**, a unidade, a estabilidade, a **autoridade** e a continuidade”* (OJ, 16/11/1930). Podemos perceber que entre o editorial chateaubriano e o artigo buarquiano duas idéias principais apareceram de forma central, a personalidade e a autoridade, enquanto ideários perniciosos para as políticas, sejam da Alemanha ou do Brasil.

Ainda, na mesma direção, no artigo, já citado, “o Marechal Pilsudski e os vícios do Parlamentarismo polonês”, Sérgio Buarque de Holanda discorreu sobre a ditadura do Marechal e evidenciou sua postura democrática, ao afirmar que ele era *“um estadista capaz de refletir sobre seus atos e sempre pronto a explicá-los publicamente”* (OJ, 06/11/1929:01). O que poderia parecer uma incongruência, na verdade, nos revela sua



compreensão do que seria uma ditadura. Para ele, a postura reflexiva do Marechal, que explicaria constantemente seus atos ao povo, daria ao seu governo contornos democráticos. Uma ditadura, em sua visão, seria balizada pelo exercício do poder autoritário pelo líder da nação, como ocorria no Brasil, onde o presidente simplesmente tomava as medidas de acordo com suas vontades pessoais, sem a menor preocupação em explicá-las à nação.

Na Polônia, ao contrário, apesar do presidente ter ascendido através de um golpe e não por eleições, o país estava longe de “*seguir o modelo das ditaduras*”, seu governante estaria apenas reformando as bases político-institucionais da nação, elaborando uma “*solução sofrível para a presente crise do regime democrático, remoçando-o e dando-lhe nova vida*” (OJ, 06/11/1929:01) . As atitudes autoritárias do marechal perdiam o caráter ditatorial na medida em que refletia sobre elas, apresentava-as ao povo, e mais, visavam apenas o bem coletivo e não os arrombos e caprichos do próprio governante.

Dessa forma, o autoritarismo, para ambos, somente tinha caráter negativo quando se utilizava das práticas personalistas para se auto-alimentar, objetivando apenas suprir os desejos de um grupo seletivo, sem a menor preocupação com a explicação de suas ações à nação. Ao mesmo tempo, veremos que existe no pensamento de ambos os intelectuais um autoritarismo positivo, que atuaria para a organização nacional e visaria apenas o bem coletivo, como exemplificado por Sérgio Buarque

através da figura do marechal polonês que exercia um governo autoritário, mas com vistas na democracia. Frente a isso, optamos pelo termo autoritarismo como englobante da crítica ao governo Washington Luís e a estrutura administrativa nacional e suas relações com seus ideários nacionalistas, produzida pelos intelectuais Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand, na imprensa, durante os anos de 1929-32.

Nessa direção, é importante percebermos a singularidade do momento em que Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand se dispuseram a produzir e publicar inflamadas críticas ao Estado nacional, suas características autoritárias, ineficiência administrativa e personalismo político.

Ambos escreveram fluentemente nos jornais OJ, DSP e DN, no fim dos anos de 1920, como já discorremos, período extremamente conturbado com as eleições presidenciais no Brasil. Essa década é importante lembrarmos, terminou com o golpe de Getúlio Vargas em outubro de 1930. Os meses que antecederam as eleições assistiram um verdadeiro “fogo cruzado” entre os candidatos à presidência, Getúlio Vargas e Júlio Prestes. Os humores no Brasil eram sensíveis diante das transformações políticas que estavam para acontecer.

A década de 20 não foi nada fácil para a economia brasileira e muito menos para a política. O governo de Artur Bernardes foi exercido sob Estado de Sítio, o que deixou os ânimos brasileiros muito alterados. Entretanto, ainda pairava a esperança de uma “volta por cima” da política do café, fato que na realidade não ocorreu durante o

governo de Washington Luís e muito se agravou no final de seu mandato. São Paulo não queria perder sua hegemonia econômica e ao mesmo tempo outros grupos em ascensão almejavam espaço para participação no governo. Segundo Aspásia Camargo (1983):

A luta pela hegemonia nacional encontrou, significativamente, em São Paulo, o respaldo dos setores industriais que apoiavam o situacionismo. Mas tudo indica que o continuísmo almejado pela indústria emergente excluía intenções de acentuada ou imediata modernização política, isto é, a abertura de novos canais de participação (CAMARGO, 1983:391).

A modernização nacional não era a preocupação dos paulistas, como discutiu a autora, seu foco era a intensificação dos investimentos governamentais na política do café, de maneira a estacionar a crise. Alfredo Bosi, ainda acrescentou que: *“No decorrer de 1928, ficara claro que os grupos políticos de São Paulo não pretendiam abri mão do controle direto do governo federal. O nome Júlio Prestes, antigo líder de bancada federal e presidente do Estado, surgia como candidato”* (1977:417). Com o intuito de dar continuidade a política empreendida, Washington Luís desconsiderou a tradição do acordo com Minas e não indicou Antônio Carlos, governador do Estado, para a sucessão e atendeu aos anseios de seu Estado e indicou outro paulista ao cargo de primeiro magistrado. Os descontentamentos frente à desconsideração do presidente com a tradição do acordo paulista-mineiro, segundo Derocina Campos Sosa, foi uma situação no plano federal muito particular, que somada à crise do café e a suspensão da compra do produto pelo governo, contribuíram para a formação do cenário que gerou a Revolução de 1930 (CF, SOSA, 2001:18-21). A indicação de Júlio Prestes por

Washington Luís, analisada por Sosa como o estopim da crise política nacional, foi considerada por Chateaubriand e Sérgio Buarque autoritária e ditatorial.

Nesse período, Ernest Hambloch, observou que a grande variedade de estudos sobre o país apresentava a situação econômica ou cultural como os fatores responsáveis por aquela crise nacional, como já mencionamos. No entanto, argumentou ele, “*as origens dos males do Brasil devem ser buscadas nos defeitos de seu regime*” (HAMBLOCH, 2002:11). Os intelectuais aqui estudados tinham o intento, justamente, de demonstrar que a crise do sistema governamental brasileiro, ao contrário da afirmação de Hambloch, não estava simplesmente no regime seguido e, sim, na tradição personalista da política nacional. Por isso, através de seus editoriais e artigos jornalísticos, afirmaram que nosso aparato político-administrativo era ineficiente em consequência da primazia do privado sobre o público e da institucionalização das práticas personalistas como instrumento de governo. Mais, ainda, que a trama de privilégios e dependências estabelecidas, por elas, fortaleciam o governo, que não somente se beneficiava dessas práticas, conforme analisamos no capítulo anterior, como também através delas exercia um poder autoritário, ditatorial e muitas vezes tirânico, o que demonstraremos no presente capítulo.

Eles ao contrário, como apontou Edson Nunes (2003), da maioria dos estudiosos do autoritarismo brasileiro, afirmavam que o personalismo era responsável por esse fenômeno político-cultural brasileiro e ainda criticavam o governo de Washington Luís

– teoricamente regido por uma Constituição liberal – por seus aspectos autoritários, ditatoriais e tirânicos, idéia central da discussão a seguir.

Sendo assim, analisamos no presente capítulo, como elaboraram suas críticas ao regime, entre os anos de 1929-1932 e quais atitudes e características do governo de Washington Luís eram consideradas, para eles, como autoritárias e, principalmente, aonde se encontram os pontos de contato entre os escritos de ambos.

O engajamento político de Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand aos ideais que motivaram outubro de 1930 ocorreu declaradamente ainda na metade de 1929, conforme já citamos. Em correspondência, de 17/01/1929, João Daudt d'Oliveira<sup>70</sup> relatou a Getúlio Vargas que, em conversa, Assis Chateaubriand afirmara-lhe que Antônio Carlos<sup>71</sup>, governador de Minas Gerais, um liberal convicto, havia manifestado que se oporia à candidatura Prestes, em demarcada retaliação ao governo federal. Afirmara, também, que em hipótese alguma indicaria um candidato mineiro e ainda apoiaria uma possível candidatura à sucessão presidencial de um nome do Rio Grande

---

<sup>70</sup> Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas (datilografada) datada de 17/01/1929, publicada na organização: A Revolução de 30: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982: 95-96.

<sup>71</sup> Antônio Carlos era adepto do liberalismo e defendia como princípio máximo e definitivo a não-intervenção do presidente da República na escolha de seu futuro sucessor e em questões de estrita alçada dos governos, conforme a correspondência: Carta de João Daudt d'Oliveira a Getúlio Vargas (datilografada) datada de 17/01/1929, publicada na organização: A Revolução de 30: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982: 95-96. Foi eleito presidente de Minas Gerais em março de 1926 e tomou posse em setembro. Marcou sua gestão por inovações, como a instituição do voto secreto, muito laureada por Chateaubriand, nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal, dirigida por Francisco Campos e inspirada no movimento da Escola Nova, assim como a criação da Universidade de Minas Gerais. Suas preocupações reformistas foram sintetizadas na frase "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Ver mais: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. (1. ed. 1984)]

do Sul, até mesmo se essa fosse indicada pelo próprio Catete. Segundo Sosa, diante de sua exclusão do processo de sucessão presidencial, *“Minas Gerais, apelou, assim, para o terceiro Estado que compunha o acordo político, o Rio Grande do Sul”* (2001:19). Daudt d’Oliveira, apesar de não confiar na “autoridade”, tratou de enviar toda a conversa em carta para Vargas.<sup>72</sup>

No entanto, Vargas não se encantou facilmente com a notícia, de acordo com Luciano A. Abreu, *“vemos, pelas condições impostas pelo chefe republicano, que o objetivo primacial do Rio Grande do Sul era buscar o entendimento, ou seja, não entrar em choque com nenhuma das principais forças políticas do país”* (1996:95). Com essa intenção, Vargas aguardou um possível aceno de Washington Luís para apoiá-lo como candidato do Catete nas eleições para sucessão presidencial, conforme manifestou em correspondência a João Neves da Fontoura, em 15/05/1929, *“só aceitaria se abrisse o concurso das correntes políticas dominantes. Por um acordo secreto com Minas não, nem é viável”*.<sup>73</sup> Em outra correspondência de 11/07/1929, trocada diretamente com o Washington Luís, relatou ao presidente que o Secretário do Interior de Minas Gerais havia procurado o deputado João Neves da Fontoura, líder da bancada situacionista do Estado e afirmado-lhe que Minas tinha intenção em indicar seu nome, Vargas, como candidato para sucessão presidencial. Ele, no entanto, escrevia ao presidente em sinal de lealdade e, como representante do Rio Grande do Sul, apoiaria a

<sup>72</sup> Tal afirmação se dava em grande parte pela fama de panfletário do Chateaubriand, como discorreu Fernando Moraes em Chatô: o rei do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

<sup>73</sup> Carta de Getúlio Vargas a João Neves da Fontoura sobre a inviabilidade de um acordo político com Minas Gerais, 1929. Porto Alegre (RS). (CPDOC/GV 1929.06.15/2)

postura e indicações do Catete, até mesmo se colocava à disposição ao serviço da nação. Discorreu na carta:

O deputado João Neves submeteu a proposta à decisão do sr. Borges de Medeiros. Este respondeu dizendo aceitá-la em princípio, mas com a condição de que essa candidatura fosse primeiramente submetida a V<sup>o</sup> Ex<sup>a</sup> que, disse ele, estava certo não teria motivos para recusar.

Com o intuito de receber o apoio e indicação do presidente em exercício, Vargas “praticamente” exigiu, nessa correspondência, um posicionamento de Washington Luís sobre a questão da sucessão, lembrando-o que diante da inexistência de partidos políticos nacionais, a questão era de responsabilidade sua.

Essa ausência de partidos nacionais apontada por Vargas, segundo Chateaubriand, contribuía para a centralização e o fortalecimento do poder nas mãos do presidente da República<sup>74</sup>, como criticou no editorial “O violão e a justiça”, “*elle não está alí tão somente para fazer subir ou baixar o câmbio, senão, também para policiar as consciências*” (DN, 12/04/1929). Com poder na indicação e apoio de apenas um nome para suceder-lhe, o presidente da República exercia grande poder e prestígio junto aos aliados que almejavam tal cadeira. Isso garantiria ao seu governo total hegemonia nas decisões e sustentação para seus projetos e metas.

O poder de controlar “as consciências” , como chamou Chateaubriand, seria, justamente, a interferência direta do presidente nos resultados do processo eleitoral,

---

<sup>74</sup> Lindolfo Collor em carta a Getúlio Vargas, chegou a afirmar que para evitar a desagregação da coligação da Aliança Liberal era necessário a “fundação de um partido nacional”. Ver mais, na organização: A Revolução de 30: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982: 95-96.

como criticou Lindolfo Collor em carta para Vargas, em 12/08/1929: “*prevejo que o Governo Federal não poupará meios para evitar a nossa vitória (...) é ilógico pedir-se no Brasil um pleito regular e sério; (...) a lei atual é a sistematização da fraude*”.<sup>75</sup> A Fraude, prevista por Collor, ocorria na República Velha como parte de seu estilo de governo, conforme afirmou Boris Fausto (1978), e foi amplamente criticada nas plataformas da Aliança Liberal, como analisou Lúcia Lippi de Oliveira:

A campanha da Aliança Liberal justificava-se por um discurso centrado na denúncia do funcionamento do sistema político da República Velha. A hipertrofia do poder Executivo, a fraude eleitoral e o procedimento adotado na escolha dos candidatos à sucessão presidencial eram os principais pontos de crítica dos aliancistas (1983:426).

Na sua plataforma, os aliancistas centraram suas críticas aos vícios da República Velha, como apontou Oliveira, no entanto, essas críticas não eram novas, como já demonstramos no primeiro e no terceiro capítulo. Vargas, apesar de toda a “reticência”, segundo Boris Fausto, “*por algum tempo, procurou um acordo com o presidente*” (2001: 178), e após a resposta do primeiro magistrado, sua campanha oposicionista acabou ganhando impulso. Washington Luís lembrou na carta todas as palavras de apoio conferidas a ele pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul e, ao final, concluiu:

Os outros Estados pelas situações dominantes, pelas direções partidárias, exceto a Paraíba que ainda não se manifestou, os outros directores de correntes políticas nacionais, responsáveis pelos destinos do país, e que aqui se acham, na sua quasi totalidade, portanto, sem desconhecer ou negar, os méritos de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, em inteira solidariedade com o presidente da República,

---

<sup>75</sup> Carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas (manuscrita), datada de 12/08/1929, publicada na organização: A Revolução de 330: textos e documentos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982: 183-187.



indicam e aceitam outro nome, igualmente digno, igualmente colaborador do governo actual, o sr. Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo, e para o qual não existem motivos de recusa, neste encaminhamento e coordenação que me foram reconhecidos e delegados.<sup>76</sup>

O apoio dado a Prestes e não a Vargas, apesar das esperanças do governador gaúcho, demarcaram o cenário de embates que culminou com a Revolução de 1930. No entanto, para nós, central é notarmos que, a despeito da utilização da crítica ao autoritarismo e ao personalismo do governo brasileiro pela Aliança Liberal, nos editoriais e artigos de Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque de Holanda esses temas não foram desenvolvidos apenas para atender uma exigência da postura oposicionista. Pelo contrário, ambos foram cooptados pelo projeto de reforma das instituições nacionais.

Como demonstramos em nosso primeiro capítulo, suas críticas às práticas personalistas eram presentes em seus textos desde o início da década de 20. Da mesma forma, procuramos apresentar, entre outros aspectos, no terceiro capítulo, os pontos de contato entre a plataforma da Aliança Liberal e as propostas políticas chateaubrianas e buarquianas. As críticas ao autoritarismo eram na verdade parte de seus ideários nacionalistas, nos quais defenderam o fim do autoritarismo despótico e tirânico do governo brasileiro, para poder chegar à implantação de uma democracia real no país.

Dessa maneira, compreendemos que antes de interesses econômicos, Chateaubriand tornou-se o intermediador das tramas e aproximações entre Vargas e

---

<sup>76</sup> Carta de Washington Luís a Getúlio Vargas respondendo a carta de Vargas e indicando o nome de Júlio Prestes à Presidência, 1929. Rio de Janeiro (RJ). (CPDOC/GV 1929.07.25/5).

Antônio Carlos, por ver na união dos dois grandes Estados que representavam a possibilidade de mudanças no cenário político nacional. Estabeleciam-se assim, as primeiras negociações para a formação e consolidação do futuro órgão de oposição ao governo, a Aliança Liberal.<sup>77</sup>

Entretanto, mesmo considerando que suas críticas às ineficiências do aparato político-institucional brasileiro assentavam suas raízes em discussões anteriores, vemos que seus apontamentos sobre as características autoritárias foram inovadores por perceberem que o autoritarismo não poderia ser o instrumento através do qual as práticas personalistas seriam extintas do governo, mas pelo contrário, ele era fruto das mesmas.

Nesse contexto, ambos participaram de formas diferentes do processo de formação e propaganda da Aliança Liberal, partido que apresentou a candidatura de Getúlio Vargas e que liderou a Revolução, conforme citado. Esse apoio primeiramente ocorreu com a atuação direta de Assis Chateaubriand nas negociações partidárias entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais e depois, principalmente através de seus jornais. Sérgio Buarque não teve presença entre os aliancistas, mas, sua ação se deu pelas idéias defendidas em seus artigos publicados durante o período eleitoral quando estava na Alemanha, como correspondente. Sua postura, como observador internacional, conforme já citamos, conferiu seriedade ao jornal e serviu para criticar e denegrir a

---

<sup>77</sup> A Aliança Liberal foi um órgão central para o processo expansionista da rede jornalística a que Chateaubriand sonhava em montar, até início de 1929, era proprietário de apenas um jornal e uma revista, enquanto que da campanha em 1930, já possuía mais dois jornais em São Paulo, um em Porto Alegre e um em Minas Gerais.

figura do candidato governista.

Sendo assim, podemos perceber que a aproximação tanto de Sérgio Buarque, quanto de Assis Chateaubriand ao movimento revolucionário de 1930 não ocorreu de forma oportunista ou casual, antes foi o efeito de aspiração e esperança nas potencialidades transformadoras que tal evento projetava.

Nesses anos o instrumental adotado por ambos os intelectuais foi a imprensa, que, de acordo com Maria Helena Capelato, atuaria no processo de “*intensificação das emoções (...) responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades*” (CAPELATO, 1999:168). É preciso consideramos que acima de sua atuação no campo emocional, como afirmou Capelato, a imprensa possuía nos anos de 1930 um alcance consideravelmente maior que qualquer livro. E mais importante, para o próprio Assis Chateaubriand a imprensa tinha um papel central na formação de opinião. Ao se referir à utilização dos meios de comunicação pelo governo de Hitler, afirmou:

a técnica de propaganda detém resultados até a hipnose coletiva (...). O número de heréticos se torna cada vez mais reduzido porque o esforço de sugestão coletiva é desempenhado pelas três armas poderosas de combate da técnica material de propaganda: o jornalismo, o rádio e o cinema (DN - POA, 30/04/1935).

Através da imprensa, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Chateaubriand defendeu idéias sobre Estado, democracia e liberdade, da mesma forma que criticou o governo instituído. Em seus escritos, a crítica não foi um mero reflexo dos problemas sócio-políticos daquele momento, mas uma arma para produzir efeito sobre a realidade

nacional.

Para eles o Estado seria o guardião da ordem e das liberdades, defensor dos direitos dos cidadãos e como tal deveria seguir os caminhos escolhidos pela maioria. No entanto, o Estado Brasileiro, nascido no berço do absolutismo português, desde a Proclamação da República viveu sob o “autoritarismo” (considerado negativo por eles) empregado pela sucessão de governos militares e fundamentalmente pela hegemonia do privado.

Nas palavras de Ruy Barbosa, consagrado liberal, a experiência republicana brasileira era marcada por “*de não menos de três dictaduras, todas militares, (e que) já gozaram a excellencia de nossos vinte e sete annos de existência republicana*” (BARBOSA, 1932:158). Justamente, contra essa tradição política militarizada e, referida por Ruy Barbosa, autoritária, se colocaram ambos os intelectuais, em fins dos anos de 1929.

Entretanto, o autoritarismo centralizador, com todo seu processo de organização e burocratização, somente foi empregado no governo de Getúlio Vargas no decorrer dos anos de 1930. Segundo Luciano A. Abreu (2007), tradicionalmente, o governo instituído a partir da ascensão de Vargas ao poder representou uma ruptura com a política da República Velha. Ao mesmo tempo, de acordo com Boris Fausto (2001), na prática a “era Vargas” não marcou uma oposição radical aos interesses, tanto agrários, quanto industriais (2001:187). A continuidade no governo Vargas das práticas

personalistas e do autoritarismo pela desconsideração com a opinião nacional, não passou despercebida por Chateaubriand, pelo contrário, todo o apoio conferido a sua figura, quando ainda era candidato à sucessão presidencial, se transformou em crítica diante dessa constatação. As características do autoritarismo varguista criticadas por Chateaubriand não eram a centralização ou a burocratização do aparato governamental, mas o exercício do poder acima das leis, o beneficiamento de grupos específicos, dando continuidades às práticas personalistas dos governos anteriores e a ausência de auto-reflexão das práticas e consulta popular.

A política instaurada durante a República Velha era considerada por Sérgio Buarque e Chateaubriand como tirânica e despótica. A característica da tirania se revelaria pelo não cumprimento da Constituição, marcando as ilegalidades na qual o governo agiria para impor sua vontade, e essa imposição denotaria, ao mesmo tempo, seu caráter despótico. O despotismo e a tirania deveriam, conforme defendido por ambos, ser varridos da política nacional, eram características exteriores à índole brasileira e cerceadoras das liberdades, principal sustentáculo de uma democracia, conforme passamos a analisar agora.

#### **4.1 Da proteção a Ordem: o autoritarismo e o cerceamento das liberdades individuais**

É importante lembrarmos que o cenário de discussão dos nossos autores foi

permeado pela crise econômica, à insatisfação geral e ao desfecho conturbado das eleições presidenciais, estourou a Revolução de 1930 que depôs Washington Luís, colocou Getúlio Vargas no poder e inaugurou uma nova era na política nacional. Sérgio Buarque de Holanda não presenciou o golpe de 30, porque estava na Alemanha como emissário dos Diários e Associados<sup>78</sup>, desde julho de 1929. “A revolução de 1930 vai encontrar Sérgio Buarque de Holanda em Berlim, como enviado especial dos Diários e Associados na Alemanha, Polônia e Rússia, fazia mais de um ano” (BARBOSA, 1988:44).

Sérgio Buarque foi enviado à Alemanha para analisar e registrar a situação político-social da Europa frente à nova ordem social que se constituía após a Primeira Guerra Mundial. Em artigo, já citado, “*Paraíso dos bandidos e el dourado de epidemias: eis o que é o Brasil para a imprensa européia*”, vê-se sua preocupação com a imagem do Brasil: “*a esse retrato das possibilidades econômicas do Brasil podemos juntar as informações e correspondências, freqüentes publicadas e não menos desoladoras, sobre nossa situação política*” (OJ, 19/02/1930).

Acima da análise da política alemã, o interesse tanto dos Diários Associados, quanto do jovem correspondente, era com a reflexão e alusão à situação política brasileira, como citado. A Alemanha era um importante investidor que o Brasil, frente à crise do café, perdia.

---

<sup>78</sup> O Diários e Associados nasceu em 1924 com a compra de O Jornal, jornal diário do Rio de Janeiro, por Assis Chateaubriand, mas sua rede jornalística somente recebeu esse nome a partir de 1931. Ver mais: CARNEIRO, Glauco. “Brasil, primeiro: História dos Diários Associados. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

Em seu primeiro artigo, intitulado “Através da Alemanha”, afirmou que a Alemanha era um importante exemplo para o Brasil no momento político que atravessava, sendo assim, seus comentários sobre a situação germânica nos alertam para a constante comparação com nosso país. Essa comparação não era desprovida de intenção, afinal ele fora enviado naquele momento para a Alemanha com um objetivo específico: dar substância impessoal e empírica às críticas elaboradas por Assis Chateaubriand e outras apresentadas nos Diários e Associados sobre a situação nacional.

No entanto, Sérgio Buarque não se posicionou apenas como um observador compromissado com a linha editorial do jornal, mas como um pensador político e apresentou, em grande parte, sua tese para a política nacional que desenvolveu profundamente na *magistral* obra “*Raízes do Brasil*”.

Nunca deixou de apontar o abismo cultural que separava os brasileiros dos povos germânicos, como apontou no artigo “Através da Alemanha”, publicado em 15/09/1929 e acenou, no mesmo texto, no exemplo alemão, a necessidade de bom senso dos governos em suas administrações nacionais, já citado no segundo capítulo e que tomamos a liberdade de repetir aqui: “*Em nenhum outro país, talvez, a solução dos problemas capitais depende tanto como neste da energia, da boa vontade e da sabedoria dos governos*” (OJ, 15/09/1929:01). Seu texto, mais ameno que os de Chateaubriand, não isentou o Estado brasileiro de crítica, chamou a atenção para a

necessidade de sabedoria, aludindo a ausência da mesma no governo de Washington Luís.

Nessa mesma direção, em outro artigo, homônimo, também referido no segundo capítulo dessa tese, afirmou que teve “*ocasião de declarar em outra correspondência que os esforços para o ressurgimento do país dependerão sobretudo dos seus governos*” (OJ, 08/11/1929). Novamente em alusão ao Brasil, salientou a crise vivida na política econômica nacional – a qual dependia dos esforços do governo, que sempre interviria diretamente, estimulando uma política do café ilusória, em pleno desmoronamento diante da crise. O governo naquele momento, optara por isentar-se de qualquer culpabilidade abandonando os cafeicultores a própria sorte.

Em meio a suas incursões político-antropológicas, Sérgio Buarque atentou para o fato de que o governo polonês, apesar de seu investimento e fabuloso ressurgimento econômico, tinha contra si mesmo suas características ditatoriais, as quais deveriam ser absorvidas pela renovação do governo democrático. Em outro texto, também citado no segundo capítulo que referenciamos novamente aqui para evidenciar seu pensamento, “Um país que ressurge”, afirmou através das palavras do Marechal Pilsudski, que “*a força sem a liberdade e a justiça não é se não violência e tirania*” (OJ, 16/11/1929:01). No Brasil, como alusão proposta nessa citação, não tinha mais do que uma tirania, pois o governo privava seus cidadãos de toda liberdade possível, usurpava-lhe a justiça e empregava a violência através do uso do exército, das ameaças de intervenção, censura



e repressão.

Ao analisarmos a crítica produzida por Assis Chateaubriand e Sérgio Buarque ao governo de Washington Luís, precisamos considerar que São Paulo, um dos maiores produtores de café nacional, era o Estado mais prejudicado com a crise e ao mesmo tempo, o centro dinâmico da política brasileira. Portanto, no ano pré-eleitoral, nenhum lugar como a Alemanha, parecia mais indicado para o envio de um correspondente. De acordo com Hamilton M. Monteiro, São Paulo era, desde a proclamação da República, o novo centro econômico do país e se achava, *“no direito de ter uma influência política conforme sua preponderância econômica”* (1994: 69). Essa exigência pela preponderância, referida por Monteiro, confirmava-se pela política de alternância no governo federal entre paulistas e mineiros, a qual foi quebrada pelo último governo da política café-com-leite, Washington Luís, já referido.

Lembramos mais uma vez, que a crítica, tanto de Sérgio Buarque, quanto de Assis Chateaubriand dirigira-se ao estado “autoritário”, “despótico” e “tirânico” em que vivia o Brasil. Para eles, naquele momento, a campanha eleitoral de 1929 e a sucessão presidencial apontavam uma possibilidade de transformação política para o Brasil, por isso, suas críticas tornavam-se necessárias como instrumentos para atuação no cenário político nacional. Para ambos os intelectuais, seus textos não eram reflexos desse contexto, mas, sim, armas para transformação do Brasil.

Segundo Ernest Hambloch, o sistema de Estado de Sítio empregado pelo

primeiro presidente da República tornou-se entre os governos que o sucederam comum:

A prática tornou-se perfeita. Eles tinham empregado o estado de sítio sem dúvida e hesitação – e caminharam em direção ao despotismo, com a aprovação servil do Congresso. O povo brasileiro foi compelido à aquiescência nas liberdades republicanas pelos métodos persuasivos dos majores (HAMBLOCH, 2000:50).

O Estado de Sítio, como nos diz Hambloch, foi corriqueiro entre os governos brasileiros, conseqüentemente a censura arrastada por ele também. Nesse contexto, apesar dos Estados possuírem autonomia para fazer empréstimos no exterior, a liberdade dos Estados era questionável diante da política intervencionista empregada pelo governo, causando uma situação de constante dependência, o que, na visão de Chateaubriand, fazia dos brasileiros permanentes escravos, como declarou no editorial “Branco e Pretos escravos”:

Um presidente da República quando toma as rédeas ao executivo, nos termos do seu compromisso, jura manter a forma federativa dentro do regimen que adoptamos implica obediência à autonomia dos Estados, o respeito à sua soberania interna. (...) O crime que o sr. Washington Luís quer fazer o Rio Grande expiar, sob a ameaça da intervenção á mão armada, é apenas o de ter um candidato á presidência da República que não inculcado pelo Catette (DN, 04/12/1929).

As ameaças de intervenção armada do governo federal mantinham os Estados como seus aliados. O jornalista, no editorial acima, chamou a atenção para a incongruência entre as práticas governistas e a Constituição do país, pois, enquanto a lei garantia as liberdades e o federalismo político, as práticas cerceavam a autonomia dos Estados.

Percebemos que a crítica ao intervencionismo governista era uma constante nos

editoriais chateaubrianos porque ela evidenciava a separação entre a Constituição e as práticas governistas, como podemos ver no editorial “Papéis invertidos”:

Não lhe discutiam vontades nem caprichos. Olhavam para o primeiro magistrado como uma criatura providencial, portadora dos designios mais sábios e profundos. **Ninguém ousava discuti-lo quanto mais contraria-lo.** Por obra e graça do seu programa de compressão das despesas, o sr. Washington manteve suspensos serviços inadiáveis nos Estados, como por exemplo as obras contra as seccas, e obstinava-se em não autorizar a conclusão dos serviços do porto de São Salvador, que era uma aspiração de vinte annos dos bahianos (DN, 14/08/1929 – grifo nosso).

Além de todo o jogo de amizades e favoritismos empregado pelo governo, o presidente, segundo Chateaubriand, quando toda essa rede de personalismos não era suficiente para garantir-lhe à realização de suas vontades, ainda ameaçava os Estados com a negação de investimentos essenciais. A opressão imposta por essas medidas levaria os governadores à não ousarem discutir as ordens presidenciais. Curvavam-se aos desígnios do primeiro magistrado ou ficavam sem os recursos. Tal postura garantiria ao presidente o apoio da maioria dos Estados, que constantemente lhe conferiam apoio, sem nenhum tipo de questionamento e quem ousasse fazê-lo sofria com retaliações. Para o jornalista, o uso da máquina pública para ameaçar as liberdade e os direitos dos Estados era fruto do autoritarismo (negativo) governista.

Em 1930, após o pleito e a eleição de Prestes à presidência, Chateaubriand relatou o discurso proferido por João Neves da Fontoura, líder da bancada rio-grandense, sobre as ameaças de intervenção federal feitas pelo governo à Paraíba: *“João Neves pôs a nu a má fé do governo federal no caso da Paraíba, que a resposta*

*que lhe deram os oradores do sr. Washington Luís só serviu para desmoralizar ainda mais a parcialidade do presidente da República nesse triste episódio da nossa história”* (Coletânea, 14/6/1930:400). As constantes retaliações aos Estados participantes da Aliança Liberal, segundo o jornalista, evidenciavam a postura autoritária do governo, que não admitia ser desobedecido.

A intervenção estatal apareceu nos editoriais chateaubrianos como um instrumento de coerção utilizado pelo governo para impor sobre os Estados sua vontade. Em “Breves comentários”, argumentou que o governo estaria anunciando, através da imprensa governista, *“conspirações e revoluções em todos os recantos do Brasil”*(Coletânea, 19/02/1930:127), o que causaria em nível internacional uma insegurança referente ao crédito do país.

Entretanto, essas denúncias de conspirações, seriam, segundo o jornalista, apenas *“conspiratas forjadas pela imaginação do governo federal para justificar medidas compressoras contra os Estados da Aliança, nas vésperas do pleito de 1º de março”* (Coletânea, 19/02/1930:127). Através de cortes no crédito nacional e internacional, o governo estaria oprimindo os Estados que teriam se declarado a favor da campanha oposicionista, principalmente o Estado de Minas Gerais, considerado o líder aliancista, conforme discorreu: *“e o presidente da República não tem o menor pudor em mandar espalhar esses aleives, que tanto prejudicam o País no exterior, apenas porque eles servem ao seu jogo na campanha presidencial”* (Coletânea,

19/02/1930:127). E não somente por vias financeiras, o governo estaria cogitando outras retaliações, como uma possível intervenção em Minas, como relatou:

Veio, sábado, ao Rio o sr. Carvalho de Britto, que maneja os recursos do Banco do Brasil em Minas para impor aos mineiros a candidatura Prestes. O sr. Carvalho de Britto é o chefe de um bando, que explora o Tesouro Federal no serviço de um nome repugnado por Minas. Foi o sr. Britto que, em uma crise de inconsciência anunciou há trinta dias a intervenção federal no grande Estado central (Coletânea, 19/02/1930:127).

Minas Gerais não chegou a sofrer com a intervenção federal, no entanto, a simples ameaça demonstrava, na visão do jornalista, o autoritarismo do governo, que não hesitava em dispor das forças do exército nacional e da máquina pública para alcançar e defender seus próprios interesses.

Mais do que isso, vemos que a crítica ao abuso de poder do governo brasileiro, antes de atingir o presidente, transcendia o caráter pessoal e adentrava os espaços de seu pensamento político, feria o terceiro fundamento de seu conceito de liberdade, como trabalhamos no segundo capítulo e aqui reproduzimos: “liberdade é dependente da criação de mecanismos cerceadores dos excessos de autoridade do governo”. O governo não era impedido de extrapolar seus domínios e funções, ameaçando os Estados com retaliações e possíveis intervenções, porque não existiria no Brasil nenhum mecanismo de coerção a esses abusos. Tal crítica se transfigura na **primeira** característica de seu conceito de autoritarismo, ao mesmo em tempo que nos apresenta um diálogo com sua proposta liberal-democrata, que também seria o **primeiro** ponto da crítica buarquiana ao autoritarismo. Para ambos, o problema do autoritarismo em qualquer sistema de

governo são seus excessos de abuso do poder, a intolerância e o desrespeito com os direitos individuais.

Escrevendo em consideravelmente menor quantidade em comparação a Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque publicou<sup>79</sup>, como já citamos, apenas 28 artigos entre 1929 e 1932, sobre o cenário político brasileiro e internacional. O que nos leva muitas vezes a passar várias vezes pelo mesmo texto, no entanto, é central notarmos, que indiferentemente da quantidade, em nossa análise qualitativa percebemos que os temas tratados por ele nesse período possuíam inúmeros pontos de contato com os discutidos nos editoriais chateaubrianos, como procuramos demonstrar até aqui.

Sérgio Buarque seguiu para a Alemanha, como já discorremos, com a missão de observar o contexto político internacional na região germânica até sua planejada ida para a Rússia, o que não veio a acontecer, pois foi impedido de entrar no país soviético. No entanto, utilizou o cenário desses países para, de forma comparada, criticar a política brasileira, como vemos em “Comunismo e a Atualidade Européia”, no qual afirmou que iria *“conversar sobre esse relevante problema com alguns representantes mais consideráveis da facção política”* (OJ, 03/11/1929:01). O problema a que se

---

<sup>79</sup> Conforme já explicitamos no segundo capítulo o menor número de artigos publicados por Sérgio Buarque entre 1929 e 1932 se explica pelo fato de ser ele um correspondente internacional e não um jornalista com coluna fixa, enquanto que Chateaubriand como proprietário dos jornais escrevia diariamente os editoriais dos mesmos. Ao mesmo tempo, vemos que os artigos buarquianos ganharam destaque de primeira página justamente pela importância de conteúdos para os ideais defendidos por Chateaubriand e pelo estilo sério de seus escritos, o que dava um caráter “científico”, ou seja, de veracidade ao próprio jornal. Apesar dessa diferença quantitativa entre os escritos dos dois intelectuais, para nós foi central percebemos a similaridade entre os temas tratados e proporcionalmente a concentração nas mesmas unidades de referência como apresentamos nas tabelas resumidas do segundo capítulo, ou, nas tabelas completas em anexo.

referia não era o comunismo, mas a ditadura imposta por ele. Para discutir o assunto entrevistou Henri Guilbeaux, ao qual tece inúmeros elogios, validando a seriedade da imagem do entrevistado e chegou a afirmar que “*o retrato sedutor que esses testemunhos me haviam apresentado não se dissipou para mim ao contato do homem*” (OJ, 03/11/1929:01).

Esse relatou a crise vivida na Rússia após a “*política exagerada*” de Trotski e seu exílio, considerado por ele o espírito da Revolução, e os novos rumos da ditadura do proletariado, como chamou o próprio Sérgio Buarque. Entre os assuntos tratados por Guilbeaux, o correspondente achou oportuno citar sua crítica ao sistema soviético que era um problema por seu

absoluto desconhecimento do que ocorre nas várias seções estrangeiras. O fato é que esses partidos andam roídos por um detestável burocratismo e, por outro lado, em um contraste paradoxal, levam a ideologia revolucionária a um extremo que os maiores revolucionários russos jamais imaginaram (OJ, 3/11/1929:01).

Algumas características da política russa, citadas, revelam o centro de sua crítica, como: a separação estado X nação devido ao desconhecimento do governo com o que se passa nas relações internacionais; os partidos imersos no burocratismo e a ideologia revolucionária, ou seja, a exaltação dos ideais acima das necessidades e até mesmo das realidades. Vemos que a crítica também nos reporta ao cenário brasileiro, pois, o centro de discussão de vários intelectuais, como demonstrado no primeiro capítulo, era a separação entre o governo e as realidades do país.

Ainda mesma análise, Sérgio Buarque destacou nas palavras de Guilbeaux sua decepção com os rumos da revolução, que de maneira ditatorial, banira os antigos militantes dos congressos iniciais da Revolução, e afirmou: *“nenhum dos militantes russos que participaram nos congressos iniciais da Revolução acha-se nas boas graças do atual governo dos soviets”* (OJ, 03/11/1929:01). A situação de perseguição e retaliações frente aos discordantes do regime, como em outro trecho do texto que relatou o exílio imposto a Trotski, considerado por ele um dos grandes homens da revolução, logo nos reportou ao cenário brasileiro, no qual o governo perseguia insistentemente com todo o tipo de ameaças aos opositores de sua política, conforme denunciado por Chateaubriand no editorial citado anteriormente. Sérgio Buarque ainda concluiu os relatos de Guilbeaux, afirmando que *“por mais consideráveis que sejam as justificativas dos responsáveis por esse estado de coisas, é de qualquer modo um fato sintomático e que não pode ser desprezado para os que esperam conhecer com detalhes o que ocorre no ex-império dos czares”* (OJ, 03/11/1929:01). O Brasil, assim como a Rússia, também era um ex-império, e mais interessante é notarmos que o correspondente salientou que o relato das perseguições da ditadura eram importantes para que os leitores tivessem noção do que realmente se passava no país dos soviets. Da mesma forma, as denúncias das retaliações e ameaças impostas pelo governo brasileiro também esclareciam o cenário político em meio às campanhas para sucessão presidencial.



Conforme analisado, a crítica buarquiana à ditadura soviética não apenas é alusiva ao cenário político brasileiro, mas, principalmente dialoga diretamente com sua definição de liberdade, pois, para ele, as liberdades dependem da relação dentro de um Estado que não substancie suas práticas na violência e que ao mesmo tempo volte-se às realidades nacionais, buscando atendê-las sempre que possível, como demonstramos em nosso segundo capítulo.

Além desses recursos, segundo Chateaubriand, o governo brasileiro teria ainda arregimentado outro mecanismo para impor sua autoridade; a escolha de seu candidato à sucessão presidencial, como tratou no editorial, “O homem que já vendeu mais bondes a Minas”:

O meu amigo Carvalho de Britto era um dos partidários entusiastas do liberalismo do governo de Antônio Carlos. E nem poderíamos admitir o contrário, tratando-se de um homem que foi um dos baluartes do civilismo dentro de Minas. O movimento chefiado pelo senador Ruy Barbosa em nada difere do que hoje tem por supremo guia e inspiração o presidente Antônio Carlos. Em um como noutro trata-se de reagir contra candidaturas impostas pela força à nação: trata-se de reagir contra usurpações da soberania popular (...) A candidatura Prestes é uma imposição do Cattete (DN, 30/8/1929).

A imagem de Ruy Barbosa<sup>80</sup> constantemente exaltada nos escritos

---

<sup>80</sup> Ruy Barbosa de Oliveira nasceu em [Salvador a 5 de novembro de 1849](#) e faleceu em [Petrópolis, 1 de março de 1923](#). Foi um [jurista](#), [político](#), [diplomata](#), [escritor](#), [filólogo](#), [tradutor](#) e [orador brasileiro](#). Marcou sua trajetória política como representante do liberalismo no Brasil e um dos participantes e maior inspiração na escrita da primeira Constituição republicana de 1891. Ver mais: PIRES, Homero. Apresentação. IN: BARBOSA, Ruy. Teoria política. Vol. XXXVI. Rio de Janeiro: W. M. Jackson INC. Editores, 1952. Nessa obra a frase de abertura é “A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis” (1952:03). Ainda complementou tal ideia com a afirmação: “Na convivência dos mestres ingleses aprendi a não ter preferências abstratas em matéria de formas de governo, a ver que as Monarquias nominais podem ser de fato as melhores Repúblicas, e que, na realidade, as Repúblicas aparentes são muitas vezes as piores tiranias” (1952:46). Em seu pensamento não era o tipo de governo que regia a nação que garantiria as liberdade individuais, políticas e civis, e sim a política implementada dentro do sistema e por seus governantes. O liberalismo seria, para ele, dentro de qualquer tipo de governo, a política capaz de assegurar aos seus cidadãos os direitos as liberdades.

chateaubrianos como grande liberal e defensor da democracia no Brasil, nesse editorial contrapôs a referência à figura de Prestes, candidato que teria sido imposto pela presidência. A alusão nesse relato é dirigida às eleições disputadas entre o Marechal Hermes e Ruy Barbosa, que não ocorreram por que o segundo abriu mão para Afonso Pena. A campanha do candidato liberal teria marcado por seu movimento civilista, do qual Carvalho Brito seria um entusiasta e naquele momento Antônio Carlos a melhor representação.

O antagonismo travado entre a imagem liberal do governador mineiro e a figura despótica do candidato governista, ficou clara nesse editorial. Enquanto o líder da Aliança Liberal, Antônio Carlos, era adepto da democracia e reagia contra os arbítrios do governo, Júlio Prestes representava o autoritarismo do presidente da República e a imposição de seus caprichos. No entanto, mais que influência, muito marcante, de Ruy Barbosa no pensamento chateaubriano, devemos perceber que a centralidade desse editorial era a crítica à intervenção do Presidente da República nos assuntos da sucessão presidencial. Além de evidenciar o autoritarismo do governo, demarcou a ausência no país dos direitos às liberdades de expressão política e de opinião, que podemos definir como **segunda** característica de sua definição do autoritarismo brasileiro, pois quem decidiria pela nação o nome de seu futuro governante seria sempre aquele que estivesse do poder.

A presidência se configuraria apenas como um cargo no qual os grupos

dominantes estariam constantemente se alternando na chefia da nação, enquanto o povo, referenciando famosa frase de Aristides Lobo, assistia a tudo bestializado, conforme argumentou no editorial “A reação popular”:

O sr. Washington Luís transformou os telégrafos, o inglês como o nacional, em arma de cabala partidária. O governo federal fecha, em momentos como este, as comunicações telegráficas de seus adversários e monopoliza os cabos aéreos e submarinos como propriedade sua (...) Nessas condições, como confiar-se na palavra oficial, no que mandam dizer ao Catete os governadores vassallos, a cerca do resultado das eleições ontem travadas, se não temos ainda elementos de controle das cifras que o Ministério da Justiça se apressa em divulgar por conta dos presidentes dos Estados caudatários do candidato reacionário? (Coletânea, 03/3/1930:165).

Para o jornalista, o domínio e a manipulação dos meios de comunicação pela presidência da República seria causa e efeito de seu autoritarismo, da mesma forma que inviabilizaria a realização de qualquer pleito dentro dos princípios democráticos. Conforme concluiu em sua argumentação, a nação não teria garantias de lisura dos processos, uma vez que os telégrafos, principal meio de comunicação naquele momento, eram tratados pelo governo como propriedade pessoal.

Dez dias após o pleito de 1930, no editorial “A eleição presidencial em Minas”, Chateaubriand, que previa as possibilidades de fraude desde o início da campanha, como deixara claro em suas denúncias de manipulação dos processos eleitorais, acusou o governo de usar o suborno como um elemento a mais de manipulação do pleito:

Todas as armas foram mobilizadas pelo governo federal a fim de esmagar os elementos liberais de Minas, mas em nenhuma os elementos do pretismo depositaram maior confiança quanto ao suborno. Aliás, certos chefes perrepistas alimentaram uma convicção cego no poder do dinheiro como instrumento sucetível de obter em política resultados que muitas vezes nem o

terror nem o apetite das posições consegue alcançar (Coletânea, 13/3/1930:178).

Além das práticas personalistas, primeiro recurso do governo para impor sua autoridade, como a distribuição de cargos públicos, promoções, nomeações aos ministérios, o governo ainda teria hábitos tirânicos e despóticos, exemplificados, pelo jornalista, nas citações das ameaças de intervenção, negação dos investimentos estatais, retaliação do crédito, e, como último recurso, mas certo, do suborno. No passar dos dias, a fraude, após o final do pleito e a declaração da vitória de Prestes, continuou constantemente denunciada, conforme afirmou no editorial “As razões do sr. Borges de Medeiros”: *“O pleito de agora se caracteriza por uma série de fraudes, de suborno, de corrupção, e arbitrariedades, como jamais se viu nada igual em nossa história”* (Coletânea, 25/03/1930:214).

Nessa crítica, vemos dois princípios de seu conceito de liberdade profundamente atingidos: o direito a liberdade de escolha dos governantes, que se apresenta intrinsecamente ligado ao direito a não-intervenção do Estado, seja do presidente ou dos governadores, nas questões da sucessão presidencial, como analisamos no segundo capítulo. Na mesma direção, para Sérgio Buarque, a liberdade seria viver sem imposições excessivas, conforme apresentou no artigo, já citado, “Através da Alemanha”, (OJ, 23/8/1929:04), e que analisamos também no capítulo referido.

Em outro artigo de mesmo título, Sérgio Buarque argumentou que na Alemanha, um exemplo para o Brasil, em anos passados o governo não precisava se esforçar muito

para dirigir a nação. Suas fórmulas eram simples e precisas, no entanto, após os desajustes causados pela Primeira Guerra, *“todo o esforço dos governos que sucederam a Grande Guerra orienta-se pelo desejo de retomar essa posição”* (OJ, 08/11/1929:01). O Estado alemão estaria disposto a qualquer coisa para retomar a estabilidade e poder do passado. Ao mesmo tempo, seus partidos também não queriam perder espaços conquistados e *“ainda se disputam sem tréguas o privilégio de afirmar com argumentos ruidosos o verdadeiro caminho para a salvação do país”* (OJ, 08/11/1929:01). Sem soluções realmente compromissadas com as necessidades e realidades do povo alemão, a única preocupação desses partidos era com a preservação de suas posições.

Esse cenário, quando consideramos que, conforme já citado nos capítulos anteriores, as críticas à Alemanha eram alusivas ao Brasil, os partidos brasileiros também se debatiam entre as vontades de seus grupos e as do presidente, para garantir suas posições, sem qualquer preocupação com as necessidades da nação. Centravam-se apenas em exibir *“os títulos mais respeitáveis, quando não apenas os mais pomposos, para justificar seus princípios e seus conselhos”* (OJ, 08/11/1929:01). Sempre ancorados sobre promessas universais, desconectadas das realidades, os partidos buscariam preservar posições junto à população, como discorreu o correspondente.

A Alemanha, apesar de não ser uma ditadura aos moldes soviéticos, também possuía uma Constituição aos moldes liberais como a brasileira e da mesma forma um

governo centralizado, que em sua luta por manter posições e implantar uma política de estabilidade acabava tomando medidas autoritárias. Seu ressurgimento, assim como o da Polônia, após a Grande Guerra, segundo Sérgio Buarque, deveria servir de modelo para o povo brasileiro, pois nação e Estado se uniam para superar as vicissitudes de sua política.

Assim, o personalismo atuaria diretamente na própria separação entre o Estado e a nação. Como discorreu no artigo “Quinze anos depois”, o maior entrave para o desenvolvimento das nações era a ação dos partidos. Isso, porque *“eles seguem exclusivamente as paixões de cada instante* (OJ, 16/11/1930). Guiados pelos próprios interesses, como referiu na citação, os partidos políticos não serviam a nação e se transfiguravam nos verdadeiros artífices do personalismo. Essa ação tornaria inviável qualquer movimento do governo na direção de aproximar as necessidades nacionais dos projetos do Estado: *“e assim, torna-se absolutamente vão um trabalho de aproximação em qualquer sentido, seja como ato político, seja como forma artística, seja como sacrifício humano”* (OJ, 16/11/1930). O sacrifício dos líderes em prol da coletividade estava no centro do ideário nacionalista buarquiano.

Para Sérgio Buarque, um líder precisava se despir dos próprios desejos e interesses em benefício da nação, pois *“o mal está bem nisto, que o conceito moral de sacrifício não tem em nossa civilização atual nenhum conteúdo”* (OJ, 16/11/1930). De modo genérico, Sérgio Buarque atacou o centro de sua crítica ao autoritarismo exercido

pelo governo brasileiro, que desconsideraria a missão de sacrificar-se pelo país e priorizaria apenas o próprio benefício. Ele ainda conclui que esse mal seria “*dominado por uma ideologia intransigente egoísta, que apenas dissimula os diversos nacionalismos*” (OJ, 16/11/1930). O nacionalismo em sua visão não se formaria numa nação guiada pelas práticas personalistas, pois, o nacionalismo é a própria moral voltada ao bem coletivo, é identificação entre as pessoas de mesma nacionalidade. Quando essas estão centradas demais em si mesmas não se sacrificam pelas necessidades gerais e, dessa forma, deturpam qualquer sentimento nacionalista que poderia vir a nascer. Por isso, em todo o seu conceito de liberdade, a noção de sacrifício se projeta. Como apontamos no segundo capítulo, ser livre era viver dentro de um Estado voltado às necessidades públicas, postura que dependeria do extermínio da cultura personalista da política nacional e portanto, do sacrifício dos interesses particulares em benefício dos públicos.

Logo, para ambos, a permanente política instaurada pela República de favoritismo e personalismos, não apenas conferia ao primeiro magistrado um poder autoritário, como retirava da nação os direitos mais básicos às liberdades. O personalismo político, para eles, era uma característica do poder autoritário, que se valia dessas relações para fortalecer-se e centralizar o poder em suas mãos. Essa é em Sérgio Buarque a **segunda** característica do autoritarismo: o personalismo como instrumento de poder. A mesma está ligada a outras duas características definidoras do

autoritarismo: a primazia do privado sobre o público e a separação entre Estado e nação, ambas conseqüências do personalismo na política governamental. Apesar de suas definições possuírem um tom suave, ou “fraco”, enquanto que a crítica chateaubriana era muito “forte” e direta, as duas se ligavam por apontarem o autoritarismo dos governos como um entrave para a realização da plena democracia, como apontamos no segundo capítulo.

Na mesma direção, segundo Chateaubriand, nesse cenário autoritário, era preciso a conscientização de todos, como defendeu no editorial “Um nova deflação”, que a nação não precisava ser “*governada pela áspera vontade dos que se encontram no poder*” (DN, 24/04/1929). Considerando que o presidente, como continuou, seguia as políticas de seus antecessores, de forma reacionária e antiliberal, sacrificando a nação e seus representantes legitimamente eleitos, mais do que nunca, em sua visão, era necessário um movimento de repúdio ao governo, tarefa pela qual se apresentava a Aliança Liberal e seu candidato.

A evidenciação do caráter antiliberal do governo e de suas atitudes, demarcando sua vinculação com todo o passado da República instaurada, novamente, exaltava a necessidade e a urgência de uma reforma política profunda e basilar no país. Conforme analisamos em nosso terceiro capítulo, vemos que a reforma das instituições politico-administrativas da nação foi uma das primeiras promessas da plataforma aliancista, o que nos remete outra vez a centralidade da participação chateaubriana no seio do



movimento liberal. Nessa perspectiva, Vargas foi apresentado no editorial “Um homem civilizado”, como um representante do liberalismo inglês no Brasil e, por isso, o único capaz de por abaixo os autoritarismos governistas:

O despotismo pueril do governo federal encontrou por fim, um homem decidido a dele sorrir. O sr. Getúlio Vargas, que tem a força da opinião por si, e a consciência tranqüila da vitória, está fazendo aqui no Rio uma semana inglesa cheia de atos de cortesia e de urbanidade, que mostram quanto a educação do candidato liberal está pondo em evidência a inferioridade da cultura e insuficiência de espírito dos seus adversários (Coletânea, 06/01/1929:22).

O governo federal, segundo o jornalista, elaboraria o cerceamento da liberdade de expressão política, através de ameaças de intervenção, que o fariam acreditar que era capaz de dominar o processo eleitoral e impor sua vontade. Nessa situação o primeiro magistrado, mais do que um governo autoritário, manifestara uma tentativa de dominação despótica sobre as liberdades coletivas, dentro de um Estado que se intitulava democrático, como denunciou no editorial “Um governo que não respeita a honra dos seus cidadãos”. Nesse, relatou as demissões empreendidas por Washington Luís aos funcionários mineiros que teriam se declarado pela campanha aliancista: *“Esses cidadãos foram afastados dos cargos que exerciam, porque não tinham para o presidente da República o mesmo candidato que tem o sr. Washington Luís, e que este mandou o sr. Vianna do Castello adoptar”* (DN, 03/10/1929). As constantes perseguições a funcionários públicos e retaliações aos Estados, foram consideradas por Chateaubriand como expressões da tirania do presidente. Não apenas nessa crítica, como também no editorial “Um voluptuoso da escravidão”, que acusou a campanha

prestista de utilizar “*a tiranya dos métodos*” (DN, 18/11/1929). A mesma crítica também apareceu em outro editorial intitulado “O ditador do café”, (DN, 03/12/1929), no qual comparou Washington Luís, em suas perseguições pessoais, ao ditador paraguaio Solano Lopes, caracterizado como sanguinário e tirano.<sup>81</sup>

Tal crítica não era nova, desde muito Chateaubriand direcionava sua atenção aos desmandos do governo federal. No entanto, diante de sua participação na fundação da Aliança Liberal, e conseqüente papel de propaganda e defesa, intensificou seus ataques ao governo de Washington Luís entre os meses de julho de 1929 e outubro de 1930.

Em 02/07/1929, em meio aos primeiros passos para a formação da Aliança Liberal, que seria importante oposição à candidatura de Júlio Prestes, promovida pelo governo federal, e que teria papel fundamental na Revolução de 1930, até a posse de Vargas, publicou o artigo intitulado “O poder da Calúnia”, no qual criticou diretamente o senador Adolpho Gordo, que teria como a maioria do governo, “*excessos e abusos do poder pessoal*” (DN, 02/07/1929). O governo brasileiro, não apenas na pessoa do presidente, estaria, como vemos nessa citação, contaminado por um ideário despótico, sob o qual os membros dessa administração justificavam suas atitudes.

Mais do que práticas personalistas, o governo se pautaria sobre a corrupção, adulterando normas e resultados para alcançar seus objetivos. Segundo Sérgio Buarque, como argumentou no artigo, já citado, “Quinze anos depois”, essa situação impedia a

---

<sup>81</sup> Ver mais: Chateaubriand, Assis. A decisão mineira de lutar até a vitória final. (DN, 13/12/1929).

formação de uma unidade nacional, de um sentimento patriótico e e de uma identificação de *“vontade única, uma única consciência e uma mesma voz”* (OJ, 16/11/1930). A fragmentação gerada pela ausência de uma nacionalidade brasileira suportava o caos e a desordem do país. Conforme questionou em *“Um país que ressurgê”, “o que se poderia esperar desse povo mal desperto de 150 anos de opressão, absolutamente desprovido de elementos para manter a ordem e sem dispor dos recursos indispensáveis para a instituição de um grande mecanismo administrativo?”* (OJ, 01/01/1930). No Brasil, da mesma forma que na Polônia, após anos de opressão de governos autoritários, o povo não estava acostumado a requerer os seus direitos e, por isso, ficava a mercê das vontades dos governos. Submetia-se aos caprichos do presidente da República e não se impunha quando sua liberdade de expressão política era cerceada por aqueles que a deveriam proteger.

No editorial *“Homem de Estado e Conquistador”*, Chateaubriand continuou acusando o presidente Washington Luís de cercear as liberdades de expressão política nacional. Segundo o jornalista, *“o primeiro magistrado da República brasileira não admite que se ventile a questão presidencial. Quem suscita e resolve esse problema é o chefe do executivo federal. Fora dele não há liberdade de pensamento quanto mais de debate e livre exame”* (DN, 08/07/1929). Suas críticas, como vemos na citação, eram centradas no cerceamento empregado pelo governo federal às **liberdades de expressão** e *“livre exame”*, terceira característica do seu conceito de autoritarismo, mesmo que

intrinsecamente ligada ao segundo ponto de definição do conceito. Para ele, o princípio de um governo que se intitulava “democrático” deveria ser a liberdade de expressão, como enfatizou em outro editorial intitulado “Fora da Razão e da Lei” (DN, 15/08/1929), a censura empregada pelo governo às transmissões de rádio violava a diretriz mestra da Constituição de 1891 que ainda estava em vigor. Na mesma direção, em defesa da imprensa livre, o jornalista escreveu em seu editorial “A 5ª Delegacia Auxiliar”:

Quando escrever a história dos dias clevelandezes que estamos vivendo, o comendador terá de consagrar o seu capítulo mais cordial ao papel até aqui desempenhado pelo nobre órgão da classe jornalística do País diante dos desmandos e da petulância das autoridades policiais do Rio, São Paulo, Pernambuco e outras cidades, para com a imprensa livre e independente. Em poucas fases da vida nacional, o jornalismo brasileiro honrou tanto o seu dever como nesta. Mas também como em nenhuma outra a sociedade constituída para a defesa das prerrogativas do jornalismo livre fugiu tão ignobilmente ao seu dever, nem desertou tão covardemente da sua missão. (...) Há quatro anos, a inconsciência policial chegava ao auge de pretender o exercício da censura prévia dos jornais cariocas, querendo impor, do seu próprio alvedrio, normas ao noticiário e ao comentário político dos diários que aqui se publicam (Coletânea, 22/9/1930:582).

A censura empreendida pelo governo federal à imprensa, apesar da Constituição assegurar a liberdade, era, segundo Chateaubriand, bravamente combatida por seu jornalismo. Novamente, a intervenção do governo em assuntos de outra ordem, como a imprensa, foi apontada como desmandos, aludindo ao abuso de poder, primeira característica do conceito de autoritarismo.

Vemos que essa terceira característica do autoritarismo do governo de Washington Luís, elencada por Chateaubriand, a censura à liberdade de expressão,

conforme citação anterior, também apareceu no editorial “Autoridade que se esfarrapa”. Afirmou, no texto, que o governo estava perseguindo os funcionários federais que se declarassem a favor do candidato da oposição,

Onde quer que apareça um funcionário público, um agente do executivo federal pleiteando a faculdade de opinar livremente na questão das candidaturas, o primeiro magistrado castiga-o incontinenti, com a demissão, se é empregado público demíssivel, com a transferência, se é vitalício e susceptível de ser removido (OJ, 18/09/1929:04).

A coerção das liberdades de expressão individual eram, como citado, expressão do autoritarismo intransigente do governo federal, que não admitia ver suas ordens questionadas. Nenhum funcionário poderia ir contra a decisão do executivo, todos sem exceção deveriam apoiar o candidato oficial em detrimento da própria opinião. Ao mesmo tempo, essa característica, elecanda pelo jornalista, feria diretamente o seu primeiro princípio de liberdade civil, conforme analisamos em nosso segundo capítulo e que tomamos a “liberdade” de repetir aqui: “Liberdade civil é liberdade de expressão”.

A repressão à livre iniciativa de pensamento e manifestação pública dessas idéias, para o jornalista era a evidência do autoritarismo do presidente da República que estaria colocando “*o arbítrio acima das leis, as paixões acima do direito*” (OJ, 18/09/1929:04). De acordo com seu editorial, a violação da liberdade de expressão feria, não apenas o direito à liberdade, como também as leis, ou seja, a própria Constituição brasileira. Aqui notamos que a crítica chateaubriana não estava apenas ligada ao contexto histórico imediato, mas a toda formulação, organização e

constituição de seu ideário nacionalista, como viemos apresentando até aqui. Dessa forma, o que a princípio parecia parte da segunda característica de sua crítica se configurou para nós como uma terceira definição do autoritarismo como cerceador das liberdades de expressão.

Nessa mesma direção, Chateaubriand afirmou a separação entre a Constituição brasileira, de cunho liberal e a cultura política empregada pelo governo. Para ele, o problema da ineficiência nas instituições político-administrativas nacionais não estava na inadequação do sistema liberal às realidades do país, mas sim, no seu descumprimento. Como argumentou no editorial “Império da Lei”, o governo brasileiro desprezava as leis presentes na Constituição brasileira e agia na ilegalidade impondo suas vontades de forma autoritária, tirânica e despótica:

O aspecto mais impressionante da política dos srs. Washington Luís e Júlio Prestes é o incomensurável desprezo que ambos revelam pela dignidade os que os acompanham, e pela santidade da Constituição, das leis. (...) Isso diz respeito ao estatuto partidário de cada um dos seus correligionários que, entre servir a Constituição e os baixos interesses de um homem desmandado, preferem desertar da lei e da moral, a fim de melhor servir o energúmeno que lhes aponta o caminho da prevaricação como senadores (Coletânea, 10/6/1930:387-388).

O desprezo pelas leis citado no editorial não somente aludiu a ilegalidade na qual estava imersa a nação, segundo o jornalista, como também demonstrou que o liberalismo, apesar da Constituição ser inspirada nele, ainda não fora implantado no Brasil. Apesar de não creditar única e exclusivamente à Constituição o poder de reformar e transformar o sistema político-institucional brasileiro, Chateaubriand como

um discípulo do pensamento de Ruy Barbosa, acreditava na função das leis como salvaguardas das liberdades e direitos públicos.

Para Ruy Barbosa, a Constituição era uma miniatura da fisionomia de uma nação, ou seja, não era um tratado casuístico, mas a responsável por garantir os direitos do povo. Sua execução era delegada aos governos, que apoiados numa moral única, a interpretariam e a fariam valer. Segundo o jurista, *“não há duas morais: a da doutrina e a da praxe. A moral é uma só; a da consciência humana que não vacila em discernir entre o certo e a força”* (BARBOSA: 1952:36). A partir de suas consciências, os líderes da nação deveriam cumprir as diretrizes constitucionais apoiados no mais profundo sentimento de abnegação e coletividade e não em interesses transitórios e pessoais.

Chateaubriand, como analisamos até aqui, compartilhava do mesmo ideário liberal-democrata de Ruy Barbosa e por isso apontava e criticava a postura autoritária do governo, seus constantes desrespeitos à Constituição nacional, expressos por suas atitudes tirânicas, intervencionistas e despóticas, com as manipulações dos processos que deveriam ser democráticos. O descumprimento da lei pelo governo marcava a ausência de liberdade no país, pois, conforme apresentamos no segundo capítulo, para ele a Constituição deveria assegurar os direitos e deveres dos cidadãos, sem ela, a nação se tornaria escrava. Como vimos examinando, a tirania do governo manifesta pelo descumprimento da lei e desprezo pelas Constituições não somente corroborava para

evidenciar o autoritarismo do governo, como feria a oitava característica de seu conceito de liberdade. Aqui encontramos o **quarto** pilar de sua definição do autoritarismo brasileiro: a ilegalidade.

Ainda inspirado pelo jurista, Chateaubriand compreendia seu papel de jornalista, como sendo responsável pela realização da democracia. Para ele, assim como para Barbosa (1952), o jornal era um instrumento de educação nacional, formador da opinião pública e dos sentimentos de coletividade, conforme analisamos no segundo capítulo. No editorial “Um ideal” expressou o posicionamento de seus jornais frente ao contexto político nacional:

Rememorando as atividades do seu passado, em doze anos de existência, “O Jornal” não tem que se arrepender de nenhuma das atitudes que assumiu. Foi e procurará sempre ser um misto de órgão conservador e liberal, isto é, propugnará pelos princípios da ordem, da estabilidade dos poderes legalmente constituídos, dentro dos ideais da liberdade que os patriarcas da nossa formação política nos legaram (Coletânea, 18/6/1930:411).

Em referência às influências liberais dos escritores da Constituição, afirmou o papel de jornalista observador dos processos políticos e alegou suas preocupações: ordem, estabilidade e liberdade. Devemos perceber, como procuramos demonstrar no capítulo em que tratamos da conceituação de liberdade nos escritos chateaubrianos, que apesar de raramente as palavras ordem e estabilidade aparecerem de forma central em seus editoriais, a liberdade, tema basilar em todo seu ideário nacionalista, necessitava da realização dos dois primeiros para se efetivar. A liberdade não era possível, sem a ordem e a estabilidade.



A ordem também era em Sérgio Buarque um fator importante para a estabilidade da nação e a preservação das liberdades individuais. No primeiro artigo intitulado “Um país que ressurge”, argumentou que na Polônia o marechal Pilsudski fazia uma esforço estrondoso para organizar a nação, varrer toda a atividade corrupta e personalista do parlamento e garantir as liberdades públicas:

Se é certo que o ditador até agora não se pôde afeiçoar aos métodos de brandura, que não são necessariamente inerentes e indispensáveis ao regime democrático, é porque sabe ser o homem do momento e o momento exige muito mais energia e decisão do que contemporizações e compromissos (OJ, 16/11/1929).

A organização do Estado dependia da força do líder, como no caso polonês, que, para tanto, não poderia ceder a “compromissos” ou “contemporizações” com seus pares, mas sim, de forma enérgica varrer toda a atividade corrupta do governo. Sérgio Buarque ainda argumentou, nesse artigo, que os métodos de brandura não eram os únicos definidores de uma democracia, um governo poderia ser forte e ao mesmo tempo democrático, tudo dependeria do momento. Aqui vemos o antagonismo travado entre o autoritarismo negativo, guiado pelos compromissos de grupo e interesses particulares e o autoritarismo positivo, que mesmo utilizando métodos rudes e fortes visava a organização do Estado para a implantação da democracia, como afirmou na continuação da argumentação: *“sua linguagem é às vezes áspera e seus gestos extremados, mas revelam sempre uma vontade irreduzível de corrigir e de melhorar, nunca a aspiração de destruir”* (OJ, 16/11/1929). Mesmo se utilizando de um poder autoritário, a intenção de organizar a nação, para Sérgio Buarque, era um ponto positivo

que validava o governo de Pilsudski e evidenciava sua tendência para a democracia. Dessa forma, um governo, desde que preocupado com o bem coletivo, poderia, claro que transitoriamente, exercer controle forte, centralizado e autoritário sobre a nação.

Naquele momento no Brasil, sem preocupação com os rumos da democracia, o governo teria poder de manipulação da imprensa, o que ao mesmo tempo em que servia como um instrumento de seu autoritarismo (negativo), também era de falência de qualquer tentativa de realização democrática.

Segundo Chateaubriand no editorial “A peleja contra o ideal federativo”, a campanha eleitoral de 1929, evidenciara “*mais uma vez o perigo do fortalecimento excessivo da autoridade do presidente*” (Coletânea, 11/7/1930:441). O autoritarismo dos atos de intervenções, perseguições, retaliações e censuras, mostrou que o presidente estava governando o país “*com os ódios, os apetites, as paixões elementares de um facciosismo desbragado*” (Coletânea, 12/8/1930:509). Conforme citado, o autoritarismo do governo seria fruto de suas práticas personalistas, que o colocariam acima das leis e da Constituição.

O governo brasileiro nos editoriais de Assis Chateaubriand, mais do que pintado como um governo autoritário e despótico foi caracterizado como “ilegal”, conforme apresentamos. Dessa forma, a luta empregada pela Aliança Liberal, através das figuras de Antônio Carlos, presidente do Estado de Minas Gerais e Getúlio Vargas, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, era contra o “mandonismo oficial”, conforme o

editorial “A creptação liberal em Minas” (DN, 22/08/1929).

Entre os anos de 1929 e 1930 foram 415 editoriais publicados especificamente centrados na temática de discussão sobre governo e desses 178 foram voltados especificamente à crítica às características despóticas do governo federal, como vemos, também, no artigo “A escravidão em Minas”:

Um presidente, que tenta impedir que o povo vote como lhe dita a sua consciência, não tem mais autoridade para dirigi-lo como depositário de um poder constitucional. Exerce essa autoridade como um tyranno, como um urupador, pela benevolência e a misericórdia dos concidadãos os quais o seu dedo aponta o mais perigoso caminho por onde o povo deverá ir reivindicar os seus direitos (DN, 13/09/1929).

Washington Luís era, para Chateaubriand, um tirano, usurpador das liberdades individuais garantidas pela democracia. Sendo assim, podemos perceber que a crítica chateaubriana transcende a simples constatação de características despóticas no governo brasileiro, vai além e aponta para a instituição de uma democracia de fachada, mal implantada<sup>82</sup>, que na verdade não existiria, pois se fosse efetiva não seria facilmente burlada por um governante.

As deficiências da democracia nacional e até sua inexistência foram continuamente apontadas pelo jornalista, como forma de alertar os eleitores para o perigo de eleger Júlio Prestes, que seria continuador da política exercida por Washington Luís. E muito além disso, apontava para a necessidade de uma profunda

---

<sup>82</sup> É interessante percebermos que as idéias e críticas aqui apontadas em muito se assemelham as discussões centrais da obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda publicada somente em 1936. Para, nós, como o próprio autor afirmou ter escrito grande parte dela ainda entre os anos de 1929 e 1930, essa obra foi a sistematização de todo seu ideário nacionalista, formulado dentre o período aqui estudado.

reforma política no país, que solidificasse o direito à liberdade de escolha e expressão dos cidadãos brasileiros.

O exercício do poder autoritário e despótico por Washington Luís era para Chateaubriand o próprio cerceamento dos direitos dos brasileiros, como apontou no editorial “Um governo que não respeita a honra dos seus concidadãos”:

Mandando que os fazendeiros de café em Minas adhiram á candidatura Prestes, ou então não terão mais transportes nas estradas de ferro da União. O sr. Carvalho Brito ahi está para estrangular os recalcitrantes, que quiserem transportar café e votar na Aliança Liberal. A nação encontra nessas duas atitudes os elementos para julgar o papel do sr. Washington Luís no momento político nacional. Quem leva a nação ao desespero, quem usa contra ella armas vedadas; quem a provoca, sem nenhuma noção da gravidade da hora que passa, no auge do partidarismo fratricida, é o primeiro magistrado” (DN, 03/10/1929).

O presidente, segundo referido, fazia uso do poder pessoal para constranger todos a fazerem suas vontades, assim intervia diretamente no processo de sucessão eleitoral e podava o direito de livre escolha dos brasileiros. O autoritarismo exercido por Washington Luís convertía-se numa tirania que, na visão chateaubriana, mantinha o povo brasileiro em estado de escravidão.

Naquele momento, mais do que nunca, podemos notar no discurso de Chateaubriand, a evidenciação da necessidade dos brasileiros perceberem seu poder decisório no processo eleitoral, ao mesmo tempo em que deveriam estar atentos para as possíveis fraudes, considerando que o governo que dirigia as urnas era tirânico e despótico.

Em convergência a essa crítica, segundo Sérgio Buarque no artigo “Um país que ressurgiu: a exposição geral polonesa de Poznan”, a regulamentação excessiva da vida acabaria “*entravando a liberdade de movimento indispensável para o seu desenvolvimento*” (OJ, 12/01/1930). O governo autoritário exercido por Washington Luís, da mesma forma que ocorreu por anos na Polônia, regulava de forma incisiva todos os atos da vida política e até econômica, o que gerara a crise vivida naquele momento. As liberdades e o desenvolvimento da nação eram podados pelos abusos do poder pelo presidente da República. Essa característica é a primeira que evidenciamos e também é basilar no pensamento de ambos, pois demonstra a convergência entre os dois.

Dessa forma, tanto para Assis Chateaubriand quanto para Sérgio Buarque, de maneiras diversas, o autoritarismo brasileiro era negativo por guiar-se pelos princípios personalistas, dando primazia ao privado sobre o público, conforme evidenciamos no quadro a seguir:

Quadro n° 1:

<b>AUTORITARISMO NEGATIVO</b>	
Assis Chateaubriand	Sérgio Buarque de Holanda
Definição de autoritarismo;	Definição de autoritarismo;
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. abuso de poder e imposição de vontades pessoais;</li> <li>2. uso das relações personalistas como instrumento de centralização do poder;</li> <li>3. censura a manifestação política e cerceamento da livre escolha dos candidatos a sucessão presidencial;</li> <li>4. censura a liberdade de expressão;</li> <li>5. Desprezo da Constituição e das leis;</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. abuso de poder e imposição de vontades pessoais;</li> <li>2. uso das relações personalistas como instrumento de centralização do poder;</li> <li>3. Primazia do privado, interesses particulares, em detrimento do público, das necessidades nacionais;</li> <li>4. Separação entre Estado e nação;</li> <li>5. Ausência do sentimento nacional;</li> </ol>

Diretamente, vemos na sistematização, acima, que nos primeiros dois pontos destacadas por nós, os intelectuais apontaram o abuso de poder como uma característica do autoritarismo negativo e seguem com a identificação de que o mesmo se valeria das relações particularistas para se legitimar. Para ambos, o autoritarismo brasileiro era

fruto do enraizamento das práticas personalistas na cultura política nacional. Dentro dessa ótica, o único objetivo daqueles que ocupavam os cargos públicos era o beneficiamento particular e de seu grupo, sem qualquer preocupação com as necessidades nacionais. Esse caráter estimularia os políticos brasileiros a exercerem um poder autoritário para conseguirem tudo que quisessem, primeiramente através das trocas de favores e depois, até, com coerção, perseguições e retaliações aos Estados.

No entanto, se a base da crítica, tanto de Sérgio Buarque, quanto de Chateaubriand são idênticas, vemos que depois nos demais pontos destacados por nós elas se diferenciam. Enquanto, para o primeiro, o autoritarismo seria a primazia do privado sobre o público, a separação entre o Estado e a sociedade e a ausência de nacionalidade, para o segundo, ele se manifestaria por todo o tipo de censura, fosse política ou de expressão e também pela desconsideração da Constituição e por qualquer código de leis.

Podemos perceber que a crítica buarquiana é mais universalista, teórica, uma interpretação do exterior que auxiliaria uma compreensão das estruturas brasileiras, que acabou por ser amplamente apresentada em *Raízes do Brasil*, como já discorremos; enquanto que em Chateaubriand ela é forte, direta, associada a uma leitura do Brasil vivido naquele momento. Apesar dessa enfática diferença podemos notar que ambas as críticas não se distanciam demasiadamente, apresentam igualdade nos dois primeiros pontos e nos demais, vemos que a separação entre o Estado e a sociedade, apontada por

Sérgio Buarque, convergem com o apontamento chateaubriano sobre a ilegitimidade do governo brasileiro. Afinal, a desconsideração do governo para com o próprio conjunto de leis que regiam o país, seria a própria separação entre qualquer ligação do Estado com a sociedade. Essa viveria sem quaisquer direitos à liberdade e aos demais direitos. A censura seria apenas uma consequência dessa separação, pois o governo criaria suas próprias leis, a partir de interesses particulares em detrimento da nação.

Os dois intelectuais entre os anos de 1929-32 apontaram como problema nacional o personalismo político gerador de um tipo negativo de autoritarismo, muito diferente, como vimos, do conceito de governo autoritário amplamente estudado depois, exemplificado pelos governos Vargas e militar. Não era um autoritarismo centralizador, mas, personalista, particularista, individualista e corrupto. Sua obra seria um Estado fragmentado, sem uma nacionalidade construída, “sem voz única”, como apontou Sérgio Buarque no artigo, já citado, “Quinze anos depois”: *“a culpa de tudo isso cabe aos corruptores, aos vociferadores, aos gozadores, aos ingênuos de todos os países”* (OJ, 16/11/1930). A corrupção, o uso da máquina pública para fins privados, seria a responsável pela falência da democracia no Brasil e isso precisava ser exterminado.

No outro extremo das críticas de Sérgio Buarque e Chateaubriand, encontramos qualidades positivas no outro possível autoritarismo: o transitório. Esse tipo de governo seria implantado transitoriamente sobre moldes ditatoriais ou não, apenas para viabilizar a implantação da democracia no país.



Vimos em Sérgio Buarque que o autoritarismo do governo polonês era positivo, porque o marechal Pilsudski almejava extirpar do governo todos os indivíduos corruptos, acabar com as relações personalistas que durante tanto tempo imperavam no país. Pilsudski também refletia constantemente sobre seus atos e por fim, esclarecia a população a direção de suas atitudes. O autoritarismo positivo se justificava pela intenção de organização nacional para o advento da democracia.

Na mesma direção, Chateaubriand afirmou no editorial “Apóstolos da reação”, que *“a capacidade de tolerância e de respeito a todas as opiniões de espírito de renúncia, e sacrifício a tudo que é pessoal, é que fará a força do movimento reformador do país”* (DSP, 14/01/1931;01). Apesar do governo Provisório ter ascendido por um golpe e se configurar como uma ditadura, para o jornalista, o exercício de sua autoridade visando o extermínio das práticas personalistas e particularistas da antiga República, assim como o sacrifício dos interesses particulares em prol da coletividade era à força do movimento reformador, ou seja, sua validade. Também em outro texto, “A conquista da opinião”, argumentou que o governo estava atento à opinião pública,

há em São Paulo como aqui no Rio uma verdadeira caça de opinião pública, e esse é um dos signaes sympathicos da possibilidade que se nos depara de virmos a ter, tanto quanto permite a nossa sub-cultura política, typos de governos democráticos, baseados no sentimento da vontade da maioria” (DSP, 22/01/1931:01).

O autoritarismo positivo para Chateaubriand, da mesma forma que para Sérgio Buarque, se validava por duas características principais: primeiro o extermínio das práticas personalistas; segundo o sacrifício dos próprios interesses em benefício das necessidades nacionais e por último a atenção à opinião pública.

Ainda no mesmo artigo citado, argumentou que uma das maiores conquistas da revolução era a atenção para com a opinião pública:

A revolução trouxe entre os seus benefícios este: o de fazer surgir no cenário da política brasileira alguns homens desinteressados, capazes de reconhecerem á opinião o valor que ella deve ter em uma democracia. Se pretendêssemos estimular em nossa terra um typo de governo popular, que os homens de governo encetem desde já a sua faina, dando à opinião pública a convicção de que ella conta, de que ella vale, como força indispensável do rithmo governamental (DSP, 22/01/1931).

Mesmo com delineamentos autoritários, o governo foi elogiado por apresentar características positivas, como a formação de uma opinião pública e o respeito por ela. Como advertiu o jornalista nesse texto os rumos da democracia dependiam do respeito dado pelo governo às opiniões e necessidades coletivas. A democracia somente seria real se as vontades da nação fossem ouvidas e atendidas.

De acordo com a defesa apresentada nos editoriais por Chateaubriand, naquele momento a ditadura varguista parecia guiar suas ações a partir dos princípios positivos do autoritarismo, pois se empenharia na realização dos ideais defendidos pela Aliança Liberal, que convergiam com o próprio ideário liberal-democrata de ambos os intelectuais e que pode ser resumido pela pregação das liberdades políticas e civis,

como discorreu no texto “Esplêndido isolamento” (DSP, 19/02/1931).

Entretanto, a partir de março de 1931, o posicionamento de Assis Chateaubriand mudou, como apontamos no segundo capítulo. Quando percebeu a intervenção política do executivo sobre o judiciário, com a demissão de vários juízes e a criação de um tribunal da Revolução para julgar os inimigos das causas da Aliança, o jornalista começou a criticar o governo Provisório por abusos de poder, e pelo exercício de um autoritarismo negativo, como afirmou no editorial “Abscesso de fixação” (DSP, 11/03/1931:01). Ainda, argumentou em “A Constituinte”, “*a ditadura tem tido erros, e alguns clamorosos*” (DSP, 25/03/1931:01).

Os erros da ditadura do governo Provisório eram para Chateaubriand, a emergência das características negativas do autoritarismo, como as perseguições políticas que estariam ocorrendo através dos julgamentos realizados pelo Tribunal Especial, personalismos políticos evidenciados pelas nomeações de militares para as interventorias estatais e ainda de pessoas incapazes para o exercício de suas funções e por último a suspensão das garantias constitucionais.

Como analisamos no segundo capítulo, a crítica chateaubriana aos governos da República Velha a partir dos primeiros meses do ano de 1931 foram voltadas às práticas do Governo Provisório, que passou a ser apontado como autoritário, tirânico e ilegal.

Segundo o jornalista, no editorial “Um mestre d'armas melancólico”, uma das

maiores falhas da ditadura era não ter um programa de governo claro, pois:

Para administrar ou para governar, o programa é tudo, e uma vez elle traçado, é executá-lo, mas executá-lo com firmeza, só o modificando se razões superiores de Estado ou convicção de erro e methodo ou de substância a tal induzir o administrador ou o homem público (DSP, 02/5/1931:01).

O programa ideal para ele era o liberal-democrata como analisamos no segundo capítulo, no entanto, o mais importante no processo de democratização do país é que esse programa estabelecido pelo governo fosse tornado o mais claro possível para a nação, conforme continuou em sua argumentação; *“a dictadura precisa de uma política, seja qual for, contanto que se expresse em linhas claras que dêem à opinião do homem que vae executa-la a sensação de uma aspera vontade de realiza-la”* (DSP, 02/5/1931:01). A reflexão e o esclarecimento dos atos governamentais ao povo era, como vimos, o principal pilar do processo democrático, assim como, uma característica positiva em um governo autoritário.

Por fim, já nas vésperas da Revolução Constitucionalista, Chateaubriand acusou o governo Provisório de intencionar a implantação de um autoritarismo democrático, o que, para ele, seria uma incongruência, como discorreu no editorial “Uma vítima a defender”: *“pretendeu implantar a mais vulnerável das dictaduras: a ditadura democrática”* (DSP, 26/6/1932). A democracia precisava de bases fortes para se enraizar na nação, como afirmou no texto citado anteriormente, mas também não seria atrelada a uma ditadura que ela se validaria na nação. Afinal, uma ditadura previa o uso arbitrário da força pelo presidente, o que de forma transitória poderia ser positiva, mas,

quando permanente, era negativa.

Tanto Chateaubriand, quanto Sérgio Buarque, aderiram à Revolução Constitucionalista em São Paulo em julho de 1932, com o intuito de obrigar o governo a chamar a Constituinte e as eleições. Vimos em nosso segundo capítulo que a Constituição tinha um peso diferente no pensamento de cada um, no entanto, era importante para ambos, pois ela, se fosse respeitada garantiria os direitos e liberdades nacionais. O autoritarismo para ambos só se validava em seu caráter transitório, com o propósito de organizar a nação e implantar a democracia. A partir da percepção de que o governo Vargas caminhava para um autoritarismo permanente e com face negativa, logo Chateaubriand começou a criticá-lo aos mesmos moldes que já o fazia ao anterior.

Chateaubriand se posicionou contra a política autoritária de Vargas e aliou-se as forças revolucionárias de São Paulo. De acordo com Fernando Morais, a revolução de 1930 mal triunfara e Chateaubriand já escrevia críticas incessantes aos tenentes.

Tudo indicava que ele escrevia por convicção. E com um fôlego admirável: não havia uma semana em que seus jornais não estampassem artigos insistindo no mesmo cantochão – o problema não era Getúlio, mas os tenentes que o empurravam cada vez mais para a esquerda. Eles, sim, eram o grande obstáculo à redemocratização do Brasil, que só viria quando a Constituinte fosse convocada (MORAIS, 1994:260).

Dessa forma, o jornalista revelou que seu posicionamento político não estava estritamente ligado aos seus interesses comerciais, mas também a um conjunto de ideais obscuros para a maioria de seus amigos e leitores.

A partir desse momento, o dono dos Diários Associados deu início a uma campanha pró-redemocratização, que tomou pulso durante a Revolução de 1932, e esta postura incendiária levou o governo a intensificar a censura sem seus jornais naquele ano. Chateaubriand passou a ser caçado pela censura do Governo Provisório, que visitava seus jornais no meio da noite, procurando-o como um criminoso. Os jornais eram vistoriados regularmente com o intuito de prendê-lo. Nesse mesmo ano foi preso ao tentar entrar em casa, após semanas escondido com amigos, ficou 24 horas no presídio e novamente detido durante a Revolução Constitucionalista,<sup>83</sup> como relatou em

---

<sup>83</sup> Entretanto, após sua libertação permaneceu em prisão domiciliar. Enquanto isso, em São Paulo seu irmão Oswaldo Chateaubriand incendiava as páginas de seus jornais paulistas com artigos contra Getúlio Vargas, além de guardar nos porões da redação armamento para a almejada revolução. Tal cenário agravava em muito a situação de Assis Chateaubriand no Rio de Janeiro. Diante desse contexto, Chateaubriand resolveu fugir para São Paulo com documentos falsos, mas, acabou preso e levado para Rio Branco. Em pouco tempo os principais veículos de imprensa já haviam recebido o telegrafo que comunicava a prisão do importante jornalista. Após algum tempo preso o jornalista foi comunicado que seria deportado, o que na realidade acabou não acontecendo. Chateaubriand estava detido, seus jornais fechados ou a serviço do governo e sua casa saqueada pelos militares. Parecia que chegara ao fim o poder de persuasão do sagaz jornalista. O governo iniciou seu plano de aquisição dos jornais pertencentes aos Diários Associados através da compra das dívidas de Assis Chateaubriand. No entanto, o governo não contava com um obstáculo, o medo dos banqueiros das possíveis retaliações do jornalista. Segundo Fernando Morais, este obstáculo não foi suficiente para impedir que Maciel Filho, a mando de João Alberto, comprasse a dívida dos jornais junto a Oscar Flues & Cia e tomasse posse do maquinário dos Diários e Associados. Chateaubriand, logo depois do golpe, declarou em artigo que esta atitude de João Alberto não impedia a existência do jornal, pois ele era feito com jornalistas e não com “linotipos”. Assim, em 14 de janeiro de 1933 “... as máquinas da Treze de Maio voltariam a funcionar para colocar nas ruas não mais o provocativo O Jornal, mas A Nação, um diário semi-oficial a serviço de Getúlio, de João Alberto e do tenentismo” (MORAIS, 1994:308). Desta forma, sem seu veículo de imprensa mais importante, o OJ, Assis Chateaubriand saiu da prisão após 41 dias. Logo começou a fazer contatos com antigos partidários e deu início a uma campanha para levantar fundos de ajuda aos exilados. Novamente com apoio dos amigos e de posse de sua revista O Cruzeiro, além dos jornais de São Paulo, Chateaubriand deu continuidade as suas atividades jornalísticas. Em fins de fevereiro de 1933, achou-se preparado para iniciar outro ciclo de embates com o governo, aproveitou-se do descuido da censura e publicou em São Paulo uma série de artigos em que defendia a anistia aos exilados políticos. Os primeiros artigos foram assinados com um pseudônimo, de “São Thiago Dantas”, mas logo se tomou de ousadia e assinou com seu próprio nome. No dia seguinte, Chateaubriand foi levado ao presídio político do Bairro Paraíso, em São Paulo. Assis Chateaubriand chegou a ser ameaçado de deportação para o Japão. Enfim, os ânimos entre ele e o presidente Vargas estavam alterados. O jornalista ainda precisava retomar seus jornais. Com a morte do interventor de Minas Gerais, Olegário Maciel, surgiu a oportunidade para a recuperação do OJ por Chateaubriand. Este conseguiu um novo acordo com o presidente e recuperou seu principal veículo de imprensa. Juntamente com a posse da matriz, conseguiu também os jornais de Minas Gerais que estavam nas mãos de Afonso Arinos.

correspondência para Menochi del Pichia, em 30/6/1966: “*você, desde quando estivemos presos juntos no quartel da Liberdade, em 32, tinha que ser meu anjo-da-guarda caboclo*”. Ao se referir à amizade fortalecida na prisão, o jornalista evidenciou, o que Fernando Morais (1994) e Glauco Carneiro (1999) já haviam referido, sua estada como preso político em São Paulo, devido a adesão ao movimento revolucionário paulista em prol da re-constitucionalização brasileira.

Menos engajado, talvez, por sua posição em bem menor destaque que a de Chateaubriand, Sérgio Buarque naquele momento, como se sabe, acabou também preso no Rio de Janeiro por apoiar a Revolução Constitucionalista e por isso, não chegou a ir para São Paulo.

Diante do cenário político que se formava, sem a constitucionalização do país, em maio de 1932 foi deflagrado o esperado conflito entre paulistas e forças federais que resultou na morte de quatro jovens. Os paulistas estavam descontentes com o posicionamento do governo federal em relação ao Estado desde a nomeação de um interventor militar ao governo estadual. O Partido Democrático que apoiara Vargas nas eleições presidenciais, almejava a administração de São Paulo e sua exclusão levou-o a aliar-se ao Partido Republicano Paulista contra o Governo Provisório de Vargas. Esta aliança gerou a Frente Única Paulista (FUP), que liderou a revolta e São Paulo.

## CONCLUSÃO

As interpretações e críticas ao cenário político brasileiro de Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand se enquadraram na segunda dimensão<sup>84</sup> da análise política, na qual teriam interpretado o desenvolvimento do sistema e das contribuições do mesmo para o governo vigente.

Conforme demonstramos nos dois últimos capítulos da presente tese, Sérgio Buarque de Holanda e Assis Chateaubriand tinham uma agenda dos problemas brasileiros, estruturada a partir da construção do consenso sobre as características do sistema político no país. A partir do apontamento das falhas na capacidade de seu funcionamento, procuraram propor as possibilidades de mudança, como discutimos na primeira parte dessa tese.

No entanto, tratamos de demonstrar na presente tese, que as interpretações buarquianas e chateaubrianas da política nacional não partiram apenas de uma dimensão da análise política, mas de princípios guias, conceitos estruturados sobre o ideal de governo.

A liberdade era o princípio fundador de todo o ideário nacionalista, tanto de

---

<sup>84</sup> Segundo Celso Lafer, a análise política pode ser dividida em três dimensões: a primeira voltaria-se a compreensão do funcionamento do sistema político; a segunda a sua contribuição ao desenvolvimento geral das sociedades e por último, a dimensão que avaliaria o desempenho do mesmo. Ver: LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. São Paulo: editora Perspectiva, 1975.



Assis Chateaubriand, quando de Sérgio Buarque de Holanda. Para eles, a liberdade era um direito a ser garantido pelos Estados e que diante da vida em sociedade tinha o caráter decisivo da objetividade nas relações políticas. Ela era, não apenas o pilar de todo o ideário nacionalista de ambos os intelectuais, mas, o dogma que deveria guiar toda a ação humana dentro do Estado.

O conceito de liberdade, como discutimos no segundo capítulo, era um valor determinante em suas propostas para a organização política da sociedade brasileira. Mais do que um conceito, era uma entidade capaz de fazer o homem se expressar, refletir sobre seu próprio agir, e ao mesmo tempo, o princípio que deveria reger a vida social, política e civil, de forma a instaurar uma nova relação entre o cidadão e o Estado. Por isso, a liberdade deveria ser uma "norma", não um conceito ou valor, sobre a qual os homens de governo deveriam pautar todas as suas ações.

Sendo assim, a liberdade foi para eles o conceito que balisou e permitiu julgar o sistema político nacional, e ao mesmo tempo, eleger a liberal-democracia como regime ideal. A idéia do conceito, para eles, deveria dar conta do agir político dos líderes, reger o exercício de seus pensamentos, linguagem e atitudes frente a administração legislativa, executiva e jurídica da nação. Por isso, o liberalismo democrático não foi eleito, por ambos, como sistema de governo ideal, por seu conjunto doutrinário, mas pela defesa e pregação da liberdade como princípio guia.

Seguir o liberalismo em todas as suas bases não era a preocupação de ambos e,

sim, a defesa das liberdades acima de qualquer coisa. Sendo assim, os regimes políticos que visassem minimamente a preservação das múltiplas liberdades políticas e civis era avaliado, tanto por Assis Chateaubriand, quanto por Sérgio Buarque de Holanda, positivamente, como em suas análises sobre o autoritarismo nos princípios do Governo Provisório, assim como do polonês.

A democracia, nesse contexto, era para eles o regime que permitiria a auto-gerência dos povos e, conseqüentemente, a preservação de suas liberdades. Como proposto por eles, a democracia garantiria aos cidadãos uma liberdade pessoal mais ampla do que em qualquer outro regime, conforme analisamos no segundo capítulo. Como sistema de governo, ela permitiria ao povo proteger seus direitos e interesses dos desmandos do governo e daqueles que o controlavam. Também, ajudaria as pessoas a defenderem seus próprios interesses fundamentais para a vida em sociedade, exterminando sua separação do Estado.

O abismo criado entre sociedade e Estado pelos governos de tipo autoritário, regidos pelos princípios e práticas personalistas, tinha, para eles, como consequência, a falência da nação, tanto no plano político, quanto no econômico, o que naquele momento ocorria de fato no Brasil, diante de toda a crise do café e também no governo.

Por todas essas características, a liberal-democracia parecia-lhes o melhor sistema político para a regência do país, apenas ela poderia proporcionar à nação o exercício pleno das liberdades políticas de expressão, de manifestação, de escolha dos

governantes através do voto e principalmente das leis que regeriam a vida em sociedade.

Dessa forma, vemos que a escolha pela defesa de um tipo específico de regime político foi consequência de suas defesas da liberdade, como valor primordial para a administração dentro do Estado. A própria noção do contrato social, em ambos, pautava-se na pregação da liberdade, sem ela o contrato não teria força para se manter e ruiria entre os embates do privado.

A preservação das liberdades para Sérgio Buarque e para Chateaubriand era o único meio pelo qual os homens poderiam solidificar o espaço público de convivência política. Sem elas, o privado se imporia, como princípio de defesa dos interesses de grupo, ao coletivo, acimentando a separação entre o Estado e a sociedade.

No Brasil, em suas interpretações, as práticas personalistas haviam se enraizado no sistema político do país. Elas permitiriam a primazia dos interesses privados sobre os nacionais e como consequência se instituiria um abismo entre o governo e a nação. O povo viveria oprimido pelos desejos e vontades dos governantes, não teria qualquer liberdade de ação perante o cenário político nacional. O governo como instrumento para impor suas vontades ao coletivo usaria-se de um poder autoritário, tirânico e despótico, ou seja, desconsideraria as leis e se valeria da força da violência e da corrupção para impor seus interesses ao país.

Como procuramos demonstrar no último capítulo, um governo que não respeitasse os direitos e as liberdades de seu povo, que se pautasse em relações personalistas e particularistas, que utilizasse a força da violência e da corrupção para dirigir a nação, seria, considerado por eles, autoritário. Esse autoritarismo seria negativo, e nós procuramos conceituar dessa forma, porque, também em suas leituras, Sérgio Buarque e Assis Chateaubriand apontaram características positivas em outros modelos de autoritarismo, como o polonês e o exercido nos primeiros meses do Governo Provisório, já citados.

O autoritarismo, como procuramos demonstrar, poderia ser positivo, se fosse transitório, com objetivo apenas de organizar a nação para a plena implantação da liberal democracia, que não afetasse as liberdades públicas, que desse primazia aos interesses e necessidades nacionais em detrimento das privadas, que sacrificasse as vontades de grupo em prol da nação e por fim, que visasse o extermínio das práticas personalistas no governo. Naquele momento, o autoritarismo varguista dos primeiros anos parecia apresentar todas essas características, mas como discutimos, a partir do momento que feriu esses princípios perdeu sua definição positiva e passou a ser criticado, por Chateaubriand, diretamente, como tirânico e despótico, ou seja, negativo. Essa percepção levou, tanto Sérgio Buarque, quanto Assis Chateaubriand a aderirem ao movimento constitucionalista em São Paulo e acabarem presos.

Para demonstrar esse processo que concluímos qui, dividimos a tese em duas

partes, sendo que na primeira apresentamos o quadro das relações intertextuais<sup>85</sup> dos intelectuais aqui estudados e também o cerne de seu ideário nacionalista: a defesa das liberdades; e na segunda parte, procuramos delinear suas críticas ao sistema político brasileiro, assim como, seus diálogos com outros intérpretes anteriores e com seus próprios textos.

Diferentemente do que afirmou Maria Stella Bresciani em seu "O charme da ciência e a sedução da objetividade", procuramos demonstrar que Sérgio Buarque de Holanda possuía um ideário nacionalista, ou seja, uma proposta política, substancialmente sólida e mais, as apresentava, não apenas em suas obras, mas, muito antes nas páginas dos jornais, como correspondente internacional. Da mesma forma, Assis Chateaubriand, de maneira muito mais clara e forte, também apresentou suas propostas e ideários para a reforma política da nação. Ambos não apenas trabalharam juntos, pois, um patrão e outro empregado, publicaram na imprensa, mas dialogaram em torno do mesmo ideal: a defesa das liberdades nacionais.

Suas propostas e interpretações, conforme demonstramos, foram formulações estruturadas a partir das bases de seus ideários nacionalistas. Sendo assim, podem ser entendidos como homens de seu tempo, que viveram os problemas impostos por ele, projetaram e lutaram por um Brasil livre.

---

<sup>85</sup> Chamamos de relações intertextuais porque conforme demonstramos no primeiro capítulo os textos de Sérgio Buarque de Holanda escritos para a imprensa se relacionam em conteúdo com outros, produzidos por amigos e colegas, assim como com seus próprios livros.

A partir de nossa análise, conseguimos concluir que ambos tinham bem demarcado os princípios políticos que qualquer nação deveria seguir, principalmente o Brasil. A defesa da liberdade e da democracia, como regime de preservação desse direito, apareceu em seus escritos na imprensa como base do pensamento político de cada autor.

**FONTES:****Editoriais de Assis Chateaubriand:**

Pela Reação Conservadora – O Jornal - 2/out/1924

O que é Jornalismo - O Jornal - 02/jan/1925

Povo-Cobaia X a Liberdade de Comércio - O Jornal – 08/set/1925

As Elites Conservadoras - O Jornal – 22 / dez/1925

Os Políticos e a Imprensa - O Jornal – 11 / jan/1926

Nos Altares de Monroe e Tiradentes - O Jornal – 10/jan/ 1928

O Problema da Instrução - O Jornal – 03 / fev/1928

O Culto da Criança - O Jornal – 06 / fev/ 1928

A Ilusão Revolucionária - O Jornal – 08 / 06/ 1928

O Fim da História - O Jornal – 14 / julh/ 1928

A Obra do Vício - O Jornal – 28 / nov/1928

O “Caso” Santos Dumont - O Jornal – 04 / dez/1928

Espírito Cívico - O Jornal – 12 /dez/1928

Uma impressão do Problema da sucessão presidencial -Diário da Noite - 02/01/1929

O prestígio do dinheiro nas campanhas presidenciais – Diário da Noite - 03/01/1929

O suborno oficial nas eleições presidenciais – Diário da Noite – 04/01/1929

O pecador impenitente – Diário da Noite – 05/01/1929

Minas e o problema da sucessão – Diário da Noite – 07/01/1929

A vez da Parayba – Diário da Noite - 08/01/1929

O problema da escolha do candidato à sucessão - Diário da Noite - 10/01/1929

A embriaguez do Cattete – Diário da Noite - 11/01/1929

A tentação do tabuco – Diário da Noite - 14/01/1929

Como Minas pensa da sucessão presidencial: um inquérito do O Jornal – Diário da Noite - 15/01/1929

Como Minas encara o problema da sucessão: Os espíritos em Minas – Diário da Noite - 16/01/1929

Como Minas encara o problema da sucessão: O papel do árbitro - Diário da Noite - 16/01/1929

Como Minas encara o problema da sucessão: Delfim e Mello Franco – Diário da Noite - 18/01/1929

Como Minas encara o problema da sucessão: a situação do sr. Arthur Bernardes dentro do PRM – Diário da Noite - 18/01/1929

Como pensa Minas do problema da sucessão: O caráter flexível e sinuoso do sr. Bernardes e a falta de apoio político que ele tem em Minas fazem prever a sua permanência tranqüila no seio do PRM – Diário de São Paulo – 19/01/1929

Como Minas encara o problema da sucessão: Os triumphos do naipe mineiro – Diário de São Paulo – 20/01/1929

Batalha de Flores – Diário da Noite – 21/01/1929

Do presidente da República – Diário da Noite – 23/01/1929

A doutrina da não-intervenção – Diário da Noite - 24/01/1929

O pacto de Segurança Mútua entre o Cattete, Minas e S. Paulo – Diário de São Paulo – 25/01/1929.

O gaúcho em marcha – Diário da noite - 26/01/1929

Amnistia – Diário da Noite - 29/01/1929

Um ostracismo rico – Diário da Noite - 30/01/1929

Ouvindo o outro presidente de Minas Gerais – Diário de São Paulo – 31/01/1929

Uma impressão do Problema da sucessão presidenciaal -Diário da Noite - 02/01/1929



- O prestígio do dinheiro nas campanhas presidenciais – Diário da Noite - 03/01/1929
- O suborno official nas eleições presidenciais – Diário da Noite – 04/01/1929
- O pecador impenitente – Diário da Noite – 05/01/1929
- Minas e o problema da sucessão – Diário da Noite – 07/01/1929
- A vez da Parayba – Diário da Noite - 08/01/1929
- O problema da escolha do candidato à sucessão - Diário da Noite - 10/01/1929
- A embriaguez do Cattete – Diário da Noite - 11/01/1929
- A tentação do tabuco – Diário da Noite - 14/01/1929
- Como Minas pensa da sucessão presidencial: um inquérito do O Jornal – Diário da Noite - 15/01/1929
- Como Minas encara o problema da sucessão: Os espíritos em Minas – Diário da Noite - 16/01/1929
- Como Minas encara o problema da sucessão: O papel do árbitro - Diário da Noite - 16/01/1929
- Como Minas encara o problema da sucessão: Delfim e Mello Franco – Diário da Noite - 18/01/1929
- Como Minas encara o problema da sucessão: a situação do sr. Arthur Bernardes dentro do PRM – Diário da Noite - 18/01/1929
- Como pensa Minas do problema da sucessão: O caráter flexível e sinuoso do sr. Bernarndes e a falta de apoio político que ele tem em Minas fazem prever a sua permanência tranqüila no seio do PRM – Diário de São Paulo – 19/01/1929
- Como Minas encara o problema da sucessão: Os triumphos do naipe mineiro – Diário de São Paulo – 20/01/1929
- Batalha de Flores – Diário da Noite – 21/01/1929
- Do presidente da República – Diário da Noite – 23/01/1929
- A doutrina da não-intervenção – Diário da Noite - 24/01/1929
- O pacto de Segurança Mútua entre o Cattete, Minas e S. Paulo – Diário de São Paulo –

25/01/1929

O gaúcho em marcha – Diário da noite - 26/01/1929

Amnistia – Diário da Noite - 29/01/1929

Um ostracismo rico – Diário da Noite - 30/01/1929

Ouvindo o outro presidente de Minas Gerais – Diário de São Paulo – 31/01/1929

Uma prática útil – Diário da Noite - 01/03/1929

Táctica errada – Diário da Noite - 02/03/1929

Um ghandista para uso externo – 13/03/1929

Um servidor do Estado – 14/03/1929

“Coup de theatre” - 19/03/1929

São Paulo e o problema da sucessão – 20/03/1929

Dois pesos e duas medidas – 21/03/1929

Lendo o “Correio Paulistano” - 29/03/1929

Uma prática útil – Diário da Noite - 01/03/1929

Táctica errada – Diário da Noite - 02/03/1929

Um ghandista para uso externo – 13/03/1929

Um servidor do Estado – 14/03/1929

“Coup de theatre” - 19/03/1929

São Paulo e o problema da sucessão – 20/03/1929

Dois pesos e duas medidas – 21/03/1929

Lendo o “Correio Paulistano” - 29/03/1929

A honestidade de um presidente – 01/05/1929

Um gesto de espírito – 02/05/1929

O mais graduado dos antropofagos – 07/05/1929

A bonhomia amável de um estadista post-pharaônico – 08/05/1929

O Patriarca da liberdade – 10/05/1929

O exemplo Mineiro – 11/05/1929

A voz da Bahia – 13/05/1929

Foi ninguém – 15/05/1929

Os “Extras Tours” do Presidente de Minas – 17/05/1929

As tradições de Minas – 18/05/1929

Fazendo do ladrão, fiel – 20/05/1929

O Waterloo dos governadores liberaes – 21/05/1929

Um esforço de restauração – 22/05/1929

A única esperança – 23/05/1929

O dever do momento – 24/05/1929

Medida de moralidade – 25/05/1929

A parada de Bello Horizonte – 27/05/1929

A mosca azul – 29/05/1929

Assumpto perigoso – 30/05/1929

Fora do ambiente patriarcal – 31/05/1929

A iniciativa do ataque – 01/06/1929

Antes do presidente da República – 07/06/1929

A fundação da República – 10/06/1929

O despertador de São Marcos – 11/06/1929

O Dever dos “leaders” liberais – 12/06/1929

O destino de Minas – 13/06/1929

O Estado de Minas – 14/06/1929

A hora decisiva – 18/06/1929

O que Minas está reivindicando – 22/06/1929

Aos homens limpos de S. Paulo – 23/06/1929

A Pedidos - “Aos Homens limpos de S. Paulo” - 24/06/1929

A escolha do presidente – 24/06/1929

Onde está o programa de um candidato á supreza investidura da nação – 25/06/1929

Uma campanha victoriosa – 26/06/1929

A união da família republicana – 27/06/1929

O prisioneiro da sua gente – 28/06/1929

O datate da sucessão – 29/06/1929

A iniciativa do ataque – 01/06/1929

Antes do presidente da República – 07/06/1929

A fundação da República – 10/06/1929

O despertador de São Marcos – 11/06/1929

O Dever dos “leaderes” liberais – 12/06/1929

O destino de Minas – 13/06/1929

O Estado de Minas – 14/06/1929

A hora decisiva – 18/06/1929

O que Minas está reivindicando – 22/06/1929

Aos homens limpos de S. Paulo – 23/06/1929

A Pedidos - “Aos Homens limpos de S. Paulo” - 24/06/1929

A escolha do presidente – 24/06/1929

Onde está o programa de um candidato á supreza investidura da nação – 25/06/1929

Uma campanha victoriosa – 26/06/1929

A união da família republicana – 27/06/1929

O prisioneiro da sua gente – 28/06/1929

O debate da sucessão – 29/06/1929

A iniciativa do ataque – 01/06/1929

Antes do presidente da República – 07/06/1929

A fundação da República – 10/06/1929

O despertador de São Marcos – 11/06/1929

O Dever dos “leaders” liberais – 12/06/1929

O destino de Minas – 13/06/1929

O Estado de Minas – 14/06/1929

A hora decisiva – 18/06/1929

O que Minas está reivindicando – 22/06/1929

Aos homens limpos de S. Paulo – 23/06/1929

A Pedidos - “Aos Homens limpos de S. Paulo” - 24/06/1929

A escolha do presidente – 24/06/1929

Onde está o programa de um candidato á supreza investidura da nação – 25/06/1929

Uma campanha victoriosa – 26/06/1929

A união da família republicana – 27/06/1929

O prisioneiro da sua gente – 28/06/1929

O datate da sucessão – 29/06/1929

- De um ministro a um valido– O Jornal – 01/set/1929
- Uma afirmação de princípios – Diário da Noite - 04/09/1929
- O homem mais desgraçado que há hoje no Brasil somente porque foi uma semana liberal – Diário da Noite - 05/09/1929
- A escolha do povo brasileiro– O Jornal – 05/set/1929
- O Candidato doméstico e o nacional – Diário da Noite - 07/09/1929
- O discurso do Sr. Mello Machado– O Jornal – 08/set/1929
- De Lincoln a Washington Luis – Diário da Noite - 09/09/1929
- O Discípulo de Purna - O Jornal – 10/set/1929
- A escravidão em Minas – O Jornal – 12/set/1929
- A resistência mineira à pressão oficial – O Jornal – 13/set/1929
- Qual a sinceridade dos Homens que estão com a reação conservadora – Diário de São Paulo - 14/09/1929
- Cara de bronze – Diário da Noite - 16/09/1929
- No Asylo do Bom Pastor da Ordem – O Jornal – 17/ 09/1929
- Autoridade que se esfarrapa– O Jornal – 18/set/1929
- O Pronunciamento da Cidade – Diário de São Paulo – 21/09/1929
- A convenção e a luxuriante imaginação do presidente da República – O Jornal – 21/set/1929 – Diário de São Paulo - 23/09/1929
- Um adversário que não se dissimula – Diário da Noite – 01/10/1929
- Um Governo que não respeita a honra dos seus concidadãos – Diário da Noite - 03/10/1929
- Se o presidente da República tivesse sentelha sagrada – Diário da Noite – 04/10/1929
- Mendigos da Amnistia – Diário da Noite – 09/10/1929
- Imposturas – Diário da Noite - 10/10/1929

- O Governo e os nossos jornaes – Diário da Noite – 12/10/1929
- A Presidência de Minas – Diário da Noite – 15/10/1929
- A Presidência de Minas – Diário da Noite – 17/10/1929
- Sem qualificativo – Diário da Noite - 21/10/1929
- O governo da Parayba – Diário da Noite – 23/10/1929
- O povo de Pernambuco – Diário da Noite – 28/10/1929
- O Chefe da Revolução - O Jornal – 28/out/1929
- O pagão – Diário da Noite – 31/10/1929
- A Sparta do Brasil – Diário da Noite – 08/11/1929
- Da avareza, na brilhante carreira municipal de um democrata – Diário da Noite – 11/11/1929
- O sertão da Cinelandia – Diário da Noite – 12/11/1929
- A sentença severa do juiz – Diário da Noite – 16/11/1929
- Um voluptuoso da escravidão – Diário da Noite – 18/11/1929
- Braço mole – Diário da Noite – 20/11/1929
- Língua preta – Diário da Noite – 23/11/1929
- Homem de ninguém – Diário da Noite – 27/11/1929
- O castigo de uma tyrania – Diário da Noite – 30/11/1929
- Branco e pretos escravos – Diário da Noite – 04/12/1929
- Patriotismo – Diário da Noite – 06/12/1929
- Governos ghandistas – Diário da Noite – 09/12/1929
- A decisão mineira de lutar até a victória final – Diário da Noite – 13/12/1929
- Porque Minas repelle qualquer accôrdo com a manutenção da candidatura Prestes – Diário da Noite – 16/12/1929

Ventriloquo – Diário da Noite – 19/12/1929

O accôrdo – Diário da Noite – 23/12/1929

A Consciência da liberdade em Minas – Diário da Noite – 28/12/1929

Uma orgia cívica – Coletânea - 04/01/1930

Um homem civilizado - Coletânea - 06/01/1930

Dois métodos - Coletânea - 07/01/1930

A jornada paulista - Coletânea - 08/01/1930

O provocador único - Coletânea - 09/01/1930

A superioridade moral dos paulistas - Coletânea - 10/01/1930

O juiz - Coletânea - 13/01/1930

Roncos de Besouro - Coletânea - 14/01/1930

Outra, do guri - Coletânea - 15/01/1930

Palavras ao exército - Coletânea - 16/01/1930

O Duce - Coletânea - 18/01/1930

Pudonor militar - Coletânea - 20/01/1930

De profundis clamavi - Coletânea - 23/01/1930

De senzala a República liberal - Coletânea - 29/01/1930

O presidente da República - Coletânea - 31/01/1930

O Assalto à autonomia de Minas - Coletânea - 01/02/1930

Uma estupidez e um crime - Coletânea - 03/02/1930

Uma vitória da opinião - Coletânea - 03/02/1930

Ariel e Caliban - Coletânea - 04/02/1930

O grito do canavial - Coletânea - 05/02/1930



Um plano covarde contra a autonomia do Estado de Minas Gerais e a liberdade do seu eleitorado - Coletânea - 07/02/1930

A crise da Justiça - Coletânea - 08/02/1930

Via celerada - Coletânea - 10/02/1930

Os acontecimentos de Montes Claros - Coletânea - 10/02/1930

Ambiente mineiro - Coletânea - 11/02/1930

A expectativa dos poderes públicos de Minas - Coletânea - 12/02/1930

Manifesto das mulheres mineiras a exército nacional - Coletânea - 12/02/1930

A situação de Minas - Coletânea - 12/02/1930

Louvado seja Deus - Coletânea - 13/02/1930

Palmital e Montes Claros - Coletânea - 14/02/1930

A garrucha do Catete - Coletânea - 15/02/1930

A revolução e o governo federal - A situação em São Paulo - Coletânea - 17/02/1930

Dois tipos de governo - A situação em São Paulo - Coletânea - 18/02/1930

Breves comentários - A situação em São Paulo - Coletânea - 19/02/1930

Triste figura - A situação em São Paulo - Coletânea - 20/02/1930

O exército sem chefe - A situação em São Paulo - Coletânea - 20/02/1930

Farrapos de um nome ilustre - A situação em São Paulo - Coletânea - 21/02/1930

O mosqueteiro do Pampa - Coletânea - 22/02/1930

O autor do atentado - Coletânea - 24/02/1930

O papel de São Paulo - Coletânea - 24/02/1930

Heranças fagueiras - Coletânea - 26/02/1930

Saibam quantos - Coletânea - 26/02/1930

Piracicaba - Coletânea - 27/02/1930

A torrente liberal - Coletânea - 28/02/1930

O tribunal do exército - Coletânea - 28/02/1930

Modelos para o ministro da guerra – Coleção – 01/03/1930

Reação popular – Coleção – 03/03/1930

A palavra do governo – Coleção – 06/03/1930

Uma grande parada de fraude – Coleção – 07/03/1930

O intruso – Coleção – 08/03/1930

O martírio do povo mineiro – Coleção – 12/03/1930

A eleição presidencial em Minas – Coleção – 13/03/1930

Se a aliança não resistir – Coleção – 13/03/1930

O inimigo da federação – Coleção – 14/03/1930

O professor do jagunço – Coleção – 15/03/1930

Em louvor do cangaço – Coleção – 17/03/1930

Episódios contemporâneos – Coleção – 19/03/1930

Como sofre aquele coração reacionário – Coleção – 19/03/1930

A Paraíba – Coleção – 20/03/1930

Saiba a Nação – Coleção – 20/03/1930

Homem de bronze – Coleção – 21/03/1930

Um torcedor do Catete – Coleção – 22/03/1930

Líder da Nação – Coleção – 22/03/1930

Tenhamos fé no Rio Grande – Coleção – 24/03/1930

Conjuração dos bárbaros – Coleção – 24/03/1930

As razões do sr. Borges de Medeiros – Coleção – 25/03/1930

Belfort – Coleção – 26/03/1930

Desça a serra outra vez – Coleção – 27/03/1930

A debilidade do sr. Washington Luís – Coleção – 28/03/1930

A decepção – Coleção – 02/04/1930

A qualidade vil do medo – Coleção – 02/04/1930

Neutralidade diante do crime – Coleção – 03/04/1930

Sangue paraibano – Coleção – 04/04/1930

Engrimanço de um direito novo – Coleção – 05/04/1930

O enxovalho da justiça – Coleção – 05/04/1930

Conseqüências de um impunidade – Coleção – 07/04/1930

Concentração conservadora e concentração militar – Coleção – 10/04/1930

A provocação – Coleção – 11/04/1930

Comédia Bufo – Coleção – 11/04/1930

Seio de Abraão – Coleção – 11/04/1930

Federal Palace Hotel – Coleção – 15/04/1930

Os “Lampeões” togados – Coleção – 16/04/1930

Um documento – Coleção – 17/04/1930

Um anjo – Coleção – 19/04/1930

O assalto a Minas e a Paraíba – Coleção – 21/04/1930

A maçã – Coleção – 23/04/1930

Piedade, Senhor – Coleção – 24/04/1930

A altivez do povo mineiro – Coleção – 26/04/1930

Intervenção branca – Coleção – 28/04/1930

- Um homem morigerado, pacato e temente a Deus – Coleção – 29/04/1930
- Cayenna – Coleção – 29/04/1930
- O menor presidente – Coleção – 30/04/1930
- A surpresa da Bahia – Coleção – 30/04/1930
- De Blacaman a Leão – 02/05/1930
- Capangas do Catete – Diário da Noite – 02 /05/1930
- Retirada póstuma de apoio – 03/05/1930
- A história de um amável engolidor – 05/05/1930
- Os Saldos e o Presidente – Diário da Noite - 05/05/1930
- O lobo e o cordeiro - 07/05/1930
- Crime e castigo - 08/05/1930
- Rio Grande Vigilante - 08/05/1930
- Uma vitória de legalidade- 09/05/1930
- Negociante de votos- 09/05/1930
- Não é nada - 12/05/1930
- Sete Coroas - 13/05/1930
- A vendetta - 14/05/1930
- O Grande ludibriado - 14/05/1930
- A Primavera Mineira - 17/05/1930
- A política de Minas depois de 7 de setembro e a orientação do sr. Olegário Maciel - 17/05/1930
- Uma visita cívica aos pioneiros do ideal autonomista de Minas - 19/05/1930
- São Paulo e a Paraíba - 19/05/1930
- O sentimento conservador paulista e a Política de vindicta do Catete - 20/05/1930

Do Calibre de espingarda de matar passarinho - 23/05/1930

O triângulo liberal - 23/05/1930

Minas de Pé - /05/1930

César Generoso - 26/05/1930

Surdo e Mudo - 26/05/1930

A entrevista do Sr. Epitácio Pessoa - 28/05/1930

A resposta do Catete - 28/05/1930

Em Minas - 02/06/1930

Os leões do pampa- 03/06/1930

O caso Mariani - 04/06/1930

O novo golpe - 04/06/1930

Réu e Co-réu - 06/06/1930

Um profeta - 07/06/1930

Ponto de vista do Rio Grande - 07/06/1930

Sonho de um despeito de verão de um liberal - 09/06/1930

Império da Lei - 10/06/1930

Défié Par Venise, Défié Módene - 11/06/1930

O mártir - 12/06/1930

Triste figura - 13/06/1930

Terra de ninguém - 13/06/1930

O governo e o Rio Grande - 14/06/1930

O Lord protetor do sr. Washington Luís - 14/06/1930

Uma tese perigosa - 16/06/1930

O beneficiário do sítio - 17/06/1930

O Paraná em forma - 17/06/1930

Um ideal - 18/06/1930

Paz cartaginesa - 23/06/1930

Minas repele acordos - 26/06/1930

Minas e os boatos de acordo – 27/06/1930

Acordo inadmissível – 02/07/1930

Sintomas graves – 04/07/1930

As manobras do general Azevedo Costa – 05/07/1930

O Lord protetor do governo – 08/07/1930

Os três “canards” - 09/07/1930

A peleja contra o ideal federativo – 11/07/1930

O martírio paraibano – 12/07/1930

O gênio da improvisação e da timidez – 21/07/1930

A lógica do governo – 24/07/1930

Um charadista – 25/07/1930

Noite mongólica – 28/07/1930

Um velho piloto liberal – 30/07/1930

O heroísmo e poltroneria – 31/07/1930

Um ingênuo - 01/08/1930

A obra de João Pessoa - 04/08/1930

Mineiro de Lei - 05/08/1930

A frente única em Minas - 06/08/1930

O homem providencial - 07/08/1930  
O Bayard paraibano - 09/08/1930  
Grito D'alma - 09/08/1930  
Júlio Prestes e João Pessoa - 10/08/1930  
O aperitivo - 11/08/1930  
O duende - 12/08/1930  
Um velho lobo do mar - 13/08/1930  
Um romaria cívica - 14/08/1930  
A Paraíba de pé - 15/08/1930  
A Paraíba - 16/08/1930  
A intervenção da Paraíba - 18/08/1930  
Torneio de Eloquência - 19/08/1930  
O crime do presidente - 20/08/1930  
Libelo do sr. Cardoso de Almeida - 21/08/1930  
A divina providência - 22/08/1930  
A ação do Rio Grande - 22/08/1930  
União sagrada - 25/08/1930  
A montanha e o pampa - 27/08/1930  
A coesão mineiro-gaúcha - 30/08/1930  
Minas e a política federal - 04/09/1930  
A instrução pública em Minas - 05/09/1930  
Entre dois mundos - 08/09/1930  
Antônio Carlos O'Leary - 09/09/1930

Uma advertência - 10/09/1930

A capitania de São João - 11/09/1930

O fogo sagrado - 12/09/1930

Um gesto - 15/09/1930

Política agressiva - 16/09/1930

Solidariedade - 18/09/1930

A 5ª delegacia auxiliar - 22/09/1930

Uma oração Política - 25/09/1930

A Paraíba de pé - 29/09/1930

Um povo com uma História - 30/09/1930

O valor da liberdade - 01/10/1930

A palavra de um conservador - 02/10/1930

Dois métodos - 03/10/1930

O desbarato moral dos homens do PRP - 28/10/1930

O nosso padroeiro - 02/11/1930

Juízes da revolução – 04/11/1930

A voz do outro sino: A batalha de Morungava – como a aprecia o comandante em chefe das tropas legais do setor de Itararé - 04/11/1930

O grande soldado da revolução - 05/11/1930

João Neves - 05/11/1930

Ideais revolucionários - 07/11/1930

Governo e confiança - 08/11/1930

Precisa-se de um bombeiro - 09/11/1930

Os princípios da Aliança - 11/11/1930



A ação de Minas - 12/11/1930

A primeira Carta política da revolução - 13/11/1930

Onde estava a força inicial da Revolução - 14/11/1930

O sacro colégio - 15/11/1930

Dois pesos e duas medidas - 16/11/1930

Uma vilania - 17/11/1930

Um monstro - 18/11/1930

A hora da reconstrução - 19/11/1930

O papel do Norte - 23/11/1930

Um impressão de São Paulo - 24/11/1930

Céu Azul - 26/11/1930

O caso do interventor paulista - 28/11/1930

Duas sombras - 30/11/1930

O maior dos gaúchos - 03/12/1930

Longaminidade inexplicável - 05/12/1930

Fim de crise - 06/12/1930

Os tribunais de exceção - 09/12/1930

Minas e a revolução - 09/12/1930

Origens da revolução - 10/12/1930

Interventores - 11/12/1930

Presos Políticos - 12/12/1930

O Bilhete Azul – 13/12/1930

Um Ludibrio - 13/12/1930

Proezas de um interventor - 16/12/1930

Santa Catarina – Diário da Noite - 17/12/1930

A nova revolução – Diário de São Paulo - 17/12/1930

A obra da revolução - 19/12/1930

Providências - /12/1930

O suave ditador - 21/12/1930

De São Paulo - 23/12/1930

Regime de unanimidade - 25/12/1930

Um revolucionário histórico - 30/12/1930

Olaria revolucionária - 31/12/1930

O Dever do Rio Grande – Diário de São Paulo – 01/01/1931.

A ressurreição do bombeiro – Diário de São Paulo – 10/01/1931, p. 01-04.

A grande bagunça – Diário de São Paulo – 08/02/1931, p. 01-06.

Vamos Todos Trabalhar – Diário de São Paulo – 01/05/1931.

Um mestre d'armas melancólico – Diário de São Paulo – 02/05/1931.

A patente é fraca – Diário de São Paulo – 03/05/1931.

Um Tabernáculo da Liberdade – Diário de São Paulo – 05/05/1931.

O discurso famigerado – Diário de São Paulo – 06/05/1931.

O clínico e o cirurgião – Diário de São Paulo – 07/05/1931.

A sabotagem da revolução – Diário de São Paulo – 13/05/1931, 05 colunas.

Tiros a esmo – Diário de São Paulo – 15/05/1931, 03 colunas.

Bons juízes – Diário de São Paulo – 19/05/1931.

Commovente – Diário de São Paulo – 20/05/1931.

- Justiça e exceção – Diário de São Paulo – 22/05/1931.
- Cadaver insepulto – Diário de São Paulo – 28/05/1931.
- A coqueluche constitucional – Diário de São Paulo – 30/05/1931.
- O inimigo do povo – Diário de São Paulo – 31/05/1931.
- Uma tradição de legalidade – Diário de São Paulo – 02/06/1931.
- O ministério da persuasão – Diário de São Paulo – 04/06/1931.
- Más companhias – Diário de São Paulo – 06/06/1931.
- Não há mais “chômeurs” na guarnição federal – Diário de São Paulo – 11/06/1931.
- Aministia para militares e civis – Diário de São Paulo – 12/06/1931.
- Safra revolucionária – Diário de São Paulo – 13/06/1931.
- Data de sangue – Diário de São Paulo – 17/06/1931.
- A praça forte da liberdade – Diário de São Paulo – 19/06/1931.
- O cannibal Oswaldo Aranha – Diário de São Paulo – 21/06/1931.
- O poder da ciência e do trabalho – Diário de São Paulo – 23/06/1931.
- Justiça provinciana – Diário de São Paulo – 27/06/1931.
- Um servidor do demônio – Diário de São Paulo – 01/07/1931.
- Espírito Liberal – Diário de São Paulo – 04/07/1931.
- O duce do farwest mineiro – Diário de São Paulo – 05/07/1931.
- A alvorada liberal – Diário de São Paulo – 7/07/1931.
- Entre dois mundos – Diário de São Paulo – 08/07/1931.
- Um ato de coragem – Diário de São Paulo – 09/07/1931.
- Idéias de governo – Diário de São Paulo – 11/07/1931.
- Autoridade e experiência – Diário de São Paulo – 12/07/1931.

Apello ao Rio Grande – Diário de São Paulo – 14/05/1931.

Dom Quixote de La Mancha – Diário de São Paulo – 15/07/1931.

Quem indicou o interventor paulista – Diário de São Paulo – 16/07/1931.

Justiça Boemia – Diário de São Paulo – 17/07/1931.

O interventor paulista – Diário de São Paulo – 18/07/1931.

Fim de crise – Diário de São Paulo – 19/07/1931.

O primeiro dever do governo – Diário de São Paulo – 24/07/1931.

Em defesa da autoridade – Diário de São Paulo – 25/07/1931.

A sinceridade guaúcha – Diário de São Paulo – 28/05/1931.

Os diários Associados intimados pela polícia a não mais discutir os actos do interventor de Pernambuco – Diário de São Paulo – 28/05/1931.

Os dois Rio Grande – Diário de São Paulo – 29/07/1931.

O problema fundamental – Diário de São Paulo – 30/07/1931.

O ministro da justiça contra o sr. Osvaldo Aranha – Diário de São Paulo – 30/07/1931.

Toque de reunir – Diário de São Paulo – 06/08/1931.

A Aliança Liberal – Diário de São Paulo – 07/08/1931.

O caso paulista – Diário de São Paulo – 08/08/1931.

Preparação constitucional – Diário de São Paulo – 11/08/1931.

Os compromissos da Revolução – Diário de São Paulo – 12/08/1931.

Bloco do Norte – Diário de São Paulo – 19/08/1931.

O mal entendido – Diário de São Paulo – 20/08/1931.

O explorador Mauricio Cardoso – Diário de São Paulo – 22/08/1931.

A lógica da Revolução – Diário de São Paulo – 23/08/1931.

A que vem a esquerda – Diário de São Paulo – 25/08/1931.

- Pequena cabotagem – Diário de São Paulo – 26/08/1931.
- O caso mineiro – Diário de São Paulo – 27/08/1931.
- Festa veneziana – Diário de São Paulo – 29/08/1931.
- 1453 – Diário de São Paulo – 30/08/1931.
- Visconde de Moraes – Diário de São Paulo – 02/09/1931.
- Um revolucionário azul – Diário de São Paulo – 03/09/1931.
- A saída do sr. Francisco Campos – Diário de São Paulo – 04/09/1931.
- “O eterno ciclo” – Diário de São Paulo – 05/09/1931.
- O ideal federativo – Diário de São Paulo – 13/09/1931.
- Forças que se completam – Diário de São Paulo – 24/09/1931.
- Suntuosa mercadoria – Diário de São Paulo – 25/09/1931.
- A justiça – Diário de São Paulo – 29/09/1931.
- Confiança – Diário de São Paulo – 03/10/1931.
- A única revolução – Diário de São Paulo – 06/10/1931.
- O benjamin dos Diários Associados – Diário de São Paulo – 07/10/1931.
- A caricatura da Revolução – Diário de São Paulo – 13/10/1931.
- Exemplo a seguir – Diário de São Paulo – 16/10/1931.
- Cooperação – Diário de São Paulo – 18/10/1931.
- As condições de uma ditadura – Diário de São Paulo – 22/10/1931.
- Uma jornada de interesse – Diário de São Paulo – 25/10/1931.
- Um masoquista inveterado – Diário de São Paulo – 27/10/1931.
- Correições municipais – Diário de São Paulo – 28/10/1931.
- O Rio dos mortos – Diário de São Paulo – 03/10/1931.

O Rio Grande e a Constituinte – Diário de São Paulo – 05/11/1931.

Uma noite revolucionária passada no Ceará – Diário de São Paulo – 06/11/1931.

Alguns aspectos da administração política e administrativa do Pará – Diário de São Paulo – 07/11/1931.

A obra de um político – Diário de São Paulo – 07/11/1931.

Através do Jardim de infância Militar do Norte – Diário de São Paulo – 19/11/1931.

O valor da competência – Diário de São Paulo – 22/11/1931.

O Rio Grande – Diário de São Paulo – 25/11/1931.

Os revolucionários e a Constituinte – Diário de São Paulo – 26/11/1931.

Cidadão Manoel Rabelo – Diário de São Paulo – 28/11/1931.

O homem providencial – Diário de São Paulo – 01/12/1931.

A “Reentré” do Político – Diário de São Paulo – 02/12/1931.

Minas – Rio Grande – Diário de São Paulo – 03/12/1931.

Um desinteressado e um devedor – Diário de São Paulo – 04/12/1931.

O dever de Minas – Diário de São Paulo – 06/12/1931.

A Lição dos gaúchos – Diário de São Paulo – 10/12/1931.

O triste fim das aventuras tenentistas do sr. Arthur Bernardes – Diário de São Paulo – 11/12/1931.

A última vingança dos tenentes – Diário de São Paulo – 12/12/1931.      As tradições mineiras – Diário de São Paulo – 18/12/1931.

Os coqueiros no Norte – Diário de São Paulo – 20/12/1931.

Eram todos assim em 1930 – Diário de São Paulo – 22/12/1931.

O divisor de águas – Diário de São Paulo – 23/12/1931.

Rejuvenescimento dos quadros – Diário de São Paulo – 25/12/1931.

O mágico da palavra – Diário de São Paulo – 27/12/1931.

O Norte – Diário de São Paulo – 29/12/1931.

A atitude do sr. José Américo – Diário de São Paulo – 31/12/1931.

O caso paulista – Diário de São Paulo – 07/01/1932.

A situação em Pernambuco – Diário de São Paulo – 09/01/1932.

O patrono da legalidade – Diário de São Paulo – 10/01/1932.

Pae desnaturado – Diário de São Paulo – 12/01/1932.

Diogenes – Diário de São Paulo – 14/01/1932.

**Artigos de Sérgio Buarque de Holanda:**

Originalidade Literária - Correio Paulistano – 22 / abr/ 1920

Ariel – Revista do Brasil – maio/1920

Viva o imperador – A Cigarra – jun/1920

A chiméria do monroismo – A Cigarra – jul / 1920

A bandeira nacional – A Cigarra – agos /1920

O homem máquina – A Cigarra – mar/ 1921

O futurismo paulista – Fon-Fon – 10/dez/ 1921

Plágios e plagiários – Revista do Brasil – jun/ 1921

Manuel Bandeira – Fon-Fon – 18/fev/1922

Um homem essencial – Estética – set/1924

Perspectivas – Estética – abril – jun/ 1925

Idéias de hoje – Correio da Manhã – 19/jun/ 1925

Marinetti, homem político – O Jornal – 13/maio/ 1926

- O lado oposto e outros lados – Revista do Brasil – 15/out/ 1926
- Conversando com Pirandello – O Jornal – 11/dez/ 1927
- Através da Alemanha – O Jornal - 23/agos/1929
- Através da Alemanha – O Jornal - 15/set/1929
- Através da Alemanha – O Jornal - 08/nov/1929
- O Comunismo e a Atualidade Européia – O Jornal – 03/nov/1929
- O Comunismo e a Atualidade Européia – O Jornal – 23/11/1929
- O Marechal Pilsudski e os vícios do Parlamentarismo Polonês – O Jornal - 06/nov/1929
- Um País que ressurge – O Jornal - 16/nov/1929
- Um País que ressurge – O Jornal - 30/nov/1929
- Um País que ressurge – O Jornal - 01/jan/1930
- Um País que ressurge: A Exposição geral polonesa de Poznan – O Jornal - 12/jan/1930
- Um País que ressurge: A Exposição geral polonesa de Poznan – O Jornal - 02/fev/1930
- Um País que ressurge: A Exposição geral polonesa de Poznan – O Jornal - 05/jan/1930
- Thomas Mann e o Brasil – O Jornal - 16/fev/1930
- O Café Brasileiro na Alemanha – O Jornal - 26/jan/1930
- O Café Brasileiro na Alemanha – O Jornal - 29/jan/1930
- O Café Brasileiro na Alemanha – O Jornal - 12/mar/1930
- Diálogo dos grandezas do Brasil: Paraíso dos Bandidos e Eldorado das epidemias! – eis o que somos para a imprensa européia – O Jornal - 20/fev/1930)
- As relações entre o Brasil e a Polônia – O Jornal - 25/fev/1930)
- Nacionalismo e monarquismo na Alemanha – O Jornal - 28/fev/1930
- Nacionalismo e monarquismo na Alemanha – O Jornal - 26/mar/1930
- Nacionalismo e monarquismo na Alemanha – O Jornal - 02/abr/1930)



Nacionalismo e monarquismo na Alemanha – O Jornal - 12/abr/1930)

A Primeira e a segunda viagem em Zeppelin ao Brasil – O Jornal - 18/jun/1930

Ainda o incidente Gago Coutinho – Hugo Eckener – O Jornal – 24/out/1930)

Quinze anos depois – O Jornal – 16/nov/1930

Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil – O Jornal -26/nov/1930

Instintos de sabedoria – O Jornal -23/nov/1930

#### **Correspondência ativa:**

Carta de Sérgio Buarque de Holanda para Mário de Andrade – abril de 1922 – Fonte Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP

Carta de Sérgio Buarque de Holanda para Mário de Andrade – 02/12/1925 – Fonte Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP

#### **Correspondência passiva:**

Carta de Mário de Andrade para Sérgio Buarque de Holanda – abril de 1922 – Fonte Arquivo Central Unicamp – SIARQ

Carta de Mário de Andrade para Sérgio Buarque de Holanda – 20/07/1922 – Fonte Arquivo Central Unicamp – SIARQ

Carta de Tácito de Almeida para Sérgio Buarque de Holanda – 27/06/1922 – Fonte Arquivo Central Unicamp – SIARQ

Carta de Ribeiro Couto para Sérgio Buarque de Holanda – 14/10/1922 – Fonte Arquivo Central Unicamp – SIARQ

Carta de Couto de Barros para Sérgio Buarque de Holanda – 03/04/1923 – Fonte Arquivo Central Unicamp – SIARQ

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ALEMBERT, Francisco. *A Semana de 22: A aventura modernista no Brasil*. 3 ed. São Paulo. Editora Scipione, 2004.

ALMEIDA, Maria Izabel Mendes de. Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido: principais linhas de interseção. IN: Masculino e Feminino: tensão insolúvel: sociedade brasileira e organização da subjetividade. Rio de Janeiro. Rocco, 1996.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2 ed. São Paulo, Civilização brasileira, s/d.

BARBOSA, Francisco de Assis. Introdução. In: *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

BARBOSA, Francisco de Assis. *Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda. Ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil*. In: Sérgio Buarque de Holanda: Vida e obra. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

BARBOSA, Ruy. *A Grande Guerra: o maior monumento de eloquência em torno da maior conflagração do mundo*. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1932.

BARBOSA, Ruy. *Teoria Política*. Vol. XXXVI. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1952.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia e as lições dos clássicos*. organizado por Michelangelo Bovero. 5 ed. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura brasileira*. São Paulo. Editora Cultrix, 1983.
- BOTELHO, André. *O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru/SP: Edusc, 2005.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BRITO, Mário da Silva. *Introdução*. In: Klaxon: mensário de arte moderna. facsímile, São Paulo. Livraria Martins Editora, 1972.
- CALMON, Pedro. *Panorama da República Brasileira*. In: História do Brasil, vol. VII, século XX. 2 ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S. A., 1963.
- CAMARGO, Aspásia. *A Revolução das Elites: Clivagens Regionais e Centralização Política*. In:--- Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre, ERUS, 1983, p. 391.
- CAPELATO, Maria Helena. *Propaganda Política e Construção da Identidade*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 16, nº 31 e 32, 1996.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1973.
- CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro – História dos Diários Associados*. Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- CARVALHO, Marcus Vinícius Corrêa. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: {s.n.}, 1997.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2 ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1985.
- CHATEAUBRIAND, Assis. *Terra dehumana: A vocação revolucionária do Presidente Arthur Bernardes*. Rio de Janeiro: Oficinas do O Jornal, 1936.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4 ed. São Paulo. Cortez, 1989.
- CINTRA, Ana Maria. *Para entender as linguagens documentárias*. 2 ed. São Paulo, Polis, 2002.
- Coletânea, *O Pensamento de Assis Chateaubriand*. Vol. 1-9. Brasília – DF. Fundação

Assis Chateaubriand, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

D'ALLESSIO, Marcia Mansor. *Os Annales no Brasil. Algumas reflexões*. In: anos 90, revista do curso de pós-graduação em história. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1994.

DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DECCA, Edgar S. *Raízes do Brasil: um ensaio das formas históricas*. www.unicamp.br

DIAS, Maria Odila (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática, 1985.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Estilo e Método na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: Cândido, Antônio (org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5v. il. (1. ed. 1984)].

DINES, Alberto. *O Papel do Jornal: uma releitura*. 4 ed. São Paulo. SUMUS, 1986.

DUEVEGER, Maurice. *Os regimes políticos*. 2 ed. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. In:--- MOTA, Carlos G. (org.). **Brasil em Perspectiva**. 10 ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

FAUSTO, Boris. *Sociedade e Instituições*. In: \_\_\_ **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Vol. 2, Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de Si, escrita de história: a título de prólogo*. In: **Escrita de Si, escrita da história**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 1998.
- GOMES, Angela Maria de Castro (org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2005.
- GRAHAM, Richard. *An interview with Sérgio Buarque de Holanda*. In: The Hispanic American Historical Review. Nº 62, 1982, p. 03-17.
- HAMBLOCH, Hernert. *Sua majestade o Presidente do Brasil: um estudo do Brasil (1889-1934)*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- HORCH, Rosemarie Erika. *Bibliografia de Sérgio Buarque de Holanda*. In: Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo do Estado; Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.
- HUIZINGA, Johan. *Definição do conceito de história*. In: El concepto de história. Fondo de Cultura Económica, México, 1946, p. 91-92. Apud – DECCA, Edgar S. *Raízes do Brasil: um ensaio das formas históricas*. Unicamp.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1975.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: Uma interpretação*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Direção de Bóris Fausto. Tomo III. 2 vol. Difel, Rio de Janeiro – São Paulo, 1977, pp. 344-374.
- LIMA, Lourenço Moreira. *Diário do historiador oficial que acompanhou toda a trajetória da Coluna*.
- LIPSON, Leslie. *A civilização democrática*. Vol 1. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966.
- LOPES, Luiz Roberto. *Cultura Brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. 2 ed. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartidarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MACHADO, Roberto. *Zaratrusta: tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, S/D.
- MATOS, Júlia Silveira. *Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil, diálogos com a política e a História do Brasil*. Dissertação. Porto Alegre. PUCRS, 2005.
- MATOS, Júlia. *O intelectual e a obra Raízes do Brasil: uma discussão historiográfica*. BIBLOS: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Vol. 19 – Rio Grande. Editora da FURG, 2006, p. 151-170.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido & CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira: II Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo*. 7 ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido. *Formação da Literatura brasileira: momentos decisivos*. 5 ed. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1975, 1 vol.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido. *O significado de Raízes do Brasil*. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. Raízes do Brasil. 7 ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido. *Sérgio em Berlim e depois*. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Rocco 1988.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido. *Sérgio, O Radical*. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.
- MELO & SOUZA, Antônio Cândido (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. 9 ed. São Paulo, Editora Ática 1994.

MOUILLAUD, Maurice. *Da Forma ao Sentido*. In: --- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da informação ao sentido*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

MOUILLAUD, Maurice. *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília. Paralelo 15, 1997.

MOUILLAUD, Maurice. *O Título e os Títulos*. In: --- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da informação ao sentido*. 2 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Sérgio Buarque de Holanda, O homem*. In: Sérgio Buarque de Holanda: Vida e obra. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília/DF. ENAP, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na República*. In:---LORENZO, Helena C. de. *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Idéias fora de tempo*. In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, out. 1980. Porto Alegre. ERUS, 1983.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Introdução*. In: --- Lúcia Lippi Oliveira et al. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro. Zahar Editores S.A., 1982.

PIVA, Luís Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2000.

REMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

RABAÇA, Carlos & BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ROSANVALLON, Pierre. *O Liberalismo econômico: a história da idéia de mercado*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

\_\_\_\_\_. *Por uma história Conceitual do Político*. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 15, nº 30, 1995, pp.9-22.

ROSENFELD, Denis L. *Filosofia Política e Natureza Humana: uma introdução à filosofia política*. Porto Alegre. L&PM, 1990.

- RÜDIGER, Francisco. *As tendências do Jornalismo*. 3 ed. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2003, 39.
- SENNA, Homero. *República das Letras: entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros*. 3 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo. Editora UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. *The idea of negative liberty: philosophical and historical perspectives*. In: **Philosophy in History**. United States of America: Cambridge University Press, 1984.
- SOSA, Derocina Campos. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, 2001.
- TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1982.
- TORRES, Alberto. *O Governo e a política*. In: A organização nacional. Primeira parte: A Constituição. 4 ed. São Paulo. Editora Nacional (Brasília); Editora da Universidade de Brasília, 1982, pp. 149-210.
- VIANNA, F. J. Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília. Senado Federal, Conselho Editorial, (1952), 2005.
- WEBER, Max. *Ciência e política*. São Paulo. Editora Martin Claret, 2003.
- WERNEK, Nelson Sodré. *O Tenentismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- WILMSEN, Ana P. *A argumentatividade e a heterogeneidade enunciativa de textos jornalísticos*. In: BORSTEL, Clarice von. **III Caderno de Língua e Literatura**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.
- ZICMAN, Renneè Barata. *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*. In: --- **Projeto História**, SP, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História. Departamento de História – PUCRS, nº 4, junho de 1985.



**ANEXOS**

**Tabelas**

**Sérgio Buarque de Holanda:  
Temática: Governos**

<b>Data</b>	<b>Jornais/ Revistas</b>	<b>Títulos dos artigos De Sérgio Buarque de Holanda:</b>	<b>Liberda de</b>	<b>Democrac ia</b>	<b>Crítica ao Despotis mo e a Tirania</b>	<b>Crítica aos Personalism os, Cordialidade s e</b>
22/4/1920	Correio Paulistano	Originalidade Literária		X		
/5/1920	Revista do Brasil	Ariel				X
/6/1920	A Cigarra	Viva o imperador	X		X	
/7/1920	A Cigarra	A chiméria do monroismo	X		X	
/8/1920	A Cigarra	A bandeira nacional (A Cigarra)		X		
/3/1921	A Cigarra	O homem máquina	X		X	
10/12/1921	Fon-Fon	O futurismo paulista	X			
/6/1921	Revista do Brasil	Plágios e plagiários	X			
18/2/1922	Fon-Fon	Manuel Bandeira	X			X
/9/1924		Um homem essencial (Estética)	X			
4- 6/ 1925	Estética	Perspectivas	X			
19/6/1925	Correio da Manhã	Idéias de hoje	X	X		
13/5/1926	O Jornal	Marinetti, homem político	X		X	
15/10/1926	Revista do Brasil	O lado oposto e outros lados				X
11/12/1927	O Jornal	Conversando com Pirandello			X	
23/8/1929	O Jornal	Através da Alemanha	X	X	X	
15/9/1929	O Jornal	Através da Alemanha	X	X		
8/11/1929	O Jornal	Através da Alemanha		X		
3/11/1929	O Jornal	O Comunismo e a Atualidade Européia			X	
23/11/1929	O Jornal	O Comunismo e a Atualidade Européia	X		X	
6/11/1929	O Jornal	O Marechal Pilsudski e os		X	X	

		vícios do Parlamentarismo Polonês				
16/11/1929	O Jornal	Um País que ressurgue		X		
30/11/1929	O Jornal	Um País que ressurgue		X	X	
1/1/1930	O Jornal	Um País que ressurgue	X	X		
12/1/1930	O Jornal	Um País que ressurgue: A Exposição geral polonesa de Poznan		X	X	
2/2/1930	O Jornal	Um País que ressurgue: A Exposição geral polonesa de Poznan		X	X	
5/1/1930	O Jornal	Um País que ressurgue: A Exposição geral polonesa de Poznan	X	X		
16/2/1930	O Jornal	Thomas Mann e o Brasil	X			
26/1/1930	O Jornal	O Café Brasileiro na Alemanha			X	
29/1/1930	O Jornal	O Café Brasileiro na Alemanha			X	
12/3/1930	O Jornal	O Café Brasileiro na Alemanha			X	
20/2/1930	O Jornal	Diálogo dos grandezas do Brasil: Paraíso dos Bandidos e Eldorado das epidemias! - eis o que somos para a imprensa européia			X	
25/2/1930	O Jornal	As relações entre o Brasil e a Polônia		X	X	
28/2/1930	O Jornal	Nacionalismo e monarquismo na Alemanha	X	X	X	
26/3/1930	O Jornal	Nacionalismo e monarquismo na Alemanha	X	X	X	
2/4/1930	O Jornal	Nacionalismo e monarquismo na Alemanha	X	X	X	
12/4/1930	O Jornal	Nacionalismo e monarquismo na	X	X	X	

		Alemanha					
18/6/1930	O Jornal	A Primeira e a segunda viagem em Zeppelin ao Brasil	X				
24/10/1930	O Jornal	Ainda o incidente Gago Coutinho - Hugo Eckener				X	
16/11/1930	O Jornal	Quinze anos depois				X	
26/11/1930	O Jornal	Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil	X		X		
23/11/1930	O Jornal	Instintos de sabedoria		X			
<b>Total:</b>			42	21	19	23	5

### Assis Chateaubriand:

<b>Data</b>	<b>Jornais/ Revistas</b>	<b>Títulos dos artigos De Assis Chateaubriand - veículo de publicação e data</b>	<b>Liberdade</b>	<b>Democracia</b>	<b>Crítica ao Despotismo e a Tirania</b>	<b>Crítica aos Personalismos, Cordialidade e Vício</b>
2/10/1924	O Jornal	Pela Reação Conservadora				X
2/1/1925	O Jornal	O que é Jornalismo			X	X
8/9/1925	O Jornal	Povo-Cobaia X a Liberdade de Comércio	X			X
22/12/1925	O Jornal	As Elites Conservadoras				X
11/1/1926	O Jornal	Os Políticos e a Imprensa	X	X		
11/1/1926	O Jornal	Nos Altares de Monroe e Tiradentes	X			
3/2/1928	O Jornal	O Problema da Instrução	X	X		
6/2/1928	O Jornal	O Culto da Criança		X		X
8/6/1928	O Jornal	A Ilusão Revolucionária	X	X		X
14/7/1928	O Jornal	O Fim da História	X			
28/11/1928	O Jornal	A Obra do Vício	X			X

8						
4/12/1928	O Jornal	O "Caso" Santos Dumont	X			X
12/12/1928	O Jornal	Espírito Cívico		X		
5/1/1929	O Jornal	Santos Dumont				X
3/8/1929	O Jornal	São Paulo e o Presidente da República			X	
5/8/1929	O Jornal	A Eloquência imprudente de um reacionário aliado			X	
10/8/1929	O Jornal	As duas primeiras capitulações		X		
11/8/1929	O Jornal	Fora da Razão			X	X
14/8/1929	O Jornal	Os "Embusques" do Liberalismo		X		X
15/8/1929	O Jornal	Neutralidade inquietadora		X	X	
16/8/1929	O Jornal	A Caricatura da Anistia	X			X
20/8/1929	O Jornal	O Escravo de Minas	X	X	X	
23/8/1929	O Jornal	Piedade e Timidez			X	X
24/8/1929	O Jornal	Austero varão			X	
29/8/1929	O Jornal	O homem que já vendeu mais bondes a Minas				
30/8/1929	O Jornal	A palavra dos que lutaram contra as diatribes dos que desertam		X	X	
1/9/1929	O Jornal	De um ministro a um valido			X	
5/9/1929	O Jornal	A escolha do povo brasileiro	X	X		
8/9/1929	O Jornal	O discurso do Sr. Mello Machado				
10/9/1929	O Jornal	O Discípulo de Purna			X	
11/set/1929	O Jornal	O sr. Carvalho Brito contra o governo federal				X
12/9/1929	O Jornal	A escravidão em Minas	X	X	X	
13/9/1929	O Jornal	A resistência mineira à pressão oficial	X		X	
15/9/1929	O Jornal	A carta do sr. Gordo ao presidente da República				X

18/9/1929	O Jornal	Autoridade que se esfarrapa	X		X	
19/9/1929	O Jornal	A ofensiva gaúcha				X
21/9/1929	O Jornal	A convenção e a luxuriante imaginação do presidente da República	X			
22/9/1929	O Jornal	O Libelo do Acusador			X	
27/9/1929	O Jornal	O Paco	X		X	
28/10/1929	O Jornal	O Chefe da Revolução				X
12/3/1930	O Jornal	A eleição presidencial em Minas		X	X	
13/3/1930	O Jornal	Se a Aliança não resistir		X	X	
17/3/1930	O Jornal	Episódios contemporâneos		X	X	

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)